



**Isabel Cristina Feix**

**Memórias da comunicação brasileira:  
um estudo sobre representações  
do consumo entre idosos**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Comunicação.

Orientador: Prof. Everardo Pereira Guimarães Rocha

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Bruna Sant Ana Aucar

Rio de Janeiro  
Junho de 2022



**Isabel Cristina Feix**

**Memórias da comunicação brasileira:  
um estudo sobre representações  
do consumo entre idosos**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Prof. Everardo Pereira Guimarães Rocha**

Orientador

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Bruna Sant Ana Aucar**

Coorientadora

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Claudia da Silva Pereira**

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Tatiana Oliveira Siciliano**

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

**Prof. Ricardo Ferreira Freitas**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

**Prof. William de Almeida Corbo**

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2022

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da autora, do orientador e da universidade.

## Isabel Cristina Feix

Doutora e Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio. Graduada em Comunicação Social pela UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do Laboratório de Antropologia do Consumo da PUC-Rio.

### Ficha Catalográfica

Feix, Isabel Cristina

Memórias da comunicação brasileira : um estudo sobre representações do consumo entre idosos / Isabel Cristina Feix ; orientador: Everardo Pereira Guimarães Rocha ; coorientadora: Bruna Sant'Ana Aucar. – 2022.  
263 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2022.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Comunicação. 3. Consumo. 4. Memória. 5. Representação. 6. Idosos. I. Rocha, Everardo Pereira Guimarães. II. Aucar, Bruna Sant'Ana. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. IV. Título.

CDD: 302.23

## Agradecimentos

Ao meu orientador, Everardo Rocha, pela inspiração motivadora e preciosos ensinamentos ao longo dos últimos anos.

À minha coorientadora, Bruna Aucar, pela leitura atenta e considerações fundamentais sobre esse trabalho. Agradeço, especialmente também, pelos aprendizados com a prática docente, quando me deu a oportunidade de participar como monitora em suas aulas na graduação.

Aos meus informantes, pela confiança de me permitir entrar em seus pequenos-grandes-mundos.

À toda equipe da Casa dos Idosos, por autorizar meu trabalho em suas dependências sem qualquer limitação ou interferência. Agradeço, principalmente, Adriana, Patrícia e Monica por todo apoio e confiança ao longo do processo de pesquisa.

Aos professores Claudia Pereira, Tatiana Siciliano, Ricardo Freitas e William Corbo, pelas muitas e valorosas aprendizagens ao longo de minha pós-graduação e também pela gentileza com que aceitaram o convite para participar da banca de avaliação desta tese.

Aos professores Marcio Goldman e Clara Flaksman, pela oportunidade que me deram de acompanhar e aprender tanto em seus cursos na pós-graduação em Antropologia no Museu Nacional.

Aos professores e funcionários do Departamento de Comunicação da PUC-Rio, coordenado pela professora Tatiana Siciliano, pelo estímulo a um ambiente acadêmico aberto ao debate e ao desenvolvimento de pessoas, ideias e projetos. Agradeço também especialmente à Marise Lira, sempre carinhosa e habilidosa no suporte às questões acadêmicas ao longo de todos os anos de doutorado.

Aos meus colegas e pesquisadores do Laboratório de Antropologia da Comunicação e do Consumo da PUC-Rio, o LAC, pelas trocas de ideias e parcerias.

À minha família, Neusa, João e Daniel, por participarem de todas as etapas dessa jornada com muito amor, cuidado e carinho. Agradeço especialmente à minha mãe, Neusa, que, além do estímulo constante foi a responsável pela transcrição das gravações de entrevistas dessa tese.

Ao meu companheiro Lucas, por ter sido força e refúgio nesses longos anos de intensa dedicação.

Identifico ainda que, mesmo não contando com uma Bolsa CAPES de doutorado, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Resumo

Feix, Isabel Cristina; Rocha, Everardo Pereira Guimarães; Aucar, Bruna Sant'Ana. **Memórias da comunicação brasileira: um estudo sobre representações do consumo entre idosos**. Rio de Janeiro, 2022. 263p. Tese de Doutorado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo central desta tese é realizar a análise de algumas transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil, em meados do século XX, com foco principal na consolidação da comunicação e do consumo de massa. Fundamentado em uma pesquisa etnográfica, o trabalho consiste em interpretar as narrativas sobre o passado de um grupo de idosos que mora em um residencial geriátrico de alto padrão localizado em um bairro nobre do Rio de Janeiro. Conjugando entrevistas e observação participante, proponho uma imersão nos relatos dos informantes com o objetivo de descobrir processos simbólicos que alicerçam as representações coletivas sobre esses temas. Assim, investigo as memórias de um conjunto de pessoas nascidas entre 1924 e 1952, enquadrando-as como um repositório de representações coletivas, em que se revelam ideias imaginadas sobre o período. Nesse sentido, se as décadas de 1930 a 1960 são retratadas pelos historiadores como de desenvolvimento econômico e avanço da industrialização, neste trabalho pretendo examiná-las a partir das lembranças desses informantes, que à época eram crianças e jovens curiosos com as novidades e atraídos por uma cada vez mais diversificada oferta de bens e serviços. Diante disso, percebo novas dinâmicas sociais se estabelecendo, entre elas hábitos de distinção e rituais de consumo que foram impulsionados por jornais, rádio, revistas, cinema e televisão. No período estudado, então, é possível identificar uma aliança intrínseca entre a expansão da comunicação de massa e do consumo, em que imagens idealizadas de desenvolvimento e de modernização contribuem para a consolidação de uma vida imaginada pelo capitalismo.

## Palavras-chave

Comunicação; Consumo; Memória; Representação; Idosos.

## Abstract

Feix, Isabel Cristina; Rocha, Everardo Pereira Guimarães (Advisor); Aucar, Bruna Sant'Ana (Coadvisor). **Brazilian communication memories: a study about consumption representations for elderly people.** Rio de Janeiro, 2022. 263p. Tese de Doutorado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The main objective of this thesis is to analyze some economic and social transformations that took place in Brazil in the mid-twentieth century, with the main focus on the consolidation of communication and mass consumption. Based on ethnographic research, the work consists of interpreting the narratives about the past of a group of elderly people who live nowadays in a high-standard geriatric residential located in an upscale neighborhood of Rio de Janeiro. Merging interviews and participant observation, I propose an immersion in the informant's narratives to discover symbolic processes that fund some collective representations of these themes. Thus, I investigate the memories of a group of people born between 1924 and 1952, framing them as a repository of collective representations, in which imagined ideas about the period are brought to light. In this sense, if the decades from 1930 to 1960 are portrayed by historians and sociologists as of economic development and advance of the industrialization, in this work I intend to examine them from the point of view of the informants, that at that time were just curious young people, attracted by an increasingly diversified supply of goods and services. For that reason, new social dynamics were established and revealed through the images of everyday life reported by them, including habits of distinction and consumption rituals intensified by newspapers, radio, magazines, cinema, and television. In the period studied, it is possible to identify an intrinsic alliance between the expansion of mass communication and consumption, in which idealized images of development and modernization contributed to the consolidation of a life imagined by capitalism.

## Keywords

Communication; Consumption; Memory; Representation; Elderly People.

## Sumário

1. Considerações iniciais.....	9
2. Modernidade e consumo.....	20
3. Algumas teorias e abordagens da comunicação.....	35
4. O Brasil da vida dos informantes.....	49
5. Etnografia das memórias e perspectivas de método.....	65
6. Idosos, instituições totais e interações.....	89
6.1. Os idosos como categoria social.....	89
6.2. Os rituais de interação na Casa dos Idosos.....	103
6.3. Os idosos e um balanço de suas vidas.....	124
7. Anos dourados e capitalismo na Casa dos Idosos.....	142
7.1. Os bens de consumo como marcadores sociais.....	142
7.2. Espaços e modas nos antigos cotidianos.....	154
7.3. O Rio de Janeiro e seus mapas de distinção social.....	171
7.4. O novo hábito de ir aos cinemas e o brilho das celebridades.....	190
7.5. A comunicação de massa lembrada pelos idosos.....	199
7.6. Os papéis sociais femininos e suas transformações.....	219
8. Considerações Finais.....	241
9. Referências bibliográficas.....	250

*Recordar-se é uma grande volúpia para o homem, mas não na medida em que a memória se mostra literal, porque poucos aceitariam viver novamente as labutas e os sofrimentos que, no entanto, gostam de rememorar. A recordação é a própria vida, mas com outra qualidade. Assim, é quando o sol se abaixa sobre a superfície polida da água calma, tal como o óbolo de um celestial avarento, ou quando seu disco recorta a crista das montanhas como uma folha dura e dentada, que o homem encontra por excelência, numa curta fantasmagoria, a revelação das forças opacas, dos vapores e das fulgurações cujos obscuros conflitos, no fundo de si mesmo, e ao longo de todo dia, ele vagamente percebeu.*

Claude Lévi-Strauss



## 1. Considerações iniciais

Esta tese tem como objetivo principal realizar uma análise das memórias de um grupo de idosos sobre o estabelecimento da comunicação e do consumo de massa no Brasil. Para tal, a ideia é elaborar um trabalho de interpretação das narrativas desse grupo sobre o período de sua infância e juventude, que correspondem mais especificamente às décadas de 1930 a 1960. Nesse sentido, o intuito é perceber esse recorte de tempo, reconhecido por historiadores e sociólogos como de desenvolvimento econômico, expansão do consumo e consolidação de uma comunicação de massa, pelo olhar desses informantes. Assim, o estudo concentra seu principal esforço em uma retomada das representações encontradas sobre esses temas em uma pesquisa etnográfica, que conjugou entrevistas e observação participante, realizada durante aproximadamente três meses do ano de 2020, em um residencial de idosos do Rio de Janeiro. A partir do trabalho de campo, com interesse na recuperação e interpretação das narrativas descobertas, procuro pensar a organização social brasileira pelos seus sistemas de classificação, expressos nas ideias sobre comunicação e consumo. Dessa forma, as memórias dos informantes, um conjunto de pessoas nascidas entre 1924 e 1952, são investigadas como um repositório de representações coletivas, em que se revelam ideias imaginadas sobre o período de interesse.

Para realizar o estudo, meu ponto de partida foi encarar a memória como um processo de mediação, resultado de concepções coletivas que revelam um discurso consolidado culturalmente. Essa ideia está presente na escolha do método etnográfico para a análise do período estudado e vem do entendimento que o próprio conhecimento costuma ser compartilhado em relatos, e isso não acontece apenas em livros, filmes, músicas e mitos, mas também nas histórias que cada pessoa ouve e mais tarde conta a outros, reproduzindo conceitos que se tornam coletivos e fortalecendo vínculos comuns. Assim, escolhi trabalhar com um grupo de idosos como informantes por entender que eles são testemunhas desse período, mas também têm um papel integrador na sociedade, já que são como uma cola que une conhecimentos antigos e atuais, ensinando-os aos mais jovens e atualizando-os a partir de seu convívio social. Nessa perspectiva, as memórias de idosos são particularmente significativas, pois carregam uma visão de mundo construída por gerações ainda anteriores a eles. As lembranças do grupo são, então, discursos

dotados de sentido, mas também intermediação de costumes e projeção de valores de nossa sociedade. Logo, entendo que os indivíduos constroem sua biografia ao mesmo tempo em que fazem parte da história que os circunda. É também assim que as trajetórias de vida se cruzam com o desenrolar dos acontecimentos históricos e os significam. A memória que aparece é, então, representação coletiva: fruto de convenções sociais, de interações entre gerações e de construções narrativas com diferentes enquadramentos.

À vista disso, o local escolhido para a realização dessa pesquisa foi a Casa dos Idosos, nome fictício para um residencial geriátrico de alto padrão localizado em um bairro nobre da cidade do Rio de Janeiro – que se transformou em uma moldura que delimita o estudo. Seu nome, assim como a identidade de todos os que aparecem ao longo do texto, foi preservado, buscando principalmente a confidencialidade dos relatos. Essa estratégia foi implementada a fim de que os informantes se sentissem mais à vontade para falar sobre sua vida a partir de temas diversos, incluindo aqueles que podem estar relacionados a tabus ou vergonhas, como morte, família, casamento, relacionamentos, entre outros. A escolha do residencial se deu pela liberdade com que me foi dada para a realização da pesquisa. Seguindo essa orientação, cheguei a visitar outros espaços semelhantes, mas foi na Casa dos Idosos que consegui uma autorização para frequentar o espaço sem restrições que pudessem interferir na observação.

Assim, a partir de conversas e de observação participante no espaço, realizei um trabalho de campo que durou aproximadamente três meses. O resultado foi uma etnografia das memórias desse grupo, que permitiu a recuperação de imagens, comportamentos e valores que caracterizam o período de 1930 a 1970, no Brasil, no imaginário coletivo, levando em conta também sensibilidades e ideações. Para complementar o quadro de análise, optei por não apenas ouvir os idosos residentes na Casa, mas também funcionários, cuidadores e seus familiares, buscando entender o seu modo de vida hoje e o contexto em que se dão essas recordações. Baseada nas ideias expressas pelo conjunto de informantes, vislumbro finalmente analisar as transformações ocorridas em perspectiva, de forma que também se relacionem com a realidade atual.

Como não poderia deixar de ser, esta tese é resultado de escolhas teóricas e também de uma trajetória acadêmica que está aqui refletida nas perguntas que

direcionaram a pesquisa, na seleção de autores e conceitos que constam no trabalho final e também nas opções metodológicas estabelecidas. Esse percurso começou ainda em minha graduação em Comunicação Social, realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que fundou as bases para que eu descobrisse nessa área um terreno fértil para realizar análises sociais. Mesmo sendo um campo relativamente novo – os primeiros centros de estudos acadêmicos dessa área datam dos anos a que se referem essa pesquisa –, a comunicação e suas novas tecnologias se mostram cada vez mais centrais na consolidação e difusão de comportamentos. Nessa perspectiva, portanto, entendo que estudá-la em conexão com outros fenômenos socioculturais, políticos e econômicos pode nos levar a um material valioso para revelar características e nuances do mundo em que vivemos.

Seguindo nesse caminho de interesse por essa área de estudos, realizei, entre os anos de 2017 e 2018, o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e aprendi diferentes abordagens para estudar os efeitos dos meios de comunicação na sociedade. Eu tinha uma percepção, que me acompanha até hoje, de que mais interessante do que estudar as técnicas implicadas no desenvolvimento dos meios de comunicação era buscar entender os desdobramentos sociais que elas promovem e refletem. Minha curiosidade sempre foi sobre como as notícias, as propagandas, os jornais, as revistas, o rádio, o cinema e a televisão encantam seus espectadores a partir de suas mensagens, sons, imagens e interações. E, nesse processo de arrebatamento do público, esses meios e tecnologias acabam também por revelar quem somos enquanto sociedade. A comunicação não existe sozinha, consequentemente acredito que sua pesquisa deve estar atrelada à pesquisa da vida em sociedade, com interface com outras áreas do conhecimento.

Ainda no Mestrado, me tornei pesquisadora do LAC, Laboratório de Antropologia da Comunicação e do Consumo, coordenado pelos professores Everardo Rocha e Bruna Aucar, e vinculado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da PUC-Rio. No LAC, aprofundamos estudos sobre como as representações publicitárias constroem um sistema de valores, bem como informam e modelam comportamentos de atores sociais em suas práticas de consumo. Trabalhando com estudos históricos e também com o consumo como fenômeno central da sociedade moderna, pude avançar em investigações que aliavam esses

dois elementos, hoje centrais nessa tese de doutorado. Assim, esse envolvimento com diferentes pesquisas em torno da comunicação e do consumo foi importante para a definição desses temas como balizadores de meus trabalhos a partir de então. Em parceria com professores e colegas, me envolvi com investigações que resultaram em nossa participação em seminários e congressos e em artigos publicados em anais de eventos e periódicos.

Também durante esses estudos, me aproximei da Antropologia, que me ensinou a relativizar certezas absolutas presentes nos discursos do senso comum. A partir de leituras, palestras e aulas com sociólogos e antropólogos, aprendi que devemos levar em conta os contextos em que são produzidas informações e narrativas. Com fundamento nisso e também com o estímulo de meu orientador, percebi que combinar o estudo da Comunicação à observação de elementos simbólicos e rituais da sociedade poderia levar a descobertas interessantes. Foi então que baseei minha pesquisa de Mestrado em entrevistas com idosos sobre as transformações ocorridas em Copacabana nos seus anos dourados. Além da história em si, eu estava interessada na percepção das pessoas que viveram esse momento histórico.

Em 2018, então, concluí o Mestrado a partir de um trabalho intitulado “Memória, lazer e consumo: a Copacabana imaginada dos anos dourados”, em que analisei as representações desse bairro carioca para 14 informantes que o frequentaram nos anos 1950. Em minha investigação, pude ver que a imagem dessa localidade foi retratada como mágica e encantadora, e isso tinha relação com um momento de ocupação ideal do bairro, de desenvolvimento do comércio e de opções de lazer variadas, mas também com um momento que correspondeu à infância e juventude de meus entrevistados (FEIX, 2018). Dessa maneira, propus uma análise que destacou a convergência das representações desses dois períodos, da história do bairro e também das histórias de vida ouvidas, o que fortaleceu seu imaginário de felicidade e de idealização. Mas, além disso, ao longo de meu estudo, também pude perceber como esse recorte de tempo foi de mudanças importantes – época de transições comportamentais e tecnológicas, foi também quando a comunicação de massa se consolidou no país.

Nessa linha de pensamento, Copacabana se revelou um símbolo das mudanças que ocorreram, mas os idosos com quem conversei me mostraram que

poderia ainda haver mais descobertas a serem feitas sobre esse período. Foi assim que iniciei os estudos de meu Doutorado em Comunicação Social no mesmo ano, com a ideia de ampliar a pesquisa para um grupo maior de informantes e não direcioná-la apenas a uma localidade. No decorrer desses últimos quatro anos, então, venho estudando o período de forma mais ampliada, percebendo-o como um momento-chave para a consolidação de uma comunicação e de um consumo de massa no país, quando suas mensagens e suas práticas aliadas se tornaram centrais na vida comum. Nessa trajetória, me aproximei ainda mais da Antropologia – e isso se tornou mais evidente após complementar minha formação frequentando cursos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, que me fizeram estudar mais a fundo o método etnográfico, entendendo seus principais atributos, particularidades e desafios. A ideia de perceber teias de significados evidenciadas pelas palavras e comportamentos de um grupo específico, então, me pareceu um caminho profícuo para refletir sobre o período que me despertava curiosidade. E foi assim que decidi analisá-lo a partir da percepção de um grupo informantes. Mais uma vez, reitero que todas essas foram escolhas – que poderiam ter sido diferentes, claro, mas que me levaram a percorrer o caminho descrito até aqui.

Voltando especificamente a essa tese, então, o objetivo foi investigar o imaginário desse período tal como elaborado por um grupo que o vivenciou, e foi assim que conheci o residencial selecionado. Nesse sentido, se há diversas pesquisas com relação aos modos de produção que transformaram o Brasil no século XX, acredito que ainda há pouco explorado sobre a cultura do consumo que se consolidou no período equivalente. Entre os temas frequentes abordados por historiadores e sociólogos, estão o arranjo econômico capitalista brasileiro, que fortaleceu a industrialização nacional e uma produção em massa de bens, mas pouco se falou da organização social pelo olhar das testemunhas desse processo, incluindo aí a consolidação de uma comunicação de massa. Assim, busco entender os acontecimentos das décadas de 1930 a 1960 no Brasil não só como consequência da expansão da indústria nacional ou das políticas econômicas adotadas na época, mas também como vivenciados e rememorados por esse grupo de informantes.

Seguindo nesse caminho, ao final da observação, pude contar com um grupo de informantes nascidos entre os anos de 1924 e 1952 – e, sendo assim, a época que

concentra o período de interesse também coincide com a infância e juventude do grupo. Desse modo, o discurso desses informantes organiza os fatos ocorridos no passado, atravessando-os por histórias de vida e transitando entre experiências individuais e coletivas. Para além de eventos marcantes, anotações de datas e acontecimentos históricos, busquei uma interpretação das experiências relatadas, investigando a relação dos fatos com seus significados, das realidades com suas estruturas sociais. Essa abordagem busca perceber as mudanças na vida cotidiana dessas pessoas através de imagens conscientes e inconscientes reveladas em relatos, ações e interações.

Assim sendo, para organizar esse trabalho, antes de partir para a análise do material coletado durante a observação, realizo um breve percurso teórico que pretende recuperar os principais conceitos envolvidos na tese: consumo e comunicação. A ideia não é elaborar um dossiê que pretende esgotar como esses temas já foram trabalhados pela prática científica, mas sim propor uma espécie de orientação teórica sobre os assuntos que estamos estudando. Desse modo, quando falo desses dois tópicos não estou em busca de discussões bibliográficas exaustivas, mas sim em uma tentativa de estabelecer as bases conceituais que nortearam essa pesquisa.

Encaminhando essa proposta, o primeiro deles será explorado no capítulo 2, “Modernidade e Consumo”, que busca contextualizar o capitalismo enquanto cultura, e parte da modernidade como um ponto de inflexão nesse caminho. Para tal, uso como embasamento as ideias de Eric Hobsbawm (1991), que propõe como marco temporal para as grandes transformações que resultaram em uma economia moderna e capitalista as Revoluções Industrial e Francesa. Em seguida, busco as contribuições de Max Weber (2013 [1920]) e de Karl Polanyi (2000 [1944]), que direcionam o olhar não apenas para mudanças econômicas, mas também sociais, e, a partir daí, passo a explorar um painel de diferentes autores que contribuíram para uma visão do consumo enquanto sistema de pensamento, que reflete as ideias do nosso tempo. Elenco as obras seminais de Thorstein Veblen (1965 [1899]), Georg Simmel (2008 [1904]) e Werner Sombart (1967 [1912]), que datam da virada do século XIX para o XX e começam a explorar os significados atrelados ao fenômeno do consumo. E, logo depois, também passo por autores como Fernand Braudel (1995, 1987), Neil McKendrick (1982), John Brewer e J.H.Plumb (1982) e Grant

McCracken (2003 [1988]), que propõem estudos históricos sobre o consumo; e Marshall Sahlins (2003), Mary Douglas e Baron Isherwood (2004 [1978]), Colin Campbell (2001) e Everardo Rocha (2001, 1995), que propõem estudá-lo a partir de sua significação. Por fim, dentro de um conjunto evidentemente mais amplo de estudos mais contemporâneos, selecionei outros autores que também exploram diferentes aspectos do consumo enquanto articulação social, como Don Slater (2002), Gilles Lipovetsky (2007), Dominique Desjeux (2011) e Frank Trentmann (2017).

No capítulo 3, “Algumas teorias e abordagens da comunicação”, parto para uma exploração sobre diferentes teorias e abordagens adotadas pela comunicação enquanto campo de pesquisa. Mais uma vez, trata-se de um recorte de algumas teorias que contribuíram para que a comunicação se consolidasse enquanto disciplina acadêmica e produtora de conhecimento e não de uma retomada histórica precisa. Dessa forma, entendo a comunicação como um elemento estruturante das relações humanas, fazendo parte da própria dinâmica social. Começo discutindo o conceito de comunicação de massa a partir de autores como Edgar Morin (1975 [1962]) e Muniz Sodré (2002). Segundo eles, frente às transformações técnicas ocorridas ao longo do século, os meios de comunicação de massa evocam uma nova pedagogia da modernidade, e eles se ocupam em entender os efeitos dessas mudanças. Nesse ponto de vista, me interessa pensar a comunicação enquanto atrelada à vida social, mediadora de representações e significados. Assim, faço um sobrevoo em algumas diferentes teorias e autores que marcaram esse campo de pesquisa ao longo do último século, entre eles: Robert Ezra Park (1915, 1928), Harold D. Lasswell (1927, 1978 [1948]), Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985 [1947]), Marshall McLuhan (2001 [1951], 1977, 2007), Roland Barthes (2001 [1957], 1990 [1964]) e Jean Baudrillard (1991, 1993). A partir dessas teorias, em um quadro mais geral das visões exploradas, é possível perceber que a transversalidade da presença dos meios de comunicação na vida dos indivíduos é um tema fundador dessa área de estudos e, por isso, sua abordagem acaba também sendo múltipla.

No quarto capítulo, “O Brasil da vida dos informantes”, exploro as transformações ocorridas no Brasil durante o período descrito. Nesse sentido, apesar de o recorte temporal desse trabalho não ser preciso, pois é aquele

determinado pelo imaginário dos informantes, ele abarca um tempo já estudado por diferentes historiadores, sociólogos e economistas. Não me preocupo demasiadamente com números e datas identificados por eles, mas sim com os movimentos sociais que os informantes vivenciaram, destacando: o crescimento da população de grandes cidades; as transformações políticas e sociais promovidas pelo avanço da industrialização; o incentivo ao consumo a partir de recursos financeiros à população; e a consolidação dos meios de comunicação de massa e das novas formas de lazer cada vez mais atrelados a eles. Assim, um olhar interessado nesses temas nos leva a verificar que os informantes viveram um período de crescimento da circulação de jornais e revistas semanais, de estabelecimento de uma programação consolidada primeiramente no rádio e logo em seguida na televisão, de popularização do cinema e de campanhas publicitárias e, ainda, de desenvolvimento de diferentes lojas e espaços de lazer ligados ao consumo. Desse modo, busco, então, chamar a atenção para como esses modos de comunicação passam a se misturar em plataformas, materialidades e mediações, se transformando em elementos centrais da vida social.

No capítulo 5, “Etnografia das memórias e perspectivas de método”, passo a explorar a metodologia de pesquisa, que se propõe a conjugar etnografia e memória para acessar o imaginário do período pelo olhar dos informantes. Para isso, tive como ponto de partida o desafio de encarar o tempo como um marcador social, e a memória como um processo de mediação, resultado de concepções coletivas que revelam um discurso consolidado culturalmente. Seguindo essa orientação, vou apresentar a ideia de que não estou em busca da História da comunicação brasileira, mas sim de histórias sobre o período, tais como lembradas por esse grupo. Assim, para contextualizar esses pontos, parto da diversidade de conceitos relativos à passagem do tempo já abordados pelas práticas científicas, mostrando alguns debates já ocorridos e que, no início do século XX, acabaram por problematizar inclusive a noção de história tal como abordada até então. Além de discussões na *Escola dos Annales*, incluo também as contribuições de Claude Lévi-Strauss (2012 [1949], 1997), que propôs um diálogo entre a história e a etnologia, apresentando um novo caminho para realizar estudos sobre sociedades.



Assim, é fundamentada em sua contribuição que passo a abordar as questões narrativas e simbólicas que permeiam o discurso histórico dos informantes. E, seguindo nessas pistas, recorri a diferentes etnografias e estudos sobre esse método já realizados, como por exemplo os de Brownislaw Malinowski (2018 [1922]), Clifford Geertz (2019), Roberto Da Matta (1978, 1993) e Gilberto Velho (1978, 2013), para me ajudarem a entender esse universo tão diferente do meu. Por fim, analiso ainda algumas discussões acerca da memória enquanto fenômeno social baseada no trabalho de Michel Halbwachs (1994 [1925], 1990 [1950]), que percebe a adoção de referências para um tempo comum, discordando de uma ideia individual de duração e simultaneidade, para, enfim, chegar a estudos mais contemporâneos, que abordam as questões simbólicas da memória como delimitadora de grupos e de identidades, como os de Pierre Nora (1984, 1993), Michael Pollak (1989) e Joel Candau (2011).

Já no capítulo 6, “Idosos, instituições totais e interações”, passo, então, a uma introdução ao trabalho de campo propriamente dito, incluindo percepções e dados sobre o grupo e o local em que foi realizada a pesquisa: os idosos e sua atual residência. Como já mencionado, a opção por realizar uma pesquisa etnográfica tem a ver com o interesse nas representações construídas pelo grupo de informantes. Sendo assim, é nesse ponto da pesquisa que descrevo o contexto em que essas ideias são construídas e, para isso, busco detalhar as pessoas, o espaço e as relações estabelecidas por lá. Primeiramente, a partir das contribuições de Arnold Van Gennep (2011 [1909]) e Vitor Turner (1974), abordo a velhice como uma fase liminar da vida, entendendo, portanto, que ela é capaz de visibilizar as próprias normas da sociedade. A partir daí, procuro descrever algumas ideias de envelhecimento existentes em diferentes culturas, de forma que seja possível identificar e problematizar os papéis que os idosos ocupam em nossa sociedade hoje.

Depois, vou buscar falar das características da instituição escolhida para análise, de forma a buscar demonstrar os comportamentos e as relações observadas na Casa. Nessa perspectiva, referencio o conceito de “instituição total”, cunhado por Erving Goffman em 1961 (2015), que busca dar conta de espaços que são locais de residência e de trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante está separado da sociedade mais ampla. É a partir dessa proposição que

considero que a Casa dos Idosos é uma estrutura complexa, em que as relações microsociais entre idosos, seus familiares e funcionários evidenciam diferentes interações e hierarquias a partir do desempenho de diversos papéis sociais (pacientes, clientes, empregados, filhos e assim por diante). Essa estrutura, delimitada pela Casa dos Idosos, serve, então, como moldura para investigar a construção das representações e dos significados de que estou em busca. E, nesse ponto, também me dedico a explicar as etapas de realização da pesquisa, que foi baseada principalmente em uma aproximação com o grupo, em que busquei ouvi-los a partir de uma intensa convivência e longas e conversas. Ainda, no último item desse capítulo passo a apresentar alguns dos informantes e de suas histórias de vida, a fim de fazer um breve apanhado dos idosos com quem convivi e, assim, também passo a descrever minhas visitas e as principais impressões que tive por lá.

Por fim, no capítulo 7, “Anos dourados e capitalismo na Casa dos Idosos”, trago alguns depoimentos e uma análise do conjunto final das memórias narradas pelos idosos. Nas lembranças do grupo, então, estão histórias cotidianas, que demonstram como esses assuntos – comunicação e consumo – fazem parte da vida social e expressam nossa cultura. Assim, é nessa parte desse trabalho que me dedico a mostrar e interpretar algumas das histórias contadas pelos idosos em minha convivência com eles a partir de um estranhamento próprio do método etnográfico. Minha busca principal é pelo espaço em que as representações se apresentam como valores sociais, reconhecendo discursos que constroem identidades e estilos de vida. Nesse sentido, entendo que, ao trabalhar com suas memórias, é possível ter acesso ao imaginário desse período passado. E, assim, para além de dados a respeito de uma expansão econômica e do consumo, aparecem ideias e valores coletivos, como a dos bens como marcadores sociais; rituais de consumo nos antigos cotidianos; espaços e mapas de distinção social; novos hábitos de lazer; a expansão da comunicação de massa; e, ainda, as transformações dos papéis sociais femininos. Dessa maneira, mais do que suprir desejos individuais, o consumo aparece como um ícone de vida digna, associado a prazeres, privilégios e até felicidade, e a comunicação de massa se mostra como uma grande propagadora dessas ideias.

Sendo assim, o que temos ao final é um entrelaçamento de significações, que acabam por categorizar e hierarquizar ideias, acontecimentos e comportamentos. É possível perceber, então, a comunicação de massa como um

espaço de produção, reprodução e compartilhamento de significações, e os rituais de consumo como práticas que evidenciam práticas e vínculos sociais. Em vista disso, as mensagens da mídia lembradas pelos informantes não pretendem aqui serem reificadas, mas sim utilizadas como um recorte do objeto de estudo que demonstra que a comunicação de massa é capaz de revelar ideologias e modos de levar a vida. É dessa forma, inclusive, que acredito que o método de pesquisa etnográfico pode contribuir com os estudos de mídia, principalmente no que tange sua recepção. Nessa perspectiva, mesmo que a tradição brasileira dessas investigações nem sempre esteja focada nessas bases teóricas, destaco alguns trabalhos que foram inspiração para essa pesquisa por partir da observação etnográfica para a análise do mundo imaginado pela comunicação. Além dos já citados estudos de Everardo Rocha, esse também é o caso de “A leitura social da novela das oito”, de Ondina Leal, “O mundo dos jornalistas” (1986), de Isabel Travancas, e “A era do rádio”, de Lia Calabre (2004).

## 2. Modernidade e consumo

Para começar a delimitar o objeto de estudos, proponho olharmos primeiramente para algumas teorias que buscaram compreender as significações atreladas ao consumo em nossa sociedade. Assim, a raiz das transformações sociais observadas neste trabalho vem ainda do século XVIII, quando a Revolução Industrial inglesa irradiou a economia capitalista para quase todo o mundo, e a Revolução Francesa outorgou o triunfo de uma sociedade burguesa liberal. Essas duas revoluções ocorreram em um momento não só de transformações na indústria e na economia, mas também nas relações sociais e nas relações entre o homem e a natureza, provocando alterações no modo de vida das pessoas e no meio ambiente. De acordo com Eric Hobsbawm (1991), foi a partir desse momento que o capitalismo liberal burguês se fortaleceu em grande parte do mundo, acompanhado de seus sistemas teóricos mais característicos – a economia política clássica e a filosofia utilitarista:

A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da “indústria” como tal, mas da indústria capitalista; não dá liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade “burguesa” liberal; não da “economia moderna” ou do “Estado moderno”, mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. A transformação de 1789-1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo. (HOBSBAWM, 1991, p. 08)

Isso posto, entendemos que a grande transformação global imbricada nesses movimentos não estava apenas atrelada à incorporação de novas tecnologias nos sistemas de produção e a uma nova organização do sistema político, mas também a uma conjunção de forças econômicas, sociais e intelectuais que ocorriam no período. Assim sendo, as mudanças ocasionadas por essas revoluções são tão profundas que sua centralidade se dá mais como marco do que causa efetiva. É concomitantemente a elas que se pode observar a existência de um mercado mundial, marcado pelo objetivo principal de aumento máximo de lucros privados, em que a tecnologia possibilitada pelo conhecimento científico e a crença no progresso individualista preponderaram.

Desse modo, a partir de uma centralidade do pensamento científico e racional, os séculos que sucederam essas revoluções foram de avanços tecnológicos: da substituição da energia produzida pelo homem por energias como o vapor, a eólica e a hidráulica – e, mais tarde, o petróleo e a eletricidade; da consequente transição de uma produção artesanal para industrial; e de aumento exponencial da produtividade e do escoamento de matérias-primas. Mas, para além dessas transformações que percebemos em números e utilidades diárias, o capitalismo também conquistou uma imagem de desenvolvimento para a modernidade e, nesse formato, está imbricado em nossa cultura, moldando as formas que almejamos viver a vida. Assim, se, por um lado, as transformações tecnológicas foram promovendo facilidades e a possibilidade de multiplicação dos bens de consumo, por outro, há também a elaboração e a atribuição de sentido que os próprios homens deram a essas novas possibilidades.

Nesse sentido, Max Weber (2013 [1920]) propôs um estudo ainda em 1904 em que discorreu sobre a gênese da cultura moderna, quando afirmou que o Ocidente desenvolveu o capitalismo tanto em sua dimensão quantitativa como em tipos, formas e direções que nunca existiram antes em parte alguma. Assim, ele pensou o capitalismo não apenas como sistema econômico ou modo de produção, mas como “espírito do nosso tempo”, como ele foi e é vivenciado pelas pessoas. Segundo Weber, então, como particularidade do capitalismo ocidental, temos uma organização industrial racional, voltada para um mercado regular e não para as oportunidades especulativas de lucro, sejam elas políticas ou racionais. Dessa forma, ele coloca o problema da modernidade, em termos de história da cultura, como o “da origem da classe burguesa ocidental e suas peculiaridades, um problema que está com certeza estritamente ligado ao da origem da organização capitalista do trabalho” (2013 [1920], p. 23). E conclui:

À primeira vista, a peculiar forma de capitalismo do Ocidente moderno foi fortemente influenciada pelo desenvolvimento das possibilidades técnicas. A sua racionalidade é, nos dias de hoje, essencialmente dependente da calculabilidade dos fatores técnicos mais importantes. (...) Mas a utilização técnica do conhecimento científico, tão importante para as condições de vida das massas, foi certamente encorajada por considerações econômicas, as quais eram extremamente favoráveis, no Ocidente, a tal utilização. (2013 [1920], p. 23-24)

Logo, ele identifica que o desenvolvimento do racionalismo econômico é dependente da técnica e do direito racionais, mas é também determinado pela habilidade e disposição do homem em adotar certos tipos de conduta racional prática. Weber procede, então, para um estudo específico sobre a ética econômica de diferentes religiões mundiais, buscando a influência dessas ideias religiosas no desenvolvimento de um espírito econômico. Ele busca uma avaliação causal dos elementos da ética econômica das religiões ocidentais que as diferenciam das outras e, a partir disso, classifica os processos que passaram a ocorrer na modernidade de “desencantamento do mundo”, em que componentes mágicos e religiosos passaram a ser enfraquecidos em meio ao desenvolvimento do capitalismo.

Algumas décadas mais tarde, Karl Polanyi (2000 [1944]) também teorizou sobre os processos econômicos na civilização moderna ressaltando suas implicações sociais. Ele, que começa sua obra “A Grande Transformação” com a marcante frase “A civilização do século XIX ruiu” (p. 17) se refere à eclosão do fascismo na Europa como o cataclisma do liberalismo econômico. Fazendo uma retrospectiva analítica, afirma que a sociedade de mercados, que nasceu na Inglaterra e se consolidou na Revolução Industrial, irrompeu a vários países a partir da economia de mercado, do livre comércio e do padrão-ouro. Assim, se debruça em analisar as transformações históricas que levaram a economia de mercado a atingir primeiro sua plenitude com a ideia utópica de mercado auto-regulável, mas depois a sua ruína devido à busca incessante ao lucro. Para ele, as características decorrentes do capitalismo moderno – a fé no progresso, a ênfase no utilitarismo e a plena confiança no desenvolvimento econômico – nos levaram ao fim a uma aniquilação da substância humana e natural da sociedade.

Segundo Polanyi, a partir do século XVIII, a busca desenfreada ao progresso nos levou a uma situação não sustentável, em que todos os fatores necessários à produção deveriam estar à venda. Essa direção, de transformar inclusive a terra, o trabalho e o dinheiro em mercadoria, significaria, ao fim, uma submissão da sociedade ao mercado, o que tem como consequência a desarticulação da vida social. Assim, ele infere que o liberalismo econômico interpretou mal a história da Revolução Industrial porque insistiu em julgar os acontecimentos sociais a partir de um ponto de vista econômico, sendo que, cada vez mais se sabe, a

economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. De acordo com ele:

A civilização do século XIX não foi destruída por ataques de bárbaros externos ou internos; sua vitalidade não foi solapada pelas devastações da Primeira Guerra Mundial, nem pela revolta de um proletariado socialista ou de uma classe média baixa fascista. Seu fracasso não foi consequência de alguma suposta lei de economia, como a taxa de lucros decrescentes, a do subconsumo ou a da superprodução. Ela se desintegrou como resultado de um conjunto de causas inteiramente diferentes: as medidas que a sociedade adotou para não ser aniquilada, por sua vez, pela ação do mercado auto-regulável. (POLANYI, 2000 [1944], p. 289)

Nessa perspectiva, ele afirma que a história econômica mostra que a emergência de mercados nacionais não foi o resultado da emancipação gradual e espontânea da esfera econômica do controle governamental, mas sim foi a consequência de uma intervenção consciente por parte de governos que impuseram à sociedade a organização do mercado.

Ele também menciona o papel fundamental das classes médias como condutoras da economia de mercado a partir da ideia de que seus interesses comerciais eram paralelos ao interesse geral quanto à produção e ao emprego, desenvolvendo uma crença na beneficência universal dos lucros. Polanyi reconhece que os interesses das classes sociais têm mais a ver com termos sociais, como sua posição e lugar, status e segurança, do que econômicos e, assim, entende que o choque entre os princípios organizadores do liberalismo econômico e uma ideia de proteção social transformou uma crise na década de 1920 em uma catástrofe.

Assim, tanto Weber quanto Polanyi buscaram observar as mudanças nos valores e nas práticas da sociedade a partir de sua organização em torno do capitalismo, e é também nesse sentido que aponta esse trabalho. É com inspiração nessas ideias que trazemos a noção do consumo enquanto uma experiência moderna capitalista, que acaba por refletir a cultura e o espírito do tempo da nossa sociedade. Nos interessa, então, pensar nas transformações da organização social capitalista não apenas como consequência do aumento da indústria e de sua produtividade, mas também como incremento da necessidade de consumir dos homens. A sociedade de consumo, que emerge a partir da centralidade dos mercados e das trocas sociais provenientes deles, surgiu como um desdobramento da organização

moderna do capitalismo e nos trouxe para o mundo como o conhecemos hoje: populoso, urbano e globalizado.

Também apontando nessa direção, as análises do consumo como cultura já faziam parte dos estudos nas ciências humanas, principalmente a partir da virada do século XIX para o XX. Thorstein Veblen (1965 [1899]) foi um dos precursores a analisar o consumo a partir da significação, associando-o à emulação. De acordo com ele, é a ideia de equiparar-se ao outro que move o consumo moderno: “(...) a base sobre a qual a propriedade começou e tornou-se uma instituição humana não tem relação com o mínimo de subsistência. O incentivo dominante foi, desde o início, a distinção invejosa ligada à riqueza” (VEBLEN, 1965 [1899], p. 25-26). Nessa perspectiva, ele retira o consumo de um lugar de simples reflexo da produção e passa a vislumbrá-lo como também criador de sentidos. Assim, a partir de discussões econômicas, ele acaba avançando para características da vida social e associa o consumo à busca por status social e não apenas à necessidade material. Já Georg Simmel (2008 [1904]) refletiu mais especificamente sobre a moda e acabou renunciando-a como um sistema de significação. Percebendo que ela reúne o desejo dual do homem pela singularidade e também universalidade, ele defende que a moda escapa de um pensamento utilitarista. E, ainda no início do século XX, Werner Sombart também discutiu especificamente o luxo a partir de uma lógica simbólica do consumo (1967 [1913]). Desse modo, buscou as origens dos valores sociais fomentados pelo capitalismo a partir do estudo de figuras femininas da corte, da nobreza e da burguesia.

Alguns anos mais à frente, também percebemos autores investigando as raízes do fenômeno do consumo olhando a história em perspectiva. É o caso de Fernand Braudel (1995), que, com sua abordagem de longa duração, foi um dos primeiros historiadores a enfatizar a importância do comércio na criação da sociedade moderna, assinalando que a industrialização inglesa se integrou à história geral do capitalismo no mundo, em seu robusto estudo histórico sobre os séculos XV, XVII e XVIII. Segundo ele, apesar de isso ter ocorrido involuntariamente, o mundo foi um cúmplice eficaz da Revolução Inglesa, já que foram as circunstâncias que fizeram da Inglaterra praticamente “a senhora incontestada do mundo” (BRAUDEL, 1987, p. 46). Dessa forma, seu estudo se concentra nos fenômenos envolvidos no comércio e na vida material do período, em que ele percebe que o



desenvolvimento da Europa pré-industrial seria a sua progressiva entrada nas racionalidades do mercado, da empresa e do investimento capitalista.

Neil McKendrick, John Brewer e J.H.Plumb (1982) também buscam traçar uma linha histórica para o crescimento do progresso, mas eles são bem mais contundentes do que Braudel e defendem que há o nascimento de uma sociedade de consumo na Inglaterra no século XVIII. Para eles, é nesse momento que objetos que, por séculos fizeram parte da vida apenas de pessoas ricas, no espaço de algumas gerações, se tornaram disponíveis para uma parte muito maior da população. Nessa lógica, eles afirmam que a Revolução Industrial e a Revolução do Consumo formaram um par indissociável, causando uma mudança nos meios e fins produtivos e também nos gostos e comportamentos sociais. Assim, eles também percebem que, se antes o consumo era ditado por uma ideia de necessidade, a partir desse momento ele passou a ter outras motivações; assim como o que antes comprávamos apenas uma vez na vida passou a ser um produto que pode ser comprado várias vezes.

McKendrick, Brewer e Plumb argumentam que essas mudanças no comércio têm a ver com a queda de algumas barreiras de atitude e de pensamento existentes até então, como alterações na riqueza e nos padrões de vida, mudanças na técnica comercial e nas habilidades promocionais e às vezes até mudanças na própria lei. Mesmo assim, eles salientam que o desejo de consumir não era uma novidade, mas sim a capacidade de fazê-lo, visto que a busca por compras e vendas têm uma longa história, e o consumo conspícuo já era mais antigo. Dessa forma, eles percebem que as mudanças comportamentais estão alinhadas com ajustes políticos, intelectuais e sociais – e não somente econômicos. Assim, os autores defendem que, quando normalmente historiadores enfatizam apenas a transformação na oferta de bens e não em sua demanda, acabam por ignorar um importante motor responsável pela formação da sociedade moderna: o consumo. Segundo eles, a Inglaterra georgiana, período compreendido entre 1714 e 1830, então, foi um ponto de inflexão, já que há um desenvolvimento e um crescimento embrionário de um comportamento consumidor nos homens.

Saindo um pouco da perspectiva histórica, há também outros estudos que nos levam à definição de que vivemos em uma sociedade em que a cultura do consumo se impõe não só a partir de uma organização econômica, mas também

social e política. Entre eles, na década de 1970, é possível destacar “O pensamento burguês”, de Marshall Sahlins, publicado no livro “Cultura e Razão Prática”, (2003). No estudo, ele parte da ideia de Karl Marx 2008 [1867] sobre o “fetiche da mercadoria” – que reflete sobre as relações sociais envolvidas na produção de bens materiais e percebe uma diferença nos valores de produção e de venda dos produtos – para criticar uma suposta oposição entre razão prática e cultura. De acordo com Sahlins, é o consumo que completa a produção dos bens, a partir da sua significação. Dessa forma, ele defende que o valor de uso dos bens não é menos simbólico do que o valor-mercadoria, pois sua utilidade é também uma significação.

Mary Douglas e Baron Isherwood (2004), dois anos depois, também propõem uma perspectiva antropológica para a análise do consumo, sendo precursores em o analisarem como um sistema de classificação. Em “O Mundo dos Bens”, eles defendem que as coisas cuja posse significa riqueza não são necessárias por elas mesmas, mas pelas relações sociais que elas sustentam. Portanto, é assim que passa a haver não só o valor financeiro dos bens, mas também um valor social. A antropóloga e o economista, a partir da ideia de troca e dádiva em Marcel Mauss (2003 [1925]), enxergam, então, que o capitalismo cria um sistema de valores e de organização do ambiente social em que os bens se tornam acessórios para a localização social das pessoas, sendo que a organização dos mesmos mantém os lugares privilegiados a partir de convenções sociais.

E já na década de 1980, Arjun Appadurai (1986), em “A vida social das coisas”, inaugura uma perspectiva de estudos do consumo baseado na ideia de cultura material. O livro, uma coletânea de diversos textos que se propõe a ser um diálogo entre antropólogos e historiadores sobre o tema das mercadorias, também conta com um texto de introdução, assinado por Appadurai, que propõe uma perspectiva diferente sobre a circulação de mercadorias na vida social. Ele parte da ideia de que as trocas econômicas criam valor, e que, portanto, é relevante nos concentrarmos também nas coisas trocadas, e não apenas nas formas e nas funções da troca. Assim, defende que, para entender esse vínculo entre a troca e o valor de troca é importante analisar a política que o cria.

Outro estudo que remonta esse tema é o de Daniel Miller (1987), que também publicou na mesma década “*Material culture and mass consumption*”, em que propõe uma teoria geral do consumo a partir das relações da sociedade moderna

com a materialidade. Miller parte do conceito de objetificação, de Hegel, e passa por teóricos como Marx, Munn e Simmel para sugerir a contextualização dos bens de consumo como cultura material a partir de seu consumo de massa. Ele enfatiza como naquela época o consumo ainda tendia a ser tratado apenas como a expressão final do capitalismo, sendo preterido à produção para análises de cultura e significação.

Ainda relacionado ao tema, ele também editou o livro “*Acknowledging Consumption*” (1995), com textos que refletem sobre o estudo do consumo nas ciências do homem, e assinou o capítulo de introdução, buscando entender a expansão repentina do interesse no tema do consumo para as ciências sociais. Nesse capítulo, então, elabora a possibilidade de esse ser um reflexo atrasado de transformações sociais e econômicas que foram negligenciadas pelos acadêmicos nos últimos anos. Dessa forma, interpreta que o estudo do consumo não representa apenas mais um tópico para o estudo das sociedades modernas, mas sim uma mudança fundamental nas premissas básicas que sustentaram a disciplina. A partir dessa perspectiva, ele defende uma definição do consumo não como bom ou mau, ou ainda relativo ao indivíduo, mas sim em seu entendimento como prática cotidiana. Miller propõe uma teoria geral do consumo e, nessa direção, indica uma reflexão alternativa sobre a natureza contraditória da sociedade contemporânea – para ele, os bens de massa são a nossa cultura.

Do mesmo ano do primeiro estudo de Miller também data o de Colin Campbell (2001), que também gostaria de destacar. Ele parte das ideias de Max Weber sobre religião e pensamento econômico para corroborar a ideia de que uma revolução cultural mais ampla estava envolvida na Revolução Industrial: a revolução do consumo. À vista disso, segundo ele, no cerne do fenômeno do consumo há um modelo complexo de comportamento hedonista que, antes mesmo de ser ação, se dá na imaginação do consumidor. Associando o movimento cultural romântico com as atitudes do consumidor moderno, ele propõe ser esta a chave para a percepção do consumo como processo de troca não só material como também simbólica. Assim, para ele, o consumo é econômico, mas também romântico:

Procurar satisfação é, assim, envolver-se com objetos reais, com o fim de descobrir o grau e a espécie de sua utilidade, enquanto procurar prazer é expor-se a certos estímulos, na esperança de que estes detonarão uma resposta desejada dentro de si mesmo. (...) Assim, enquanto só a realidade pode proporcionar satisfação, tanto ilusões como enganos podem dar prazer. (CAMPBELL, 2001, p. 91)

Nesse sentido, segundo ele, o comportamento religioso protestante foi acrescido pelo comportamento hedonista no consumidor moderno. A sociedade vive, então, uma época voltada aos prazeres para si mesmo, o que leva a uma tendência à capacidade imaginativa. O imaginário, então, está povoado com imagens de consumo idealizadas muito mais do que apenas baseadas no materialismo. É a partir delas que se constrói um estilo de vida sonhado, baseado no uso de bens e serviços e suas representações.

No Brasil, foi também nos anos 1980 que Everardo Rocha (2001) publicou um estudo seminal sobre o consumo, “Magia e Capitalismo”, inaugurando um campo de estudos ainda pouco explorado no país. A partir de anúncios publicitários, Rocha parte do método etnográfico para apresentar uma análise da comunicação, e propõe um estranhamento das mensagens publicitárias para sua posterior análise. Dessa forma, o antropólogo também aproxima a publicidade do totemismo, percebendo como os anúncios constroem um mundo idealizado, em que momentos do cotidiano são sacralizados. Essas ideias, inicialmente propostas por Rocha em 1985, são mais tarde abordadas em outro livro, “Sociedade do Sonho” (1995), em que ele direciona sua pesquisa à análise da comunicação enquanto espaço reflexivo sobre a vida social. Assim, segundo ele, a comunicação de massa atravessa a cultura dos homens como tradutora de sua experiência de ser do mundo e se revela, então, como um rico e complexo sistema simbólico. Inspirados nessa análise é que orientamos nossa pesquisa à recepção das mensagens da mídia por seu público. Sendo assim, quando pensamos na incorporação de valores em nossa cultura a partir da mídia, não falamos que isso ocorre de forma simples e ordenada, já que ela passa por esferas do humano que incluem a socialização e as emoções. É a partir dessa perspectiva, então, que percebemos a comunicação de massa um espaço de produção, reprodução e compartilhamento de significações. E, baseados na observação da recepção de seus conteúdos, é possível identificar representações coletivas que circulam na sociedade e edificam sistemas de pensamento.

Também mais voltado a um estudo histórico sobre as origens do consumo moderno está o livro de Grant McCracken (2003), que parte do ponto já enfatizado por McKendrick, Brewer e Plumb, de que houve uma revolução do consumo, para também analisar as transformações culturais que nos levaram a ela. Argumentando que foi dada demasiada ênfase à Revolução Industrial em detrimento de outros desenvolvimentos importantes, já que, uma mudança nos meios e fins produtivos não poderia ter havido sem também uma mudança nos gostos e preferências dos consumidores, McCracken, faz uma retomada da história do consumo e indica três momentos históricos como chave para sua consolidação como um sistema simbólico. Ele localiza o primeiro deles no século XVI, quando a rainha Elizabeth I da Inglaterra utilizou seus gastos como um instrumento de governo, mudando-se para Londres e criando uma rede de hospitalidade em torno de sua mudança de endereço. Segundo ele, a partir de bens conspícuos, a realeza pretendeu comunicar legitimidade a seu governo, criando uma aura quase divina ao seu redor e promovendo os bens a elementos classificatórios e acentuadores de seu poder. McCracken percebe como um segundo momento o século XVIII, quando as classes subordinadas à nobreza começam a participar destes novos hábitos de consumo, tornando-os mais abrangentes e generalizados. É neste momento também que surgem estratégias de venda um pouco mais apuradas, como a publicidade ou o marketing incipiente. Por fim, o terceiro momento destacado por McCracken acontece em meados do século XIX, quando o consumo passa a ser o “centro magnético” da sociedade (MCCRACKEN, 2003, p. 43). Mesmo assim, ele enfatiza que não é exatamente nesse momento que ocorre um *boom* no consumo, pois ele mesmo já havia se transformado em uma característica estrutural da vida social. Assim, juntamente com as mudanças sociais experimentadas à época – como o surgimento das lojas de departamentos, de novos padrões de interação entre pessoas e coisas e de novas técnicas de marketing –, cada vez mais significados passaram a estar associados aos bens. McCracken ainda menciona que foi no século XIX que o consumo se estabeleceu como fato social permanente, em que a dialética entre mudança no consumo e mudança social era uma realidade estrutural.

Já em meados da década de 1990, Don Slater (2002) também afirmou que não foi a produção ou o consumo, mas a negociação e o comércio que se tornam

catalisadores da transição da sociedade agrária tradicional para a sociedade moderna. Segundo ele:

(...) a cultura do consumo está ligada à ideia de modernidade, de experiência moderna e de sujeitos sociais modernos. Na medida em que “o moderno” se estabelece com base em uma visão de mundo vivenciada por um agente social que é supostamente livre e racional enquanto indivíduo, dentro de um mundo que não é mais governado pela tradição, e sim pela abundância, e um mundo produzido pela organização racional e pelo saber científico, a figura do consumidor e a experiência do consumismo são ao mesmo tempo típicas do novo mundo e parte integrante de sua construção (SLATER, 2002, p. 18).

Assim, ele também alega que há evidências abundantes de algum tipo de revolução do consumo por volta do século XVIII, e é a partir dela que se constitui a cultura do ocidente moderno. Segundo a sua avaliação, o corolário de que a cultura do consumo ocorreu cronologicamente depois da industrialização não passa de uma tendência produtivista: “O ponto crucial é que a expansão do mundo das mercadorias, os novos padrões da dinâmica de consumo e a nova organização comercial, todos eles precedem, em até alguns séculos, o que quer que possa ser reconhecido como industrialização” (SLATER, 2002, p. 28). Slater, então, destaca que a cultura do consumo é singular e específica da modernidade ocidental, sendo um acordo social em que as relações são mediadas pelos mercados.

A partir dessa contextualização, Slater também investe em uma retomada histórica para buscar respostas sobre a cultura do consumo não como consequência tardia da modernização industrial ou da modernidade cultural, mas sim como parte da própria construção do mundo moderno. Para ele, é no início do século XIX que podemos perceber indícios de novas experiências e novos bens passíveis de consumo, assim como também novas necessidades de exibição: o surgimento dos shoppings, das galerias, das lojas de departamentos, das exposições internacionais, dos museus e de novas formas de entretenimento estão em linha com isso. E é entre 1880 e 1930 que todas as características modeladoras da cultura do consumo chegam a sua forma madura, em que os bens se tornam padronizados e substituíveis, permitindo a produção de bens em grandes quantidades com baixo custo por meio de uma divisão técnica do trabalho intensiva, racionalmente controlada e cada vez mais automatizada.

A partir desse período, então, estamos falando de uma cultura do consumo em termos de produção e de participação em massa. E, nessa configuração, Slater defende que a cultura do consumo se tornou algo como o motor da prosperidade, uma ferramenta proeminente para administrar a estabilidade econômica e política. É na esteira desse pensamento que a publicidade e o marketing dessa época não vendiam só bens de consumo, mas o próprio consumismo como o caminho cintilante para a modernidade: incitavam seus públicos a se modernizarem, a modernizar seu lar, suas formas de transporte e sua própria vida cotidiana.

Além desses trabalhos, também gostaria de destacar mais contemporaneamente os estudos, no Brasil, de Livia Barbosa (2004), e no exterior, de Gilles Lipovetsky (2007), Zygmund Bauman (2008), Dominique Desjeux (2011) e Frank Trentmann (2017), pois também se dedicam a pensar sobre temas comuns a minha pesquisa. Barbosa publicou “A sociedade de consumo” em 2004, e no livro discorre de forma concisa sobre esse rótulo que a sociedade contemporânea se auto intitulou. Segundo ela, há muitas controvérsias sobre a origem da sociedade de consumo, que estão basicamente centralizadas no eixo de “quando mudou” e “o que mudou”. A partir dessa ideia, ela também aponta na direção de que as grandes invenções tecnológicas associadas à Revolução Industrial ocorreram muito tempo depois de uma certa explosão no consumo e, portanto, não foram elas as responsáveis únicas para tal acontecimento. Daí em diante, ela parte para uma exploração das obras que discutem as mudanças históricas e as características da sociedade de consumo, finalizando com um breve panorama desses estudos publicados no Brasil – e, nesse caso, apesar de não citar nenhum autor brasileiro – argumenta que o campo é praticamente inexistente em produções acadêmicas.

Entre os autores estrangeiros, Lipovetsky (2007) trabalha em seu livro “A Felicidade Paradoxal” com o que ele chama de nova modernidade, a “civilização do desejo”, construída ao longo da segunda metade do século XX e que participa da organização social e econômica chamada capitalismo de consumo. Ele também relaciona esse processo com o que considera “marketing de massa”, responsável por também inventar um consumidor moderno a partir da invenção de grandes marcas, que padronizam e empacotam os novos produtos. Bauman (2008), em “Vida para o consumo”, encontra na transformação dos próprios consumidores em mercadoria uma resposta aos remodelamentos exigidos pela sociedade

contemporânea. A partir de uma análise da internet e das redes sociais como espaços da vida social, ele busca examinar os impactos dessa transformação. E Desjeux (2011), em “O Consumo”, propõe o método de análise de itinerários para reconstruir o processo de aquisição de um bem ou de um serviço, percebendo a dinâmica social na qual ele está inserido. Dessa forma, apesar de centralizar a análise na decisão individual, como processo microsocial, ele considera o papel do marketing como motivador das compras pelos consumidores.

E, por fim, em estudo mais recente, Frank Trentmann (2017) ainda recorre à ideia do nascimento da sociedade de consumo de McKendrick, Brewer e Plumb para questionar a importância que os historiadores atribuem à origem do fenômeno. Segundo ele, o início do consumo moderno pode vir ainda de um período anterior do que a Inglaterra do século XVIII, já que ele defende que há um notável aumento nas posses das pessoas entre 1500 e 1800 – como por exemplo na Itália renascentista dos séculos XIV a XVI e na China no final da dinastia Ming, entre 1520 e 1644. Ele afirma que, apesar de as histórias do consumo terem sido principalmente espelhadas na ascensão do Ocidente, esse foco é reducionista e não abrange a comparação entre as diferentes culturas que adotam esses novos estilos de viver a vida. Baseado nessas premissas, Trentmann propõe um estudo sobre a história do consumo em que, por um lado, analisa como as instituições e ideias moldaram o consumo ao longo do tempo, e, por outro, busca como o consumo também transformou o poder, as relações sociais e os sistemas de valores. Assim, ele não centraliza o aumento do consumo de bens somente em fatores socioeconômicos – como a urbanização, aumento da riqueza e da produtividade e aumento da classe média –, mas afirma que o pré-requisito para o aumento do consumo faz parte de uma mudança nas relações dos homens com os bens e mercadorias.

Reunindo, então, a história de algumas mercadorias, como o café, o açúcar e o algodão, Trentmann demonstra como a sua comercialização contribuiu para uma expansão de gastos e uma mudança em gostos dos consumidores, por exemplo. E a partir dessa retomada histórica, ele considera que o que ocorreu no início do período moderno foi uma transformação cultural, moral e institucional gradual do papel das coisas nas sociedades em diferentes partes do mundo, resultando hoje em um mundo de bens e trocas globais. Nesse sentido, ele também entende que uma certa exaltação do consumo pode ter origem no pensamento econômico, mas foi



completada pela política, a partir do uso do poder de compra para promoção de reformas sociais no século XX. Deste modo, ele utiliza uma abordagem diferente daquela que se refere às décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial como de aumento do hedonismo, do poder do marketing e dos publicitários, da chegada do cartão de crédito, dos supermercados e do *American Way of Life*. As décadas 1950 e 1960, para ele, viram ganhos sem precedentes no Ocidente, mas mais do que um novo começo, elas são como um capítulo atrasado em uma longa história de expansão global dos bens. Para ele, o *boom* de consumo ocorrido nas décadas de 1950 e 1960 não foi apenas um fenômeno do mercado, mas também foi quando houve uma expansão sem precedentes nos serviços sociais aos pobres, aos idosos e aos desempregados. Assim, segundo Trentmann, a ascensão do consumo atingiu seu apogeu na Guerra Fria, mas não se resume a uma hegemonia mundial norte-americana do pós-guerra, mas sim um fenômeno global.

A partir desse panorama, podemos ver que hoje o consumo é um campo de estudos em expansão, sendo explorado por diferentes pensadores e linhas de pesquisa. Assim, fazendo uma breve retomada das ideias discutidas nesse capítulo, entendo que autores como Braudel, McKendrick, Brewer e Plumb, McCracken, Slater e Trentmann, que buscaram as raízes da ascensão de uma cultura do consumo a partir de uma revisão histórica, nos ensinam que achar uma data fixa de referência para tal não é tão simples. Eles percebem que as mudanças a que nos referimos estão localizadas no tempo histórico da modernidade e foram construídas em um longo processo a partir de uma organização social capitalista. De outro lado, perspectivas como a de Weber, Polanyi, Veblen, Sahlins, Douglas e Isherwood e Rocha, que consideram os valores dominantes na sociedade não só aqueles organizados pelas práticas capitalistas, mas também, de certo modo, derivados delas, nos ajudam a perceber o consumo como sendo a outra face da moeda da produção, refletindo e iluminando os significados que designamos a bens e produtos materiais. Penso que, em conjunto, essas referências teóricas, então, podem nos levar à definição de que o aumento da capacidade do sistema produtivo e o crescimento econômico não são só consequências, mas também causas desse processo. E, na esteira desse pensamento, ainda é possível argumentar que a industrialização pode ser considerada o motor e também a essência da

modernização e do capitalismo, já que, para além da viabilidade de tecnológica da produção de bens está o desejo de novas aquisições por parte dos consumidores.

### 3. Algumas teorias e abordagens da comunicação

Seguindo na direção proposta no início desse trabalho, depois de traçarmos um breve panorama sobre os estudos do consumo, passamos agora a olhar para a comunicação como campo de pesquisa. Friso o ponto da pesquisa, pois a própria palavra comunicação nos leva a ideias diversas e conjuga diferentes ações, como conversar, ouvir, falar, ler, ir ao cinema, ver televisão e assim por diante, mas aqui ela nos interessa como disciplina teórica. Desse modo, mesmo compreendendo uma grande amplitude de atividades, a comunicação aparece na organização social como uma força – não no sentido de ter a capacidade de manipular sozinha grandes multidões, mas sim como reveladora de dinâmicas culturais – e é a partir disso que também se firma como objeto de estudos. Nesse sentido, busco neste capítulo apresentar algumas teorias que contribuíram para sua constituição e consolidação enquanto ciência, principalmente a partir de sua função como mediadora social.

A comunicação, então, é vista nesse trabalho como algo inerente à experiência de ser humano, incorporando valores de nossa cultura em seus discursos e práticas. A partir dessa perspectiva, busco entendê-la aqui não resumida a seus meios e tecnologias, mas sim como parte indissociável de própria vida cotidiana das pessoas. Asa Briggs e Peter Burke (2016), que empreenderam uma história social da mídia, enfatizaram a ligação intrínseca entre a comunicação e as mudanças sociais e econômicas ao longo da história. Em seu estudo, os autores defendem que, mesmo que possamos falar do interesse pelos meios de comunicação desde a valorização da retórica na Grécia e Roma antigas, a industrialização os transformou a partir de sua capacidade de aumentar a riqueza e o lazer. Assim, eles também associam as novidades tecnológicas dos últimos séculos – como ferrovias, navios a vapor, telégrafo, telefone, rádio, fotografia, e assim por diante – a consequências da organização moderna da sociedade, não podendo, então, serem analisadas dissociadas disso.

Em resumo, se observarmos a tecnologia em correlação com o mundo social, podemos ter uma visão da história da comunicação como um processo, em que diferentes plataformas e materialidades foram sendo incorporadas à vida dos homens de forma gradual. Se a prensa de Gutemberg foi o que possibilitou a propagação da imprensa escrita ainda no século XIV, ao longo dos séculos seguintes as inovações tecnológicas viabilizaram novas e diferentes formas de

comunicar. Causa e consequência de uma sociedade moderna, capitalista e que vive cada vez mais em aglomerados urbanos, chegamos ao século XX tendo os meios de comunicação como algo que atinge os modos de viver a vida com cada vez mais intensidade. Quando falamos de comunicação de massa, então, estamos falando de novidades tecnológicas que os homens experienciaram ao longo do século XX e que tiveram impacto não apenas no ato de comunicar, mas também na sua sociabilidade. À vista disso, é também nessa configuração que se consolida uma comunicação de massa brasileira – e justamente no período em que os informantes dessa pesquisa se referem a ela.

Segundo Edgar Morin (1975), é a contar da virada do século XX que a comunicação passa por diversas transformações a partir do avanço técnico das telecomunicações, deixando de ser centralizada, vertical e unidirecional e passando a ser interativa e multimídia. Para ele, com o desenvolvimento tecnológico ocorrido após a Segunda Guerra Mundial há também uma mudança no espírito do tempo: a cultura e a vida privada passam a ser fabricadas industrialmente e vendidas comercialmente. Dessa maneira, apoiada em um novo “sistema nervoso”, composto de teletipos, fitas magnéticas, rádio, televisão, revistas e outros, emerge o que o autor chama de “cultura de massa”, uma cultura em que o avanço técnico das telecomunicações as possibilita serem descentralizadas, interativas e multimídias (1975, p. 09). A evolução do campo de pesquisas em comunicação ocorre, então, concomitantemente com o próprio desenvolvimento das novas formas de comunicar possibilitadas pela tecnologia, que se transformaram ao longo dos anos.

Na esteira desse pensamento, as perspectivas trazidas pelos avanços técnicos na comunicação, principalmente a partir da possibilidade de rápido e múltiplo espalhamento de mensagens, envolvem mudanças nos costumes e nas formas de agir e pensar dos homens. Muniz Sodré (2002) também chama a atenção para uma nova qualificação da vida possibilitada pelas mídias que, segundo ele, implica em uma reconfiguração do mundo. Para ele, amparada pelo fascínio da tecnologia e do mercado, a comunicação participa de um tipo emergente de sociabilidade, que não está ancorado em um território específico e que se mistura a outros processos culturais. Assim, percebe a comunicação como um espaço reflexivo sobre a vida social, um nó, em que se entrelaçam problematizações e significações a respeito da vinculação humana ou atração social. Essa vinculação

não tem um caráter apenas interativo, mas também pressupõe uma dimensão imaginária, já que há transformações nas referências simbólicas da consciência contemporânea.

De acordo com Sodré, a aceleração na circulação de produtos informacionais não altera o princípio fundamental da comunicação, mas acaba por dar voz ao capitalismo contemporâneo. Nessa perspectiva, apesar de parecer uma grande transformação, a chamada Revolução da Informação, tributária da Revolução Industrial, na verdade se trata apenas de uma “mutação tecnológica”, já que as novas tecnologias apontam para a conservação das mesmas estruturas de poder (SODRÉ, 2002, p. 12-13). Assim, ainda de acordo com ele, é a partir dessa ideia que se demonstra como os interesses de mercado se infiltraram e tomaram conta das demais esferas da vida, modificando hábitos cotidianos que organizam os costumes. A comunicação e a informação, então, contribuem para os discursos embasados na aceleração do desenvolvimento econômico e na ideologia de bem-estar humano do capitalismo, em que o capital é a principal fonte de valor.

Esse entrelaçamento social provocado pela comunicação também está refletido na diversidade de suas pesquisas, já que, ao longo do século XX, sua percepção como objeto de estudos parte de uma heterogeneidade de hipóteses e pontos de vista. Mas, se diversos teóricos já se propuseram a escrever suas histórias sobre a comunicação, aqui não pretendo fazer o mesmo. Minha ideia não é, então, realizar uma retomada definitiva de todas as correntes de pensamento que já existiram, mas sim fazer uma breve incursão em algumas instituições e correntes de pensamento importantes para a consolidação da comunicação enquanto campo científico. À vista disso, elaborar uma retomada desses trabalhos não é simples, pois, além da multiplicidade de abordagens em suas pesquisas, as próprias linhas de estudo não são homogêneas e não necessariamente se sobrepõem umas às outras. De antemão, percebemos que esse resgate acaba chamando a atenção para oposições, mas nem sempre é disso que se trata, já que a ideia de antagonismo também se presta para a posterior diferenciação de uma teoria da outra. Assim, apesar dessas dificuldades, opto por seguir esse caminho por considerar que, ao relembrar alguns paradigmas, é possível também demarcar certas diferenças de abordagem, o que nem sempre precisa resultar em conflitos, mas também pode se converter em novas perspectivas de estudo.

Começo lembrando da Escola de Chicago, definida por alguns historiadores do campo como uma das primeiras a direcionar estudos para os fenômenos da comunicação. Surgida ainda no final do século XIX, na cidade de mesmo nome, teve como centralidade de suas pesquisas a questão urbana, mas é associada às pesquisas em comunicação devido a sua visão de que os processos de interação entre as pessoas são constituídos simbolicamente por ela. Sua força impulsionadora foi um processo massivo de migração de pessoas do ambiente rural para o urbano a partir de um acelerado desenvolvimento industrial que o *Middle-East* norte-americano viveu no período (COULON, 1995). Em um ambiente caracterizado por múltiplos choques culturais gerados pelo crescimento da cidade de Chicago, os acadêmicos ligados à Escola buscaram valorizar em suas pesquisas o trabalho de campo e a observação participante.

Um dos pioneiros a pensar a vida nas grandes cidades, Georg Simmel, que publicou em 1903 o importante ensaio “A metrópole e a vida mental”, foi uma inspiração para os estudos da escola, pois buscou investigar que tipo de individualidade a cidade grande estimula e constitui (1973 [1903]). Além desse texto, outros de sua autoria e com a mesma temática foram publicados nos primeiros dez anos da “*American Journal of Sociology*”, revista ligada à Escola de Chicago, fortalecendo o assunto nos debates acadêmicos locais e contribuindo para a construção do pensamento social da época (VELHO, 2005). É, então, a partir dessas influências que a escola produziu um vasto e variado conjunto de pesquisas direcionado à investigação dos fenômenos sociais que ocorriam com o aumento demográfico da metrópole.

Na Escola de Chicago, Robert Ezra Park foi um dos grandes expoentes, principalmente a partir de seus textos sobre comunidades segregadas (1915) e marginalidade (1928). Suas pesquisas partiram da premissa que os processos de interação entre as pessoas são constituídos simbolicamente pela comunicação e, portanto, exploravam esses problemas sociais da metrópole recém surgida a partir do olhar às comunidades locais. E foi a partir dessa perspectiva que a escola também se transformou em uma fonte privilegiada para pesquisas etnográficas, em que o uso da linguagem como guia simbólico para análise promovia uma relativização importante da forma como cada indivíduo experimentava a realidade e, assim, possibilitava uma leitura mais abrangente dos processos em questão (STOCKING,

2004). As interações entre indivíduo e sociedade, então, possibilitaram pensar a cidade como um laboratório, e propõem uma espécie de microsociologia para entender a ordem social.

Nessa orientação, com a formação da Escola de Chicago inaugurou-se um novo campo de pesquisa sociológica, centrado nos fenômenos urbanos, mas que também forneceu insumos para pensar a comunicação baseada em premissas da interação social. Assim, apesar de ter se constituído como eclética, a escola se mostrou atenta às “tecnologias do vínculo”, em que o meio urbano se tornava um local privilegiado de reunião de pessoas – ideia que também pode ser atribuída à mídia a partir de seus dispositivos tecnológicos (JOSEPH, 2005, p. 99). A partir desse mote, podemos dizer que há uma ideia correlata entre a cidade como espaço em que tornamos nossas experiências individuais em públicas e a mídia como um local que também mecaniza esse processo.

Assim, com diversas influências para o estudo do crescimento populacional da cidade, a Escola de Chicago, para além do estudo da multiculturalidade dos novos modos de vida urbanos, também foi capaz de investigar as particularidades dos indivíduos quando inseridos em diferentes grupos. Para Alain Coulon (1995), o departamento de sociologia e antropologia da universidade tornou-se, desde o início dos anos 1900, o principal centro de estudos e de investigação sociológica dos Estados Unidos, sendo o mais prestigioso deles nas duas décadas seguintes. Quem também concorda com esta informação é Howard Becker (1996), considerado da segunda geração da escola, já que, segundo ele, a Universidade de Chicago foi a instituição mais importante da época na área de sociologia do país.

A partir de um olhar direcionado para as interações simbólicas, a Escola de Chicago aparece, então, como relevante influência para os estudos do campo da comunicação, principalmente no que tange análises sobre interação e recepção dos meios. Mas, mesmo ela deixando um legado de valor, em períodos próximos outros teóricos também desenvolveram pesquisas a partir de perspectivas bem diferentes. Entre eles está Harold D. Lasswell, que publicou na década de 1920 “*Propaganda Techniques in the World War*” (1927), pensando os meios de difusão como capazes de moldar a opinião pública. Afastado de problemas relacionados à urbanização acelerada que se encontrava a Escola de Chicago, esse estudo já estava mais ligado ao contexto do fim da Primeira Guerra Mundial e também foi marcado por outra

tendência que passava a aparecer nas pesquisas em comunicação: o uso proeminente de números e dados. Essa orientação estava alinhada também com interesses políticos e empresariais da época, que vivia uma realidade ligada à ascensão de experiências totalitárias na Europa. Partindo desse ponto, Lasswell também criou, alguns anos mais tarde, um modelo em que descrevia o ato de comunicação como: “Quem diz o que em que canal para quem com que efeito?” (LASSWELL, 1978 [1948], p.105), privilegiando a observação da comunicação a partir de seus instrumentos técnicos. Essa frase, segundo ele, seria um modelo linear de estímulo-resposta, mostrando como as mensagens da comunicação de massa entram rapidamente na mente das pessoas sem encontrar resistência, firmando posições e opiniões.

As pesquisas de Lasswell se direcionavam para análise de dados mais exatos sobre a mídia, e é também nessa direção que aponta o Modelo Matemático da Comunicação – ou Modelo Shannon-Weaver. O estudo, proposto pelo engenheiro Warren Weaver e pelo matemático Claude Shannon na década de 1940, levou em conta as questões técnicas envolvidas na transmissão de mensagens e, assim, descreveu cinco elementos que formariam o sistema de troca e comunicação como fonte de informação: transmissor, receptor, canal, mensagem e destino (1949). A ideia destes autores era sistematizar o conhecimento necessário a fim de tornar o processo comunicativo o mais eficiente possível, melhorando a velocidade de transmissão de mensagens, diminuindo as distorções e aumentando o rendimento global do processo de transmissão de informações.

Baseado em teoremas matemáticos, o modelo proposto por Shannon e Weaver indicava que um canal de comunicação deveria funcionar independentemente do significado das mensagens que transmite ou dos aspectos relacionados à recepção dessas mensagens. Com isso, eles privilegiaram uma visão técnica e calcularam limites e barreiras para a transmissão de sinais em um canal físico de comunicação, mas não levaram em conta questões intrinsecamente sociais desse processo. Mesmo assim, a proposição de um sistema para entender o processo comunicacional é uma referência importante para determinar a correta transmissão de mensagens, o que torna essa teoria também notável para a consolidação da comunicação enquanto campo científico.



Nessa perspectiva, também preocupados com as questões da qualidade da recepção nas mensagens, estão os trabalhos de Paul Lazarsfeld. Através de pesquisas de audiência, ele propôs uma metodologia empírica para o estudo da comunicação, e passou, então, a estudar o comportamento do público a partir dos efeitos das mídias. O sociólogo trabalhou, em parceria com outros teóricos, com a análise de pesquisas estatísticas, mas a partir delas questionou o efeito direto da mídia. Segundo ele, baseado na ideia do “duplo fluxo da comunicação”, em que se percebe que a influência da mídia em seu público é variável e depende também da ação de intermediários, os chamados “líderes de opinião”, passam a ser disseminadores das mensagens da mídia (LAZARFELD, BERELSON, GAUDET, 1967 [1944]; KATZ, LAZARFELD, 1955 [1951]). Assim, como resultado de ponderações empíricas, o duplo fluxo da comunicação e o líder de opinião fazem parte da dinâmica comunicacional, e, a partir de suas redes de interações, a incluem na própria vida social. Esses trabalhos, então, passaram a observar os relacionamentos sociais atravessados pela comunicação de massa e trataram da influência da mídia nos relacionamentos comunitários.

Ainda com outro viés sobre os estudos da comunicação está a Escola de Frankfurt, associada à universidade de mesmo nome e que, assim como a Escola de Chicago, se refere a um grupo de professores e pesquisadores que compartilham trabalhos com temas comuns. O núcleo de estudos teve início ainda na década de 1920, porém sua atuação foi marcada pelo Nazismo, quando diversos pesquisadores tiveram de emigrar da Alemanha em direção a Paris e Nova York e lá retomaram suas pesquisas. Assim, foi apenas nos anos 1950 que surgiu efetivamente a imagem de uma escola, que compreende uma sociologia com atitude crítica à ciência e à cultura (WOLF, 2009). As ideias mais marcantes de suas pesquisas passavam por uma revalorização de questões propostas por Karl Marx, como o fetichismo da mercadoria e a reificação dos objetos pela sociedade capitalista (2008 [1867]). Nessa linha de pensamento, os frankfurtianos percebiam a comunicação como elemento central da sociedade e, portanto, buscavam relacionar os fenômenos comunicativos com os processos históricos.

Os estudos de Frankfurt ficaram conhecidos pela análise da cultura de massa, identificada como Indústria Cultural, enfatizando a ideia de que não se tratava de uma cultura popular espontânea (WOLF, 2009). Mas, ainda que a escola

parta de um núcleo central de estudos, os pesquisadores vinculados a ela também apresentam uma diversidade em seus estudos. Theodor Adorno e Max Horkheimer, no livro “Dialética do Esclarecimento”, definiram Indústria Cultural como um sistema político e econômico que tem por finalidade produzir bens de cultura – filmes, livros, música popular, programas de TV etc. – como mercadorias e como estratégia de controle social (1985 [1947]). Há, então, uma ideia da comunicação de massa como propulsora dos bens culturais, que, a partir de sua distribuição massiva, se transformam em produtos de consumo. Ainda segundo Adorno e Horkheimer, o capitalismo não só utilizou a Indústria Cultural para criar um movimento de consumismo, como utilizou a própria arte como forma de produto para ser consumido. Dessa maneira os bens culturais passaram a ter uma produção baseada em uma fórmula que agrada aos espectadores pela facilidade de assimilar-se o conteúdo da obra. Assim, de acordo com eles, a Indústria Cultural estaria exercendo controle sobre a massa, que ao invés de ser composta por cidadãos conscientes seria apenas de consumidores passivos.

Já Walter Benjamin, que discutiu temas sensíveis à Escola de Frankfurt mas distingue-se dela por alguns traços, propôs que a reprodutibilidade técnica é o meio pelo qual a produção de arte em escala industrial é possível, porém esse fenômeno retiraria da arte a sua autenticidade (1987). Em seu trabalho, também está presente a ideia de que os produtos culturais são massificados, sendo que o espectador médio da Indústria Cultural encontra na arte apenas entretenimento. A cultura de massa, então, seguiria uma fórmula, que se alimenta de elementos da cultura erudita misturados ao da cultura popular, resultando em uma obra de arte produzida em escala industrial com elementos de uma mediana que agrada ao público de forma geral. Ainda nesta lógica, a Escola de Frankfurt se referia à Indústria Cultural como o processo de conversão da cultura em mercadoria, em que a racionalidade capitalista subordinaria a consciência, e a produção intelectual e cultural passava a ser orientada em função de sua capacidade de consumo (RÜDIGER, 2015). Assim, apesar de alguns autores expressarem um certo radicalismo com relação à influência pessimista da comunicação de massa, a Escola de Frankfurt teve como trunfo uma percepção apurada da ação socializadora dos meios de comunicação.

Outro dos principais expoentes da escola foi Herbert Marcuse (1973), que propôs uma teoria crítica da sociedade contemporânea a partir da investigação de

como ela se transformou de tal maneira que os meios de informação de massa puderam disseminar interesses particulares em detrimento dos coletivos. Ele argumentava que as sociedades industriais criavam falsas necessidades e que, essas por sua vez, obrigam as pessoas a fazer parte do sistema de produção e de consumo. Segundo ele, a sociedade industrial havia chegado em um ponto em que a burguesia e o proletariado se tornaram não mais agentes transformadores da sociedade, mas sim do *status quo*. A partir dessas ideias, suas obras tiveram grande impacto em movimentos sociais e estudantis, sedimentando até um novo caminho para a renovação de movimentos políticos da esquerda.

Mais uma vez, marcando a construção do campo pela diversidade, se na mesma época em que a teoria crítica da Escola de Frankfurt ganhava território nos estudos sobre a Indústria Cultural, outros teóricos também estavam propondo visões que iam a direções divergentes. De uma maneira geral, o que percebemos é que, a partir da primeira metade do século XX, as tecnologias da comunicação mudaram muito: de uma imprensa incipiente e algumas rádios locais, passou-se a assumir os formatos múltiplos e diversos. E, na esteira dessas transformações, também se fortaleceram os questionamentos acadêmicos sobre seus efeitos. Se antes, quando ainda havia uma comunicação de massa embrionária, o interesse pelos efeitos midiáticos despertava curiosidades quase iniciais, depois, com o desenvolvimento técnico e o aumento na variedade dos meios de comunicação, percebemos uma grande ramificação em seus estudos. A consolidação do rádio, o surgimento do cinema como grande programa de lazer, a chegada da televisão e também o estabelecimento de lojas e das formas mais diversas de consumo mudaram a vida das pessoas. E, a partir disso, teóricos passaram a pesquisar sobre como essas mudanças estavam refletindo na coletividade de forma mais descentralizada.

Nos Estados Unidos, Marshall McLuhan despontou nos anos 1950 e 1960 com uma abordagem mais inventiva sobre a comunicação. Autor de “A Galáxia de Gutemberg”, de 1962, e “Os Meios de Comunicação como extensões do homem”, de 1964, ele ficou muito conhecido, pela ideia de “aldeia global” (1977), em que discute como as novas tecnologias eletrônicas tendem a encurtar distâncias, e também pelo aforismo “o meio é a mensagem” (2007), quando tratou da influência exercida pela mídia nas sociedades humanas modernas. Apesar de ter publicado um livro anterior, “*The Mechanical Bride: Folklore of Industrial Man*”, com análises

de anúncios publicitários (2001), suas obras posteriores acabaram ganhando mais destaque. Assim, na década de 1960, McLuhan popularizou as discussões sobre a comunicação de massa, já que alguns de seus livros se tornaram *best-sellers*, além de ter sido capa de uma edição da revista semanal norte-americana “*Newsweek*” (04-12-1967) e de ter feito uma participação no filme “*Any Hall*” (1977), de Woody Allen, em que aparece em pessoa para depreciar as considerações de um professor arrogante sobre sua obra. Nesse sentido, a partir de diversos rompantes criativos, ele desenvolveu um trabalho de grande alcance sobre as mudanças tecnológicas que estavam alicerçando a comunicação de massa até mesmo em outras áreas do conhecimento.

Na mesma época, também ganham fôlego ideias mais interpretativas da comunicação de massa, que partem de uma perspectiva semiológica. Entre elas, estão as pesquisas de Roland Barthes, Umberto Eco e Jean Baudrillard. Esses autores se relacionam por apresentar a significação como uma questão central da cultura, e suas análises da mídia se sustentam principalmente em conceitos da linguística, que entende a semiologia como a ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social (SAUSSURE, 2016 [1916]). Dessa forma, Roland Barthes orienta suas pesquisas sobre a comunicação para sua produção simbólica, tratando-a como um sistema semiológico perpassado pela linguagem. A partir dessa visão, ele entende que não existe nenhum sistema simbólico fora da língua, e, portanto, o desenvolvimento da comunicação de massa poderia atualizar o campo da semiologia. Seus trabalhos sobre a comunicação, então, tendem a usar a análise semiológica para desdobrar os discursos que por ali circulam, como é o caso do livro “*Mitologias*”, publicado originalmente em 1957, e do texto “*A Retórica da Imagem*”, de 1964.

Em “*Mitologias*” (2001), Barthes reuniu ensaios publicados ao longo dos anos 1954 e 1956 na revista literária “*Les Lettres Nouvelles*”. Neles, Barthes analisa notícias e anúncios publicitários a partir de seus sistemas de linguagem, buscando decompor mitos que circulavam na cultura de massa. Segundo ele, o mito é uma mensagem, um modo de significação e, portanto, deve ser entendido como discurso. No ano seguinte à publicação dos ensaios, Barthes os reúne no livro mencionado, incluindo uma segunda parte em que faz uma teorização sobre as análises a partir da semiologia. Para ele, os meios de comunicação de massa são suportes para a fala

mítica, a qual é “formada por uma matéria já trabalhada em vista de uma comunicação apropriada” (BARTHES, 2001, p. 132). Assim, para além da ideia de que um significante exprime um significado, deve ser levado em consideração na análise semiológica um sistema, em que a relação entre termos também importa.

Já o texto “A retórica da imagem” data de 1964, mas foi publicado no livro póstumo “O óbvio e o obtuso” (1990), que reúne ensaios escritos em diferentes momentos de sua vida sobre a chamada estética do visível, incluindo temas da fotografia, do cinema, do teatro e da música. O texto em questão é pioneiro em propor uma análise estrutural da imagem publicitária, já que Barthes identifica três diferentes tipos de mensagem no anúncio impresso das massas “*Panzani*”: linguística (verbal), conotada (simbólica) e denotada (icônica). Assim, segundo ele, na publicidade a significação é intencional e, portanto, os significados são transmitidos tão claramente quanto possível: “se a imagem contém signos, teremos certeza que, em publicidade, esses signos são plenos, formados com vistas a uma melhor leitura: a mensagem publicitária é franca, ou pelo menos enfática” (BARTHES, 1990, p. 28). Essa visão da narrativa publicitária como explícita em seu sentido nos permite uma análise tanto da intenção comunicativa como de sua posterior recepção pelo público. Barthes propôs, então, uma forma de compreender a estrutura da publicidade em seu conjunto, percebendo além dos três níveis das mensagens, a relação entre eles.

Umberto Eco, alguns anos mais tarde, também desenvolve um sistema de análise semiológico da comunicação a partir de seus códigos visuais e verbais (1997). Para ele, a interpretação dos signos que compõem o discurso presente na comunicação, sejam eles registros verbais ou visuais, seria a forma mais efetiva de aprofundar os estudos sobre a mídia. Desse modo, a pesquisa semiológica é aquela que considera todos os fenômenos de cultura como fatos de comunicação, como ele afirma: “(...) Ora, pode acontecer que a abordagem semiológica não opere uma grande revolução, mas sua revolução pretende ser modestamente copernicana” (ECO, 1997, p. XVII). Assim, a ideia era colocar a cultura, a partir da análise de seus signos, como centro de qualquer análise comunicativa. Eco defendia que a tarefa da semiologia é importante e radical porque delimita códigos como sistemas de expectativas, direcionando, então, suas pesquisas aos comportamentos psicológicos e ao universo das ideologias. Para ele, a investigação semiológica não

mostra apenas as modalidades de renovação que as mensagens informativas executam frente a códigos e ideologias: “mostra-nos, ao mesmo tempo, o movimento contínuo pelo qual a informação redimensiona códigos e ideologias e se retraduz em novo código e nova ideologia” (ECO, 1997, p. 88). Eco, então, procura mostrar as convergências entre discursos e conceitos – esses por sua vez tornados convenções –, e essa abordagem se ajusta muito bem às análises da comunicação de massa.

E, por fim, Jean Baudrillard é outro teórico que compartilha dessa matriz de pensamento semiológico da comunicação. Duas de suas primeiras obras, “O Sistema dos Objetos” (1993) e “A Sociedade de Consumo” (1991) exploraram a narrativa da comunicação de massa a partir de um olhar voltado aos sistemas de signos, observando a emergência de uma sociedade de consumo na França. Assim, na primeira obra citada, Baudrillard percebe uma proliferação de objetos em ritmo acelerado, resultante de uma evolução técnica, e busca trabalhar com o seu processo de significação. Segundo ele: “a descrição do sistema dos objetos não se dá sem uma crítica à ideologia prática do sistema. Ao nível tecnológico não há contradição: há somente sentido” (1993, p. 16). Na esteira desse pensamento, ele busca, então, o valor simbólico em substituição aos valores de troca e de uso como matriz da economia e da sociedade. Baudrillard percebe o consumo não como atividade pautada pela utilidade de objetos em si, mas como um sistema simbólico idealista. Para ele, conceitos como os de necessidade, utilidade e função são noções ideológicas, naturalizadas pela burguesia, e que não contemplam a arbitrariedade cultural. Ao final do ensaio, ele realiza uma articulação importante entre o discurso da mensagem publicitária sobre os objetos em questão, caracterizando-a como uma dimensão irreversível e reveladora desse sistema.

No outro livro mencionado, “A Sociedade de Consumo” (1991), ele complementa sua análise explorando a narrativa da comunicação de massa a partir de um olhar voltado aos sistemas de signos, observando a emergência de uma sociedade de consumo na França. Segundo ele, isso fomentaria uma nova cultura, alicerçada em valores do mundo capitalista. Assim, ele chama a atenção para o tema do consumo articulando-o com a comunicação de massa, percebendo-os como uniformizadores do real, responsáveis por diluir as multiplicidades e causadores de uma ascensão da representação em si. A partir desse fenômeno, os objetos passam

a carregar significados e operam como um mecanismo de discriminação social e prestígio. Então, Baudrillard desenvolveu uma série de teorias sobre os impactos da mídia na sociedade contemporânea, fazendo uma conexão entre a comunicação de massa e o consumo. Esse ponto de vista nos interessa particularmente, já que é a partir dele que podemos explorar as significações do consumo na vida moderna.

Assim, se começamos esse item falando de como a comunicação se desdobrou em um fenômeno de massa nesse século, finalizamo-lo chamando a atenção para pesquisas que refletem um período de expansão do consumo – foco principal dessa pesquisa. Nessa lógica, sua observação a partir de uma interação com público através do consumo é realizada por teóricos contemporâneos. O sociólogo Raymond Williams publicou em 1961 o texto “Publicidade: o sistema mágico” (2011), em que mostra um histórico do desenvolvimento do sistema publicitário como um dos pilares de sustentação do sistema capitalista. Já o antropólogo Roy Wagner, em “A Invenção da Cultura” (2010), evidencia como as alegorias da sociedade do consumo inventaram uma nova cultura. Para ele, os contextos de cultura são perpetuados e entendidos pela sua invenção a partir de outros. Assim, ele avalia como a publicidade, nos Estados Unidos, consistia em um mecanismo de imitação e interpretação da cultura. E, em 1976, também há a publicação de “*Gender Advertisements*” (1987), em que o sociólogo Erving Goffman analisa anúncios publicitários por um viés de gênero, chamando a atenção para como as representações masculinas encontradas nas propagandas, em sua maioria, estão relacionadas a situações de poder, enquanto as femininas, de subordinação. E Néstor García Canclini (1995), em “Consumidores e Cidadãos”, aborda como as mudanças na maneira de consumir alteram as formas de exercer a cidadania, tocando tangencialmente em como as narrativas da comunicação de massa participam desse processo.

Como tentei demonstrar até aqui, a partir desse recorte de teorias que analisam os processos comunicacionais ao longo de todo século XX, as pesquisas em comunicação são múltiplas. À vista disso, as diferentes correntes de pensamento apresentadas estão atreladas a diferentes focos de observação, que também se relacionam ao próprio contexto em que estão inseridas. Se os primeiros estudos da Escola de Chicago tinham a ver com o processo de urbanização acelerado dessa cidade norte-americana, chegamos aos anos 1970 com um conjunto de pesquisas

voltado às novidades de consumo que despontaram frente a uma comercialização crescente de bens e experiências. Nesse contexto, em que a comunicação se transforma em um fenômeno de massa, é também quando os informantes desta pesquisa também se referem a ela – afinal, os depoimentos ouvidos falam da infância e juventude dos idosos, que ocorreu entre os anos 1930 e 1970. Assim, esse período foi de grandes mudanças tecnológicas que possibilitaram a disseminação de mensagens e informações para um número cada vez maior de pessoas, e esse movimento se deu também concomitantemente com o estabelecimento da comunicação como um campo de pesquisas. Nesse movimento, podemos dizer, então, que a mídia contribuiu para a transformação dela própria em uma indústria, e, junto com isso, também passou a reverberar ainda mais as práticas sociais. Finalmente, assim, uma comunicação chamada de massa não inventou novas formas de comportamento, mas sim tornou-os mais visíveis, e é a partir desse mote que essa pesquisa se desenvolve.



## 4. O Brasil da vida dos informantes

Após localizar teoricamente os dois principais assuntos dessa tese, comunicação e consumo, busco fazer, a partir de agora, uma contextualização do período a que ela se refere. Assim, se até agora havia me dedicado nesse trabalho a uma revisão de conceitos, a partir desse ponto vou explorar as narrativas históricas do recorte de tempo indicado pelos informantes, os anos 1930 a 1970. A ideia, então, é conhecer um pouco melhor a realidade vivenciada por eles durante sua infância e juventude. Para isso, primeiramente destaco o contexto mundial de transformações políticas e de desenvolvimento econômico vivenciado à época – principalmente após *crash* da bolsa, em 1929, e a Segunda Guerra, em 1945, havia uma percepção otimista com relação ao futuro. No Brasil não é diferente, e essas mudanças se refletem especialmente no crescimento da população de grandes cidades; nas transformações sociais promovidas pelo avanço da industrialização e do incentivo a recursos financeiros à população; e na consolidação dos meios de comunicação de massa e das novas formas de lazer cada vez mais atrelados a eles.

Como já mencionado, o recorte de tempo desse estudo não é exatamente preciso, já que ele se dá pela percepção dos informantes. Portanto, não pretendo aqui reforçar datas ou impor limites cronológicos do período a ser estudado, mas sim quero demonstrar o contexto do que foi vivido pelo grupo em suas infância e juventude. Olhando de uma forma mais geral, o século XX foi marcado por grandes eventos: duas grandes guerras mundiais, o fim dos impérios centrais europeus, a Guerra Fria, a descolonização afro-asiática, e entre outros. Mas, para além disso, foi também um período que se notabilizou pelos inúmeros avanços tecnológicos – principalmente na ciência e na medicina –, pelo crescimento populacional, pela modernização das paisagens das cidades e pela inclusão de novos bens de consumo e espaços de lazer no cotidiano das pessoas (GILBERT, 2016). Assim, mais do que acontecimentos pontuais, estou interessada em como essas transformações marcaram o cotidiano daqueles que as vivenciaram.

Avançando nessa direção, apesar de os anos 1900 terem começado com o imperialismo em ascensão, eles chegaram à sua metade com uma imagem de prosperidade econômica. Narrativas amparadas em novidades comportamentais e tecnológicas pareciam estar, enfim, levando o mundo a uma pretensa modernização. A partir da década de 1940, com o fim das grandes guerras, o aumento da população

e da expectativa de vida, a urbanização acelerada e o incremento de técnicas industriais, há uma mudança de paradigma nos assuntos globais: é o que Jean Fourastié chamou de “Os Trinta Gloriosos” (1979) e Eric Hobsbawm, de “Era de Ouro do Capitalismo” (1995). Ambos os autores falam em suas obras de um momento histórico em que foram feitos amplos esforços para a reconstrução política, econômica e social em diferentes partes do globo. Como fatores gerais que caracterizaram o período estão a reconstrução econômica dos países assolados pela guerra, o retorno a uma situação de pleno emprego, o forte crescimento da produção industrial e uma expansão demográfica importante – o chamado *baby boom*<sup>1</sup>. Assim, em diversas partes do mundo, podemos verificar a criação de políticas voltadas para uma recuperação econômica. Se, por um lado foram incorporados benefícios sociais que aumentaram a renda das pessoas, por outro também houve incentivos para que a indústria se ampliasse de forma consistente. Essas ações também fizeram com que o consumo se ampliasse de forma significativa. E, nesse contexto, a mídia, principalmente a partir do desenvolvimento da publicidade e do marketing, se consolidou como força cultural a partir de seus meios de comunicação de massa.

Divulgado pela revista norte-americana *Life* como O Século Americano<sup>2</sup> (BRINKLEY, 2011), também foi no século XX que os Estados Unidos assumiram um certo protagonismo econômico do mundo. Começando pela Guerra Hispano-Americana, passando pela Segunda Guerra Mundial e pela Guerra Fria e terminando como superpotência global após o fim da União Soviética em 1991, foi um período em que conflitos armados os levaram a uma hegemonia militar global (GILBERT, 2016). Mas, para além disso, os valores presentes em sua cultura também foram amplamente difundidos e reforçados. Nessa lógica, o "*American Way of Life*", expressão que designava as ideias de livre mercado e prosperidade social norte-americana, passou a ser um ideário de bem-estar e felicidade exportado para diversos outros países.

---

<sup>1</sup> *Baby Boom* refere-se ao período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, entre 1946 e 1964, em que se registrou uma explosão populacional nos Estados Unidos em decorrência de um aumento importante da taxa de natalidade.

<sup>2</sup> O termo foi cunhado por Henry Luce, fundador e proprietário da revista norte-americana *Time*, na edição da revista *Life* de 17 de fevereiro de 1941. Segundo ele, os Estados Unidos estariam assumindo uma posição de liderança sobre as demais nações do mundo devido a difusão seus valores políticos, econômicos e culturais.

Segundo Don Slater (2002), é no período pós-guerra que cresce a ideia de que a cultura do consumo seria o motor de uma prosperidade em expansão permanente e uma ferramenta capaz de administrar a estabilidade econômica e política. Mas, segundo ele, essa é a disseminação de temas e acordos sociais introduzidos em uma era anterior:

A década de 1920 foi provavelmente a primeira a proclamar uma ideologia generalizada da riqueza. Promoveu sobretudo uma ligação fortíssima entre o consumo cotidiano e a modernização. A partir da década de 1920, o mundo seria em parte modernizado através do consumo; a própria cultura do consumo era dominada pela ideia de que a vida cotidiana podia e devia ser moderna, o que, em grande medida, realmente o era. (SLATER, 2002, p. 21)

Dessa forma, o ideário de modernidade e progresso foi alimentado pela cultura do consumo, em que a prosperidade passou a ser traduzida pela capacidade de acesso a bens, lazeres e confortos. Como discurso, o estilo de vida ideal implicava em uma noção de superioridade do modo de viver capitalista, possibilitado pela industrialização e produção em massa de bens. Conforto, elegância e bem-estar eram objetos de desejo e passaram a estar acessíveis também para as camadas médias da população. Com esse viés, as ideias do que era necessário para viver estavam sendo reinventadas, e a publicidade passou a ser uma engrenagem participante desse sistema em que não apenas bens de consumo eram vendidos, mas também comportamentos e estilos de vida. Buscava-se a modernização e o progresso, e a propaganda anunciava que o caminho para tal era a compra de roupas, de eletrodomésticos, de automóveis e o que mais estivesse sendo produzido. Assim, estamos falando de uma época em que a comunicação de massa, que havia começado o século ainda tímida, com jornais e revistas semanais, passou a ter uma grande capilaridade a partir das estações de rádio e um público encantado com as telas do cinema e da televisão.

Como já mencionado, é na esteira dessas transformações que Jean Fourastié (1979) identificou os anos de 1946 a 1975, na França, como "*Trente Glorieuses*" devido ao grande crescimento econômico. Segundo ele, durante esse período, ocorreu uma revolução silenciosa que trouxe grandes transformações econômicas e sociais que marcaram o ingresso da Europa na sociedade de consumo. Essas décadas de prosperidade econômica combinaram uma grande produtividade da indústria, uma elevação nos salários da classe média, um sistema altamente

desenvolvido de benefícios sociais e o alto consumo. Como resultado, o padrão de vida francês se tornou um dos mais altos do mundo; sua população também se tornou muito mais urbanizada; a propriedade de aparelhos domésticos e a qualidade dos imóveis residenciais aumentou consideravelmente; e a economia tornou-se mais próspera.

Eric Hobsbawm (1995) também chamou o período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1970 de Idade de Ouro do Capitalismo. O historiador britânico dividiu o século XX em três períodos e localizou aquele entre 1945 e 1970, principalmente nos países ocidentais, como de grande prosperidade econômica. Segundo ele, a Idade de Ouro inicia entre 1945 e 1952, quando se percebe extraordinário crescimento econômico e transformação social, e termina com a recessão da década de 1970, que culminou no *crash* da bolsa de 1973. Assim, de acordo com ele, foi também entre 1950 e 1970, por exemplo, que a produção mundial de manufaturas quadruplicou e o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes, muito graças ao enorme aumento no uso de combustíveis fósseis e desenvolvimento de técnicas industriais e agrícolas.

No Brasil, esse período também é marcado por importantes transformações. No final da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, tem início o moderno estado de bem-estar social brasileiro, que se consolida ao longo dos anos 1950 com a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (SKIDMORE, 1998). Essas mudanças ainda começaram a ser gestadas no final do século XIX, quando há um aumento expoente da população brasileira e a transição de uma sociedade voltada às atividades agrícolas e de mineração para uma sociedade industrial. Causa e consequência desses movimentos, é a partir da metade do século XX que podemos verificar no país uma sociedade majoritariamente urbana, em que a substituição do sistema econômico colonial pelo industrial, e mais tarde a criação de uma estrutura financeira nacional, acaba por expandir o mercado e fortalecer o papel das cidades na economia nacional (FAUSTO, 1995). Nessa perspectiva, esses temas estão interligados, já que são desdobramentos das movimentações econômicas, sociais e políticas do país ocorridos desde o fim do século XIX. Assim, apesar de não tratar especificamente do período que compreende esse estudo, nos parece importante voltar alguns anos na história do país para uma contextualização

das suas três décadas “de ouro” ou “gloriosas”, e é que faremos ao abordar temas que entendemos como fundamentais na constituição da sociedade do período.

Para construir esse panorama, o primeiro ponto importante, então, é que no Brasil da juventude dos informantes a população estava crescendo. Segundo Luna e Klein (2020), já a partir do final dos anos 1800 podemos verificar um aumento populacional evidente no país, que teve muito a ver com movimentos de vacinação sistemática, acesso a saneamento básico para a população, introdução de antibióticos, fornecimento de água potável e pasteurização do leite. Com essas novas configurações, o índice de mortalidade dos brasileiros estava em declínio cada vez mais intenso, e o de fecundidade, bastante elevado, o que levou a um aumento extremamente alto da população do país no último quarto do século XIX e nos primeiros vinte anos dos séculos XX. Também investindo nas questões do aumento da população brasileira, Kaizô Iwakami Beltrão, Ana Amélia Camarano e Solange Kanso (2004) sintetizaram a história populacional brasileira recente em três períodos básicos, e também localizaram o período dessa pesquisa como de grande aumento populacional. Segundo elas, se antes de 1930 há um incremento no número da população brasileira devido à imigração internacional, a partir dessa data os níveis de natalidade sobem e os de mortalidade descem, favorecendo ainda mais o seu aumento e levando-a a atingir seu ápice nas décadas de 1950 e 1960. Então, esse panorama muda a partir da década de 1960, como consequência principalmente da queda acelerada da fecundidade, se caracterizando por uma rápida redução da taxa de crescimento populacional. Portanto, é entre 1930 e 1960 que o Brasil experimenta o auge de seu crescimento populacional.

O país também vivia um momento de migração interna dos brasileiros para grandes cidades, já que, para além do aumento da população, ela estava se concentrando cada vez mais em centros urbanos. Segundo Schwarcz e Starling (2018), de 1880 a 1930 a população do país cresceu a uma taxa média de 2,5% ao ano, enquanto a população das cidades com 50 mil ou mais habitantes subiu a 3,7%, o que já era um indício do começo dessa mudança. Nesse sentido, Milton Santos (1993), que construiu uma importante teoria da urbanização brasileira como processo, entende que, apesar de já apresentar cidades de grande porte desde o período colonial, foi a partir da virada do século XIX que o processo de urbanização da sociedade brasileira começou realmente a se consolidar. Para ele, o índice de

urbanização do país pouco se alterou do fim do período colonial até o final do século XIX e cresceu menos de quatro pontos nos trinta anos entre 1890 e 1920 (passando de 6,8% a 10,7%); em contrapartida, entre 1920 e 1940, essa taxa triplicou, passando a 31,24%, e, entre 1940 e 1980, ela novamente triplica, passando de 26,35% para 68,86% (SANTOS, 1993). Dessa forma, ainda de acordo com ele, podemos dizer que esse último período indicado é quando há uma concretização da urbanização brasileira, já que a população total do país cresce em três vezes, enquanto que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia.

Esse movimento das pessoas em direção às cidades também estava diretamente ligado a outro ponto importante a ser identificado no período, que é o do surgimento de uma indústria nacional. Isso por que os brasileiros se deslocavam também em busca de oportunidades de trabalho e de melhora de vida, e a partir disso também se tornavam uma nova força consumidora. À vista disso, a implementação de medidas com relação ao aumento do número de trabalhadores dão a dimensão da intensidade dessa questão, pois, com a constituição de 1934, as leis do trabalho foram unificadas e passou a haver a previsão de direitos trabalhistas – como salário mínimo, jornada de trabalho de 8 horas, repouso semanal, férias remuneradas e assistência médica e sanitária e em 1943, no dia 1º de maio, foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (FAUSTO, 1995). Ângela Maria de Castro Gomes (1982) também se refere aos anos 1930 e 1940 como relevantes no que diz respeito ao encaminhamento da questão do trabalho no Brasil, pois é quando são elaboradas as leis que o regulamentam. Alinhado a sua regulamentação, igualmente se estrutura uma ideologia política de valorização do trabalho e do papel do trabalhador no âmbito nacional. Segundo ela, é nesse período, também a partir da ideia de proteção do estado configurada pela nova legislação, que há uma ascensão social do trabalhador como sendo um homem bom e honesto, em que o direito e o dever de trabalhar comportavam uma mitologia do trabalho como fonte de riqueza, felicidade e ordem social.

Assim, é na década de 1930 que começa a tomar fôlego no Brasil a instalação de uma indústria de bens de capital, já que dificuldades de importação decorrentes da crise de 1929 e a longa depressão após a Segunda Guerra Mundial foram um estímulo para a produção nacional (FAUSTO, 1995). A industrialização aparece, então, como instrumento para tornar a economia nacional o menos

dependente possível do mercado mundial, e o investimento em transportes e a construção de estradas também contribuem para essa nova realidade. De acordo com Haddad (1978), a produção industrial apresentou entre 1928 e 1932 uma taxa de variação anual de 1,7%; enquanto que entre 1932 e 1939 foi de 10%. As indústrias que mais cresceram foram as de bens intermediários: borracha, cimento, mobiliário, papel e siderúrgica. Já a expansão da indústria têxtil foi causada em boa medida pela elevação da demanda interna, que teria crescido a uma taxa média de 7% ao ano entre 1927 e 1939.

Esse aumento é identificado por Bresser-Pereira (2012) como o início da Revolução Capitalista Brasileira, que estará centralizada exatamente nos anos de 1930 a 1970 e se caracteriza por uma estratégia nacional-desenvolvimentista. O presidente do período, Getúlio Vargas, contou com o amplo apoio da sociedade nesse movimento, e uniu diversas classes e setores sociais em um pacto político voltado para o desenvolvimento. O Pacto Nacional-Popular de 1930 foi um acordo autoritário e industrializante que pode ser chamado de “nacional” porque envolveu a burguesia comprometida com a industrialização e de “popular” por incluir também as classes populares (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 106). Assim, essa ideia acaba por resumir um pouco dos movimentos políticos do período, construído principalmente a partir de um binômio de autoritarismo e desenvolvimento, ocorrido primeiramente durante o período Vargas e também mais tarde, entre 1964 e 1985, no período de ditadura militar.

Mello e Morais (1998) também descrevem um período semelhante, entre 1930 e 1980, como aquele em que o Brasil construiu uma economia moderna, sendo que entre 1950 e 1970 é quando esse movimento se acelera. Segundo eles, foram nessas décadas que o país passou a ter padrões de produção e consumo semelhantes a dos países desenvolvidos e, assim, alcançou um alto nível de conquistas materiais e também um eufórico clima de otimismo. Nessa perspectiva, esse período aponta não só para um avanço do capitalismo brasileiro, mas também para uma imagem de progresso e modernização.

Essas transformações econômicas em prol da substituição de importações são inauguradas com o governo de Getúlio Vargas, mas se renovam com a chegada de novos presidentes nas décadas seguintes, que são marcadas por diferentes programas de fomento à atividade industrial. É nessa linha de atuação que também

Juscelino Kubitschek instaurou em seu governo o Programa de Metas, chamado de “50 anos em cinco”, que pretendia a substituição das importações para um desenvolvimento ainda maior da indústria local (SKIDMORE, 1998). Conjugando, então, essas ações governamentais e uma certa união de forças do estado com o setor privado, viabilizou-se um processo cada vez maior de industrialização do país.

Esse crescimento, por sua vez, também contribuiu significativamente para uma mudança fiscal, financeira e social brasileira. As novas dinâmicas possibilitadas pela instalação de fábricas nos grandes centros e também a prosperidade econômica do período contribuíram para a formação de uma classe média urbana no país. Isso por que, se até a década de 1920 a classe média brasileira derivava fundamentalmente da existência da propriedade privada ou da posse de algum meio de produção, a partir da década de 1930, como decorrência dos processos de urbanização e de industrialização, se estruturaram novos grupos sociais, formados pelos trabalhadores da indústria, do comércio e novos serviços públicos (GUERRA *et al.*, 2006). Dessa forma, como característica da instalação de novas indústrias e novos segmentos de consumo, também há o surgimento de uma camada média urbana, principalmente dos trabalhadores ligados aos novos postos industriais e também aqueles que passam a exercer funções mais burocráticas ou acessórias a eles. E é o consumo que assume, então, um importante papel no imaginário social da classe média, que através da aquisição de bens e de uma imagem de mérito profissional busca elevar o seu estilo de vida (POCHMANN, 2014).

Sendo assim, mesmo entendendo que as classes sociais estão em um processo dinâmico, e isso as torna móveis dependendo do grau de instrução, do trabalho e dos recursos econômicos de seus componentes, seu estudo como elemento da estrutura social ocupa um lugar de destaque na Sociologia (STAVENHAGEN, 1977). Do ponto de vista histórico, é sabido que o desenvolvimento desse estrato está intimamente ligado aos desdobramentos do capitalismo, mas, como o estudo de Charles Wright Mills (1969) sobre os Estados Unidos mostrou, há um novo elemento na constituição dessa classe a partir do final do século XIX, a ascensão dos "*White Collars*", representantes de uma nova classe média. Segundo ele, então, é a partir do aprofundamento da industrialização e da urbanização que a propriedade de terras deixou de ser o cerne da determinação da



estratificação social, passando a ser o tipo de trabalho e suas habilidades determinantes para a obtenção de dinheiro, status e poder pelo indivíduo de classe média.

Nessa lógica, a classe média brasileira, que emergiu com o projeto de industrialização nacional em meados dos anos 1930, se consolidou nos anos 1950 e teve seu ápice de crescimento nos anos do chamado Milagre Econômico Brasileiro, entre 1968 e 1973 (SALATA, 2016). Sua centralidade nesse processo de industrialização brasileiro é visível, sobretudo por ter sido beneficiária principal dos programas governamentais que garantiam acesso a políticas públicas de vantagens sociais, além da distinção dos rendimentos salariais entre operários e aqueles que ocupavam as posições intermediárias (GUERRA *et al.*, 2006). Assim, a classe média brasileira, além da busca por distinção através da cultura e da educação, conquistou um estilo de vida baseado no aumento de seu poder de compra, em um momento em que o consumo passa a ser forte instrumento de marcação social.

É na esteira dessas transformações que a indústria brasileira ganhava corpo, principalmente a partir de produtos como eletrodomésticos e automóveis, que também passavam a ser símbolos de status social. A ideologia do nacional-desenvolvimentismo projetou também a comunicação de massa brasileira, que passou a reverberar seu alcance a um público cada vez maior. Renato Ortiz (1991) também refletiu sobre o movimento de modernização da sociedade brasileira, que, segundo ele, fez com que o nacional e o capitalismo fossem polos que se integram e se interpenetram. Assim sendo, ele entende que a ideia de modernidade também está baseada na consolidação da indústria cultural do Brasil, já que a comunicação seria parte central em um processo de separação entre o capitalismo domesticado e o passado selvagem. A partir dessas ideias, Ortiz, então, conclui que é nos anos 1940 que há o início de uma “sociedade de massa brasileira”, porque é também nesse momento que se consolida aqui a sociedade urbano-industrial (ORTIZ, 1991, p. 38). Ainda segundo ele, a indústria cultural brasileira só amadureceu nos anos de 1960 e 1970, sob a ditadura militar, quando o mercado de bens culturais atingiu um patamar elevado em volume e dimensão, com o desenvolvimento expressivo da indústria televisiva, fonográfica, cinematográfica, editorial e outras, além de agências de publicidade e toda sorte de negócios dos meios de comunicação de massa, geridos cada vez mais conforme padrões internacionais de racionalidade

empresarial, com apoio direto ou indireto do Estado. Nessa perspectiva, mais uma vez, estamos falando de processos vivenciados pelos informantes e presentes em seus depoimentos.

À vista disso, é baseada nessa configuração e também fomentada por ela que se consolida uma comunicação de massa no país. Trata-se de um movimento de crescimento, que também não tem uma data fixa de inauguração, mas que vem de transformações ocorridas na virada do século XIX para o XX, quando a imprensa brasileira começa a se estruturar em moldes empresariais e passa a ter poder e notoriedade principalmente na sociedade carioca, capital do país (BARBOSA, 2007). Assim, os novos instrumentos técnicos foram gradualmente transformando os meios de comunicação, em um processo que a tecnologia passou a mediar cada vez mais as ações comunicacionais. Mas esse processo, apesar de reproduzir estruturas já existentes, incluiu também o encantamento e o deslumbramento do público com as novas tecnologias que surgiam. Segundo Marialva Barbosa (2013), a comunicação se transformou em fenômeno de massa no Brasil a partir de uma atmosfera em que ela não só fascinava, mas também criava novas formas de ver o mundo e experimentar a vida. Há, então, uma proliferação de dispositivos que participam da criação progressiva de um público cativo.

Nos aproximando mais do recorte de tempo de nossa pesquisa, é na década de 1920 em que há a fundação de O Jornal, o veículo principal do primeiro conglomerado de imprensa brasileiro, os Diários Associados. Trata-se de um marco por ser o início do império de Assis Chateaubriand, mais tarde chamado de “Barão da Imprensa”, um dos homens públicos mais influentes do período no Brasil a partir de sua atuação como empresário da comunicação e que irá ao longo das décadas seguintes desfrutar de grande prestígio político e social (BARBOSA, 2007, p. 75). A partir da aquisição desse jornal, Chateaubriand empreendeu uma série de mudanças editoriais, como a ampliação do número de páginas (há inclusive a incorporação de um segundo caderno muitas vezes colorido à publicação); a inclusão de textos assinados por colaboradores de renome (entre eles Afrânio Peixoto e Virgílio de Melo Franco); o aumento substancial do faturamento a partir da publicidade (que duplica de valor); e a inserção de grandes reportagens (que seguiam um tom descritivo, romântico e até aventureiro para construir as histórias reportadas). Todas essas novidades buscavam imprimir no periódico o que foi

descrito como “um estilo cosmopolita”, adquirindo um certo prestígio entre elites mesmo que ainda sem tiragens expressivas (BARBOSA, 2007, p. 77).

Nesse sentido, esse movimento de criação de grandes grupos de mídia, precedido por Chateaubriand e que foi mais tarde também seguido por Irineu Marinho com as organizações Globo, amplificou o público consumidor de informação. A partir de uma ideia de modernidade, que era renovada a cada década, passou-se a imprimir uma identidade de objetividade à imprensa, gerando a valorização do que é informação e notícia. Alinhado a isso é que há o registro, só no Rio de Janeiro, do aparecimento de mais de 800 periódicos na década de 1920, entre eles, além de O Jornal, já mencionado como líder da cadeia dos Diários Associados, e O Globo, que mais tarde também será o carro-chefe das organizações Globo, O Paiz, Jornal do Comércio, Gazeta de Notícias, A Notícia, Correio da Manhã e Jornal do Brasil (BARBOSA, 2007).

É também na década de 1920 que o Rio de Janeiro se civiliza, de acordo com os cronistas da época. Essa avaliação se dá a partir das revistas de críticas e de costumes que proliferavam pela cidade – como Revista da Semana, Fon-Fon, Careta, O Malho –, do *footing* na Avenida Central, das festas na Beira Mar e dos torneios que reúnem as elites, e resulta em um público ávido por consumo e modernidade (BARBOSA, 2007). Em linha com esse movimento, a imprensa também se adequava, delimitando assuntos por páginas e colunas, amplificando assuntos e assumindo um tom de imparcialidade. O aperfeiçoamento tecnológico e a estruturação empresarial associados a novas agências internacionais de notícias também determinaram o desenvolvimento da imprensa no período. São as ideias de divulgação da informação de forma isenta que constroem uma noção de modernidade, e passa a haver uma valorização da neutralidade na imprensa, separando o que é opinião do que é informação.

Assim, fundamentados no assentamento das características descritas na década anterior é que chegamos aos anos de nossa pesquisa. É a contar de 1930 que estamos falando, então, da construção do público como massa na comunicação – o que se dá a partir das próprias características do período, que passam pelo cerceamento de sua atuação pelo estado e também pelos movimentos de industrialização e crescimento dos mercados no país. Nessa orientação, há um movimento de estandarização da linguagem, um reforço da imagem de

independência e um projeto de imparcialidade – e isso vai resultar do que na década seguinte passa a ser chamado de imprensa de massa (BARBOSA, 2007).

Como vimos mais acima, com a ideia da promoção de uma unificação nacional, Getúlio Vargas reuniu em seu governo esforços para se constituir uma ideia de brasilidade, ligada à necessidade de uma coesão social após a Revolução de 1930, mas também para a ascensão de ideias e valores autoritários. Esse fenômeno não era apenas nacional, já que a Europa também via movimentos de caráter totalitário assumirem o poder em países como Alemanha e Itália. Então, é também alinhada à construção das ideias de uma nação única, em que as massas populares urbanas tinham a possibilidade de participar mesmo que de forma passiva, que se fortalece a figura mítica do líder carismático de Getúlio Vargas (BARBOSA, 2007). Havia nas décadas 1930 e 1940, um projeto político em curso no país, e as mensagens da comunicação, agora de massa, unificaram e tornaram visíveis a simbologia desse projeto.

Francisco Campos (1940), um dos principais ideólogos do Estado Novo, recorreu à expressão “cultura de massa” para a orientação de um discurso voltado ao totalitarismo, com a justificativa de que o estado liberal democrático estava em decadência. Para ele, caberia a difusão dessa nova mentalidade pelos meios de comunicação para atingir a irracionalidade das multidões, chegando-se ao fim do processo à consolidação desse modelo autoritário. Nessa orientação, Vargas utilizou diferentes mídias para difundir um plano que almejava a modernização da sociedade brasileira a partir de uma cultura nacional uniformizada, em que o Estado assumia um papel de tutor. Para isso, também o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) teve papel fundamental, já que centralizava as questões de propaganda nacional, seja interna ou externa. Com poder de censura, prezava para que comunicadores, artistas e intelectuais produzissem um discurso de unidade nacional, convergindo para a propaganda do regime. Sendo assim, ainda que tenha havido censura e perseguição a alguns, é preciso destacar que, de uma forma geral, os veículos de comunicação estavam alinhados ao regime ditatorial de Vargas. Assim, para além do controle rigoroso da comunicação nos anos de chumbo do Estado Novo, também havia a exploração da propaganda e da indústria cultural como instrumento de apelos sensoriais e conotações afetivas, que se mostravam até mais eficientes do que a racionalidade dos discursos (SEVCENKO, 1998).

Segundo Velloso (1982), houve um duplo movimento, em que, de um lado o presidente restringia o núcleo decisório, ao passo que, do outro, ampliava as bases de sustentação de seu governo, incorporando demandas das camadas populares urbanas. Nessa dinâmica, também a máquina política do Estado Novo foi uma das mais bem-sucedidas campanhas de propaganda política do país, em que Vargas era personagem central de festividades, cartazes, fotografias, artigos, livros e diversas iniciativas de louvor (BARBOSA, 2007). A partir de uma imagem de pai dos pobres, ele se tornava líder da nação e promovia uma ideia de espírito comum entre os brasileiros.

Em um movimento em que a adequação ao regime era imperativa, aqueles veículos que aderiam à propaganda do governo também tinham acesso a generosas verbas oficiais. Segundo Barbosa (2007), os jornais que não se adequavam ao regime tinham duras ações da censura, como foi o caso da prisão do diretor proprietário do Diário de Notícias, Orlando Dantas, e da destruição das dependências dos jornais Diário Carioca e A Notícia por soldados. Ainda de acordo com Barbosa (2007), estima-se que durante os anos de chumbo do Estado Novo deixaram de circular 61 publicações, incluindo a ação que no Rio de Janeiro significou a incorporação do vespertino A Noite, do matutino A Manhã e das rádios Nacional e Mayrink Veiga ao Estado – as Empresas Incorporadas do Patrimônio da União.

Mas, para além da faceta da repressão, a comunicação participava da vida cotidiana de seu público:

Podemos dizer que a proliferação de novos tipos de conteúdo na mídia no período diz respeito a uma exigência do público que procurará cada vez mais na fantasia e na emoção de personagens mitificados a expressão de seu rosto silenciado. Ao se ver apartado da discussão política, mostrará sua face nas colunas que enfocam o entretenimento e nas notícias que envolvem os dramas do cotidiano. (BARBOSA, 2009, p. 108-109)

A partir desse entendimento, a imprensa passa a ser mais do que apenas uma fonte para informação, mas também uma forma das pessoas se relacionarem com o mundo, já que a partir da leitura de jornais o público poderia conhecer histórias diferentes das suas e transmiti-las ainda a outros. Ampliando essas ideias para os outros meios de comunicação, temos a ideia de que eles podem também significar

segurança, induzir comportamentos e produzir uma sensação de adequação a espaços e grupos.

Assim, para além da imprensa escrita, havia uma transformação não uniforme e gradual em que novos modos visuais e sonoros também passavam a fazer parte do cotidiano da população. A partir de câmeras fotográficas e processos atualizados de impressão, as revistas ilustradas passaram a fazer sucesso com o público. A imprensa de grande tiragem ecoou a narrativa de progresso a partir de jornais diários que se popularizam, mesmo com uma população de quase 80% de analfabetos, a partir de preços baixos e estratégias de entretenimento (como ilustrações, marchinhas e palpites de jogos) entremeadas com informação (BARBOSA, 2013). O cinema dava seus primeiros passos e provocava fascínio crescente apoiado em uma experiência inovadora e prazerosa, mexendo com o imaginário de seu público. O rádio, que ultrapassava grandes barreiras de espaço a partir de ondas invisíveis, amplificava o alcance de vozes antes desconhecidas transformando-as em familiares. E, por fim, ainda a chegada da televisão, que se populariza passando a ser uma janela imaginada para o mundo exterior, em um processo em que o centro de interesse social passa a ser cada vez mais o interior das residências.

Se a primeira metade do século XX é marcada por essas transformações, é na década de 1950 que inaugura-se uma “nova imprensa brasileira”, em que a aura de neutralidade e objetividade passa a comandar um processo de modernização do jornalismo. A pesquisa de Ana Paula Goulart Ribeiro (2000) explora esses pontos e, segundo ela, é a partir desse momento que o jornalismo se afirma como fala autorizada em relação à constituição do real e, assim, se reveste de uma aura que o garante como fiel aos fatos. Essa identificação, que ocorre a partir de características como a objetividade, a isenção e a neutralidade, garante aos jornalistas um importante poder simbólico de articulação intelectual, que vai acompanhá-lo a partir daí. Assim, a década de 1950 também se transforma em uma espécie de lugar mítico do moderno jornalismo brasileiro, em que se busca a autonomização do campo a partir de sua enfática separação da literatura, validada pelas reformas dos jornais realizadas no período.

Nesse momento da história brasileira, então, a tiragem das revistas crescia, o público ouvinte do rádio também e, mais tarde, a televisão virou artigo comum

nos lares brasileiros. Assim, no início da década de 1950, circulavam no Rio de Janeiro 18 jornais diários, sendo 13 matutinos e cinco vespertinos, com uma tiragem total de 1.245.335 exemplares (BARBOSA, 2007). É também na década de 1950 que a televisão se populariza, em um processo em que o centro de interesse social passa a ser cada vez mais o interior das residências, e ela passa a ser uma janela imaginada para o mundo exterior (BARBOSA, 2013). Então, as novas tecnologias acabam por afetar também o próprio público como consumidor – já que os objetos passam a ser ofertados ao vivo, dentro das próprias casas (a partir dos aparelhos de rádio e televisão), em uma dinâmica que empresas passaram a não apenas anunciar, mas também a produzir programas inteiros. Com o incremento da indústria, também cresce a publicidade, e a comunicação de massa passa a estar cada vez mais relacionada às atividades cotidianas da população. A mídia, então, pode ser interpretada não apenas como espelho da realidade, mas também como produtora de significados. E, se quanto maior a audiência de um veículo, maior era sua capacidade de divulgação, isso representava poder – então eles próprios se tornaram os porta-vozes da modernização nacional (RIBEIRO, 2000). A construção imagética da televisão nessa época recorre aos programas ao vivo, ao improvisado da cena, o que produz uma sensação de proximidade e transcreve sentimentos de forma imediata. Dessa forma, a própria indústria cultural passa a contribuir para a difusão de novos estilos de vida, promovidos pela abundância de bens. Surgia um mercado de prestígio nacional que era espelhado pelas revistas, jornais, rádio, cinema e televisão.

Por fim, a última década que ainda exploramos em nossa pesquisa é a de 1960, mais uma vez marcada pelo autoritarismo. A ditadura militar trouxe novamente a necessidade de divulgação de um país moderno, o que gerou características prementes à mídia do período. Segundo Aquino (2002), a partir de 1964 são instaurados mecanismos para controlar as informações veiculadas, porém eles não se revelam de maneira homogênea e equivalente para todos os veículos. Nessa perspectiva, não havia uma imagem de oposição generalizada à mídia, mas sim uma diversificação de posicionamento de acordo com os veículos. Há, então, um processo de concentração dos periódicos, que acaba por atingir o ápice ainda na década seguinte, e também uma segunda fase de apogeu do jornalismo popular, representado pelo sucesso do jornal O Dia (BARBOSA, 2007). Ao final da década,

90% dos periódicos são editados no Rio de Janeiro e em São Paulo e publica-se uma média de um exemplar de jornal diário para cada 22 pessoas (BARBOSA, 2007). A tiragem dos jornais permanece semelhante a da década anterior, e essa característica é atribuída à popularização da televisão, já que 35% dos recursos investidos em propaganda no país passavam a estar investidos nesse novo meio (REGO, 1969). Nos anos 1960, a televisão adota a estratégia de popularização de sua programação, capitaneada pelo aumento do consumo também possibilitado pela política expansionista de crédito (BARBOSA, 2007).

Assim, a partir desse contexto traçado ao longo do capítulo, podemos ver que, entre os anos 1930 e 1970, a mídia brasileira se constituiu como de massa. Como busquei apresentar a partir da visão de diversos autores, viveu-se um período de muitas inovações tecnológicas, mas não foi só isso, já que o país também passava por movimentos de urbanização, industrialização e prosperidade econômica. Nesse perspectiva, entendo que esses processos não podem ser pensados de forma dissociada, pois a própria comunicação se desenvolveu de forma amalgamada à vida social – se estabelecendo em diferentes plataformas, materialidades e mediações. E é também assim que eles refletem os significados dessas vivências na memória dos informantes. A ideia desse trabalho, então, passa pela investigação de como se dá a percepção do público sobre essas mensagens, buscando seu questionamento enquanto produtora de identidades e idealizações.



## 5. Etnografia das memórias e perspectivas de método

Depois de investir em um breve panorama teórico dos temas principais dessa tese e me debruçar sobre o contexto social que os informantes viveram, passo a explorar agora os modos de fazer desse trabalho. Neste capítulo, vou buscar referências sobre o método que chamo de etnografia das memórias, que pretende investigar, nas lembranças do grupo de informantes, representações relacionadas à comunicação e ao consumo em sua infância e juventude. Assim, apesar de esse trabalho estar enquadrado como uma pesquisa etnográfica, entendo que ele também encampa, por tratar de narrativas sobre o passado, aspectos relacionados com a memória e com a história. Nesta perspectiva, apesar de nos aproximarmos dessas questões, é importante deixar claro que a ideia não é realizar um trabalho de recuperação histórica do período, mas sim trazer à tona histórias cotidianas dos movimentos que o marcaram, evidenciando questões culturais e de comportamento. Não estou buscando, então, retomar “uma” história, mas sim “algumas” histórias, mais especificamente aquelas construídas por esses informantes e que acabam por fazer parte de um imaginário coletivo revelado por eles. Assim sendo, busco uma certa integração da história factual com a ordem do sentido a partir do discurso dos informantes, investigando percepções e imagens que caracterizaram esse recorte de tempo para esse grupo – algo como um repositório de interpretações sobre nosso passado recente.

Então, parto de uma proposta de encarar os fatos do passado não de forma objetiva, mas sim como imaginada por um grupo. Trata-se de resgatar as histórias contadas por esses idosos a partir de sua própria perspectiva, nos afastando de uma visão de história única. As lembranças, então, são encaradas como representações dos acontecimentos retratados pelo discurso histórico, consolidadas em um discurso coletivo. O que se revela nas narrativas são recordações referenciadas na vida cotidiana, em que ideias e sensações de uma época constroem uma história imaginada. Atravessadas por elementos como a saudade de um tempo passado e a melancolia com relação ao presente, essas narrativas remetem a imagens e pensamentos, construindo uma espécie de inventário de memórias coletivas sobre o período que estamos estudando. Assumimos que essas memórias são idealizadas, mas isso também interessa à análise, já que a partir das representações encontradas

também é possível pensar sobre as classificações e ordenações de valores expressos nas narrativas.

A ideia, então, é elaborar uma etnografia das memórias dos idosos, que revela histórias cotidianas e também ideações e valores presentes no tecido social. Nesse sentido, a própria noção da passagem do tempo é um ponto de encontro para questões e problemas científicos transdisciplinares, tendo sido objeto de estudos de diferentes cientistas das mais diversas áreas. Étienne Klein, que tem uma investigação sobre o tema, define que: “(..) existe manifestamente uma oposição entre o tempo físico ou o tempo subjetivo, ou, se preferirmos, entre o tempo dos relógios e o tempo da consciência” (1995, p. 15). Segundo ele, essa diferença se dá entre o tempo objetivo e uniforme, que pode ser cronometrado, e o tempo psicológico, medido no interior dos indivíduos. Assim, entre essas duas concepções há uma articulação, que envolve as percepções humanas da própria passagem do tempo.

Essa dobradiça que une tempo e acontecimento já foi explorada por diversos teóricos. Algumas das primeiras representações do tempo encontradas na história ocidental, inclusive, buscavam dar conta de sua centralidade como categoria da experiência humana. Segundo Danilo Marcondes (2019), o pensamento grego antigo inclui uma diversidade de conceitos para definir o tempo: *chronus*, *aien*, *kairós*. O primeiro deles, *chronus*, era o conceito mais central, considerado como uma divindade pela “Theogonia” de Hesíodo; já *aien* pode ser entendido como eternidade, o tempo cosmológico, sem início e sem fim; enquanto *kairós* se referia ao momento, o momento propício. Porém, apesar de suas diferentes correspondências, esses conceitos foram traduzidos genericamente pelos latinos por *tempus*, o nosso “tempo”, convergindo diversas representações em uma só.

Dessa forma, se estendendo por grande parte da tradição filosófica, há uma larga diversidade de conceitos que buscam dar conta da percepção da passagem do tempo, o que reflete um pouco da dificuldade de lidar com ela enquanto teoria. Ainda na Idade Média, mas antevendo uma subjetividade do tempo que será mais característica da Modernidade, Santo Agostinho uniu as noções de tempo e acontecimento e conjecturou uma noção preliminar de história. Segundo ele, é a partir do sentimento da passagem do tempo que podemos medi-lo, portanto ele o observou como algo relacionado à alma (1975 [c. 397–400]). Já no livro *A Cidade*

de Deus (2017 [c. 413–416]), ele interpreta a invasão e o saque de Roma pelos Visigodos em 410, incluindo os homens no relato e dando um caráter subjetivo à descrição desse acontecimento. Novamente segundo Marcondes (2019), é a partir desse momento que podemos dizer que passamos a encontrar o desenvolvimento de uma filosofia da história, que tem seu início com a interpretação de um acontecimento marcante, pretendendo extrair dele um significado e uma lição.

A noção de história, então, juntamente com uma percepção mais precisa do tempo, passou gradativamente a ser marcante para a sociedade. Até o século XIV, de uma maneira geral, os homens não possuíam nem ferramentas para uma precisão do registro do tempo – isso vai ocorrer apenas no século XIV, quando há a introdução dos relógios mecânicos na paisagem do cotidiano europeu (BLOCH, 1989 [1939]). Nessa lógica, é a partir da Modernidade que a representação do tempo como uma estrutura uniformemente dividida ganha escala, sendo resultado de avanços da tecnologia em sua medição mecânica, mas também dos desdobramentos sociais da economia monetária e do desenvolvimento mercantil (WHITROW, 1993). Sendo assim, a sensibilidade com relação ao devir do tempo acompanha os impactos que o conhecimento técnico e a ciência passaram a ter para a humanidade. Essas mudanças fazem parte de uma concepção cartesiana que fundou as bases da sociedade moderna e do pensamento científico e que compreende o tempo como o espaço de ligação dos acontecimentos, uma síntese que estrutura a percepção humana. Começa a ganhar força a partir de Descartes uma definição de que só podemos entender algo se pudermos localizá-lo no tempo, e a busca por uma objetividade na história passa a ser mais persistente.

Ainda na esteira desse pensamento, o período entre cerca de 1750 e 1900, quando há uma crescente consciência do tempo, foi também a época em que as pessoas, incluindo grandes pensadores, depositaram a maior fé no conceito de progresso (NISBET, 1985). Então, a partir do avanço na produção científica e do incremento no interesse pela racionalidade, a Modernidade definiu as ideias de evolução e desenvolvimento como positivas. Pertinente a esse entendimento, no século XIX, Charles Darwin publicou “A Origem das Espécies” (2014 [1859]), obra que relaciona a mudança das características hereditárias de uma população de seres vivos para outra como um processo de mudança e diversificação. Em seu estudo, Darwin examinou as diferenças reais e materiais entre espécies no espaço e no

tempo e não apenas a diferença entre indivíduos da mesma espécie. Esses estudos redirecionaram a pesquisa científica e serviram de base para a teoria biológica evolutiva, mas acabaram se estendendo para além das ciências naturais, fixando uma ideia de que a natureza humana tinha tendência a evoluir em direção ao seu aperfeiçoamento.

Assim, apesar de não ter sua origem embasada pelos estudos de Darwin, ao lado da ideia da passagem do tempo como progressão linear em direção ao progresso, a crença em um desenvolvimento evolutivo da cultura dos homens passou a prevalecer na construção das ciências humanas modernas. Fazendo parte desse movimento estava uma ideologia evolucionista, que se desenvolveu nos séculos XIX e XX como uma concepção universal e que incluiu em si os conceitos, relacionados hierarquicamente, de mudança, ordem, progresso e perfectibilidade (LEWOTIN, 1985). Desse modo, em diferentes áreas científicas, passa a haver um paralelismo nas ideias de progresso e evolução, e a noção de cultura foi estudada como sinônimo de civilização.

Auguste Comte (2016 [1848]) trabalhou intensamente na criação de uma filosofia positivista para compreensão de fenômenos sociais, sendo um dos expoentes dos estudos sociais da época. Antropólogos como Lewis Henry Morgan e Edward Burnett Tylor também incorporaram uma visão evolucionista em seus estudos, em que há um certo sacrifício da noção de acaso presente em Darwin em nome de uma crença na unidade humana. Tylor defendeu no livro “*Primitive Culture*” (1871) uma ideia única de cultura, entendendo que os diferentes povos sofreram uma convergência em suas práticas culturais. Morgan, por sua vez, publicou “*A Sociedade Primitiva*” em 1877, livro em que defende que o desenvolvimento da ideia de propriedade teria sido decisivo para a civilização, esboçando três estados para a evolução da humanidade: selvageria, barbárie e civilização, sendo que, de acordo com sua escala, ele próprio é o civilizado superior e seu extremo oposto é o selvagem inferior (1980). Assim, a preocupação desses autores era traçar uma linha de origem das culturas humanas a partir da semelhança, em que a cultura passava a ser uma noção única, como sinônimo de civilização.

Essas abordagens, apesar de terem tido força no período, acabavam incorporando projeções de categorias já conhecidas pelos pesquisadores, e assim menosprezavam as possibilidades criativas do que é diferente. Com tal

característica, acabaram sendo desconstruídas anos mais tarde. Franz Boas, por exemplo, redirecionou as pesquisas nas ciências sociais a partir de uma crítica ao conceito de cultura primitiva baseado em seus estudos de antropologia cultural (1965 [1911]). Segundo ele, era preciso ir além da descrição morfológica da raça como uma totalidade, e, para tanto devia-se separar as noções de raça e cultura, pois uma não determina a outra (2004 [1932]). Assim, ele percebe que os mesmos fenômenos podem não se originar das mesmas causas e, portanto, compara processos e não elementos, verificando que tipos biológicos não têm relação com formas culturais. Propondo uma noção relativista de cultura, Boas percebe que as classificações são organizadas pela perspectiva do observador.

Também no início do século XX Albert Einstein publica a Teoria da Relatividade (1958 [1915]), que foi um grande marco para uma mudança na concepção da passagem do tempo nos estudos científicos. Posto isso, se primeiro Aristóteles e depois Newton acreditavam em uma ideia de tempo absoluto, como se pudessemos medir o intervalo entre dois acontecimentos sem ambiguidade, esta concepção muda com as descobertas de Einstein referentes à gravidade não como força idêntica às outras, mas sim uma consequência do fato do espaço-tempo ser curvo e não plano (HAWKING, 1994). Assim, de acordo com Hawking, até 1915 acreditava-se que o tempo e o espaço eram um palco fixo de acontecimentos, sem necessariamente ser afetados por eles, mas após a ideia de relatividade isso mudou. Para ele, essa ideia revelou uma nova concepção de universo, já que “(...) a ideia de um Universo essencialmente imutável, que podia ter existido e podia continuar a existir para sempre, foi substituída pela noção de um Universo dinâmico e em expansão, que parecia ter tido início há um tempo finito no passado, e que podia acabar num tempo finito no futuro” (HAWKING, 1994 [1988], p. 31-32).

Esses movimentos científicos também foram muito marcantes na sociologia francesa, que trabalhava com a relativização dos conceitos sociais para entender os processos de classificação e de diferenciação nas sociedades e, assim, se aproximava de forma interessante dos novos princípios da física teórica. Estudos e pesquisas se voltavam para uma compreensão de tempo não universal e absoluto, em que a posição do observador em sua relação é peça fundamental para sua compreensão. José Carlos Rodrigues (2002) chama este redirecionamento da problemática da noção de tempo de uma das mais marcantes contribuições à história

do pensamento ocidental e ao entendimento de nossa própria sociedade. Segundo ele: “Para a escola francesa, tempo seria antes de tudo um sistema de classificação, um meio colocado pela sociedade à disposição dos homens para se orientarem no mundo” (2002, p. 17).

Émile Durkheim e Marcel Mauss, dois dos principais expoentes da Escola Sociológica Francesa, no artigo “Sobre algumas formas primitivas de classificação”, datado de 1903, apresentaram a ideia de que categorias classificatórias do pensamento humano são fundadas socialmente, não remetendo a símbolos lógicos pré-determinados. De acordo com eles:

A sociedade não foi simplesmente um modelo de acordo com o qual o pensamento classificatório teria trabalhado; foram os próprios quadros da sociedade que serviram de quadros ao sistema. (...) Foi porque os homens estavam agrupados e se concebiam a si mesmos sob a forma de grupos, que agruparam idealmente os outros seres, e as duas modalidades de agrupamento começaram por se confundir a ponto de serem indistintas. As fratrias foram os primeiros gêneros; os clãs, as primeiras espécies. As coisas eram tidas como fazendo parte integrante da sociedade, e era o seu lugar na sociedade que determinava o seu lugar na natureza. (DURKHEIM e MAUSS, 2000 [1903], p. 198-199)

Eles nos indicam, então, que as ideias da sociedade nominam a natureza, invertendo uma ordem de percepção do mundo que tinha força até então. Nesse sentido, a noção de tempo também envolve diferenciações e classificações, e passa a ser instrumento que regula e determina a convivência dos homens.

Ainda especificamente sobre a noção de tempo, Durkheim demonstrou que o ritmo da vida social, a partir das divisões do tempo – dias, semanas, meses, anos e assim por diante – correspondem à recorrência periódica dos ritos, das festas e das cerimônias coletivas (1996 [1912]). Assim, ele identifica que o calendário tem a função de criar, dar ritmo e manter a regularidade das atividades coletivas. Durkheim estava se aproximando de questões relativas à vida em sociedade, buscando justificativas para o princípio de os homens se agruparem, e um dos centros de seu pensamento está na ideia de que o indivíduo nasce da sociedade e não a sociedade que nasce dos indivíduos. A partir dessa elaboração, é possível aferir que não existem ideias propriamente individuais, pois elas só adquirem corpo do ponto de vista coletivo. E, nessa lógica, há sempre uma adaptação do indivíduo

à coletividade, de forma que ele acabe por se comportar de forma semelhante aos demais.

A partir dessas ideias, fica mais evidente que a distinção do tempo em nossa experiência privada, então, não basta para sua compreensão, já que sua organização é coletiva. Portanto, se não houvesse uma concepção social homogênea do tempo, a própria vida em comum estaria ameaçada. Dessa forma, as categorias consideradas por ele essenciais não são desprovidas de valor objetivo, já que acabam por fundamentar a natureza das coisas a partir de uma justificativa lógica. Nossa noção de tempo, por conseguinte, não é nem um hábito do qual possamos nos desvencilhar nem uma imposição física, mas é uma necessidade moral para a vida em sociedade. Durkheim realiza esta reflexão sobre as noções essenciais a partir de sua origem religiosa, mas deixa claro que para além disso, elas estão na base da mentalidade humana.

Os estudos de Mauss também carregam a visão de que o tempo é um dos determinantes da vida social. Segundo ele, a noção de uma sucessão uniforme do instante e da duração que especulavam os filósofos é elaborada pelo indivíduo, mas também pelas séries variadas de sociedades que se sucederam na história (MAUSS, 2016 [1907]). Nessa perspectiva, segundo ele, uma noção religiosa do tempo, anterior ainda a sua concepção científica, não tem origem individual e diz respeito aos estudos da sociologia. Mauss faz essas reflexões ao comentar o texto de Henri Hubert “Estudo sumário da representação do tempo na religião e na magia” (2016 [1905]), que também sustentou que a religião e a magia nos mostram uma noção de tempo mais qualitativa do que quantitativa.

Assim, frente a uma definição do tempo atrelada a um referente social e não mais a um conceito homogêneo e uniforme, a partir de meados do século XX as ciências humanas passaram por um momento importante de questionamentos e interpretações. A acomodação do tempo como indicador relativo ao indivíduo e à vida social, resultado de valores e convenções, também teve desdobramentos no campo da história. A construção dessa disciplina, que desde o nascimento das sociedades ocidentais se definiu como a disciplina sobre a qual se indaga e se testemunha os acontecimentos do passado, também foi alterando suas próprias leis, num esforço para acompanhar os novos paradigmas da ciência ao longo dos tempos (LE GOFF, 2013).

Especificamente nesse período, podemos citar, por exemplo, os trabalhos de Paul Vidal de La Blache e suas observações geográficas (2012 [1903]) e também François Simiand (2003 [1903]) com sua abordagem sociológica e histórica sobre a economia. Mas foi especialmente a partir das reflexões em torno do periódico acadêmico francês "*Annales d'histoire économique et sociale*" que se desenvolveu a Escola *dos Annales* e um questionamento robusto sobre o posicionamento histórico frente aos novos paradigmas científicos verificados (BURKE, 1991). A Escola participou de um movimento em que não só historiadores, mas diversos cientistas das humanidades repensaram uma noção de história positiva e alinhada às ideias de acontecimento e de progresso.

Segundo François Dosse (1994), a criação da revista dos *Annales* resulta das perturbações que afetaram tanto o mundo pós-guerra, com uma nova organização de poderes entre as nações, quanto o campo das ciências sociais, que passava a questionar fortemente as ideias de evolucionismo e progresso. Além disso, novas abordagens a partir da linguística, da psicanálise, da antropologia e da própria sociologia passaram a marcar os estudos das ciências humanas, que estavam deslocando seus olhares de aspectos políticos para econômicos. É nesse movimento que estudos de autores como Lucien Febvre (2009 [1937]) e Marc Bloch (1993 [1924]) contribuíram para que a história passasse a ser percebida como uma ciência social integrada, não apenas vista através de marcos, mas também a partir de transformações e continuidades. Dessa maneira, a proposta da *Escola dos Annales* era ir além de uma visão positivista da história, com o objetivo de tornar inteligíveis as mentalidades, as sensibilidades e as representações das diferentes épocas estudadas. A intenção era romper com uma história meramente factual, passando a uma investigação assimilada por diferentes disciplinas, como a sociologia, a economia e a geografia, além da própria história.

Na pluralidade de visões propostas, houve uma renovação da pesquisa histórica, que ofereceu, inclusive, novas possibilidades críticas. Uma das afirmações de Febvre nesse sentido é de que a revista "*Annales d'histoire économique et sociale*" não queria rodear-se de muralhas, mas sim fazer irradiar largamente e indiscretamente um espírito de livre crítica e livre iniciativa (1989 [1941]). Sendo assim, Febvre também estava buscando articular as noções de homem e tempo após a renovação científica causada pela Teoria da Relatividade de



Einstein. Segundo ele, a história não deveria ser automática, mas sim problemática, o que levanta diversas novas questões nesse campo de pesquisa. Na mesma direção apontava Marc Bloch, que considerou que a história era a ciência que estuda o homem e sua ação no tempo (2001 [1949]). Para ele: “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (2001 [1949], p. 75). Assim, Bloch mostrava também a influência de Durkheim em sua obra, que buscava na observação das relações sociais estáveis, e não apenas no comportamento individual, as causas dos fenômenos estudados. Investigando em suas pesquisas mais do que acontecimentos e fatos, mas também referências sobre hábitos, costumes e dados da vida social, Febvre e Bloch estavam inquirindo sobre as causas que resultam em semelhanças e diferenças entre as sociedades.

Nessa linha de pensamento, Fernand Braudel, também atuante nos *Annales*, constituiu como pilar fundamental de sua obra a “longa duração”. No livro “O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II” (1984 [1949]) ele implementa essa ideia, em que durações são lentamente ritmadas, possibilitando decompor a história em planos escalonados. Alguns anos mais tarde, em 1958, ele também publica o texto “História e ciências sociais. A Longa Duração” (1965), em que irá melhor explorar essas ideias conceitualmente – respondendo a questões propostas por Lévi-Strauss como veremos a seguir. Segundo ele, esse posicionamento significaria uma mudança na atitude, no estilo e no pensamento de se fazer história, podendo a partir dela ser possível encontrar uma estrutura coerente entre realidades e massas sociais. Ele propôs, então, a ideia do tempo curto como o tempo do acontecimento, aquele que enche as consciências, mas dura muito pouco para possibilitar a análise, e se diferencia do tempo de longa duração, no qual são levados em consideração quadros resistentes, hábitos de pensar e agir difíceis de desaparecer. Ao identificar diferentes durações do tempo, Braudel teve a iniciativa de pluralizar as temporalidades na história, se aproximando de uma visão histórica mais estrutural. Mas, para além das questões teóricas, a ideia da “longa duração” também buscava dar conta de uma disputa entre historiadores e sociólogos que se via na época, na França, pela definição de qual seria a disciplina hegemônica das ciências humanas. E com seu artigo sobre o tema Braudel entrava nessa discussão,

contrapondo-se a uma ideia de história interessada apenas naquilo que os indivíduos fazem de maneira pensada, consciente.

Mas, se no campo da história esses questionamentos ganhavam força e incorporavam novas questões às pesquisas, de outro lado, antropólogos como Karl Polanyi e Evans-Pritchard também realizaram pesquisas a partir de articulações entre a antropologia e a história. Enquanto o estudo de Polanyi (2000 [1944]) partia da investigação das implicações sociais da economia de mercado como vimos anteriormente nessa tese; Evans-Pritchard (1950; 1961) discutiu teoricamente elementos comuns às disciplinas, destacando a importância da compreensão histórica para a pesquisa antropológica e defendendo a incorporação da perspectiva antropológica na história. Apesar dessas contribuições relevantes, é o antropólogo Claude Lévi-Strauss que impacta de maneira decisiva as discussões e as relações entre as disciplinas a partir de seu texto “História e Etnologia”, publicado pela primeira vez em 1949 (2012). Identificado com o estruturalismo, movimento de pensamento que desponta na França a partir da década de 1940, mas que ganha vigor nas décadas de 1950 e 1960, Lévi-Strauss expõe um projeto científico que acaba por se desdobrar em uma nova forma de relação com o mundo, e que vai atravessar diferentes disciplinas (DOSSE, 2007).

Dessa maneira, a repercussão do texto de Lévi-Strauss é contundente inclusive no campo da história. Para além de defender uma ampliação no método de pesquisa histórico, ele sustenta que a antropologia pode ajudar a história a perceber seu material de análise baseado no seu ponto de vista, argumentando que entre as duas há uma “diferença de orientação, mas não de objeto” (LÉVI-STRAUSS, 2012 [1949], p. 52). Em um momento em que as disciplinas eram diferenciadas a partir de seu princípio, posto que a primeira consistia na crítica de documentos de autoria de vários observadores e a segunda na observação de um só, Lévi-Strauss propõe, então, que antropologia e história têm o mesmo procedimento fundamental. De acordo com ele, ambas disciplinas estudam sociedades diferentes das que vivemos a partir de sistemas de representações, e, assim, expandem experiências particulares para dimensões de experiências mais gerais.

Esse entendimento surgiu a partir das ideias de outro antropólogo, Franz Boas, já mencionado neste trabalho como proponente de questionamentos sobre a evolução cultural a partir de uma antropologia cultural. Ele constatou que o

comportamento social humano perpassa por estruturas inconscientes, levando em conta relações subjetivamente condicionadas (2004 [1930]). Segundo Boas, para compreender a história é mais importante entender como comportamentos e ações vieram a ocorrer, não apenas saber que eles ocorrem. Dessa forma, ele defendeu que a investigação histórica deve ser o teste crítico para que a ciência admita fatos como evidências (BOAS, 2004 [1986]). Como decorrência deste posicionamento, Boas percebia à época uma superestimação do método histórico, já que nesse procedimento haveria uma transposição equivocada de valores no estudo das sociedades primitivas para as sociedades dos próprios antropólogos. Além disso, segundo ele, constatar que a escrita não é central nas sociedades primitivas permite enxergarmos as questões históricas com outro olhar, escapando de uma posição determinista de que todas as sociedades estão na história.

Assim, nesses autores, há um reconhecimento de que a concepção de história estava alinhada com o pensamento evolucionista e etnocêntrico, portanto ideológico. Voltando ao texto de Lévi-Strauss, verificamos, então, que ele aposta em outra direção para pensar a historicidade. Para ele, a generalização fundamenta a comparação, sendo que é a passagem do específico para o geral que permite uma travessia no entendimento do consciente para o inconsciente. Desta maneira, ele entende que, assim como a etnologia deve incluir os processos históricos em suas análises, também a história deveria visibilizar as expressões inconscientes dos fenômenos sociais. Lévi-Strauss estava influenciado pela linguística estrutural de Ferdinand de Saussure e pela psicanálise de Sigmund Freud, consolidando a partir das duas a noção de estrutura, que marcaria o campo da antropologia como uma certa oposição ao da história.

É na esteira do pensamento estruturalista que Lévi-Strauss aponta que a natureza inconsciente dos fenômenos sociais se assemelha à da linguagem, abrindo espaço para análises de significação dos discursos. Segundo ele, o problema etnológico passa a ser, então, um problema de comunicação, como mencionou em outro trabalho: “Como a linguagem, o social é uma realidade autônoma (a mesma, aliás); os símbolos são mais reais que aquilo que simbolizam, o significante precede e determina o significado” (LÉVI-STRAUSS, 2017, p. 28). Assim, Lévi-Strauss ressalta que a comparação de dados, sejam eles históricos ou etnográficos, oferece a possibilidade de encontrarmos uma estrutura subjacente a eles. Nessa perspectiva,

a função comunicativa passa por processos de articulação entre significados imbricados na cultura, que se relacionam uns com os outros baseados em suas representações. Lévi-Strauss percebe que os discursos estão submetidos à ordem do significante, e que o código precede a mensagem e é independente dela. Dessa forma, são os sistemas classificatórios que permitem integrar a história.

Outro debate proposto por Lévi-Strauss ainda nesse contexto que também interessa a essa pesquisa são os seus questionamentos epistemológicos sobre a oposição entre a ordem do sensível e do inteligível inicialmente proposta pela filosofia. De acordo com ele, a ciência moderna constituiu-se a partir da ruptura entre duas ordens – as primárias que englobam qualidades dadas pela sensibilidade e as secundárias que seriam a verdadeira realidade –, mas hoje busca reintegrá-las (LÉVI-STRAUSS e ERIBON, 2005, p. 159). Assim, a partir de dados etnográficos que evidenciavam não haver diferenças entre o modo de operação cognitiva de sociedades ditas primitivas e o daquelas consideradas civilizadas, Lévi-Strauss propôs seus estudos a partir de uma visão de igualdade entre elas.

Segundo o autor, o “pensamento selvagem”, aquele dos povos sem escrita, apesar de ter sido considerado inferior ao longo de muitos anos, é um pensamento interessado, reflexivo e sistemático, assim como o “pensamento domesticado”, aquele referenciado na sociedade ocidental moderna (LÉVI-STRAUSS, 1997). Assim sendo, o primeiro se assemelha ao segundo, ambos incluindo sensibilidade e cognição em sua operação. Desse raciocínio, é também possível depreender uma crítica a um certo imperialismo da história, já que há uma aparente antipatia da mesma com os sistemas de classificação das sociedades selvagens, por exemplo. A partir dessas ideias é possível, então, inverter hierarquias e conceder a outros atores – os informantes – o domínio da narrativa e o poder da ordem do discurso.

Apesar da diversidade temática de sua produção intelectual, a ênfase dos estudos de Lévi-Strauss está na questão da diversidade sociocultural, no sentido de uma aplicação de um modelo de crítica à evolução das sociedades que possa incluir noções de cultura, diversidade, acaso e colaboração, para além de ideias de civilização, progresso e acumulação. Assim, para ele, mais importante do que a história e seus fatos são os sistemas classificatórios que a integram. É a partir dessa perspectiva que, de acordo com a visão estruturalista, qualquer observação do devir histórico deve passar pelo simbolismo: não há sentido verdadeiro a ser obtido na

consciência histórica, pois o que há é apenas uma situação contingente com foco ajustado. Segundo Lévi-Strauss, então, a concepção de história, quando levada ao seu limite, não corresponde a nenhuma realidade:

Mesmo uma história que se diz universal ainda não é mais que uma justaposição de algumas histórias locais, dentro das quais (e entre as quais) os vazios são muito mais numerosos que os espaços cheios. E seria vão acreditar que multiplicando os colaboradores e intensificando as pesquisas obter-se-ia um resultado melhor: pelo fato de a história aspirar à significação, ela está condenada a escolher regiões, épocas, grupos de homens e indivíduos dentro desses grupos e a fazê-los surgir, como figuras descontínuas, num contínuo suficientemente bom para servir de pano de fundo. Uma história verdadeiramente total neutralizar-se-ia a si própria; seu produto seria igual a zero. (LÉVI-STRAUSS, 1997, p.285)

O dimensionamento da história, então, apontaria em uma direção diferente daquela proposta pelos historiadores. Para Lévi-Strauss, olhar para o passado não é a única maneira de explicar o presente e, nesse sentido sua obra foi capaz de desenvolver uma perspectiva verdadeiramente antropológica e não etnocêntrica acerca da história e da historicidade das sociedades humanas (GOLDMAN, 1999). O que Lévi-Strauss propõe, então, não é uma relativização do saber científico, mas sim uma crítica à própria ideia de historicidade, que revela a forma com a qual encaramos o passar do tempo.

Assim, desse ponto de vista crítico, é possível perceber que a concepção da história enquanto movimento progressivo é uma das marcas da sociedade moderna, mas não é a única forma de entendermos o passado. Marshall Sahlins é outro autor que também buscou demonstrar que a história é organizada por estruturas de significação. Em “Ilhas de História” (2011), ao analisar a chegada do capitão Cook e sua tripulação ao Havaí no século XVIII a partir de uma etnografia histórica, ele investigou como os eventos resultantes desse contato eram ordenados pela cultura, assim como a cultura também era reordenada pelos eventos. Ele argumenta, então, que há uma mediação dos fatos históricos pela estrutura e, portanto, um certo equacionamento entre estrutura e evento – até então considerados opostos. Em uma obra posterior, “História e Cultura: apologias a Tucídides” (2006), Sahlins também vai propor que não há conhecimento da história que não seja também um conhecimento das culturas que a constituem. Segundo ele, o passado seria também outra cultura, e baseado nisso defende a ideia de que não apenas fatos e

acontecimentos são relevantes para entender o tempo passado, mas também os processos simbólicos, as imagens e as representações.

Essas contribuições a respeito dos discursos históricos apresentadas por teóricos de diversas áreas das humanidades nos permitem perceber um esforço intelectual para compreender o passado também como uma trama que liga a própria sociedade. A partir das discussões propostas por diferentes cientistas ao longo do século XX, podemos assumir o ponto de vista de que a cultura não necessariamente determina a história, mas a organiza. Assim, é possível perceber que, a partir de um diálogo entre o coletivo e o individual, há a continuidade de uma ordem cultural como prática da ação humana. A história mediada pelos relatos dos homens traz à tona um imaginário capaz de evidenciar valores sociais, sendo esse um elemento de mediação entre o que é lógico e o que é afetivo. Nessa orientação, quando a experiência vivida é mais tarde narrada, há a incorporação de aspectos simbólicos e ideológicos nessa narrativa, e valores culturais estão destacados. Isso ocorre de forma que as ideias e os conceitos imbricados nela nomeiam e distinguem a própria experiência humana por meios simbólicos, e é o método etnográfico que nos conduz a essas pistas.

A ideia de realizar uma etnografia, então, vem do interesse nos discursos que criam a História. A partir de um estranhamento do que está sedimentado como conhecimento, queremos explorar essa colcha de retalhos em que se cria a narrativa histórica, atravessada por narrativas diversas e percepções tanto semelhantes como heterogêneas. É nesse contexto que optamos por realizar uma pesquisa etnográfica com um grupo de idosos. Essa opção se dá pela ideia de que a construção de uma imagem do tempo passado passa pela imaginação e idealização de nossos informantes – e a partir delas também acabam por falar de nossa própria sociedade. A inspiração primeira vem de Bronislaw Malinowski que, ainda no início do século XX, estudou os habitantes do arquipélago de Trobriand, na Melanésia, e foi pioneiro em desenvolver o método de investigação que orienta o modo de fazer deste trabalho. Apesar de sua pesquisa ter sido realizada quase um século atrás, com os chamados à época ainda de povos primitivos e em um contexto muito diferente do encontrado nesta pesquisa, Malinowski visibilizou o método de trabalho de campo como uma teoria, e é por isso que o tratamos como orientador. De acordo com ele, o objetivo final do etnógrafo deve ser:

(...) aprender o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, *sua* visão de *seu* mundo. É nossa tarefa estudar o homem e devemos, portanto, estudar tudo aquilo que mais intimamente lhe diz respeito, ou seja, o domínio que a vida exerce sobre ele. Cada cultura tem seus próprios valores; as pessoas têm suas próprias ambições, seguem seus próprios impulsos, desejam diferentes formas de felicidade. Em cada cultura encontramos instituições diferentes, nas quais o homem busca seu próprio interesse vital; costumes diferentes por meio dos quais ele satisfaz às suas aspirações: diferentes códigos de lei e moralidade que premiam suas virtudes ou punem seus defeitos. Estudar as instituições, os costumes e os códigos ou estudar o comportamento e a mentalidade do homem, sem atingir seus desejos e seus sentimentos subjetivos e sem o intuito de compreender o que é, para ele, a essência de sua felicidade, é, em minha opinião, perder a maior recompensa que se possa esperar do estudo do homem. (MALINOVSKI, 2018 [1922], p. 83)

Nessa orientação, para analisar as memórias do grupo estudado, as referências às regras, à hierarquia e aos processos da Casa dos Idosos também deveriam estar presentes, problematizando não só os discursos ouvidos, mas também buscando a compreensão dos indivíduos inseridos naquele contexto social. Dessa forma, não realizamos apenas uma observação direta, mas também incluímos registros dos acontecimentos da vida cotidiana do residencial durante o trabalho de campo em um diário, buscando descrever diferentes elementos da vida cotidiana dos idosos. A rotina de observação, portanto, tinha de ser humana e sensível, mas também consistente em sua repetição.

O estudo, então, se concentrou observar as atividades e os discursos, que, em sua conjugação, nos mostram os mecanismos de funcionamento desse local e as estruturas de pensamento desses idosos. Participando do dia a dia do grupo, seria possível também perceber os motivos que fundamentam aquelas trocas sociais e, finalmente, organizar os dados coletados em um grande quadro desse universo cultural. Nessa linha de trabalho, então, importa também abordar como funcionam as práticas e os rituais que lá são estabelecidos. Se o ideal de Malinovski era “atingir o ponto de vista do nativo” (PEIRANO, 2018, p. 11), o nosso é levar em conta as ações e os discursos encontrados no grupo estudado, buscando reunir observação e análise através das representações que os permeiam.

Clifford Geertz também ratifica mais tarde esta proposta de Malinovski ao destacar a relevância da análise das formas simbólicas para compreensão do mundo nativo em seus próprios termos. Segundo ele, o importante em uma etnografia é

buscar descobrir o que os informantes “acham que estão fazendo”, no sentido de que eles muitas vezes não reconhecem conceitos inscritos em suas falas; daí a necessidade de “nadar na corrente de suas experiências” (GEERTZ, 2019, p. 89). Dessa forma, a ideia é descobrir os significados atribuídos pelos informantes às suas práticas e representações, enxergando o mundo segundo o seu ponto de vista. Ainda de acordo com Geertz, a Antropologia se apresenta como uma ciência interpretativa capaz de examinar a cultura como uma teia de significados construída pelos próprios homens, em que a etnografia se torna uma descrição densa que engloba uma multiplicidade de estruturas complexas a serem apreendidas e apresentadas. Fazer etnografia seria, então, como construir uma leitura de um manuscrito estranho, que possui incoerências e exemplos transitórios, e, portanto, a tarefa do pesquisador é dupla pois envolve a descoberta de estruturas conceituais e a elaboração de um sistema de análise capaz de interpretar as informações obtidas. Segundo ele:

Nossa dupla tarefa é descobrir as estruturas conceptuais que informam os atos dos nossos sujeitos, o “dito” no discurso social, e construir um sistema de análise em cujos termos o que é genérico a essas estruturas, o que pertence a elas porque são o que são, se destacam contra outros determinantes do comportamento humano. Em etnografia, o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo – isto é, sobre o papel da cultura na vida humana. (GEERTZ, 2019, p. 19)

Logo, não importa apenas o dito, mas também o significado das palavras e a gramática envolvida; não importam apenas as ações, mas também a descrição e o relato dos eventos e das atividades que a acompanham. Analítica e descritiva, a etnografia compreende a pesquisa de campo e a coleta dos dados mais diversos sobre uma sociedade particular, que sempre está circunscrita no tempo e no espaço. Nessa linha de entendimento, a pesquisa etnográfica apresenta como princípio a interpretação dos discursos sociais, e sua análise e os seus achados não são privilegiados, mas sim particulares. Isso por que ela constrói pontes entre os universos de significação do observador e do observado – e as relações entre ambos se constituem de complexidade, mas é a partir delas que se pode buscar uma interpretação legítima. Essa articulação, então, pode contribuir para uma investigação cultural, mais qualitativa do que quantitativa do período em questão.



Como proposto por Roberto Da Matta, minha ideia, então, é “vestir a capa de etnólogo”, fazendo uma dupla tarefa que consiste em transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico (1978, p. 04). Assim, de acordo com ele, para essas duas atividades é necessária a presença dos dois termos, que representam dois universos de significação, e a vivência dos dois domínios pelo pesquisador, disposto a situá-los e apanhá-los. Outro ponto importante que Da Matta coloca é que se no início a antropologia estava focada em transformar o exótico em familiar, hoje ela se volta para o movimento contrário, pois o foco está em descobrir as nossas próprias sociedades, a partir de suas instituições, práticas políticas e religiosas. E, seguindo nessa direção, a partir de um estranhamento com as palavras e comportamentos do grupo estudado, é possível questioná-lo nos aspectos considerados mais fundamentais. Para eles, por exemplo, não contam apenas as impressões sobre o passado do país e do mundo, mas também sobre o passado de sua família, de seus amigos e de seu trabalho.

Assim, a partir da pesquisa de campo, vamos buscar entender melhor a interpretação do período que os informantes fazem a partir de suas experiências. Para isso, é preciso levar em conta o contexto das memórias compartilhadas, a partir de uma escuta atenta e de uma descrição densa, o que foi possível a partir de conversas com idosos e da observação do residencial. Nesse sentido, na etnografia, o olhar do antropólogo durante o trabalho de campo é que garante uma crítica a respeito das trocas simbólicas ocorridas. Elas estão nos grandes mas também nos pequenos gestos, e não apenas na fala, mas também na sua intenção: “Mas para distinguir o piscar mecânico e fisiológico de uma piscadela sutil e comunicativa, é preciso sentir a marginalidade, a solidão e a saudade. É preciso cruzar os caminhos da empatia e da humildade” (DAMATTA, 1978, p. 08-09). Assim, as pistas que foram seguidas durante a investigação estavam também nos hábitos, nas regras sociais, nos rituais e nas trocas afetivas encontradas durante em minha observação do grupo.

Gilberto Velho também fala da necessidade de uma certa empatia nas pesquisas etnográficas, já que existem aspectos de uma cultura que não são explicitados, “que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia” (VELHO, 1978, p. 124). Concernente a isso, minha análise teve que partir, então, da empatia e do

estranhamento, palavras que podem parecer em uma primeira análise opostas, mas ao final colaboram na elaboração dos significados que permeiam as narrativas. Assim, as representações que emergem da pesquisa etnográfica não são individuais, mas sim compartilhadas pelo grupo entrevistado. Procuramos, então, buscar nas memórias relatadas pequenos lugares de encontro, mas também espaços de contraste e oposição, que acabam também por revelar mais sobre o mundo daqueles idosos.

Assim sendo, as impressões sobre o período estão imbricadas a juízos com relação à sua infância e juventude, que se mostram valorosos. Mais uma vez, retomamos à questão da passagem do tempo vista como dado qualitativo, que está ancorado em contextos e conjunturas. Dessa forma, nessa tese, estamos lendo a saudade como categorial social, como Roberto Da Matta propôs, percebendo que ela é uma concepção específica de tempo: “(...) mais do que uma forma de estabelecer sulcos externos ou descontinuidades na duração contínua e infinita que nos envolve, como fazem os ponteiros de um relógio ou as folhas de um calendário, a saudade fala do *tempo por dentro*. Da temporalidade como experiência vivida e reversível que cristaliza uma dada qualidade” (1993, p. 22). O tempo, então, pode ser visto como algo descontínuo, criado pela cultura, que confronta as ideias de juventude e velhice, participando de sistemas de significação e classificação.

Então, quando as memórias de uma época são transmitidas, o que se encontra não é a história em si, mas uma imagem repleta de significações. Michel Halbwachs foi pioneiro em escrever sobre os aspectos coletivos da memória, pois segundo ele, não há memória pessoal, já que as lembranças estão engendradas em nosso convívio coletivo (1994 [1925], 1990 [1950]). Sendo assim, ele também se apoia no conceito de “consciência coletiva”, de Durkheim (1999 [1893], p. 50), que a entende como o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade que forma um sistema determinado, que tem vida própria. Apesar de difusa na extensão da sociedade, a consciência coletiva é independente das condições particulares em que os indivíduos estão colocados, já que eles passam e ela permanece; e é assim, que ela não muda a cada geração, mas, pelo contrário, liga umas às outras sucessivamente. Mais tarde, Durkheim irá elaborar esse pensamento a partir da ideia de representações coletivas, que, segundo ele, nada mais são do que as expressões da consciência coletiva, elaboradas na

relação dos indivíduos com seu grupo social (DURKHEIM, 1970 [1906]). Nesse contexto, então, as representações coletivas se tornam mais do que o conhecimento adquirido pelos indivíduos a partir de vivências, experiências e trocas, e sim a própria trama que liga a sociedade. Elas, assim, adquirem uma existência concreta, que se manifesta por meio da socialização e da internalização de valores, e demonstram sua materialidade nos mecanismos de controle social e na estrutura da formação social.

É a partir dessa premissa que Halbwachs cria o conceito de memória coletiva, em que postula que o ato de recordar não pode ser analisado sem que os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória sejam levados em consideração. Segundo ele:

(...) nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. (HALBWACHS, 1990 [1950], p. 26)

Assim, o sociólogo francês percebe que as memórias são imbuídas de impressões exteriores, mesmo que incompletas. Nessa lógica, a memória é influenciada pelos quadros sociais, combinação das lembranças individuais de vários membros de uma mesma sociedade, que a antecedem e a determinam, já que o tempo social não é indiferente às divisões, às marcações e às impressões supostamente abstratas que nele introduzimos.

A coesão social fortalece, então, o reconhecimento e a reconstrução dos acontecimentos do passado a partir das lembranças, que estão assentadas em noções comuns entre os indivíduos. É dessa forma que a memória é construída em grupo: “Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990 [1950], p. 51). Nessa perspectiva, Halbwachs considera que a memória não está isolada e fechada, portanto, dentro dos grupos relacionais a que pertencem, as pessoas acabam por construir lembranças comuns, que por conseguinte criam representações do passado baseadas em uma percepção social. Assim, as memórias sobre uma época delimitam e são delimitadas pelos grupos a

que pertencem, já que, para uma lembrança se estruturar, precisa de marcos e referentes pactuados socialmente.

Pierre Nora, historiador francês que nos anos 1980 coordenou a edição da coletânea “*Les Lieux de Mémoire*”, também contribuiu para os questionamentos acerca do tema da memória (1984). Segundo ele, a história forjou seu percurso enquanto disciplina imbuída pelo sentimento de construir uma memória mais positiva, mais globalizante e mais abstrata, se afastando dos objetos e suas significações (NORA, 1993). Assim, ele coloca em evidência o conceito de “lugares de memória”, espaços em que a memória social se ancora, alicerçando memórias coletivas que expressam e revelam identidades e que, segundo ele, estariam entre os conceitos de história e memória. De acordo com ele, portanto, recorrer a percepções individuais – carregadas de cultura – como estratégia de pesquisa, revela uma vontade de evidenciar o simbólico presente na operação de mediação entre o passado e o presente.

Também avançando sobre questões que concernem à temática da memória, Michael Pollak reconheceu o caráter de coesão das lembranças, que reforçam uma adesão afetiva aos grupos a que pertencem (1989). Assim, ele coloca o ponto que norteia seu trabalho: “Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (1989, p. 02). Para Pollak, então, a memória também é uma operação coletiva, que reforça sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais. E é dessa forma que delimita e emoldura o espaço discursivo sobre o passado, fornecendo um quadro de referências, uniformidades e homogeneidades, identificando que ao rememorar acontecimentos do passado também evidenciamos a construção de identidades.

A partir do seu ponto de vista, o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história, que é interpretado e combinado a referências associadas. Assim, a memória pode guardar fronteiras sociais, mas também pode modificá-las. Pollak também defende que, quando ouvimos histórias de vida para uma pesquisa, estamos trabalhando com memórias individuais, mas nelas há a inclusão de elementos irredutíveis, em que há um trabalho coletivo de solidificação da narrativa sobre o passado (1992). Dessa forma, a memória não é constituída apenas por acontecimentos vividos pessoalmente, mas também por

aqueles vividos por tabela, passando por um trabalho de organização e reconstrução. Há acontecimentos, então, que adquiriram importância no imaginário coletivo e que, assim, refletem na memória individual. Por meio da socialização, podem ocorrer fenômenos de projeção e identificação com determinados fatos do passado, que se tornam uma memória herdada. Para ele, nesse caso, não estamos falando de falsificação do relato, mas sim de que a nossa memória é seletiva, e que parte do vivido é excluído.

O antropólogo Joel Candau também frisa o diálogo entre memória e identidade a partir de uma natureza em que ambas se conjugam e se apoiam uma na outra. Ele afirma:

Unindo o presente, o passado e o futuro, o calendário representa uma referência essencial tanto para a identidade dos indivíduos como para os grupos, quando estes se esforçam para pensar no tempo. O tempo, assim provisoriamente domesticado nesse “templo da memória coletiva”, autoriza a ancoragem de cada sujeito em uma temporalidade fundadora da identidade. (CANDAU, 2011, p. 90-91)

A memória, então, organiza as representações a partir de um eixo temporal, em uma trajetória marcada pela referência dos acontecimentos. É o tempo social que permite ordenar fatos e situações, e é dele que a memória também se constitui. Assim, não é exagero afirmar que a memória insere os indivíduos na coletividade. Mais uma vez, é possível perceber os marcos de uma trajetória individual incluída na vida social, já que o acontecimento rememorado está sempre em uma relação estreita com o presente do narrador. Dessa forma, os acontecimentos não têm por si só uma materialidade definidora, já que se tratam de um “cruzamento de itinerários possíveis”, e é nessa linha de pensamento que a memória serve para transmissão de “um pedaço de passado moldado às medidas do presente” (CANDAU, 2011, p. 101). Candau, então, percebe que, quando uma tradição remete a um passado atualizado no presente, ela incorpora uma parte do imaginário e, assim, cria novas narrativas que inter-relacionam esses tempos distintos.

Baseado nisso, é possível afirmar que as memórias de idosos são particularmente significativas, já que carregam uma visão de mundo construída por gerações ainda anteriores a eles. As lembranças do grupo são uma produção discursiva dotada de sentido, intermediação de costumes e projeção de valores de

nossa sociedade. Assim, o curso singular da vida de cada informante ouvido perpassa o tempo histórico, conjugando temporalidades, dimensões do tempo, costumes e convenções. E é alinhado a isso que, nas histórias contadas, descobri os acontecimentos históricos do período narrados em primeira pessoa e, assim, associados a questões biográficas e culturais, criando uma narrativa elaborada no presente sobre o passado. Na esteira deste pensamento, também podemos destacar que esse trabalho de recuperação histórica dos acontecimentos é realizado através de uma narrativa, memória dos informantes, sendo assim subjetiva, resposta às perguntas efetuadas, projeção de valores da sociedade. Os discursos ouvidos colocam em evidência significados, ideias e valores. A partir do momento em que a própria biografia dos homens se conjuga com seu mundo relacional surge daí um discurso em que representações sociais caracterizam um discurso histórico imaginado.

Nesse sentido, como nos ensinou Gilberto Velho (2013), falar de biografia é também falar de projeto, já que a memória se torna uma visão em retrospectiva da trajetória de cada um inserida no contexto social. Ao final da vida, a leitura que é feita dela tem a ver com uma expectativa criada e não só com a própria vida em si. Assim, cada indivíduo, na sociedade moderna, constrói sua biografia ao mesmo tempo em que faz parte da história que o circunda e, mais uma vez, problematiza-se a memória como singular, já que ela passa por uma capacidade performativa dos indivíduos em seu ambiente social. É assim que trajetórias de vida se cruzam com o desenrolar de acontecimentos históricos e os significam. A memória que aparece é, então representação coletiva: fruto de relações sociais e interação entre gerações, narrativas de histórias de vida, enquadramentos de ideias de mundo.

Por fim, ainda vale a pena mencionar que as representações só adquirem significado quando encarnadas no cotidiano dos agentes sociais. Assim sendo, hábitos, costumes e tradições são desempenhados pelos atores sociais em seus papéis e suas posições. Erving Goffman (1985) estudou o interacionismo simbólico, propondo uma espécie de microssociologia, em que a ação na ordem social deve passar pelo estudo da interação, principalmente nas relações face a face. Alguns pontos principais de seu trabalho são que os atores sociais agem em função do sentido que os indivíduos dão à ação, a qual é reciprocamente orientada, sendo que as interações ocorrem por meio de uma lógica própria e que o sentido nunca é

independente da interação. Seguindo essas apreensões, a sociedade é mais um processo do que uma estrutura estática. A partir dessas ideias, ele propôs que os autores da memória coletiva dramatizam um papel pautado pela estrutura da peça encenada. E é assim que, na trama da interação social, o teatro da memória coletiva é atualizado.

Portanto, as ideias do passado, tal como relatadas por esse grupo de idosos, são uma forma de eles próprios se relacionarem o presente. A memória coletiva existe, então, também enquanto vivência, uma prática que se manifesta no cotidiano. É o caso das experiências de vida, que passam a ser valorizadas como um dos ganhos da velhice – e os idosos tendem a desempenhar um papel de entendimento sobre a vida. Seguindo essa orientação, Ecléa Bosi tem um estudo que buscou investigar os papéis sociais desempenhados pelos idosos. Ela percebeu em seu trabalho que a raiz do significado da memória está no conselho e, portanto, os idosos podem fundamentá-lo em sua experiência de vida (1994). Assim, segundo ela, a memória é feita de relações sociais, e a presença do grupo social é imprescindível para o desencadear da memória e para sua própria constituição. Os idosos, então, quando transmitem suas mensagens, são mediadores entre gerações, percebendo transformações e resgatando a memória como continuação histórica.

Outro estudo brasileiro que se relaciona a esse tema é o de Myriam Lins de Barros (1987), que estudou o comportamento dos idosos no país a partir de entrevistas com avós de famílias de camadas médias cariocas. Seus informantes, nascidos, em sua maioria, no final da década de 1920 e início dos anos 1930, falam a respeito das noções de família a partir das concepções de autoridade e afeto. Segundo eles, a transformação dos pais em avós significa o surgimento de sua própria ancestralidade. Há uma noção idealizada de que o indivíduo pode ser mortal, mas a família não, e, dessa forma, a família passa a ser uma forma de driblar a morte e seguir sendo agente de reformulações sociais. Nessa perspectiva, de acordo com ela:

(...) a experiência e a memória devem ser estudadas, não na sua essência mas no processo de sua construção pelos sujeitos sociais. O trabalho de entendê-las é uma outra interpretação, agora uma interpretação da produção do conhecimento trazido pela narrativa das lembranças. (2006, p. 113)

Assim, essa ideia é fundamental neste trabalho, já que, expondo seu conhecimento de mundo a outras gerações, os próprios idosos estão realizando um trabalho de coesão social e de atualização do conhecimento. É dessa forma, a partir de sua interação com a comunidade, que as representações adquirem significado. A construção de uma tradição ou de um legado passa, então, pela mensagem estabelecida, mas também pela posição social ocupada pelos indivíduos, que replicam ou contestam representações e acabam por atualizar a memória coletiva.



## **6. Idosos, instituições totais e interações**

### **6.1. Os idosos como categoria social**

Depois da contextualização dos temas teóricos que envolvem essa pesquisa e de um breve panorama de referências metodológicas, passo agora a entrar no mundo dos informantes. Busco, então, apresentar o grupo observado, primeiramente baseada em sua classificação como grupo social, os idosos, depois a partir do local onde moram, a Casa dos Idosos. Nessa direção, é importante mencionar que os estudos com relação às classes de idade e até especificamente aos idosos é bastante extenso e já consolidado. Portanto, mais uma vez, o que busco é vislumbrar um quadro de referências, de forma que seja possível conhecer melhor esse grupo, apresentando suas características coletivas e individuais, apontando para semelhanças e diferenças, e que nos darão, ao final, um contexto para as reflexões que proponho sobre os depoimentos que exponho na parte final da tese. Assim sendo, mesmo que de forma sucinta, entendo ser necessário abordar algumas questões que atravessam as ideias relacionadas ao envelhecimento, entre elas a proximidade iminente da morte, seus aspectos com relação ao cuidado e, ainda, sua classificação e ordenação frente a uma ideia de juventude idealizada.

Começo, então, pontuando que, quando decidi realizar esse estudo, ficou evidente a necessidade de trabalhar com idosos. Não por qualquer capricho, mas sim pela obviedade de que foram eles que viveram o recorte de tempo estudado. Assim, a opção de investigar as significações propostas por esse grupo também remete a desafios sobre um entendimento dos diferentes papéis sociais que ele desempenha. Em vista disso, para além de serem as testemunhas desse período histórico, os idosos ocupam uma categoria social e têm um papel estabelecido nas suas famílias e grupos relacionais, o que indica que eles têm também expectativas, proibições e obrigações com o restante da sociedade. Nesse sentido, destaco pontos identificados por alguns autores que estudaram como as diferentes sociedades moldaram uma noção de velhice – o que acaba por garantir ao grupo estudado deveres e impedimentos sociais e morais, que também por sua vez acabam por formar e acomodar papéis e reputações.

Em um dos meus primeiros contatos com a Casa dos Idosos, ouvi de Arlete, uma idosa de 86 anos, que lá era “a sala de espera de Deus”. Ela me disse que usava essa expressão, pois achava que aquela seria a última morada de muitos deles antes de morrer. Essa ideia faz parte de uma definição de velhice como momento final da vida, como se a morte estivesse mais próxima. Nessa linha de pensamento, Arnold Van Gennep teorizou sobre como na vida individual, assim como no universo, há etapas e momentos de passagem, que, como uma marcha, evoluem no decorrer do tempo. Essa associação de fenômenos naturais à vida humana está presente em seu trabalho a partir da noção de fases da vida, que, de acordo com ele, são demarcadas por rituais. Assim, a vida individual consistiria em uma sucessão de etapas, marcadas por cerimônias, que fazem o indivíduo passar “de uma situação determinada a outra situação igualmente determinada” (GENNEP, 2011 [1909], p. 24). Neste contexto, as classes de idade, portanto, já estariam instauradas em grande parte das sociedades a fim de estabelecer um ordenamento das interações sociais e os fatos biológicos seriam dispensáveis para essa lógica. Para ele, o rito de passagem seria um período intermediário e temporário, isto é, um intervalo que permite reflexão sobre a própria existência em sociedade.

Van Gennep foi um antropólogo pioneiro no estudo dos chamados ritos de passagem e, fundamentado neste estudo, ele concebeu o sistema social como compartimentalizado, fazendo uma analogia com uma casa e seus cômodos. Nessa forma de pensar a vida social, os corredores e acessos entre cada cômodo seriam os rituais, que delimitam cada espaço, garantindo sua demarcação. Essa ideia é importante nos estudos sociais, pois realça divisões internas da sociedade e também permite vislumbrarmos suas possibilidades de alternância e variação. Assim, ele buscou, ainda no início do século, discernir os elementos constitutivos dos rituais e, dessa forma, percebeu os movimentos dinâmicos da vida social, incluindo fases de passagem e deslocamento, fugindo de uma simplificação ou redução restritiva.

Outro ponto interessante de sua proposição é que, a partir desse entendimento, essas etapas também acabam por se resolver sumariamente em sua própria passagem, já que são substituídas e canceladas naturalmente nos ciclos da vida humana. Para ele:

A vida individual, qualquer que seja o tipo de sociedade, consiste em passar sucessivamente de uma idade a outra e de uma

ocupação a outra. Nos lugares em que as idades são separadas, e também as ocupações, esta passagem é acompanhada por atos especiais, que, por exemplo, constituem, para nossos ofícios, a aprendizagem, e que entre os semicivilizados consistem em cerimônias, porque entre eles nenhum ato é absolutamente independente do sagrado. Toda alteração na situação de um indivíduo implica aí ações e reações ao profano e ao sagrado, ações e reações que devem ser regulamentadas e vigiadas, a fim de a sociedade geral não sofrer nenhum constrangimento ou dano. É o próprio fato de viver que exige as passagens sucessivas de uma sociedade especial a outra e de uma situação social a outra, de tal modo que a vida individual consiste em uma sucessão de etapas, tendo por término e começo conjuntos da mesma natureza, a saber, nascimento, puberdade social, casamento, paternidade, progressão de classe, especialização de ocupação, morte. (GENNEP, 2011 [1909], p. 24)

Nessa perspectiva, o antropólogo percebe a importância de fases sequenciais da vida humana, que tem seu ápice durante o momento ritual, mas que, na verdade, estende-se ao longo de suas margens, de seu antes e depois. Segundo Da Matta (2011), que assina a apresentação da tradução do livro para o português: “A interpretação de uma fase é sempre parcial e, por vezes, enganadora, mas o estudo do momento anterior e do momento posterior é fundamental para o entendimento do ritual” (2011, p. 17). E, mais à frente, ele conclui: “(...) é vendo toda a combinação de fases que se pode não só ter uma visão globalizada de todo o ritual, como também saber qual o ponto onde ele é mais dramatizado. Este seria, teoricamente, o ponto crítico que forneceria os elementos-chave para seu significado” (2011, p. 17). Assim, é possível inferir que o estudo desses rituais, que ligam uma fase a outra, é capaz de visibilizar características intrínsecas de nossa organização social a partir de um ponto privilegiado, em que características e valores presentes em nossa cultura estão realçados.

Seguindo nesse caminho, Van Gennep constatou ainda que há um padrão entre a multiplicidade da vida social, os rituais com suas três fases distintas: separação, margem e agregação (2011 [1909]). E é fundamentado nessas ideias que Victor Turner dedicou boa parte de seus esforços intelectuais no entendimento das simbologias subjacentes aos rituais. Dessa forma, antes anunciada por Van Gennep (2011 [1909]), a ideia de liminaridade é esmiuçada por Turner, que define seus atributos como “necessariamente ambíguos, uma vez que esta condição e estas pessoas furtam-se ou escapam à rede de classificações que normalmente

determinam a localização de estados e posições num espaço cultural” (TURNER, 1974, p. 117). Ainda segundo ele:

As entidades liminares não se situam aqui nem lá; estão no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial. Seus atributos ambíguos e indeterminados exprimem-se por uma rica variedade de símbolos, naquelas várias sociedades que ritualizam as transições sociais e culturais. Assim, a liminaridade é frequentemente comparada à morte, ao estar no útero, à invisibilidade, à escuridão, à bissexualidade, às regiões selvagens e a um eclipse do sol ou da lua. (TURNER, 1974, p. 117)

Sendo assim, a liminaridade corresponde a um momento marginal nos ritos de passagem, no qual os sujeitos estão em uma espécie de processo transitório, ocupando um entre lugar indefinido. Para Turner, a liminaridade é a margem da norma, é o espaço em que ela é visibilizada. Nesse sentido, é capaz de revelar, a partir das bordas, as delimitações, sendo o ponto de contato entre o que é “estranho” e o que é “familiar”. É um local de deslocamento e, por isso, lugar de separação e troca, ocupando um espaço central para a delimitação de estruturas: “(...) se a liminaridade é considerada como um tempo e um lugar de retiro dos modos normais de ação social, pode ser encarada como sendo potencialmente um período de exame dos valores e axiomas centrais da cultura em que ocorre” (TURNER, 1974, p. 202). A ideia de liminaridade pode, então, ser aplicada à velhice e, fundamentada nessa perspectiva, é capaz de revelar, em suas bordas e delimitações, pontos de contato entre o que é “estranho” e o que é “familiar”.

A partir dessas ideias, podemos considerar o grupo estudado como privilegiado para o estudo, já que se encontra em uma fase extrema, em que aspectos particulares ficam acentuados. A proximidade iminente com o fim da vida remete, então, à ideia de resumi-la, buscando fazer um acerto de contas com sua infância, juventude e fase adulta – e é isso que vemos em muitos dos depoimentos dessa tese. Por conseguinte, há também uma ideia persistente de finitude, pois muitos falam com relação à vida usando o tempo passado, indicando que a consideram, de certa maneira, acabada. Observando por esse viés, o envelhecer é composto de uma vivência pessoal, mas também de outra, coletiva. Em ambos os planos, participa da vida das pessoas como algo dúbio, que inclui a espera da morte e a expectativa da vida – e é assim também que mexe com o imaginário e com a fantasia dos homens como aquilo que é infalível, porém adiável. Dessa forma, apesar de variar em seus

ritos ao longo dos tempos, a morte, além de ser um drama pessoal, é também um acontecimento comunitário. Segundo Philippe Ariès:

A ritualização da morte é um caso particular da estratégia global do homem contra a natureza, feita de interdições e concessões. Por isso, a morte não foi abandonada a si mesma e à sua desmedida, mas, ao contrário, aprisionada dentro de suas cerimônias, transformada em espetáculo. Também por este motivo não podia ser uma aventura solitária, e sim um fenômeno público comprometendo toda a comunidade. (2014, p. 814)

Posto isso, há várias maneiras de lidar com o fato de que todos vamos morrer, e diferentes formas de encará-la estão atreladas à cultura e à época vivida. Para adaptar-se à ideia de finitude, cada núcleo social cria artimanhas e processos capazes de amenizá-la ou confortá-la. Seguindo nessa rota, Ariès (2014, 2017) se dedicou a um longo estudo sobre a morte e analisou como ela foi encarada de formas diferentes ao longo da história. De acordo com ele, na Idade Média, havia a ideia de que se recebia sinais de anúncio da morte próxima, e, dessa forma, os indícios naturais e sobrenaturais a respeito do fim faziam as pessoas conduzirem os rituais atrelados a ele de forma espontânea, como a extrema-unção, por exemplo. A iminência da morte também transformava o quarto do moribundo em um local público, em que ocorriam cerimônias rituais próprias da despedida.

Mas, se naquela época parece ter havido uma maior naturalidade com o assunto morte, na cultura moderna ocidental ela aparece com outros contornos. Norbert Elias (2001) também estudou sobre o tema e afirmou que há, na sociedade moderna, um deslocamento das perguntas sobre a finitude humana dos sistemas de crença religiosa para os sistemas de crenças seculares. Desse modo, muito embora a morte seja uma experiência ubíqua, quanto mais a conhecemos, mais buscamos a afastar de nosso cotidiano. Novamente segundo Ariès:

Hoje em dia não há mais resquícios, nem da noção que cada um tem ou deve ter de que seu fim está próximo, nem do caráter da solenidade pública que tinha o momento da morte. O que devia ser conhecido é, a partir de então, dissimulado. O que devia ser solene, escamoteado. (...) O novo costume exige que ele morra na ignorância de sua morte. Já não é apenas um hábito ingenuamente introduzido nos costumes. Tornou-se uma regra moral. (2017, p. 217)

Como vimos pelo seu estudo, o homem moderno deixou, então, de exercer sozinho a soberania da sua vida e da sua morte, dividindo estas tarefas com a família – vide a importância progressiva dos testamentos a partir do século XVIII – e passou a ter a morte rápida substituída pela doença prolongada – vide os progressos da medicina desde a segunda metade do século XIX. Ainda nessa linha de pensamento, de acordo com José Carlos Rodrigues (1999), há um mascaramento da doença e da velhice na sociedade moderna: “Para uma sociedade que acredita na individualidade e a cultura, a morte é blasfema, heresia cruel a mostrar ser o indivíduo um terreno movediço, no qual é vão e filosoficamente equivocado buscar alguma solidez para edificar a vida” (p. 132). Assim, evitar a morte e as ideias que a envolvem faz parte também de um movimento de repulsa, em que a ideia de vida acaba por se sobrepor a ela no campo simbólico.

Outro teórico que estudou os efeitos da morte foi Sigmund Freud (2009 [1915]), que constatou que a morte gera uma perturbação nas atitudes do homem. Sendo assim, apesar de sabermos que a morte é o único desfecho possível para a vida vivida, nossa atitude frente a ela tende a ser o oposto disso:

Temos uma tendência patente para prescindir da morte, para eliminá-la da vida. Tentamos silenciá-la; temos até o provérbio: pensamos em algo como na morte. Como na própria, claro está! A morte própria é, pois, inimaginável, e todas as vezes que tentamos [fazer dela uma ideia] podemos observar que, em rigor, permanecemos sempre como espectadores. Assim, foi possível arriscar na escola psicanalítica esta asserção: no fundo, ninguém acredita na sua própria morte ou, o que é a mesma coisa, no inconsciente, cada qual está convencido da sua imortalidade. (FREUD, 2009 [1915], p. 19)

À vista disso, se em nossa intimidade desacreditamos da morte própria, na vida em sociedade este assunto é banido e evitado. Como Freud argumenta, acabamos por rebaixar morte de necessidade a casualidade e, portanto, partimos para uma atitude convencional em nossa civilização, como homenagear os mortos quase com admiração e sem possibilidades de crítica (2009 [1915]). Assim, é como se a morte enterrasse junto com o corpo sem vida também esperanças e aspirações de uma vida conjunta, fazendo com que as ideias adquiram uma dimensão detestada, um tabu. A partir desse ponto, podemos sugerir que há uma ideia de repulsa à morte e a aquilo que a circunda – e nesse ponto também se encontra a velhice.

Seguindo nessas pistas, vemos que a velhice, entendida como fase liminar, visibiliza, então, ideias de resistência. Isso pode estar ligado a ideias de dificuldades impostas, falta de capacidade de auto-gestão de si e também, de morte. Um dos resultados desse sentimento pode ser visto nas narrativas dos informantes, que muitas vezes não se identificam como velhos. Lourdes, de 71 anos, por exemplo, falou sobre sua avó. Ela começou me contando uma história um pouco engraçada, mas que já esboçava como a idosa exigia cuidados:

Ela era meio biruta. Uma vez ela saiu pra jogar ou não sei o que fazer, e aí, na volta, choveu canivete e ela ficou presa na Praça da Bandeira e nada de chegar... Naquela época é que a Praça da Bandeira enchia mesmo (risos). E aí meu pai achou ela na rua. Eu sei que foi incrível, naquela época não tinha celular, não tinha nada disso, ela tava presa dentro daquele ônibus, não podia sair do ônibus, só nadando! E meu pai achou ela, recuperou, tirou ela ... não me lembro, eu sei que trouxe ela pra casa. Essa história não me esqueço, dele chegando em casa com minha vó toda molhadinha.

E acrescentou:

Mas depois minha vó foi ficando mais velha... Então teve uma época que realmente meu pai botou ela numa casa de saúde. Não chegava a ser uma casa de saúde não, era tipo esse lugar, só que pra velhos. Um lugar pra ficar, dormir e tal... E era ali numa rua em frente ao Palácio Guanabara. Ele levou ela pra lá, e ela arrumou uma confusão lá que só faltou os donos do lugar botarem ela pra fora! Olha, no meio dessa confusão, ela até envolveu outros pacientes! Aí meu pai trouxe ela pra casa, mas acabou botando ela num outro lugar, que era no quarteirão da minha casa. Lá era mais fácil, principalmente porque era minha babá que cuidava dela. Era a Iaiá que ia resolver lá os podres dela. E resolvia de uma maneira muito mais saudável ou pelo menos mais efetiva. Ela dizia pra minha vó assim: vou contar pro seu filho. Pronto, aí ela ficava quieta. Ela acabou morrendo lá, graças a Deus... Não, não é que eu desgostasse dela, mas quando ela morreu foi um alívio pra minha babá, pro meu pai... Foi um certo alívio pra todo mundo. E realmente ela levou uns dois anos, eu acho, só fazendo besteira. Então não é que fosse uma pessoa, assim, que tivesse tanta raiva ou ficasse feliz quando ela morreu, mas ela era meio chata de lidar. Ela se infiltrava muito na vida da gente, mas era sempre com muito carinho, com muito amor. Ela sempre cuidou muito bem da minha mãe, da minha tia, dos meus tios... Era capaz dela matar aquela nora... de tanto que ela adorava aqueles filhos!

Pelo relato da informante, podemos ver que ela não tinha uma relação muito boa com sua avó, mas também notamos um certo incômodo com sua presença. A

velhice, então, aparece a partir de representações de falta de capacidade de auto-gestão de si, mas também de uma certa rejeição às dificuldades que se impõem. Nesse sentido, a convivência com os idosos vem também acompanhada de uma certa intolerância, que de certa maneira é vivida de forma coletiva pela sociedade. Assim, outra parte da fala de Lourdes que chama atenção é quando ela menciona que sua vó morava em um lugar “tipo esse, só que pra velhos”, demonstrando que ela mesma nega que vive em um residencial para idosos.

Antony Seeger (1980), que realizou um trabalho de campo com os Kĩsêdjê, localizados no Brasil Central - Parque Indígena do Xingu, discutiu o papel dos velhos naquelas sociedades também a partir do conceito de liminaridade:

Apesar de os velhos parecerem estar distinguidos do resto dos membros da sociedade em muitas partes do mundo, existem diferenças importantes na forma como isso é feito. (...) Os velhos são considerados liminares em todos esses casos, mas o tipo de liminaridade, a forma como é expressa e seus efeitos gerais refletem outras diferenças das sociedades comparadas (SEEGER, 1980, p. 77)

Dessa forma, apesar de frisar as diversas variações nos status sociais dos velhos nas sociedades encontradas na América do Sul, ele destacou alguns comportamentos verificados: “Entre os Guayaki, por exemplo, os velhos e doentes que não conseguiam acompanhar os grupos eram deixados para morrer, enquanto que em algumas tribos Jê os velhos têm papéis específicos e são estimados” (SEEGER, 1980, p. 62). Assim, ele demonstra que o comportamento social com relação às pessoas mais velhas varia de comunidade para comunidade, conforme acordos estipulados em suas convivências.

Ele também identifica que as classes de idades entre os Jê setentrionais não são calculadas baseadas em idade, como a nossa sociedade que define a idade adulta a partir dos 18 anos, por exemplo. Para eles, as classes de idade equivalem aos estágios do ciclo vital do indivíduo em relação a sua vida familiar, principalmente status conjugal, número de filhos e netos que cada indivíduo tem. Por conseguinte, a partir de sua diferenciação, eles acabam por ocupar um papel marginal na sociedade. São aqueles que “deixaram de ser seres sociais ideais” (SEEGER, 1980, p. 70): comem o que os demais não comem (partes da caça renegadas pelos jovens); falam de sexo sem tratá-lo como tabu (já não são viris); e têm autorização social de



pedir comida a qualquer um (o que seria motivo de vergonha em outras ocasiões). Na prática, todos estes comportamentos acabam por equilibrar a vida social, garantindo que o saber cerimonial seja conservado e que não falte comida aos mais idosos, por exemplo.

Nessa perspectiva, a contribuição dos estudos antropológicos das sociedades tribais também nos ajuda a perceber que os estágios de vida nestas culturas não são percebidos apenas pelo desenvolvimento biológico, mas também por proibições e obrigações típicas de cada estágio. Meyer Fortes (1984), em seu estudo sobre as relações de idade, geração e estrutura social, percebeu que, diferentemente das sociedades tribais, nas sociedades ocidentais a idade é classificada automaticamente em termos cronológicos e calculada com referência a um sistema de datas. Assim, enquanto o agrupamento de pessoas na classe de idosos nas sociedades tribais leva em conta capacidades para realização de tarefas ou princípios geracionais, nas sociedades modernas o que é levado em conta para a categorização do idoso é sua idade cronológica, o que é um aspecto individual.

Essa lógica identificada pelos autores também está impregnada nas representações das classes etárias, mostrando que há certas obrigações morais para cada fase da vida. No grupo estudado, podemos ver que uma noção cronológica coexiste com ideias coletivas estabelecidas sobre deveres e expectativas de cada fase da vida. Isso está visível, por exemplo, nos depoimentos dos idosos, como contou Rosângela, de 88 anos:

Graças a Deus, minha cabeça sempre teve no lugar, equilibrada. Eu gosto de falar daquela época, mas não tenho fanatismo por isso ou aquilo não, minha vida é e sempre foi normal, equilibrada. Hoje em dia eu saio do quarto de manhã e volto de noite. Agora sou só boa vida, estou só aproveitando... Eu já tive rotina e além da rotina. Trabalhei mais sete anos do que deveria. De 25 anos, que eu devia me aposentar, me aposentei com 32 de trabalho. A minha vida toda, até agora, se era pra repetir, fazia tudo igualzinho, não mudava nada! Adorava minha profissão também, tive um casamento feliz, de “apenas” 50 anos. Quando ele faleceu eu vim pra cá, pra não ficar sozinha. Fiquei na nossa casa até vender tudo e vim morar aqui. Meu filho tinha o dele, não precisava do meu apartamento. Mas eu não sinto falta de morar em Copacabana. Eu aproveitei bem, posso dizer que vivi a vida.

Em sua fala, ela se refere a um comportamento esperado em cada fase de sua vida, e demonstra tranquilidade por ter de relembrar assim de suas ações.

Quando eu a questioneei sobre o que era “ter uma vida equilibrada”, ela me disse que significava “fazer tudo dentro da época devida”. Pela sua fala, ela identifica que, ao fim, foi isso que gerou sua satisfação e felicidade. E é também dessa forma que ela vive a velhice, com certa resignação, a partir de uma expectativa social e um ténue apartamento da sociedade proposto pela Casa do Idosos. Outro ponto interessante é que podemos ver que ela encara sua vida no passado – inclusive mencionando-a no tempo pretérito – mostrando mais uma vez uma ideia de finitude.

Philippe Ariès (1981) evidenciou o fato de que, com o controle da natalidade e o declínio da fecundidade que ocorre no século XVII, a sociedade passou a ter um compromisso dos pais com seus filhos. Essa transformação de práticas sociais criou um sentimento de proteção às crianças e, a partir desse ponto, foi se estabelecendo uma noção de infância. Segundo ele, esse quadro é diferente do que ocorria na sociedade medieval, já que a partir deste momento há uma tomada de consciência da noção de ser criança, que passa a existir. Ariès defende, então, que na Idade Média as "idades da vida" seriam uma categoria científica da mesma ordem que o peso ou a velocidade são para nossos contemporâneos, já que palavras como infância, adolescência e velhice não continham sentidos que hoje contêm (1981, p. 23).

Assim, como na abordagem de Ariès que tratou da noção de infância, é possível pensar, também, a velhice relacionada a processos históricos e sociais. Nessa orientação, o mundo moderno ocidental, em seu processo particular de racionalização, destacando-se os sentidos de ciência, política e economia, reflete também na forma que construímos as representações e o tratamento aos idosos. A modernidade opera, então, uma transformação da sociedade principalmente a partir do século XIX, com um avanço na produção científica e o incremento do interesse pela medicina (FOUCAULT, 1979). Entre as mudanças ocorridas, nota-se também o registro dos corpos, que passam a demarcar a vida dos homens, segmentando-a em estágios dentro de uma ordem cronológica. Para Michel Foucault (1977), é a partir do final do século XVIII e início do século XIX que passamos a registrar nascimentos e óbitos, criando mecanismos de controle e índices de natalidade. Segundo ele, com a criação do Estado Moderno, tornou-se necessário elaborar formas mais eficazes de governabilidade, e, dessa forma, passou a haver um maior controle das pessoas, atingindo inclusive seus corpos. Baseado do registro de datas

de nascimento e óbito, além de anotação sobre peso, altura e estado de saúde, o estado passou a ter domínio do perfil demográfico das populações.

Um dos desdobramentos sociais disso é que passamos a ter uma noção cronológica mais precisa do curso da vida, e nossa concepção a respeito de suas fases fica cada vez mais organizada através da quantidade anos vividos. De acordo com Stephen Katz (1996), a geriatria e a gerontologia surgiram no final do século XIX e no início do século XX como ciências humanas classificadoras, e, assim, são frutos de um tema que passou a estar em voga nas ciências: o homem velho. Nessa linha de pensamento, o campo de estudos da gerontologia passa por questões como a medicalização do corpo e a governabilidade da população: o primeiro deles acaba por transformar os idosos inerentemente em um ser apartado da sociedade e inevitavelmente patológico; já o segundo, a partir de tecnologias políticas e discursivas como a aposentadoria e a previdência social, acaba por diferenciar os idosos como um tipo especial de população caracterizada por sua carência e pobreza (KATZ, 1996).

É em linha com essas ideias que também podemos perceber que a identificação de uma classe etária de idosos é baseada em generalizações, o que não condiz necessariamente com a realidade encontrada em grupos específicos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) diferencia a classificação de idosos em países desenvolvidos – considerados a partir de 65 anos – e em países em desenvolvimento – aqueles com 60 anos ou mais (NAÇÕES UNIDAS, 2002). Assim, no contexto brasileiro, independentemente de sua condição física, econômica ou social, a legislação indica que idosos são aqueles que têm mais de 60 anos. Assim sendo, a Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2003) constituem marcos legislativos para o tema no Brasil. Ambos pretendem assegurar ao grupo em questão oportunidades e facilidades para preservação de sua saúde física e mental e garantir seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. De acordo o Estatuto do Idoso em seu Artigo Terceiro:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

(BRASIL, 2003)

A partir da leitura deste trecho, verificamos que há, na legislação em vigor, uma ideia de obrigação de cuidados que extrapola os âmbitos privado e familiar, fortalecendo a ideia do cuidado com o idoso enquanto uma questão coletiva. De acordo com Barletta (2008), a primeira referência ao idoso em constituições federais brasileiras se dá em 1934, a partir de um direito previdenciário, o que se seguiu nas constituições de 1937, 1946 e 1967. Desde então, e inclusive na atual Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, há uma garantia de remuneração àqueles que não possuem meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, mesmo sem especificar as condições. Neste prisma, a demarcação de grupos populacionais fornece os dados para a formulação de políticas públicas, e, a partir dela, são identificados os beneficiários de recursos do Estado e a concessão de direitos individuais.

O debate acerca dos direitos e deveres dos idosos no Brasil se torna mais emergente devido ao novo paradigma demográfico que estamos vivendo. Aqui, assim como em outros lugares do mundo, percebe-se uma diminuição no ritmo de crescimento da população e um envelhecimento da estrutura etária. Com as alterações de pirâmides etárias, a expectativa de vida aos 60 anos aumentou e a fase idosa virou a fase mais longa da vida, maior do que a infância e a adolescência juntas, deixando de ser residual e vivenciada por uma minoria (LASLETT, 1996). No país, com a redução da mortalidade infantil, que iniciou no final da Segunda Guerra Mundial, e a alta fecundidade, tivemos um aumento populacional elevado entre os anos de 1950, e 1970 e, enquanto isso, a esperança de vida do brasileiro ao nascer aumentou 27 anos: hoje um brasileiro vive em média 75,2 anos (CAMARANO, 2014). O resultado deste processo foi um alargamento na pirâmide etária da população brasileira – se por um lado a taxa de fecundidade modificou a distribuição etária da população, por outro a redução da mortalidade aumentou o tempo vivido.

E, na mesma época em que surge um novo paradigma demográfico, é na década de 1970 que também os estudos sobre velhice começam a despontar no Brasil (LINS DE BARROS, 2006). Assim, se por um lado o envelhecimento da população passa a ser visto como resultado de um processo de desenvolvimento das sociedades, por outro, o almejado prolongamento da vida vem acompanhado de

desdobramentos, que foram abordados por diferentes áreas, como antropologia, sociologia, demografia, história, psicologia e psicanálise. Nessa perspectiva, o aumento no número de idosos e o conseqüente crescimento da convivência com a velhice perpassam questões morais e éticas. Portanto, como afirmou Guita Grin Debert (1999), a transformação da velhice em problema social não pode ser compreendida unicamente como um resultado mecânico de modificações demográficas, já que um problema social é, antes de tudo, uma construção social. Segundo ela:

(...) a idade cronológica, nas sociedades ocidentais, é estabelecida por um aparato cultural, um sistema de datação, independente e neutro em relação à estrutura biológica e à incorporação dos estágios de maturidade. Os critérios e normas da idade cronológica são impostos nas sociedades ocidentais não porque elas disponham de um aparato cultural que domina a reflexão sobre os estágios de maturidade, mas por exigência das leis que determinam os deveres e direitos do cidadão. (DEBERT, 1999, p. 47)

Assim sendo, orientações e intervenções a respeito dos assuntos que concernem à velhice criadas pelo Estado são criadas a partir de uma noção homogênea dessa classe de idade. A premissa básica das políticas econômicas vigentes para a população idosa faz parte de um entendimento dos idosos como com necessidade de cuidado, realidade que nem sempre é a vivenciada pelos idosos.

Ainda, outro ponto importante de ser abordado é que a velhice tal como vivida pelos informantes aparece nas memórias como oposição à juventude imaginada do passado. Como tratei no capítulo anterior, as narrativas dos idosos passam por uma idealização do passado, e, assim, há uma oposição valorativa entre ambos – em que a juventude ganha valor frente à velhice. Entendo que isso é importante de ser frisado nessa pesquisa porque passa por uma construção discursiva muito presente na sociedade de massas (MORIN, 1967), em que as mensagens são repercutidas através dos rituais de consumo e também pela comunicação. Mirian Goldenberg (2007) também dialoga com este assunto em suas pesquisas, apontando o corpo como um importante capital na cultura brasileira. Ela avalia, então, o significado do envelhecimento na medida em que ele carrega uma desvalorização da estrutura física frente àquela representada pela juventude. Assim, a centralidade do corpo na cultura está presente na preocupação que temos em relação a não envelhecer, o que se traduz em atividades como malhar, vestir-se bem

e submeter-se a operações plásticas. Na esteira de pensamento, o envelhecimento acaba por carregar o significado de um momento de perda de capital, já que o corpo envelhecido é desvalorizado frente ao corpo da juventude.

Nesse sentido, o discurso que circula na sociedade é de valorização da juventude. Para Claudia Pereira, a concepção de juventude é “(...) reflexo e produto de um imaginário coletivo, e que se constitui a partir de um conjunto de valores – modernidade, felicidade, sociabilidade, amizade e liberdade” (PEREIRA, 2010, p. 42). Assim, o tema da juventude atravessa a própria sociedade, figurando como o “ápice da vida” dos informantes. Principalmente a partir do final dos anos 1940, e desde então, os símbolos associados aos adolescentes, ou aos quase-adultos, vêm pautando as ideias de um estilo de vida a ser imitado (PEREIRA e ROCHA, 2016). Essa representação de juventude como melhor época da vida, período de conquistas e liberdades, foi construída também pela mídia e está presente de forma consolidada nas histórias relatadas. Podemos dizer, então, que a juventude enquanto categoria é valorizada e aparece idealizada nos depoimentos como a época feliz, a época saudosa; enquanto que a velhice é desvalorizada, encarada como período de solidão e dificuldades.

Por fim, considero que há nesse grupo, então, diferentes aspectos a serem considerados. Assim sendo, mesmo que de forma sucinta, procurei abordar algumas questões que atravessam as ideias relacionadas ao envelhecimento, entre elas a proximidade iminente da morte, seus aspectos com relação ao cuidado e, ainda, sua ordenação frente à ideia de juventude. Nessa perspectiva, o que aparece com maior evidência a partir dessas questões é que, mais uma vez, a experiência do passado que está presente é aquela levada em consideração a partir do presente. Como me disse a médica responsável pelo residencial em que realizei o estudo, “a memória é capaz de salvar esses idosos”, já que proponho a eles uma imersão em um tempo passado, de juventude, em que eles estavam construindo suas vidas junto a namorados e namoradas, estavam se casando, tendo filhos e vivendo o início de sua vida adulta, contrastando com o período de observação, em que encaram seu fim. Sendo assim, considero que, mais uma vez, seja preciso colocar em evidência aspectos como a saudade e a melancolia, muito presentes nas narrativas dos idosos. Esse ponto é interessante, pois eles, mesmo enquanto velhos, incorporam uma

mensagem de que a juventude é mais valiosa – e também a replicam como conhecimento a partir de seu papel na comunidade.

## 6.2. Os rituais de interação na Casa dos Idosos

Além de serem classificados como idosos, como procurei detalhar no item anterior, outra característica importante dos informantes é que eles são moradores da Casa dos Idosos, um residencial geriátrico inaugurado há 16 anos na cidade do Rio de Janeiro. Esse nome é fictício, assim como o de todos os informantes que aparecem nessa pesquisa. Tomei a decisão de manter suas identidades preservadas pelo entendimento que eles, com a garantia de confidencialidade, se sentissem mais à vontade para falar não só sobre os temas que estava interessada em investigar, mas também sobre sua própria vida. Cheguei nesse local depois de uma pesquisa por um espaço que acomodasse idosos independentes e capazes de compartilhar informações relevantes para a pesquisa. Visitei outras instituições, mas a organização – uma instituição privada e independente – e a recepção da equipe me fizeram escolhê-la como a melhor opção para este estudo.

Localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, região nobre da cidade, a Casa dos Idosos atende a um público de classe alta: um quarto individual custa em torno de R\$ 14.000,00<sup>3</sup> mensais. Inicialmente menor, desde sua abertura expandiu em tamanho e em infraestrutura e hoje atende cerca de 60 idosos. Além da opção de um quarto individual, há também a possibilidade de residência em dormitórios duplos ou triplos, que são aqueles considerados clínicos, para as pessoas que dependem de mais cuidados médicos. Entre os moradores, há idosos saudáveis, que buscam no residencial um local para residência com o suporte adequado às suas necessidades, mas também há aqueles que enfrentam problemas de saúde graves. Dessa forma, julgo importante pontuar que, para a realização dessa pesquisa, optei por apenas conversar com os idosos que eram independentes em suas tarefas do dia a dia e que frequentavam os espaços comuns, mantendo um convívio social dentro da Casa.

Segundo a informante Ana, a psicóloga do residencial: “A demanda maior é para quarto individual mesmo, para a privacidade da pessoa, então esse valor é

---

<sup>3</sup> Cerca de US\$ 2.482,26, de acordo a cotação oficial do Banco Central do dia 01/10/2020.

por conta de toda uma estrutura que existe pra atender o idoso de forma que a alimentação que seja uma boa alimentação, que tenha uma equipe bem estruturada, bem preparada...”. No valor mensal está incluída a hospedagem, a alimentação e a equipe da instituição, mas não cuidadores ou enfermeiros com dedicação exclusiva nem medicamentos ou alimentação especial. Assim, quem está hospedado lá mora em um quarto, de mais ou menos 20 metros quadrados, com banheiro privativo, acesso às dependências comuns, que incluem jardins e áreas externas e internas de convívio, e cinco refeições diárias – café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia.

Meu primeiro contato com a Casa dos Idosos foi em fevereiro de 2020, quando comecei a procurar lugares que ofereciam serviços e residência para o público longevo, perguntando a amigos e fazendo buscas na internet. Após uma ligação telefônica prévia para seu número geral, disponibilizado no site da empresa – em que me identifiquei e mencionei minhas intenções –, fui conhecer o espaço e tive uma breve reunião com a Ana, já citada como a psicóloga do espaço. Ela me recebeu e aconselhou a também conversar com a médica responsável, doutora Maria, e com a gerente do espaço, Silvia, para que pudessem autorizar meu trabalho. Desde o início, devo ressaltar, todas elas foram muito solícitas comigo e com as premissas dessa pesquisa. Inclusive, trabalhando com idosos há bastante tempo, me falaram que gostariam de contribuir pois identificam como valorosos os esforços acadêmicos que envolvem o tema do envelhecimento. Assim, depois de conversas e apresentações formais, combinamos que eu começaria o trabalho nas semanas seguintes. Eu teria entrada livre na Casa, desde que respeitasse o seu funcionamento habitual e sempre me identificasse na portaria, e poderia transitar em todos os espaços comuns ou até privados – desde que fosse convidada a tal.

Com tudo combinado, minhas visitas começariam nas semanas seguintes, porém, no dia 11 de março de 2020, a ONU – Organização das Nações Unidas – declarou que uma nova doença causada pelo Coronavírus era uma pandemia. O Brasil havia confirmado um primeiro caso da doença em seu território no dia 26 de fevereiro, e desde então cresciam as restrições e o medo com relação à enfermidade e sua transmissibilidade. Os estados do país passaram a adotar uma quarentena obrigatória, em que apenas hospitais, farmácias, supermercados, lotéricas e outros serviços essenciais mantiveram seu funcionamento. Essas restrições duraram em



torno de cinco meses. Nesse período, as visitas aos hóspedes da Casa dos Idosos foram proibidas, então meu trabalho também teve de ser adiado. Durante esses meses, me comuniquei com a equipe da Casa dos Idosos diversas vezes por telefone, principalmente com a Ana, que virou meu principal contato na instituição. No período, ela me contou que alguns idosos chegaram a contrair a doença, mas que a equipe também estava preocupada com as consequências da falta de contato dos residentes com amigos e familiares. Segundo ela, essa situação prejudicava a saúde mental de todos, já que eles se ressentiam da falta de contato com o “mundo exterior”.

Assim, em agosto de 2020, decidi conjuntamente com os responsáveis pela Casa, e com autorização dos residentes e de suas famílias, que era a hora de começar de fato minha observação. Os familiares já estavam realizando visitas aos idosos, e as medidas necessárias para o bloqueio de transmissões da doença foram adotadas – como uso de máscara, touca, avental, protetor de sapatos e álcool gel para higienização de mãos e superfícies de contato. Então, no dia 01 de setembro de 2020, comecei o trabalho de campo. A ideia inicial era realizar uma observação mais prolongada, com acompanhamento da instituição ao longo de todo o ano de 2020, mas como a situação ainda era incerta – a doença causada pelo Coronavírus não tinha cura ou vacinas disponíveis e a taxa de contágio poderia voltar a subir – preferi fazer as visitas com bastante frequência, para que se tivesse que interromper a observação novamente, eu garantisse o material de análise. Então, durante os meses de setembro, outubro e novembro, frequentei a Casa quase que diariamente, o que resultou em aproximadamente 40 dias efetivos de pesquisa de campo. Apesar de não ter logrado um ano de observação como planejado, acredito que o material recolhido para análise foi o suficiente para o que se propunha o trabalho. Mesmo que nem todas as conversas tenham sido gravadas, pois algumas aconteciam espontaneamente em corredores e breves encontros, tive um total de quase 50 horas de gravação e mais de 150 páginas de conversas transcritas, que forneceram um material rico e diverso para análise.

Minha primeira estratégia foi conversar com os idosos indicados pela Ana, que compartilhou comigo uma lista com 20 nomes que estavam bem de saúde e que haviam se disponibilizado de antemão a conversar comigo. Então, inicialmente, usei essa lista como guia, mas ao longo do tempo isso deixou de ser necessário, já

que passei a conhecer os idosos e a marcar reencontros diretamente com eles. Entre os indicados, havia alguns muito simpáticos, com ótima memória, mas também outros mais confusos e desanimados. Isso está refletido na análise, já que aqueles que estavam mais dispostos a falar também são os que mais aparecem nesse estudo. Além de sua diferença de idade, eles também trazem histórias de vidas diversas, o que imagino tenha contribuído para terem mais ou menos confiança em mim. Nesse sentido, estamos falando, em geral, de pessoas solitárias, portanto havia aqueles que estavam ansiosos para conversar e outros mais retraídos e reclusos. Assim, apesar de meu esforço em praticar a escuta e a empatia, alguns deles preferiam ficar calados e responder as minhas perguntas com vagos “sim” ou “não”. Quando isso ocorria, eu acabava por encerrar a conversa. Nesses casos, eu ainda tentava mais uma ou outra aproximação, o que por vezes, mas nem sempre, acontecia com sucesso.

Nessas circunstâncias, por exemplo, foi que passei por situações inusitadas, como uma senhora que se recusou a conversar comigo alegando que eu estava “me intrometendo na vida alheia”. Ela ainda argumentou que “nessas alturas da vida quem cuida de mim sou eu”, me deixando com vergonha dos demais residentes e funcionários – apesar de eles parecerem estar acostumados com aquele tipo de comportamento. Esse também foi o caso de outra senhora, que não me deixou entrar no seu quarto alegando que “tinha muita coisa para fazer”. Eu ainda tentei replicar falando que nossa conversa poderia ser rápida, mas ela me disse que tinha acabado de sair de seu banho, ainda precisava tomar café da manhã e fazer uma sessão de fisioterapia. Tentei, então, remarcar para outro dia – quem sabe à tarde ou na próxima semana – mas ela me respondeu que não seria possível, pois sua agenda estava cheia. Algum tempo depois, os funcionários que presenciavam essas cenas, em geral, vinham conversar comigo falando para eu não me importar, pois às vezes os idosos estavam mal humorados. Confesso que inicialmente não foi fácil receber essas negativas, mas depois também acabei me conformando e respeitando suas escolhas – afinal eu estava tentando entrar em um espaço íntimo e uma recusa para isso era legítima.

Assim, entre aceites e negativas, minha rotina de observação se repetiu ao longo desses dias de forma parecida. Todas as manhãs, eu chegava por volta de 8h30 no residencial e me reunia com algum idoso, indo até seu quarto ou mesmo

nas áreas comuns quando já os encontrava por lá. Às 10h, havia sempre uma atividade coletiva, a qual eu também assistia e às vezes até participava. Com janelas abertas, máscaras e roupas de proteção, a Ana e sua equipe, composta de mais uma assistente (Ângela) e um estagiário (Guilherme), reunia os residentes no Terceiro Andar, espaço onde fica o refeitório e eram realizadas as atividades em grupo. Lá, em torno do piano, ela promovia dinâmicas de grupo, jogos e exercícios de memória. Em meio a conversas sobre temas variados, eles também acabavam contando histórias que haviam marcado sua vida, contribuindo para que ficássemos mais próximos e para que eles tivessem mais confiança em mim. Também devido ao Coronavírus, os profissionais da Casa passaram a fazer uma escala, em que metade dos idosos interessados participava da atividade em dias pares e outros em ímpares. E assim eu também revezava o contato com os idosos, buscando sempre uma maior aproximação com cada um deles. Logo após, eu aproveitava o fechamento da atividade para emendar conversas com um idoso ou um funcionário nos espaços comuns, em que a convivência na Casa e os assuntos do dia a dia eram os temas principais.

Por volta do meio dia, o almoço era servido e naturalmente eu me juntava à mesa de um deles para compartilharmos a refeição e aproveitarmos o momento com conversas. Durante à tarde, eu novamente me dirigia até os quartos ou espaços comuns e conversava com os idosos que estavam dispostos a me contar suas histórias individualmente e às vezes até em grupos. Nesse turno, também havia algumas atividades de convívio. As duas mais disputadas eram o bingo e a oficina de jardinagem. Algumas vezes pude também participar delas, principalmente fazendo dupla com algum idoso que tinha mais dificuldade na execução das tarefas. Essa dinâmica era comum também com os cuidadores, que faziam daqueles momentos muito divertidos com suas piadas e brigas pelos prêmios. Por que a cada edição do bingo diferentes presentes eram distribuídos aos primeiros lugares, e eles eram extremamente disputados, principalmente pelos funcionários. Das edições que presenciei, os brindes distribuídos foram vasos de flores, bijuterias, enfeites de casa e chocolates (estes últimos apenas para os cuidadores já que muitos idosos tinham restrições para a ingestão de açúcar). Admito que, apesar de não ser um grande desafio, para mim acabava sendo recompensador participar desse momento de

alegria com eles, já que era quando muitos deles se soltavam e mostravam sorrisos mais largos.

Entre encontros marcados e casuais, conversas particulares e em grupo e a participação em atividades diversas, conversei com em torno de 50 pessoas para a realização desse trabalho, entre eles idosos e familiares, cuidadores e funcionários da instituição. Os primeiros me trouxeram o material que são o objeto principal desse trabalho, as representações da comunicação e do consumo, mas os demais foram importantes para entender melhor o mundo em que eles estão inseridos hoje. Assim sendo, apesar de não ser a totalidade dos informantes, já que alguns deles constam de contatos rápidos e entrevistas não gravadas, descrevo abaixo nomes (como já explicado anteriormente, fictícios), ano de nascimento e idade à época da pesquisa dos idosos que aparecem nominalmente na pesquisa:

<b>Nome usado na tese</b>	<b>Ano de Nascimento</b>	<b>Idade em 2020</b>
Carmen	1952	68
Ricardo	1950	70
Beth	1950	70
Humberto	1949	71
Lourdes	1949	71
Guida	1942	79
Marcio	1942	79
Helena	1937	83
Gil	1937	83
Ana Maria	1937	83
Lídia	1936	84
Arlete	1934	86
Sara	1934	86
Eva	1934	86
Dalva	1934	86
Cecília	1933	87
Irema	1933	87
José	1933	87
Rosângela	1932	88
Mel	1931	89
Fátima	1930	90
Francisca	1930	90
Alice	1929	91

Inês	1925	95
Amélia	1925	95
Margarida	1924	96
Rosa	1924	96

E, igualmente, descrevo abaixo os nomes (também fictícios) dos demais participantes de pesquisa que são citados nominalmente, incluindo sua relação com os idosos:

<b>Nome usado na Tese</b>	<b>Função</b>
Ana	Psicóloga da Casa dos Idosos
Silvia	Gerente Casa dos Idosos
Dra. Maria	Médica responsável na Casa dos Idosos
Ângela	Assistente Social na Casa dos Idosos
Guilherme	Estagiário Casa dos Idosos
Gabriela	Cuidadora
Raquel	Cuidadora
Letícia	Filha de Amélia (idosa residente)

Para descrever melhor o residencial, além das conversas e do convívio com os informantes, também busquei mais informações sobre a instituição em seus materiais de comunicação e divulgação. A chamada principal do site da Casa dos Idosos é: “Aqui a vida continua”. Logo abaixo desse slogan, há duas frases (que aqui optei por não citar diretamente para preservar o anonimato do espaço) indicando ideias relacionadas à confiança e ao cuidado. Dessa forma, a principal mensagem que fica é a de que o residencial é um espaço de credibilidade, que proporciona qualidade de vida e assistência às pessoas idosas independentemente de suas condições de saúde.

Esse discurso das comunicações do espaço foi reverberado por todos os membros da equipe com quem conversei. De uma maneira geral, a partir da minha observação, também pude comprovar que o espaço é muito bonito, as instalações estão sempre muito limpas, a comida é servida regularmente e também bastante apetitosa e os funcionários são atenciosos e solícitos. Assim, os funcionários estão alinhados a essas ideias e buscam demonstrar sempre que eles prestam um serviço de excelência, algo como um hotel de alto padrão conforme as palavras de Ana: “O objetivo da instituição é fazer um acolhimento ao idoso em termos de garantir um

bem estar, uma boa qualidade de vida, segurança, assistência clínica dentro de um ambiente, que seja um ambiente assim gostoso, um ambiente que seja adaptado às necessidades do idoso, em termos de segurança”. E, para garantir esses objetivos a que a psicóloga se refere, a Casa é um lugar que abriga diferentes perfis não só de idosos, mas também de profissionais.

Nessa perspectiva, como nos ensinou Erving Goffman, trata-se de uma “Instituição Total”, “um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (2015, p. 11). Assim, há ali uma divisão básica entre o grupo residente e os funcionários. Entre eles se dá uma relação complexa entre prestadores de serviços e clientes, equipe dirigente e grupo supervisionado, pacientes e profissionais de saúde, em que o primeiro grupo tem um contato restrito com o mundo externo, enquanto que o segundo está integrado a ambas realidades. A Casa se torna, então, um espaço de produção de sentido, em que os discursos que lá circulam transitam entre os planos micro e macrosociológicos. Dessa forma, articulando a análise dos discursos com as práticas combinadas, podemos ver, por exemplo, a circulação de saberes e as hierarquias entre indivíduos que ali se estabelecem, mesmo que sejam em pequena escala.

Goffman propôs pela primeira vez o conceito de Instituição Total na realização de uma pesquisa de campo em um hospital de Washington D.C., nos Estados Unidos, entre os anos de 1955 e 1956, com o objetivo de conhecer o mundo social dos indivíduos lá internados. Baseado em sua observação, chegou à ideia de que as instituições totais são caracterizadas pelo seu “fechamento” a partir de barreiras que segregam os internados do mundo exterior. Sua característica mais expressiva é que concentram todos os diferentes aspectos da vida de uma pessoa – descanso, lazer e trabalho – no mesmo local e sob a autoridade de uma equipe dirigente. Guardadas as diferenças com manicômios, prisões e conventos citados por Goffman, entendemos que a Casa dos Idosos é um local em que, além de ter seu espaço delimitado por muros fechados, os indivíduos residentes têm como parte de suas obrigações a participação de atividades do estabelecimento, o que exige uma certa submissão pessoal e indica também a sua aceitação à participação da instituição.

A rotina dos residentes é compartilhada e parte das atividades deve ser feita em conjunto, o que torna as tarefas obrigatórias um plano racional criado para atender aos objetivos oficiais do estabelecimento – fazer um acolhimento ao idoso, garantir seu bem estar, sua segurança e sua assistência clínica. Em geral, o dia a dia da Casa dos Idosos começa pela manhã, quando os funcionários se dividem no auxílio aos idosos que necessitam com seu banho e nos preparativos para o café da manhã, que é servido das 7h30min às 8h15min no Terceiro Andar ou em bandejas no próprio quarto do idoso se assim ele preferir. Além dessa refeição, há o almoço (das 11h até as 12h15); o lanche da tarde (das 14h15 às 14h45); o jantar (das 17h às 18h); e a ceia (das 19h às 19h45). Como mencionei anteriormente, há atividades coletivas ao longo do dia, caso os idosos desejem participar. Cecília, de 87 anos, me contou de sua rotina, que é semelhante com a de muitos outros residentes:

Tomo banho às 9h. Agora tô descendo pra apanhar sol no jardim, na perna, pra ver se consigo melhorar. Tô muito ruim da perna, olha aí, tá vendo? [Mostra a perna um pouco inchada e com alguns hematomas]. Eu nunca tive isso! E aqui às vezes é muito frio, e chove né, aí piora. Mas quando tem sol é uma maravilha! Então eu faço isso: eu levanto, tomo banho, vou ali pra baixo, venho aqui tomar sol pra ver se a perna melhora. Aí vem a moça, ela tá aqui hoje, que faz massagem na perna. Aí vou almoçar. Desço aqui pra almoçar ao meio dia, porque, com a pandemia, agora tem várias turmas pra almoçar. Aí subo com a menina, fico sentada vendo televisão, vendo novela. E o que que eu vou fazer? Gosto de ver TV. As novelas todas que eu não via porque não tinha tempo, agora eu vejo. Mas aí, para o jantar, eu não venho. Porque é o seguinte.... engordei muito quando cheguei aqui. Engordei à beça, todo mundo engorda! A minha calça ficou que tenho que devolver, que a cintura ficou desse tamanho assim! Aí eu desço, mas não janto, não. Janto às vezes no quarto, uma sopinha. É que aqui eles cozinham muito bem, graças a Deus!

Ela também contou que antes da pandemia tinham mais atividades e inclusive festas da Casa:

Ah, eu gostava de vir dançar nas festas. Aqui tinha festas! Na verdade, lembro que tinha mais antes de o dono falecer. Esse rapaz que falou comigo agora há pouco, ele faz doces, é francês, ele sempre vêm nas nossas festas! O Nico... olha ele ali, é uma gracinha ele! Mas você sabe... aqui é pequeno pra dar uma festa... Então só tem os conhecidos mesmo!

A história que Cecília conta, sobre o dono participar das festas, foi depois corroborada por outros idosos, que me falaram que o idealizador da Casa também

morou lá antes de falecer. A história contada por idosos e funcionário é que ele era um médico que sonhava em um lugar adequado para passar sua velhice e julgava que a clínica da qual era dono poderia contar com um espaço anexo para se transformar no residencial. E assim realmente acabou fazendo. Com cerca de 80 anos, ele e sua mulher se mudaram para a Casa, e lá viveram mais ou menos durante cinco anos antes de ele falecer. Sua esposa acabou saindo de lá depois disso, foi morar em outra cidade, mais perto dos filhos. Após ouvir essa história de diversos informantes, percebi que esse era mais um exemplo de como a história da Casa está entrelaçada com a história de seus donos e funcionários – já que não se trata apenas de um local que reúne trabalhadores prestando serviço a clientes, mas também envolve a vida diária daqueles que lá estão vivendo.

Além das festas que Cecília mencionou, a pandemia trouxe outras mudanças à dinâmica do espaço, como também me contou Sara, de 86 anos:

Essa coisa do Coronavírus mudou bastante a rotina daqui. E eu não acredito que esteja passando, eu não creio nisso. De manhã, por exemplo, eu saio pra pegar um arzinho. Ou vou morrer de Covid, ou vou morrer de alergia! Então, eu tenho que vir respirar aqui fora todo dia. Não sair nunca é impossível, mas de tarde eu tô fazendo quarentena, não saio do quarto. Aí, normalmente fico lendo ou mexendo no celular. Agora estou nos livros da Clarice Lispector, Os mais belos pensamentos do mundo. Até porque muitas vezes o jornal tá com muita novidade ruim, infelizmente. E o tempo aqui, por incrível que pareça, não há muita privacidade, toda hora chega alguém. Aí você interrompe... Então alguns livros filosóficos ou de psicologia, a pessoa não se concentra aqui pra ler, é mais difícil!

Carmen também falou da pandemia:

Só essa coisa da pandemia que não tem mais visita, assim, seguido. Eu tenho uma amiga que minha filha falou: “Você quer ser acompanhante da minha mãe?”. Acompanhante não, cuidadora, assim, mas ela é enfermeira. Mas a minha é mais uma companheira do que enfermeira mesmo. Aí ela vem, a gente conversa direto. Ela tem um nível intelectual bom, a gente pode conversar, é bem bom aqui. Às vezes eu saio um pouquinho com ela. Pra viver um pouco mais, senão eu vou... Eu tenho 68 anos. Já não sou tão nova!

Na Casa, os idosos podem sair quando quiserem, se isso estiver combinado de antemão com as famílias. Mas, com a pandemia, eles tiveram que deixar esse hábito de lado, pois as saídas estavam proibidas, então me contaram que sentiam



falta disso. Nas palavras de Eva, de 86 anos: “Agora para mim, acabou. Eu nem vou no cinema mais! Mas desde que estou aqui, também já saía muito pouco... Na verdade, nem quando eu tava em casa não ia mais pro cinema. Então, pra mim, acabou”. Nesse sentido, percebemos um lamento da informante, que considera o fim a partir da situação de não poder mais ir ao cinema.

Em linha com esse pensamento, o convívio com outras pessoas foi um assunto constante nas conversas que tive com os idosos. Com relação a isso, Rosângela, de 88 anos, me contou que todas as manhãs vai para o Terceiro Andar. Segundo ela: “Todo mundo vem! Aqui a vida é muito.... simples. Eu, felizmente não tenho doença, só fico por aí. Agora vim pra cá pra não ficar sozinha, enfiada no quarto. Aí eu fico aqui mesmo. Meu filho trabalha por aqui também. Então, ele está sempre aqui! Mas também trabalha em três CTIs, então não é sempre!”. Ela se refere à companhia das pessoas da Casa, mas também de seu filho, que trabalha lá como médico e pode visitá-la regularmente.

Irema, de 87 anos, também me contou que adora jogar bingo, principalmente para encontrar com os demais residentes. Segundo ela, antes ele acontecia sempre segundas e quintas, mas com a pandemia passou a haver uma restrição de até máximo treze pessoas como lotação máxima: “antigamente ficava lotado!”. A partir de então, o bingo passou a acontecer uma vez por semana, no Terceiro Andar. Em suas palavras: “Gosto de jogar bingo, porque dá uma esperança, vai acertar ou não vai acertar, isso mexe com a cabeça da gente, e a gente precisa, é bom!”. Durante meu tempo de convívio na casa, pude testemunhar a alegria de todos quando, enfim, chegava o anúncio de que aquele dia seria o dia do bingo.

Ainda sobre as relações que eles têm com pessoas de fora da Casa, Sara, de 86 anos, também me contou que costuma conversar com filhos e netos pelo celular, e, assim como ela, muitos idosos mantêm o contato com as famílias pelo telefone ou mensagens de texto. Mas segundo a informante, além de sua família próxima, ela não gosta de receber visitas:

Acordei às cinco horas da manhã, já passei WhatsApp pras duas netas que estão em outro país... Gosto de passar WhatsApp, receber e-mail, mas não sou muito perita, não. Em casa eu já tava mexendo no notebook, mas vim pra cá porque tive três problemas físicos, aí o notebook ficou lá. Aí todo dia eu mexo no celular, aquela praguinha ...Mas é muito bom! Ainda mais que eu não gosto muito que venham pessoas, nem conhecidos assim, me

visitar aqui. Pouquíssima gente vem, não dei o endereço, porque eu acho que visita, um pouquinho mais afastada, é bom quando a gente tá em casa, tem prazer nisso, pode conversar, fazer alguma coisa. Mas me ver aqui, nessa situação, e eu não posso alegrar ninguém, então não tenho muito gosto de receber visita não...

Nessa perspectiva, esse sentimento de isolamento foi frequente nos relatos dos idosos. Alguns não admitiam que se sentiam sozinhos, mas a maioria me contava que tinha bastante tempo livre, e que seus familiares não, portanto não os viam com a frequência que gostariam. Em minhas conversas com eles, muitos me confidenciaram que adoravam falar comigo. Vários deles, quando estávamos conversando e era o horário de uma refeição, por exemplo, prontamente me convidavam pra comer com eles, para que não tivéssemos que parar nossa conversa. Esses convites aconteceram durante muitas visitas que realizei, os quais sempre aceitei prontamente, estreitando ainda mais nossa convivência.

Assim, percebi uma resiliência dos idosos por estarem na Casa, que normalmente vinha acompanhada de uma certa lamentação com relação à falta que sentiam dos amigos e da família. Uma situação que ilustra isso foi uma de minhas visitas, quando encontrei Amália e fui parabenizá-la pelo seu aniversário, que havia sido no dia anterior, um domingo. Perguntei se ela havia aproveitado a data, ao que me respondeu: “Eu aproveitei muito!”. Perguntei a ela como, e a justificativa foi: “Ah, minha família veio! Aí gente fica mais feliz, né?”. Assim, segundo ela, a alegria foi poder conviver com seus familiares.

Como ela, muitos também me confessaram que se sentem sozinhos, em um certo exílio do mundo exterior. Então, resilientes com o funcionamento da Casa, as visitas se tornam um momento esperado pelos idosos. Para eles, a família, ou pelo menos o convívio doméstico, passa a ser então um elemento incompatível com a Casa, apesar desta permitir as visitas e uma convivência controlada. Segundo Goffman (2015), uma das características das instituições totais, então, é suprimir o círculo completo de lares reais ou potenciais dos moradores, e é essa uma das características que parece deixar mais incômodo nos meus informantes.

Francisca, de 90 anos, tem duas filhas que moram no exterior e também me disse que conversa com elas por chamada de vídeo quando possível. “Visita presencial eles conseguem fazer mais ou menos uma vez por ano”, contou-me. Esse

também é o caso de Rosângela, de 88 anos, cuja filha mora em outro estado com seus filhos pequenos e, portanto, não recebe sua visita com a frequência que gostaria. Mesmo assim, ela me disse que, quando as visitas ocorrem, são muito proveitosas, já que usualmente ela traz as suas duas netas, de dois e quatro anos: “elas vêm e mexem em tudo aqui no quarto, é uma festa!”. Quando perguntei para ela sobre o assunto, ela se mostrou conformada com a distância e me disse: “Eu estou bem aqui. E a vida tem que seguir... minha filha agora tem de cuidar da família dela”.

Essa ideia também está presente na fala dos idosos quando eles mencionam os motivos por terem ido para a Casa. Cecília, de 87 anos, me contou que foi morar lá com a chegada de sua bisneta: “Eu morava com minha filha aqui no Rio de Janeiro, mas, quando a neta da minha filha nasceu, ela foi pra Brasília pra ajudar a cuidar. E aí eu vim pra cá e ela ficou lá. Lógico, né? Ela tem que ajudar...”. Ela demonstra que entende a relação de cuidado das mães com suas filhas e é isso que aplica em sua própria família. Também perguntei a informante se ela gostava de estar hospedada no residencial, ao que ela também acabou mencionando as visitas como a melhor parte: “Claro! Gosto porque é o seguinte, eu tenho sempre uma história, sabe? A minha neta mais nova casou e agora tem uma filha, que é uma graça! Aí, às vezes, elas vêm aqui me visitar. Minha filha chegou aqui e mostrou os retratos que tenho no quarto pra ela, e a menina, sozinha, arrumou tudo direitinho”.

Nesse orientação, em geral, a primeira resposta dos idosos quando eu perguntava sobre a experiência de morar na Casa era me dizer que gostavam muito. Segundo Beth: “Eu vim pra cá com 62, faz oito anos já. Aqui é o melhor lugar que tem, não vai encontrar outro igual!”. Como ela, nenhum dos idosos reclamou para mim sobre o fato de morar na Casa. Inclusive, muitos afirmaram que a decisão de mudança foi conjunta deles com sua família. Mesmo assim, alguns ainda têm planos de sair do residencial e morar com os filhos ou até com os irmãos – como é o caso dela, que é natural de Porto Alegre, mas veio para o Rio de Janeiro com o marido quando se casou. Anos mais tarde, ele faleceu, mas ela seguiu morando na cidade com suas filhas. Agora, mais velha, com 70 anos, Beth se pergunta se essa foi a escolha certa e sonha em talvez voltar para o interior de seu estado natal para morar com seus dois irmãos:

Pena que eu fiquei. Hoje eu tô no Rio por causa delas, lógico, mas não quer dizer que uma hora dessas eu não posso voltar pra lá de novo. Porque eu tenho uma irmã em Brasília e outra em Porto Alegre... E as duas estão querendo se mudar pro interior do Rio Grande do Sul também. Então, aí, vou ter três irmãos na cidade! Se essas duas voltarem pra lá mesmo, pra formar o núcleo familiar de novo, só não tô eu! Por isso que eu digo, de repente eu vou pra lá também!

Segundo ela, a ideia de se mudar fazia sentido, porque, mesmo morando na mesma cidade que as filhas, quase não as vê. Mas, sobre isso, em seguida ponderou:

Elas tão com 40 e 42 anos. Um filho de cinco e outro de seis anos. Trabalham muito e não têm empregada pra ajudar, então é muito... Chega sábado e domingo elas têm que dar atenção também pras meninas. Elas vão pra creche cedo, mas elas querem atenção dos pais. Tem que sair, tomar sol, tem que ter convívio social familiar... Eu fico satisfeita em ver o núcleo deles bem, então eu não me incomodo quando elas não vêm aqui. Pelo contrário, não me sinto incomodada. Até um dia a gente tratou disso aqui na palestra. Sinto não poder ajudar mais elas, elas que precisariam de mim. Aí às vezes elas me ligam e falam: “Mãe, a Ana tá com febre”. Então ela tem que ficar em casa, não consegue vir aqui...

Como é possível ver em seu depoimento, há uma certa divisão entre seu sentimento de solidão com a ideia de que não pode atrapalhar a sua filha, que está em outro momento da vida. Ainda com relação a isso, Sara, de 86 anos, também me contou que pensa em deixar a Casa dos Idosos. Quando eu perguntei a ela há quanto tempo estava morando no residencial ela me respondeu assim: “Sempre é tempo demais para morar aqui, eu devia estar na minha casa. Se você me perguntar, eu não tô criticando a clínica não, mas é sempre demais”. Então, perguntei a ela se ela quer sair quando possível, e ela replicou:

Não sei te responder essa pergunta. Eu acho que eu não tenho, até agora, até hoje, condição de sair. Tenho condição de sair para uma outra clínica, mas pra casa... Acho que não. Porque eu uso serviço de maqueiro. Então, além dessas três meninas cuidadoras que se revezam aqui, tem que chamar o técnico [de enfermagem] e o maqueiro algumas vezes por dia. Mas isso foi depois dessa cirurgia que eu fiz. Eu, na minha casa, não tenho maqueiro, não tenho técnico... Então não adianta ficar em casa só com as três cuidadoras. E eu gosto daqui. Não tenho queixa das pessoas. A beleza das árvores, eu amo! Olha só as folhas dessas árvores.

E seguiu contando:

Então, só não tenho agora condições de dirigir uma casa. Meu marido não vai poder tomar conta da casa... Minha filha vinha todo dia lá em casa ou aqui, mas agora ela faleceu. E meu filho é médico, então ele também tem uma vida... E eu tenho que compreender que, pra mim e pros outros que estão aqui, a corrida parou, mas lá fora a corrida continua. Então eu vejo as senhoras e os senhores se queixando que os filhos vêm pouco. Eu nunca me queixo disso porque lá fora a corrida continua, a vida deles não mudou, só a minha.

Dessa forma, o grupo de idosos concorda que o serviço prestado pela Casa é muito bom, mas eles demonstram em seus depoimentos que se sentem sozinhos e, de certa forma, apartados da vida social. Como vimos, mais de um informante mencionou que a vida “lá fora” devia seguir, apesar da vida deles “ali dentro”.

Assim sendo, em geral, a maioria dos idosos justifica sua residência no local devido a uma melhor organização do seu dia a dia. Conforme contou Letícia, filha da residente Amélia, “mesmo com todos os cuidados e facilidades que a Casa oferece, a decisão de colocar minha mãe em um residencial não é fácil”. Para ela, pesou o fato de trabalhar e não poder cuidá-la da forma que gostaria. Apesar disso, sente que ela está feliz no local e costuma visitá-la de duas a três vezes por semana. Amélia tem 95 anos e, apesar de lúcida e independente, preferiu morar na Casa a construir uma infraestrutura semelhante no seu apartamento, com limpeza, refeições e cuidado irrestrito, como o que tem no residencial.

É nesse hiato entre o idoso e sua família que também se instauram as relações com os cuidadores e funcionários da clínica. Irema, por exemplo, me contou que fazia dois meses que estava morando no residencial. De acordo com seu relato, gosta de morar lá, porque é “bom e calmo”. Segundo ela:

A equipe é legal! A Gabriela [sua cuidadora] é ótima. Ela é minha amiga, eu confio nela. E é muito bom ter uma companheira, cuidadora, amiga da gente. Se não for amiga, não dá certo não (risos). Ela faz tudo o que eu quero: passear no jardim, ir no bingo... Às vezes a gente joga bingo à tarde aqui, mas não tem dia certo, não.

Assim, como bem expressa esse depoimento, há uma relação próxima, porém ambígua com os empregados. Eles são funcionários, prestando apoio aos

idosos, mas também cumprem um papel de cuidado e carinho, que muitas vezes a família e os amigos não conseguem suprir com eles morando na Casa.

Quando também perguntei a Mel, de 89 anos, se ela gostava de morar ali, me respondeu: “É, porque se é pra ficar pagando empregada... Aqui é mais prático. Eu não, chega de empregada! Aqui tem tudo, e é muito bacana”. Ela mencionou que, antes de morar no residencial, tinha dificuldades de administrar sua casa e tantos ajudantes, dizendo que ficava “exausta” com esse movimento.

Em linha com esses comentários, Sara, de 86 anos, me contou que passou por uma cirurgia para melhorar sua qualidade de vida, mas também para facilitar o trabalho de seus cuidadores:

Eu tinha colocado uma bolsa de colostomia por necessidade, ainda bem que não era câncer. Então eu fiquei com ela quatro meses, e o médico me disse que muita gente decide morrer com ela. Porque é muito difícil refazer o caminho. Eu falei, olha, por covardia minha eu não vou morrer com ela. Se o senhor disser que é impossível, claro que eu vou ficar até o fim da vida, que deve talvez durar pouco. Mas eu respeito quem cuida de mim, e a bolsa é horrível. Então, ele tirou a bolsa e refez o caminho normal, mas a recuperação não é brincadeira, não. Mas mil vezes eu teria optado por fazer, não me arrependi. Deu pra escolher, mas o médico explicou, é difícil e muita gente decide ficar assim. Eu escolhi tirar.

Assim, outra complexidade que aparece é que eles precisam da ajuda e do apoio da equipe da Casa devido a restrições físicas ou problemas de saúde. Isso faz com que eles reconheçam esse trabalho como valioso e se sintam gratos pelo serviço prestado. Nesse sentido, Lourdes, de 71 anos, também me contou que, mesmo não tendo gostado da ideia de morar no residencial em um primeiro momento, hoje se sente adaptada:

Essa história que eu lhe contei, que eu digo que vou fugir daqui... Eu tava brincando! Mas é que não tenho nada! O cara chega aqui, tira minha pressão, tira a febre e tira não sei o quê... e não dá nada nunca! Mas minha perna já não funcionava antes de eu vir pra cá. Foi eu vindo que ela passou a doer mais. Então, com ajuda, eu ando por aí. Em casa eu tenho piscina, eu poderia perfeitamente fazer os exercícios lá. É só contratar um desses ou dessas fisioterapeutas que lá eu vou fazer as coisas bem. Mas, pensando bem, a perna já não funcionava bem em casa, por que eu até ia ao banheiro sozinha, mas eu ia me segurando nas paredes, nos móveis. E, se eu tava muito ruim, eu ia de bunda. Aqui, se deixassem eu ia de bunda também, mas sair da cama fica meio

complicado! Então, em casa, eu me resolveria sozinha também! Mas você vê, não tenho nenhum problema com a vida, com as limitações que ela me dá. E já conheço um bocado de gente aqui dentro! Já gosto de estar aqui.

A partir de suas palavras, podemos ver que ela não se sente doente ou com limitações físicas que justifiquem sua estadia no residencial, mas mesmo assim o espaço acaba sendo de convivência e com a praticidade de agrupar os serviços que ela precisa. Esse discurso também é apresentado pela equipe da Casa dos Idosos. Segundo Ana:

É uma tranquilidade para a família, porque você sabe que a pessoa está bem cuidada e bem guardada, porque você fazer essa gestão em casa, cuidador falta, empregada falta. Aí acontece alguma coisa, uma intercorrência clínica em casa, você vai ter que contatar o médico... aqui o médico já está. Aqui temos a doutora responsável, que mora aqui do lado, a hora que precisa ela vem, tem um médico, que faz plantão vinte e quatro horas. Então assim, para um atendimento, ocorrência de emergência, o médico vai tomar as providências para que a coisa seja resolvida e encaminhada o mais rápido possível. Então isso faz toda a diferença. Em casa você tem que ter o tempo para conseguir fazer isso funcionar...

A partir desse alinhamento entre o discurso dos hóspedes e da clínica, percebe-se que há um comprometimento de ambas as partes para que o serviço contratado esteja de acordo com o proposto. Dessa forma, apesar das dificuldades, principalmente emocionais, que percebi durante minha frequência na clínica, há um engajamento de todos para que o ambiente do local seja de praticidade, tranquilidade e harmonia.

Assim, além de residencial, a Casa dos Idosos também sedia uma clínica, portanto seu corpo de funcionários é robusto, chegando a cerca de 300 pessoas. Localizado em uma área bem arborizada, o espaço abriga um complexo de prédios e casas, em que alguns deles são utilizados pelo residencial. Há uma médica responsável, a doutora Maria, e cada andar tem um centro de enfermagem com duas funcionárias de plantão. Há também uma equipe de assistência, composta pela psicóloga, Ana, uma assistente social, Ângela, e um estagiário, Guilherme. Além deles, há equipes de atendimento, limpeza e alimentação circulando pelo local sempre uniformizados. Ainda nesse número não estão incluídos os cuidadores, que, em geral, fazem parte de uma cooperativa e prestam serviço individualmente,

contratados diretamente pelas famílias. Segundo Ana, mesmo que os cuidadores não sejam funcionários do residencial, eles devem trabalhar em conjunto:

O cuidador, para garantir uma estabilidade ele acaba às vezes fazendo um papel que não agrega muito pra gente, por exemplo. O nosso trabalho é um trabalho de total transparência, então tudo o que a gente precisa são informações pra poder atuar. Por exemplo, como funciona, o hóspede tem seu cuidador, o cuidador notou que tem um roxinho no braço, então como é o processo: chegar no posto de enfermagem e avisar, olha, notei que tem um roxinho tal no braço da “Dona Maria”. Aí, no posto de enfermagem, as técnicas, ou a enfermeira, ou a médica, vão ter todo um trabalho em cima disso. E, às vezes, o cuidador, isso acontece muito, pra garantir que eles são eficientes, fala pra família primeiro. Aí chega pra família: “ah, eu notei que tem aqui um roxo”. E aí a família liga pra gente antes, e a gente não tá sabendo nem que tem um roxinho ali. Então fica uma situação muito desagradável, fica parecendo que a gente não tá procurando, e a gente depende da informação do cuidador. Já com nossos técnicos não há esse problema. Eles participam, as nossas enfermeiras também vão lá diariamente pra ver como tá a integridade da pele, como estão os sinais vitais... para saber tudo. Mas aí, o que acontece... Esse tipo de situação a gente tem que fazer um trabalho constante com os cuidadores para que eles entendam qual o nosso propósito. O nosso propósito aqui é o bem estar, o cuidar do idoso. E, para isso, a gente depende deles, dos cuidadores. Então, assim, é um trabalho árduo porque tem uma rotatividade muito grande. A gente tem que fazer esse trabalho contínuo, é um trabalho de educação continuada, não só com os nossos funcionários, como também com esses terceirizados que no caso são os cuidadores. Mas, assim, também é muito importante a presença dos cuidadores...

Como mostram as palavras da psicóloga, a relação da equipe contratada da Casa com os cuidadores não é homogênea, e as dificuldades são impostas principalmente na relação com os hóspedes. A maioria mulheres, normalmente com grau de instrução baixo, as cuidadoras são aquelas que têm o contato mais próximo com o idoso, e talvez por isso a relação seja classificada como mais difícil pelos funcionários da Casa. Alguns deles já trabalhavam com mesmas as famílias antes da mudança dos idosos para o residencial, outros são indicados pela equipe da Casa, que tem uma cooperativa associada com indicações de profissionais habilitados para o serviço. A profissão de cuidador não é regulamentada hoje no país, sendo realizada normalmente por pessoas sem formação ou que tenham feito apenas cursos técnicos de curta duração. Esse é o caso de Raquel, de 25 anos, que cuida de Inês, há três. Ela me contou que assim que os idosos chegam no residencial é realizado um inventário de todos os bens que foram trazidos, como roupas e móveis.



Segundo ela: “A senhora Inês não usa roupa da clínica, tudo é da casa dela, a gente que trouxe. Então eles botam tudinho [na lista] para quando ela sair a gente conferir”.

Outra cuidadora que conversei foi Gabriela, que me contou que tinha uma relação de longa data com a família de Fátima, que a emprega. Segundo ela, havia conhecido a idosa de quem cuidava quando ainda era uma criança, na ocasião da morte do seu bisavô, que era limpador de vidros da casa da família dela:

Quando meu bisavô faleceu, ela chegou num carro... Ela tinha, esqueci o nome daqueles carros de antigamente... Mas era um carro que ela trocava todo ano. Era um carrão! Aí ela chegou com um motorista. Ela era a coisa mais linda que podia, uma *Barbie*. Aí ela chegou lá em casa, lá na minha vó, que é filha do meu bisavô. Aí ela chegou chorando à beça, falando que meu bisavô tinha morrido, e ela era muito chegada a ele.

Então, quando o seu bisavô ficou doente e após o seu falecimento, foi sua tia que acabou ficando com o trabalho, o qual ainda realiza até hoje, 30 anos depois. No relato, ela ainda conta que tinha oito anos quando esse caso aconteceu, e que Fátima, à época do estudo com 90 anos e residente da Casa, pagou todas as despesas do enterro do bisavô. Gabriela, depois de mais velha, também passou a trabalhar na casa da família, era empregada de segunda a sábado, mas com a mudança da idosa para o residencial seu papel também mudou. Segundo Gabriela, foi Fátima que comprou “de presente” a casa que a família mora hoje, em Queimados, município da região metropolitana e que fica a cerca de 50 quilômetros do Rio de Janeiro. Ainda segundo Cintia, a patroa, que antes de se hospedar na Casa morava próximo ao Parque Guinle, localizado no bairro Laranjeiras, um dos mais caros do Rio de Janeiro, gosta do residencial, mas ficava melhor na sua casa:

Era melhor em casa, assim, no cantinho dela, com as coisas dela. Às vezes, quando minha tia não podia ir fazer a faxina, aí eu falava, não Kátia, eu dou um jeitinho aqui. Sabe, a gente era família. Então minha tia botava tudo no seu devido lugar, do jeito que ela gostava. Sei lá, aqui ela perdeu todo o sentido... mas é bom porque tem enfermeira, que lá eu não sou enfermeira, nem as meninas, então quando ela passava mal a gente ficava desesperada. E o filho dela viaja, então, aí, ele não queria levar preocupação. Porque aqui já tem um suporte. Por um lado, é muito bom né? Quando a gente chegou aqui, ficamos de boca aberta. Dona Fátima chegou finíssima, a maior *Barbie*. Agora que está mais magrinha... Mas ela come bem, acho que está assim mais pela doença mesmo.

Não cheguei a conversar com Fátima, pois ela estava doente à época das minhas entrevistas, mas segundo Gabriela, o convite para ela trabalhar como cuidadora partiu do filho da idosa. De acordo com ela:

Nós nos damos muito bem, tanto que ele não quis me perder, porque eu era empregada, e as meninas já eram cuidadoras. Aí, Gabriela, ele falou né, que aqui é uma clínica que tinha velho, que não sei o quê. Ele falou, assim, se eu queria vir. Ele queria que ela ficasse com nossos cuidados. Aí ficamos nós três cuidando dela, pra dar uma forcinha. Eu só saio daqui quando ela se for...

Assim, segundo Cintia, quando Fátima falecer, ela deve voltar a trabalhar na casa da família. E, para ela, a justificativa para isso: “É que lá todos gostam muito de mim e do meu trabalho, porque eu também sei cozinhar muito bem, feijoada principalmente. E eu também sei fazer uma mesa muito bonita, colocar os talheres direitinho”. Mais uma vez, percebemos nas histórias uma relação complexa entre os clientes e os prestadores de serviço, já que as tarefas executadas pelas cuidadoras envolvem o cuidado pessoal e o acompanhamento dos idosos e suas famílias.

Essa história também se repete com Lourdes e sua cuidadora, Gabriela, que trabalha há 17 anos em sua família, tendo começado cuidando de sua mãe: “Antes eu trabalhava com a mãe dela, em outro lugar, mas, enquanto ela não me tirou do outro trabalho e me levou pra trabalhar com ela, não sossegou. E aí eu fui ficando... foram muitos anos. E agora eu fico com a Lourdes! Ela está muito bem, mas eu tento ajudar no que posso. E, principalmente, eu faço companhia...”. Além de Gabriela, Lourdes conta a história de outra empregada da família, uma babá que ela considerava como sua mãe:

Quando eu era criança, sempre foi minha mãe que mandou na casa. Ela só não mandava mais porque eu tive uma babá que eu costume dizer que era a minha “mãe preta”. Ela que cuidava da casa. Se perguntassem pra ela, ela dizia que era minha mãe, mas era ela que cuidava, que determinava o que a gente ia comer, o que era pra comprar. (...) Ela ficou muitos anos trabalhando com a gente, e ela morreu há pouco tempo. Teve um tempo que ela foi internada, mas depois minha mãe se arrependeu muito. Porque foi uma requisição médica, mas depois ela viu que não adiantou nada, só fez foi prejudicar mais. E, como mamãe deu a autorização, ela ficou muito arrependida, muito arrependida.... Ela também cuidava do meu pai, sabia o que meu pai precisava... Aí tiramos ela da clínica e ela foi morar com minha mãe. A gente

chamava ela de Iaiá, mas o nome era Maria. Ela não teve filhos, nem se casou. Até teve um namorado, mas acho que quando esse namorado começou a ficar, aí é opinião minha, começou a ficar muito exigente, ela mandou às favas. A vida dela era a gente, não só eu não, era a gente... Mais eu, mas era a gente: minha mãe, meu pai, minhas irmãs... E ela sempre morou na casa da minha mãe, desde que eu nasci.

O depoimento da informante traz à tona uma realidade um tanto comum para famílias de classes mais altas brasileiras: a presença de empregadas domésticas no convívio familiar, o que acaba borrando as fronteiras de uma relação que trabalhista. Lourdes ainda contou mais uma história com referência a Maria, sua babá:

Uma vez, minha vó tentou brigar com a minha babá. Ela era preta e tal. Ela tentou, mas quando viu que não deu certo, porque aí teve eu e todo mundo contra ela, aí parou! E minha babá, que era muito inteligente, relevou, até defendeu ela e cuidou dela lá em casa quando ela morreu. Por que minha vó ficou um bom tempo lá em casa, e ela fazia umas coisas muito doidas... Por exemplo, de vez em quando papai tava com alguma visita, ou eu tava com uma visita de colégio e tal, aí eu ia ao banheiro e ela tava nua! Eu dizia: “Meu Deus!”. Mas eu chamava minha babá e ela ia lá resolver esse problema, né!

Como mostrou esse depoimento da informante, podemos ver que a relação entre cuidadores e idosos e suas famílias também é muito próxima, pois eles cuidam e são companhia diária dos residentes, participando dos seus espaços íntimos. Já a equipe da clínica consegue manter uma relação mais profissional, por assim dizer, já que os encontros se dão, na maior parte das vezes, em ocasiões sociais, nos espaços coletivos. Goffman (2015) também sugere que o trabalho dentro das instituições totais tende a ser peculiar, já que a sua própria natureza é ambígua. Nesse sentido, há uma contradição entre os objetivos oficiais declarados e aquilo que o estabelecimento realmente realiza. Não que seja um trabalho mal executado ou até mesmo de má índole, mas, se por um lado a instituição justifica sua importância a partir de decisões racionais e eficientes, do outro, os internados têm uma complexidade emocional que não abarca apenas suas necessidades médicas. Segundo Goffman, a questão é que o material de trabalho da equipe dirigente constitui-se de elementos humanos, enquanto que sua tarefa se reduz à administração, ao gerenciamento e ao controle de pessoas. Assim, as instituições totais tendem a manter padrões técnicos no tratamento com os internados, mas

como contrapeso, aqueles que lá trabalham tendem a se sentir responsáveis pelos indivíduos, procurando manter padrões mais humanos.

### **6.3. Os idosos e um balanço de suas vidas**

Depois de contextualizarmos os informantes enquanto grupo e também nos dedicarmos à apresentação da Casa e de suas principais dinâmicas, partimos agora para uma descrição sobre o trabalho de campo e uma apresentação mais detalhada dos idosos com quem conversei. Nessa direção, vou procurar expor características comuns ao grupo, mas também particularidades de cada um deles, de forma a contribuir com a contextualização das questões de pesquisa que serão abordadas no próximo capítulo. Assim, fazendo um sobrevoo no grupo final observado, podemos perceber de antemão que, apesar da faixa etária comum, ele era também bastante heterogêneo. Os depoimentos nos mostram diferenças entre os informantes dependendo do ano de seu nascimento, de sua condição social, de seu gênero e de sua história de vida. Dessa forma, essas características nos permitiram ter como material de análise as recordações de um período comum, porém variado em seus pontos de vista.

Como já mencionado, em meu universo de informantes havia idosos, familiares, cuidadores e funcionários da clínica (médicos, enfermeiros, psicólogos, funcionários administrativos e de funções diversas), mas a partir de agora vamos olhar mais especificamente para os primeiros, aqueles que nos contaram sobre suas memórias. Entre eles, o mais novo tinha 70 anos e o mais velho 98, portanto estamos falando de pessoas nascidas entre 1924 e 1952. Esse recorte de tempo, apesar de não ser exatamente preciso, trata de um passado coletivo, mas vivido a partir de diferentes experiências – eles nasceram em diferentes estados e países, tinham condições financeiras diversas e viveram o período como crianças, adolescentes e até jovens adultos.

Assim, seguindo com um panorama mais geral de suas características, podemos enquadrar os informantes como pertencentes a uma classe média, já que se tratam de moradores de um residencial de alto padrão, mas ainda assim optam por morar em um local coletivo e não individual. Nessa perspectiva, anteriormente já propus uma breve discussão sobre essa classificação social no Brasil, mostrando

que não se trata de enquadrá-los aqui em uma rotulação restrita sobre seus ganhos e receitas, mas sim sobre os estilos de vida que eles levavam no período estudado e ainda mantêm hoje. Esse ponto é importante de ser frisado, pois o que proponho é evidenciar o imaginário desse grupo, a partir de suas próprias características. Não busquei, então, equalizar as narrativas a partir da inclusão de outros pontos de vista, mas sim visibilizá-las em seu próprio recorte – histórias contadas por um grupo de idosos que vive em um residencial de classe média alta do Rio de Janeiro, no Brasil. Assim, a ideia é interpretá-las tal como foram expostas, a partir de um estranhamento próprio ao método etnográfico, sem um julgamento moral sobre ele.

Outro ponto de destaque é que, entre os idosos, todos hoje são aposentados, mas eles tiveram diversas carreiras profissionais antes disso. Havia empresários, professores, funcionários públicos, donas de casa, profissionais da saúde, vendedores, uma bailarina e manequim e um autônomo/empreendedor (que mais tarde me confessou que na verdade foi herdeiro de uma grande quantia financeira e não precisou trabalhar muito ao longo de sua vida). Nesse quesito, também gostaria de ressaltar que as mulheres se mostraram com uma perspectiva a respeito do trabalho diferente dos homens. Enquanto para eles era natural falar sobre suas carreiras; para elas, normalmente esse era um assunto que vinha acompanhado de comentários diversos. Para umas, havia um certo lamento, já que argumentavam que não puderam ter uma profissão ou até mesmo estudar como gostariam, e, para outras, esse era um motivo de satisfação pois me confidenciaram que puderam trabalhar sem a intromissão de seus maridos ou até mesmo sem comprometer suas tarefas no âmbito familiar. Assim, a partir de pontos de vista ora satisfeitos ora o oposto disso, no conjunto, chamou minha atenção como os assuntos trabalho e família apareciam regularmente como complementares para as mulheres, o que não era uma constante para os homens.

O grupo de informantes também é composto por mais mulheres do que homens, e isso reflete a proporção de residentes da Casa dos Idosos, que era de aproximadamente 75% mulheres, enquanto que apenas 25% eram homens. Sobre essa configuração, não posso afirmar que há apenas um motivo específico, mas acredito que um dos pontos que contribui para o desequilíbrio nos números é que a expectativa de vida das mulheres é maior do que a dos homens e, em geral, muitos deles vão morar no residencial após ficarem viúvos. Assim, os idosos com quem

conversei me contaram que foram morar na Casa para não ficarem sozinhos em suas casas após a morte de seu cônjuge e a impossibilidade de irem morar em outros locais, como com seus filhos. Essa característica também acabou fazendo com que tenhamos mais depoimentos de mulheres e, portanto, muitas vezes o seu ponto de vista está predominante sobre diversos assuntos. Nesse sentido, não considero que isso seja algo que possa prejudicar a pesquisa, já que essa é mais uma das especificidades do grupo estudado.

Outra característica desse trabalho é que minha rotina de conversas diária com os idosos se repetia de maneira semelhante e acontecia de forma casual, de modo que não havia um questionário prévio ou uma lista fechada de perguntas a serem respondidas por eles. Assim, além de seus nomes e suas idades, costumava, antes de tudo, fazer perguntas como: qual havia sido sua profissão, se eles haviam casado e tido filhos, onde eles haviam nascido e morado e o que eles gostavam de fazer para se divertir. Essas primeiras questões, em geral, serviam para criar uma atmosfera de intimidade. Falo isso, pois a minha prioridade sempre foi que eles tivessem confiança para falar sobre sua vida de forma aberta e sem restrições. Dessa maneira, era a partir daí que a conversa se desenrolava para os assuntos principais dessa tese: comunicação e consumo.

Assim, após um primeiro momento de apresentações, eu partia para perguntas mais específicas sobre suas lembranças a respeito de jornais, revistas, rádio, televisão, cinema, lojas, lazer e o que mais eles associassem a isso. Essas questões, em geral, não levavam a respostas objetivas, mas a interpretações pessoais de uma história também coletiva. Na maioria das vezes, eu os deixava livres para falarem mais sobre o que eles queriam e sentiam do que objetivamente sobre minhas perguntas. Mesmo assim, os princípios básicos das conversas eram sobre comunicação e consumo durante sua infância e juventude. Ao longo de minha observação, tentei conversar com todos os residentes da Casa, mas, como já era esperado, alguns deles falavam menos, outros mais. E assim, é também por isso que alguns deles aparecem mais nesse trabalho e outros menos.

Nessa dinâmica de conversas, ficávamos alguns minutos ou até horas conversando. E, caso a conversa corresse bem e os idosos se sentissem à vontade, eu acabava retornando em outros dias para falarmos mais. Esse foi o caso de Beth, Lourdes, Gil, Arlete, Amélia e Margarida, por exemplo, com quem conversei por

mais vezes. Além desses, também havia aqueles que eram mais carinhosos e simpáticos comigo, o que me fazia retornar aos seus quartos às vezes só para lhes fazer companhia. Esse foi o caso de Carmen e Francisca, por exemplo. Dessa maneira, como forma de descrever com transparência a construção de minha relação com eles, preciso reconhecer que, assim como havia informantes bem-humorados e amistosos com os quais acabei tendo mais afeição, também havia aqueles que eram desinteressados e às vezes até hostis comigo, e, então, as conversas eram mais curtas.

Inicialmente, então, a ideia era conversar especificamente com os idosos sobre o imaginário do consumo e da comunicação durante o período de sua infância e juventude – período considerado de progresso econômico e social como vimos no capítulo 4 dessa tese –, mas ao final da observação me deparei com um material muito mais extenso. Entre os relatos sobre lojas, programas de televisão e filmes que os marcaram estavam também histórias de vida diretamente atravessadas pelas dinâmicas sociais da época. À vista disso, após ter reunido as primeiras impressões sobre o trabalho de campo cogitei reformular minha abordagem e partir para perguntas mais específicas, mas percebi que o mais rico que essas histórias poderiam trazer é exatamente essa ponte construída através das narrativas entre a História e suas histórias. Dessa forma, a opção pela metodologia etnográfica passou a não ser apenas uma opção pelo modo de fazer dessa pesquisa, mas acabou também por ser sua principal bússola. A partir dela, pude sempre direcionar a pesquisa para o ponto de vista do grupo estudado. Não que seja possível ignorar minhas categorizações pessoais e meus conceitos prévios, mas a ideia era questioná-los constantemente ao longo do trabalho em prol das perspectivas dos próprios informantes.

Seguindo nesse rumo, então, em meu primeiro dia de observação cheguei a Casa dos Idosos às 9h, como previamente combinado, e fui recebida pela Ana. Após trocarmos breves palavras, ela me sugeriu começar o dia indo até o quarto de Francisca, uma idosa de 90 anos mais reclusa, mas muito falante. Eu prontamente atendi a sugestão e fui até lá. Como havia combinado ao longo dos últimos meses com a equipe da Casa, minha estratégia era me aproximar dos idosos um a um e, aos poucos, me inserir naquele universo até então desconhecido. Assim, principalmente nos primeiros dias, eu abordava os idosos individualmente, às vezes

até em seus quartos, de forma que com o passar das semanas me transformei em parte integrante da Casa e passei a transitar com mais familiaridade nos espaços comuns. Por conseguinte, minhas conversas se davam de forma espontânea, como explico através desse meu primeiro encontro com a informante.

O quarto da informante ficava no andar térreo e era a primeira porta do longo corredor de entrada que dá acesso a diversos quartos de hóspedes. Quando cheguei, a encontrei sentada ao pé da cama do quarto – que estava bem arrumada com uma colcha de linho e três bonecas deitadas sob o travesseiro como decoração – olhando a televisão. Depois, em nossa conversa, me disse que era sua rotina ficar no quarto pela manhã assistindo aos programas televisivos matinais. No espaço, havia uma cama de solteiro, um armário de roupas e uma mesinha de cabeceira. Pendurados na parede em cima da cama, três quadros: dois com fotos do Roberto Carlos, um deles autografado, e outro do Jô Soares. Ela me contou que adorava os dois, mas que era especialmente fã do primeiro: “Nunca perdi um show Roberto Carlos. Só depois que vim pra cá, aí nunca mais fui. Aquele pôster lá em cima é autografado”. Do Jô Soares, ela me disse que sabia toda a vida, pois tinha acabado de ler sua biografia, mas que não tinha mais notícias sobre ele há alguns anos.

Francisca se locomove em cadeira de rodas e me contou que é viúva. Suas filhas moram no exterior e a visitam mais ou menos uma vez por ano. Para amenizar a distância, me contou que elas se comunicam por chamadas de vídeo – a equipe da Casa auxilia com as questões técnicas e frequentemente envia fotos via celular. Ela contou também que uma de suas filhas, que mora na França, telefona para ela todos os dias: “Elas sabem como trabalhei, então elas são muito minhas amigas”. No seu quarto, além dos móveis, miniaturas e pôsteres de cavalos (que ela me confessou que adorava), há fotos atuais de sua família e também uma foto sua antiga quando criança, uniformizada, da época em que frequentava o conservatório. Quando perguntei para ela há quanto tempo morava na Casa ela me disse que sempre morou no Leblon, e que “fazia alguns anos” que estava morando ali. Mas logo pediu para mudarmos de assunto: “Olha... essas coisas eu não gosto de recordar, me fazem mal”. Com isso, sugeri que mudássemos de assunto. Ela então me pediu para pegar as fotos que estavam em uma prateleira e me mostrou sua família, apontando um a um, e passou a me contar histórias de sua outra vida – aquela vivida fora da Casa.



Ela me disse, então, que hoje passa a maior parte dos seus dias sozinha e que se ocupa lendo, vendo televisão e conversando com funcionários e outros hóspedes – e lembrando de momentos passados. Sobre o período de sua juventude, ela me contou que coincide com o período que veio morar no país:

Quando eu vim para o Brasil... Aqui eu trabalhei muito. Era vida dura, nada mole. Meu marido não ajudava muito. Então eu que fazia tudo! Eu arrumava a casa, fazia comida e ia às vendas. Mas fora isso, eu gostava muito de ler, era o que me salvava! Olha a quantia de livros que tenho até hoje. Então, eu sempre li muito. Quando eu era criança, meu pai tinha uma biblioteca grande na sala. Eu ia lá, pegava um livro e lia, pronto. Meu pai lia muito, minha mãe ficava na cozinha, e eu sentava num cantinho e ia lendo pra ela ouvir. Então minha juventude foi muito boa. Eu fazia parte da academia, estudei piano, tinha muitas colegas!

Portuguesa, ela contou que chegou ao Rio de Janeiro, então capital do Brasil, nos anos 1950. Disse que veio de seu país de origem de navio quando tinha 26 anos, logo casou e teve duas filhas, e passou sua vida toda aqui. Na sua infância e juventude, vividas em Portugal, contou que estudava música e piano: “A foto tá ali, da orquestra que eu cantava. E eu tô ali, no meio de todas essas meninas. Fazia parte da academia, estudei piano, tinha muitas colegas, foi muito boa minha juventude! Depois, quando eu me casei e envelheci começou a ficar tudo ruim...”.

Assim como Francisca, os idosos gostavam de falar do passado, se perdiam em memórias e imagens de um tempo antigo – idealizado por eles –, mas, quando o assunto era o seu cotidiano atual, eu costumava encontrar tristeza e desesperança. Nesse sentido, também percebi que essa pesquisa acaba por ser construída em cima desse contraste – um certo abatimento com relação ao presente e uma satisfação com relação ao passado. Essa questão se mostrou evidente desde o início de minha pesquisa. Como tentei demonstrar até aqui, a Casa dos Idosos é um lugar muito sério e acolhedor, mas carrega uma aura de tristeza em suas instalações. Salvo exceções, a equipe que lá trabalha também está sempre bem disposta e com um sorriso no rosto a oferecer para os idosos, como se eles tentassem compensar uma falta, uma certa carência que ronda o espaço.

Nessa perspectiva, esse grupo de idosos compartilha não só determinadas características, de modo que podemos inseri-los em algumas classificações sociais, mas também uma visão nostálgica do que foi vivido. Assim, havia um principal ponto em comum entre os depoimentos: nossas conversas acabavam sendo um

balanço de suas vidas, em que a comparação entre o passado e o futuro fica evidente. Essas histórias, então, se encontravam em uma narrativa quase melancólica de um grupo de idosos frente às lembranças de seu passado de infância e juventude. Assim, como veremos a partir de agora, eles falavam sobre os temas propostos por mim, mas também contavam suas histórias de vida, fazendo quase como um resumo do que haviam vivido até ali a partir da comparação do tempo passado com o tempo presente.

Margarida, que tinha 96 anos à época da pesquisa, foi outra idosa que conversei diversas vezes durante minha pesquisa. Ela normalmente passava os dias em seu quarto, mas gostava de conversar comigo e lá me recebia com frequência para falarmos de suas memórias, as quais ela sempre contava de forma orgulhosa e ativa. Seu quarto era grande, no segundo andar de um prédio anexo, com duas amplas janelas que davam para o pátio pelas quais entravam alguns galhos de duas grandes árvores plantadas no chão da Casa. Era através deles que subiam alguns gatos, que apareciam em seu quarto interessados em seu carinho e também na ração que ela dava a eles com ajuda de sua cuidadora. O mais famoso era o Leozinho, que vinha diariamente visitá-la em busca de refeição e carinho. Os gatos, juntamente com o espaço amplo e a grande quantidade de armários e objetos pessoais espalhados, contribuíam para que aquele ambiente parecesse mesmo uma casa – e não apenas um quarto passageiro, como a maioria dos demais. Nele havia também uma espécie de sala pequena ao lado da cama, em que haviam duas poltronas, um pufe e uma luminária de chão. Normalmente, quando eu chegava, era lá que Margarida estava sentada, lendo jornal ou fazendo alguma refeição.

Como uma cena que comumente se repetia com os idosos, em um de nossos encontros, ela também me pediu para pegar um dos porta-retratos que ela mantinha em uma estante. Era sua “família Ripinica que chegou da Europa”, me disse apontando para a foto:

Eu, mamãe, papai, meus irmãos... Então, nós três, dois meninos e eu, somos do segundo casamento de mamãe. Aqui um menino tinha quinze e o outro tinha treze e meio. Minha mãe teve dois casamentos. Na Estônia já tinha divórcio nesse tempo. Ela era divorciada e pode casar de novo. E aí tiveram nós três. E do primeiro casamento ela tinha duas filhas, uma era quinze anos mais velha que eu, e a mais velha que ela, de dezoito anos, ficou lá pra casar. Ela não veio. Não era fácil vir pro Brasil, não tinha como. Nós viemos todos no navio, da Estônia pra São Paulo,

como todos os imigrantes. Quando viemos, eu tinha dois e aqui eu devo ter cinco ou seis anos. E esse meu irmão mais velho foi pros Estados Unidos com vinte e poucos anos, ficou lá, morreu lá. Aí do lado tem a fotografia da neta dele com a minha filha, de vermelho, que agora também mora lá. Ela é linda, né? A minha filha é a de vermelho, ela agora mora nos Estados Unidos. Mas ela tá vindo agora me visitar... Ela é linda!

A informante veio da Estônia para o Brasil ainda criança, com dois anos de idade, na década de 1920. Ela me contou que sua mãe teve um segundo casamento, realizado ainda no seu país de nascimento, mas, segundo ela, isso não era possível no Brasil na época. Em sua fala, também se mostra ansiosa pela visita da filha, que chegava dos Estados Unidos naquela semana para visitá-la. A visita também serviria para a filha esvaziar seu apartamento, que fica no bairro Lagoa, para sua venda. De acordo com a idosa, que morou em Copacabana e em Ipanema anteriormente, o apartamento continuava montado desde que ela e seu marido o deixaram para morar na Casa. Eles viveram lá durante 35 anos, e hoje o apartamento fica fechado “a não ser quando minha filha vem passar uns dias aqui”. Em suas palavras:

Eu vim pra cá com meu marido por que ele tava doente. E nós ficamos aqui, nesse quarto. Tinha duas camas aqui, uma onde eu estou, e uma segunda cama ali. E aí ele teve uma coisa terrível, que era o pavor de sempre. Todo mundo da família morreu de câncer, inclusive meu filho. E aí fiquei aqui depois que meu marido morreu. Ao todo, eu tô aqui há cinco anos e meio. Estou feliz por ter estado aqui, sou obrigada a dizer que eu fui uma pessoa feliz. Escolhi o que eu queria e consegui. Não era fácil naquele tempo ser bailarina. E também fui manequim... Mas hoje eu tô numa sinuca: tenho 96 anos... e praticamente sem saber como cheguei até aqui! Eu tive uma vida muito bonita, mas que acabou num buraco. Falo um buraco por causa do meu filho....

Em seu depoimento, Margarida também contrasta o tempo passado com o tempo presente – e lamenta principalmente as perdas de seu marido e de seu filho. Assim como para ela, muitos idosos com quem conversei o luto era um tema corrente, já que todos já haviam passado pela morte de familiares, maridos ou esposas ou até de filhos. E esse era um motivo que mais ainda ampliava a sensação de abatimento e desesperança que muitas vezes havia por lá. No caso dela, esses sentimentos se contrastam com suas lembranças de juventude, quando foi bailarina do Theatro Municipal do Rio de Janeiro e era uma das modelos da Casa Canadá, loja chique tradicional da cidade. A informante tinha um repertório fantástico de

memórias da alta sociedade carioca, o qual eu tive acesso em nossas muitas horas de conversa. Em suas lembranças, falou muito de trabalho, glamour e beleza em sua juventude, mas também relatou sobre as dores e perdas ocorridas na velhice. Essas ideias trouxeram um tom extremamente nostálgico para nossas conversas, o que ao fim foi uma das grandes marcas desse trabalho.

Já Amélia, carioca de 95 anos, nasceu na Praia Formosa, bairro localizado no centro do Rio de Janeiro. Cresceu na cidade e trabalhou durante a juventude no comércio. Com 25 anos, casou, parou de trabalhar e teve uma filha. Ela também contou que era filha de imigrantes italianos e que isso fez com que ela não pudesse estudar tanto quanto gostaria, já que precisava trabalhar pra contribuir com a renda familiar. Logo me contou de suas diversões quando jovem: ir ao cinema e cantar no coral. Já quando adulta, disse que gostava de se reunir um grupo de amigos do marido e suas mulheres: “A gente fazia um joguinho por semana de buraco, pife... E cada uma fazia um jantar. Era muito animado!”. Sobre os dias atuais, me disse que é viúva e, além da filha, tem um neto e dois bisnetos, mas que não convive com eles como gostaria. Fazendo uma comparação do tempo presente com o período estudado, deu o seguinte depoimento:

Na minha juventude era diferente. Havia mais gente pobre do que remediada. Acho que, então, hoje as coisas são melhores. Tem os paupérrimos, mas o que se vai fazer? Eles não têm pai, não têm mãe, tadinhos, ficam aí jogados... Mas tem muita gente que estudou mais que eles! Lá em casa tinha um problema, por que meu pai era italiano, então, a gente tinha que trabalhar, ajudar na casa. Então, não tinha tanto tempo assim pra fazer “society”, como a gente falava do “Ibrahim Society”. Ele era um repórter social... Sim, isso tudo que tá acontecendo agora na sociedade tinha antes também. E não era só ele não, tinham outros! Eles faziam reportagens, escreviam... Aí a gente lia e sabia o que tava acontecendo. Eu também acho que não tinha tanta política como tem hoje, ou pelo menos a gente não conversava tanto sobre isso. Eu defendendo um pouco o Prestes, tu não o conhece, não é da tua época, mas ele era uma pessoa que queria o socialismo, e não conseguiu. Mas ele, quando entrou na política, fez o que prometeu. Nessa época o país melhorou, por que antes o Brasil tava com as contas indo muito mal... Tava devendo muito lá fora. E foi nesse momento que o Brasil melhorou bastante!

Em seu depoimento, ela fez um compilado de diversas informações, mas frisou que na sua juventude as coisas eram diferentes de hoje, em sua velhice. Nessa lógica, é a comparação entre os tempos – passado e presente – que ditou grande

parte das opiniões emitidas por eles. A informante também menciona que é filha de imigrantes, algo muito comum no Brasil daquele momento, que via sua população se multiplicar também pelos movimentos migratórios. Essa mistura de culturas proporcionada pelos imigrantes vindos de outras regiões também fez parte de minhas conversas com os idosos, já que alguns deles me contaram peculiaridades de suas famílias, vindas de diferentes países da Europa, que de uma certa maneira também influenciaram no comportamento social brasileiro do período.

Ela também lembrou de Ibrahim Sued, ou “Ibrahim Society” como chamou, que foi um jornalista famoso no período, assinando colunas nos jornais Tribuna da Imprensa, A Vanguarda, Diário Carioca e O Globo, onde teve coluna cativa de 1954 a 1995 (TRAVANCAS, 2001). Sued foi um dos precursores do colunismo social, estilo que celebrava sinais de poder, consumo de luxo e situações e personagens do cotidiano urbano (SODRÉ e PAIVA, 2019). Seus textos eram uma mistura de furos jornalísticos, informações políticas e financeiras com fofocas, amenidades e polêmicas. A sua coluna passou a ser lida por todas as camadas sociais a partir do final da década de 1950, quando ele também se tornou uma personalidade famosa no Brasil. Amigo de estrelas de Hollywood, políticos, empresários e socialites, circulava nos ambientes mais desejados da então capital do Brasil, e levava suas impressões para o grande público a partir de sua coluna e posteriormente também de seu programa de televisão. Refletindo e sendo reflexo da prosperidade econômica que o Brasil vivenciava, a coluna de Ibrahim Sued nos conta muito das mudanças no comportamento e nas formas de viver a vida da época nas classes mais ricas. E, como ela menciona em seu depoimento, trata-se de um jornalista que precedeu outros nesse papel de reportar a alta sociedade.

Por fim, Amélia ainda mencionou Luiz Carlos Prestes, político do Partido Comunista Brasileiro, que foi o líder da Coluna Prestes, nos anos 1920, opositor do primeiro governo de Getúlio Vargas, mas que acabou o apoiando na eleição presidencial brasileira de 1950 (FAUSTO, 2007). Citado por ela como socialista, foi uma personalidade política do país em um momento em que se vivia um período político conturbado. Para ela, tinha a qualidade de ter cumprido as promessas que fez depois que entrou na política, refletindo uma ideia de que isso não era o comum. Segundo ela, então, foi nos anos 1950 que o país melhorou, principalmente devido a ajustes na economia.

Assim, com suas palavras, o grupo de idosos me apresentava um período da história do Brasil caracterizado por efervescência política e crescimento econômico, mas também um recorte de tempo de sua própria história, caracterizado como de juventude e descobertas. Falar sobre esse período para esse grupo de informantes, então, é falar de um período mágico, em que havia risadas, malícia e sonhos de uma vida por vir. Nas conversas preliminares que tive com a equipe de funcionários, fui aconselhada a evitar falar sobre os motivos que os levavam a estar ali, pois isso poderia provocar tristeza nos idosos. Nessa orientação, como a ideia da pesquisa era abordar a infância e a juventude dos idosos, esse era um alívio para todos – o que seria explorado seriam momentos de alegria e não de tristeza.

Arlete, que nasceu em 1934, também falou sobre isso. Ela é de Belo Horizonte e foi morar no Rio de Janeiro com dez anos de idade, com seus pais. Cresceu na cidade, trabalhou no Ministério Público, onde conheceu seu marido. Eles não tiveram filhos e foram casados por aproximadamente 40 anos, quando ele faleceu. Segundo ela:

No início dos anos 1960, quando eu havia recém casado, o Rio de Janeiro era mais alegre, as pessoas se comunicavam mais, saíam mais, iam a mais eventos.... Foi uma época que valeu a pena viver, minha filha. Eu casei muito bem, com um maridão, meu amado Antônio, mas ele faleceu em 99. Eu fui muito feliz! Eu viajava muito, meu marido adorava viajar. Ele dizia: “Minha querida, vamos sair daqui, vamos passear, ver coisas novas!”. Até para fora do país íamos, para os Estados Unidos! Ele era uma alegria!

As diferentes experiências dos idosos também mostram a construção de uma narrativa que unia sua juventude a uma imagem de expansão econômica e desenvolvimento social do país. As memórias dessa época carregam em seu cerne a idealização, com uma imagem de alegria e desprendimento, normalmente também associada às novas possibilidades de consumo do período – mais acesso a bens e programas de lazer.

Nessa direção também aponta o depoimento de Carmen, que tinha 68 anos quando conversamos. Ela era uma das idosas mais jovens e também uma das mais alegres com quem conversei. Sempre bem arrumada, me falou que era “patricinha”, pois gostava de se arrumar, e que era divorciada e tinha dois filhos. Ela, apesar de

depois me contar diversas histórias, primeiramente me falou que era difícil se lembrar do período em que era criança:

Eu era muito pequena ali nos anos 1950. Então, eu só sabia de lemas... E que a minha família era UDN! Lembro que meu pai não gostava do Getúlio Vargas. E, depois, me lembro que todo mundo falava do Juscelino Kubistchek. Mas me lembro que meu pai também não queria que ele ganhasse, por isso ele votou no outro candidato. Ele dizia que o Juscelino era grandioso demais. Apesar do meu pai ser executivo. Mas, então, isso não afetou muito a nossa vida não. Pelo menos pelo que me lembro. Quando eu nasci, minha mãe tinha 40 anos, então ela já tinha muita coisa. Talvez por isso eles gastavam mais o dinheiro deles pra viajar. Viajavam pra Europa, Alemanha... O foco era a Alemanha. Então eles iam, ficavam três meses fora. Eu também fui com eles pra lá. E a gente fazia tudo que tinha direito!

Desse modo, a informante também faz referência às disputas políticas daquele momento no Brasil, mas termina por comentar que tinha a percepção de que aquilo não interferiu em sua vida. Nesse sentido, ela rapidamente muda o tema da conversa de política para a possibilidade que tinha de viajar – citada por ela como algo valioso daquele tempo. E assim também ela falou da possibilidade que tinha, por ser "patricinha", de adquirir novos bens, ter acesso a lugares antes desconhecidos ou então desfrutar de uma vida com mais conforto. Nessa perspectiva, assim como para Carmen, esses itens foram citados pelos demais informantes como formas de atestar que a vida era melhor nesse período. Gil, por exemplo, foi outro idoso com quem conversei e também falou sobre isso. Ele tinha 83 anos na época de minha pesquisa, me contou que foi casado, mas que se divorciou, e teve três filhos. Em nossas conversas, me disse que sua família tinha “uma excelente posição moral”, o que ao final significava que era de uma família que tinha dinheiro. Segundo ele: “Meu avô era muito rico. Era banqueiro, tinha um banco de crédito geral, isso não esqueço. Aí, todo mês eu tinha que fazer uma visita a ele... (risos)”. Mesmo assim, sempre frisava que levou “uma vida de muita luta”. Quando perguntei sobre sua juventude, ele seguiu uma linha parecida com a de Amélia, afirmando a grande diferença daquele período para o hoje:

Ah, minha filha, nessa época era uma vida totalmente diferente! Isso é a única coisa que eu trago da época. Você respeitava muito, tinha educação. Naturalmente, como toda época, tinha um ou outro pilantrinha, que não dava pra nada, mas pelo que eu tinha conhecimento, as pessoas eram mais equilibradas. Depois é que foi aparecendo mais confusão, uso de drogas... Porque, quando

você é adolescente, fica todo afobado mesmo. Tipo o James Dean! Naquela época, ele era um fera! Era um garoto rebelde, a gente adorava botar aquelas músicas dele nas festas! Mas era uma época diferente, hoje aquilo tudo foi distorcido. Foi um momento em que também o Brasil tinha dificuldades. O país sofreu muito, mas depois a economia foi muito bem. E aí que muita coisa apareceu! Foi também quando eu já não era mais criança, então tive que aprender a lidar com chefes e superiores. Mas eu sempre fui muito político, passava por aqueles problemas que os outros criavam, eu saía fora. Então eu sempre tive uma vida tranquila, nunca tive aporrinhção, nunca fui brigão. Eu tinha altura grande e me respeitavam. Não que eu seja o campeão, não, mas eu respeitava as pessoas. Então eu não tinha inimizade. Eu fui levando minha vida, comecei a trabalhar, comecei a ganhar meu dinheiro próprio com o meu irmão mais velho. E aí eu gastava com equilíbrio. Sempre fui muito econômico. Julgando pelo meu ponto de vista, levei minha vida que não me arrependo. Tive um excelente pai e uma excelente mãe, tive um Brasil maravilhoso! Hoje temos um Brasil que é um monstro, nunca vi um troço tão grande! Então não posso me queixar de nada do passado.

Assim, ele também mistura temas diferentes, e pauta sua percepção dos fatos na sua própria linha do tempo. Ele inicia falando que antigamente havia mais respeito pela educação e que achava as pessoas mais equilibradas quando era criança. Logo em seguida, fala de sua adolescência a partir de James Dean, que ficou famoso pelo seu papel como Jim Stark no filme “Juventude Transviada”, de 1955. O longa-metragem fez bastante sucesso e levou para o cinema uma representação da juventude a partir da rivalidade entre amigos e sua relação com os pais. Assim, mesmo a partir de uma imagem de garoto rebelde, Gil defende que a imagem de Dean foi distorcida, e associa isso a um momento em que a economia do Brasil não ia bem. Segundo ele, depois disso, “muita coisa apareceu”, não ficando claro exatamente se ele falava de seu amadurecimento ou mesmo de um momento de prosperidade econômica do país. Por fim, ele faz um balanço final, afirmando que viveu uma vida que não se arrepende e também um Brasil maravilhoso, indicando que o passado foi mais feliz e, mais uma vez, incluindo a ideia de finitude a partir da menção à sua vida no passado.

Irema, de 87 anos, falava um pouco menos. Conversei algumas vezes com ela, mas todas em áreas comuns. Ela não me convidou para conhecer seu quarto ou mesmo se mostrou muito aberta para conversarmos mais vezes. Mesmo assim, deu um depoimento que considero sensível, já que falou bastante sobre sua vida. Ela,



que foi enfermeira da Santa Casa, me disse que casou duas vezes, tendo ficado viúva em ambas. De acordo com ela, não teve filhos porque sempre trabalhou muito:

Em 40 e 50, o que eu tava fazendo, Meu Deus? Faz tanto tempo! Em 50, eu tava trabalhando muito! Minha filha, naquela época... Na minha época de nova era uma coisa e agora é uma coisa completamente diferente. É diferente, assim, no modo de conversar, na maneira de observar, uma porção de coisa diferente! Por exemplo, eu não andava com isso tudo no meu colo, não. Eu não tava nessa cadeira, não precisava de tanta ajuda. Eu tava sempre passeando! Eu tava sempre em Copacabana, Leme, Urca... meus bairros! Gostava de ficar observado o movimento! É, mas a vida da gente é essa, mesmo. A gente vai mudando, vai envelhecendo, vai conhecendo gente nova... Mas eu gostava daquele tempo!

Ela fala que nos anos 1950 era tudo “completamente diferente”, e argumenta que tinha mais facilidade para se locomover e era mais independente nesse período. Essas características, ligadas a autonomia e a liberdade, acabam sendo símbolos da sua própria juventude. A partir daí, ela identifica com bastante ênfase as mudanças entre o passado e o presente, principalmente a partir de suas possibilidades de mobilidade. Hoje ela se movimenta em uma cadeira de rodas, e menciona exatamente sobre o fato de que antes podia circular pelos seus bairros preferidos do Rio de Janeiro livremente.

Nessa linha de entendimento também está o depoimento de Lourdes, que tinha 71 anos à época da pesquisa. Conversei com ela algumas vezes durante minhas visitas a Casa dos Idosos. Uma tarde fui até seu quarto, que ficava em um prédio anexo ao principal e ela me perguntou se eu havia encontrado o local facilmente. Quando respondi que sim, ela argumentou: “Lá no outro prédio eu sabia que eu era a mais nova, agora aqui eu não sei se sou a mais nova não. Tem uma área aqui de birutinhas que eu acho que estão mais ‘novos’ do que eu... (risos)”. Ela se referia aos demais moradores da casa com um certo desdém. Quando mencionei que todas as manhãs Ana fazia atividades coletivas, ela me disse que nunca havia tido vontade de frequentar. Porém, com o passar dos dias e de nossas conversas, percebi que ela se arriscou a participar.

Lourdes não foi direta quando perguntei sobre suas lembranças da juventude. Ao invés disso, também me respondeu que “naquele tempo as coisas eram muito diferentes”. Segundo ela:

Eu acho que, por exemplo, naquela época pras crianças era melhor. Elas eram bem cuidadas. Elas tinham mais a presença dos pais, mais a presença dos avós, tinham mais ligação familiar. Então eu acho que em relação à criança, jovem e tal, tem certas coisas que eram melhores antigamente do que hoje. Acho que, principalmente, o acarinamento. É... hoje eu sinto as mães, talvez até um pouco eu, criando seus filhos pra eles quererem ser livres de vocês. Olha, o orgulho da gente é o filho tá lá longe! E antigamente não, nós éramos muito mais apadrinhados, pai, mãe, avô, avó, a minha avó até era bem legalzinha, mas a maioria dos avós... Olhando assim, de revés, muito de longe, é isso que eu acho.

Dessa forma, apesar de mais tarde discorrer sobre diversos pontos específicos do período, como compras, moda, cinema e comunicação, como veremos mais à frente, ela não incluiu essas percepções inicialmente, mas sim aquelas relacionadas às relações e ao convívio familiar. Depois, então, quando perguntei sobre sua infância, ela teve mais facilidade em me responder: “A vida pra mim, quando eu era criança, sempre foi muito divertida! Nem dava pra escolher, pois era lazer todo dia! Eu fui bandeirante, atividade que me satisfez muito! Eu adorava fazer as excursões com meus coleguinhas”. E esse discurso contrasta com aquele sobre sua velhice:

Eu nasci no Rio e sempre morei aqui. Quer dizer, morei em Paranaguá, porque teve umas épocas assim, à custa de casamento, de trabalho, que eu morei fora... Eu fui casada. Às vezes acho até que ainda sou! Mas meu marido morreu há 27 anos, foi quando minha filha tinha 18.... Pra mim isso foi ontem! Eu nunca gostei dessa coisa de morte não.... Então vamos falar de outro assunto, de outras coisas! Minha juventude, os anos dourados... Anos sessenta, bossa nova, essas coisas! Eu não lembro assim detalhes, mas eu me lembro que foi muito bom. Sempre foi muito divertido. Eu conheci meu marido e casei em 73. Ele era mais velho, trabalhava na receita. Conheci num bar. Até casar, levou seis meses. Conheci, namorei, seis meses, casei. Sei lá se eu acredito em paixão... Mas foi uma atração!

Como ela própria descreve, o período de sua juventude foi um período “dourado”, em que ela se divertia e tinha muitos momentos de lazer. Por esse ângulo, é possível observar que, apesar de os depoimentos abordarem períodos que diferem em alguns anos, eles, de uma forma geral, estão ancorados em uma ideia de que o passado era mais valoroso. Assim, os idosos se referem à sua infância e juventude com ideias como “era mais alegre”, “tinha mais eventos”, “a gente fazia tudo o que tinha direito”, “foi quando muita coisa apareceu”, “tinha mais

acarinamento”, “tinha mais lazer”, “tava sempre passeando”, “tinha mais diversão”. Há uma simbiose clara entre as biografias das vidas vividas e os fatos do período narrados pela mídia da época e mais tarde classificados pelos livros de história. E, dessa maneira, também é importante apontar que a própria narrativa sobre o passado é realizada no presente, o que dá o tom de sua classificação.

O depoimento de Marcio, carioca com 79 anos, também fala sobre isso, e enfatiza o fato de que a percepção sobre o passado é consolidada depois. Hoje aposentado, foi bancário durante 35 anos e viveu sua vida entre a cidade de Niterói e o bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro. Ele não casou e não teve filhos. Disse-me que sonhou em ser ator, fez curso de teatro inclusive, mas que não chegou a trabalhar com isso profissionalmente – disse-me que não quis trocar uma carreira certa de funcionário público por outra que poderia não dar certo. Ele também me contou que teve um irmão dez anos mais novo que ele que foi um ator famoso, mas que faleceu há alguns anos atrás. De acordo com ele: “Nós dois éramos do mesmo pai e da mesma mãe, porque naquela época não tinha muito dessas coisas de casal ficar brigando... hoje eles brigam e aí mudam de casamento!”. Segundo ele:

Os anos 50 e 60 foram o período que chamam de Milagre Econômico no Brasil, né? Mas eu não vejo assim. Quer dizer, não acho que antes era melhor, é que cada época tem seu modelo. Não vejo diferença entre aquele tempo e hoje... Ou melhor, não vejo muita diferença. Naquele época não se falava disso, fala-se hoje. Naquele época a gente só viveu a nossa vida. E depois desse período, que tudo tava indo bem, também teve a Revolução e aquela coisa toda.... Então não dá pra dizer que foi tão bom. Mas eu nunca participei disso, nunca gostei dessas coisas, porque não faz parte do meu estilo de vida. O meu estilo de vida é bom pra mim, né? Não sou como certas pessoas, não gosto de arruaça, não gosto de confusão. Eu não gosto de nada disso, meu negócio é... Não quero ver meu nome em boca de Matilde! Eu sou discreto.

O informante diz que comparar aquele período com o hoje é muito difícil e hesita em dizer qual época considera melhor, citando que os períodos são diferentes. Segundo ele, a ideia de “Milagre Econômico” é contemporânea, já que eles estavam “vivendo a nossa vida”, como ele disse. E também pondera que naquele momento as coisas estavam indo bem, mas depois foram mal com o que ele chama de Revolução – o Golpe Militar de 1964.

Beth, que tinha 70 anos quando conversamos, também falou sobre a ditadura militar vivida pelo Brasil entre 1964 e 1985. Ela, que foi uma das informantes mais

novas com quem conversei, nasceu no interior do Rio Grande do Sul e com 16 anos foi para a capital do estado, Porto Alegre. Segundo ela, foi quando começou a namorar e sair mais sozinha: “Aí era festa todo fim de semana! Eu fazia faculdade e morava na casa do estudante, então ia muito nas reuniões dançantes da medicina, da arquitetura... Tínhamos grupinhos assim, entendeu? Aí era sempre farra de noite!”. Depois, me contou que conheceu seu marido, carioca, e se mudou para o Rio de Janeiro com 25 anos, onde vive até hoje. Ela é aposentada, mas fez faculdade de sociologia e depois de direito, então se tornou advogada, profissão que passou a exercer depois que seu marido morreu. Tem duas filhas e netos. Quando perguntei sobre a vida no país em sua juventude, ela falou sobre a economia, mais especificamente das moedas do Brasil, mas depois acabou relacionando com o período da ditadura militar:

Eu peguei todas essas fases de mudança de moeda. Venho lá do Cruzeiro, do Cruzado, Cruzado novo, aí o Real. Todas essas fases! E aí, quando o governo mudava a moeda, era uma confusão. Também lembro que a inflação era muito alta. Era muito diferente de hoje. Eu acho que a gente teve uma pequena fase que tinha mais progresso do que hoje. Mas eu acho que hoje em dia a gente é muito bem informado. Antigamente o povo não era tão bem informado como ele é hoje. Então a sociedade se rebelou muito. Antigamente, a gente tirava o chapéu pro presidente, falava excelência. Hoje em dia não, é fulano, cicrano. Não existe mais o respeito que a gente tinha com o presidente, por exemplo. Talvez porque as coisas estivessem abafadas, o povo não podia se expressar. Mas ainda tivemos uns que tentaram, que ousaram, como Caetano Veloso, Gilberto Gil... Mas depois, na ditadura, todo mundo foi exilado.

O depoimento de Beth também mostra como as histórias se misturam na lembrança dos idosos. Ela começa elencando as moedas que o Brasil teve da década de 1940 até hoje, e também menciona a alta na inflação, mas logo em seguida fala sobre uma certa falta de educação generalizada, segundo ela. Nesse sentido, para além da classificação do período no tempo presente, outro ponto importante dos depoimentos é que as ideias do passado não são precisas. Dessa forma, acredito que essa é a maior dificuldade de trabalharmos com as lembranças do período, pois elas são elaboradas a partir de representações. O que nos interessa aqui, então, é exatamente a simbiose presente entre memória, consumo e comunicação, que acaba por revelar significados desses temas que circulam em nosso convívio social.

Assim, após uma descrição mais detalhada da Casa dos Idosos e das relações estabelecidas nesse espaço, a partir de agora vamos analisar especificamente os depoimentos a partir dos temas relacionados à comunicação e consumo. Desde já, chamo a atenção para uma das grandes dificuldades impostas pelo método etnográfico, que é a variedade de perspectivas que se apresentaram nos depoimentos ouvidos. Assim, optei por dividir as narrativas em seis grandes macro temas, os quais passo agora a apresentar. Como poderá ser observado, esses tópicos se entrecruzam e não abordam apenas os assuntos apresentados em seu enunciado, mas acredito que essa é uma característica intrínseca ao método proposto. Assim, quando possível, também escolhi registrar as histórias tal como foram expostas, já que considero que é a partir das singularidades de cada narrativa que podemos encontrar pistas sobre o que é de fato comum entre elas.

## 7. Anos dourados e capitalismo na Casa dos Idosos

### 7.1. Os bens de consumo como marcadores sociais

Como já vimos nessa tese, o período de interesse desse estudo é marcado por uma imagem de desenvolvimento. Isso se dá também por uma comparação com os anos que o antecedem, já que, no contexto mundial, a década de 1940 foi um período em que ainda vivia-se sob os impactos de uma crise econômica instaurada após a quebra da bolsa de 1929 e da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, os informantes dessa pesquisa relembram do período como se ele seguisse uma linha crescente de prosperidade econômica.

Rosa, uma das informantes mais idosas com quem conversei, nasceu em 1924, e trouxe uma das lembranças que identifiquei como mais antigas. Segundo ela, quando casou, teve problemas devido ao racionamento que estava havendo no país:

Eu casei na Igreja Sagrado Coração, perto do centro da cidade. Naquela época, a guerra acabou em maio e eu casei em junho... Não tinha gasolina, não tinha carro! A gente tinha um cartão de racionamento. Era um coisa horrível! Eu até tinha o cartão de racionamento, mas um dia fiquei com raiva e joguei ele fora! Tinha direito a comprar carne, aí a cada compra eles carimbavam. Acho que era 3kg que a gente tinha direito por semana. Não era miséria, mas era assim. O meu cunhado, irmão do meu marido, era militar. Então, ele conseguiu a carne do exército pro nosso casamento pra mim. Mas, na época da guerra, foi muito difícil. A igreja que eu queria casar, o Outeiro da Glória, não consegui. Porque se não podia subir de carro, como é que eu ia subir a pé de vestido de noiva?

Ela faz menção ao ano de 1942, quando o Brasil se uniu às forças aliadas na Segunda Guerra Mundial declarando guerra aos países do Eixo. Uma das repercussões desses atos foi que o petróleo e seus derivados começaram a faltar, e o governo federal decretou um racionamento, e entre os itens que eram limitados estavam a luz, o gás, a carne, o leite e os combustíveis. Segundo ela, isso afetou sua festa de casamento de várias formas, mas a pior foi que ela acabou não casando na igreja de sua preferência – que fica no alto de um morro – devido a iminência da falta de transporte para ela e seus convidados. Assim, considerou a questão como “horrível”.

Outro ponto que chama atenção em seu depoimento é que, de acordo com ela, o período de guerra “muito difícil”, evidenciando as perdas materiais envolvidas. Nessa perspectiva, apesar de não lembrar detalhes sobre como o confronto afetou seu dia a dia, ela conta que foi o racionamento que ocasionou transtornos na área dos transportes, no abastecimento de alimentos e de produtos industriais, gerando uma alta nos preços no país. Apesar disso, ela me disse que pode realizar seu casamento, e me contou alguns detalhes da festa, dessa vez com relação ao seu vestido de noiva:

O meu vestido quem fez foi uma costureira muito boa pra mim. Ela tinha uma loja, e a gente mandava fazer nossas roupas lá... e ela vivia de fazer vestidos com uma ajudante. Foi ela que me vestiu no dia também. O tecido foi minha mãe que escolheu. Era minha mãe que mandava! Eu sempre falo pra minha filha: o vestido de noiva eu gostei, mas o arranjo de cabeça eu não gostei nada. Foi minha mãe que insistiu pra eu fazer aquilo... Era um negócio horrível de renda. Ai, que raiva! No fim eu fiquei com um ódio! Detestei esse negócio na minha cabeça nas fotos!

Assim, esse contexto de restrição, para além do período de racionamento indicado anteriormente, também passa pelo imaginário dos informantes sobre sua infância e juventude. Segundo eles, essa foi uma época em que não havia tantos bens disponíveis para compra, e suas lembranças remontam, então, à ideia de que aquele período era de mais simplicidade. Rosa, por exemplo, contou sobre seu vestido de noiva ter sido feito por uma costureira. O que chama a atenção em seu depoimento não é exatamente esse fato, pois trata-se de um costume comum até os dias de hoje, mas sim quando ela conta que era essa costureira que fazia suas roupas do cotidiano.

Marcio, que nasceu em 1942, também fala sobre isso:

Quando eu era criança, a gente comprava dentro do possível, porque naquela época as pessoas não tinham tanto dinheiro assim, né? Naquela época tinha menos coisas. Hoje em dia, tudo o que tu quiser comprar tem! Mas na época era dura a grana, então comprava o que era necessário, não comprava nada de especial! É necessário era roupa, né? Comida... Queijo prato, comum. Ter queijo minas era mais difícil! A gente comprava no supermercado que tinha perto de casa, era a Casa da Banha, mas tinham outros...

O informante lembra da Casas da Banha, mercado criado na década de 1950, no Rio de Janeiro, e que depois se transformou em uma grande rede, com lojas

espalhadas em todo Brasil. Segundo ele, as compras se resumiam “ao que era necessário”, nesse mercado que ficava perto de sua casa. Assim, como ele conta, naquela época “tinha menos coisas”, “era dura a grana” e “não comprava nada de espacial”, indicando uma ideia de insuficiência em comparação com o hoje. Ele fala, então, de uma certa simplicidade existente durante sua infância e juventude. Sobre esse ponto, ele complementou sobre a diferença dos eletrodomésticos que existiam naquele período:

Naquele tempo a gente não tinha ar condicionado, ventilador... mas aí também me lembro que as pessoas não reclamavam disso! Eu saía sempre com minha mãe e meu pai, eu tinha 10, 12 anos, e ninguém reclamava nada, de calor, por exemplo! Mas, pra comprar coisas, algumas pessoas mandavam vir dos Estados Unidos... Isso é de gente que tinha dinheiro, né? Ah o pessoal sempre conta este tipo de história! Mas é pra aparecer! Eu morei algum tempo na casa da minha tia, um quarto e sala, em um puxadinho que era tipo varanda, assim, pra estudar no Rio. A vida foi dura, não foi fácil, não, mas foi também muito boa, maravilhosa. Não é só o dinheiro que é importante, é a satisfação de viver.

Segundo seu depoimento, mesmo lembrando que havia menos oferta de bens de consumo do que nos dias de hoje, pondera que as pessoas não sentiam falta de determinadas coisas que hoje consideram necessárias – e isso mostra como algumas exigências vão sendo criadas a partir da própria possibilidade de adquirirem os bens. Outro ponto interessante do depoimento de Marcio, de 79 anos, é que ele também recordou das pessoas que faziam compras nos Estados Unidos, identificando-as como aquelas que tinham dinheiro e que o faziam “para aparecer”. Ele conta que não era seu caso, já que no início teve uma vida “dura”, morando num “puxadinho”, mas argumenta que, mesmo assim, teve uma vida “maravilhosa”. Assim, percebemos que há a ideia de que um maior acesso aos bens é capaz de trazer uma vida mais satisfatória, mesmo que isso seja apenas uma expectativa que não se cumpra.

Sara, que nasceu em 1934, também falou que teve uma infância mais simples e com mais dificuldades:

No tempo dos meus pais, o dinheiro era curto. Coitado do meu pai... Eu tinha pena que ele trabalhava tanto. E eu tinha pena de gastar o dinheiro dele, sempre tive. Eu ia de vez em quando fazer algumas compras pra mim, mas era só quando precisava mesmo. As compras lá de casa era a mamãe que fazia, claro. Ela



naturalmente achava que as filhas não sabiam de nada! Só ela sabia escolher, só ela sabia lavar o copo dela... Se a gente lavasse, ela ia lá lavar de novo (risos)!

A informante conta que é filha de imigrantes poloneses, e, por isso, o período em que chegou ao Brasil foi muito difícil – e ela frisa como isso estava relacionado a questões financeiras. Em suas palavras: “Quando eu era solteira, eram tempos mais difíceis, e aí eu passeava menos, saía menos, estudava mais, lia mais. Isso que era a minha vida. Em poucas palavras, era isso”. Segundo ela, além de não fazer compras, ela se refere a ter poucas opções de lazer devido à falta de dinheiro que sua família tinha na época.

Nesse contexto, os bens e o estilo de vida dos informantes aparecem, então, como um dos indicadores de sua posição social. Alice, nascida em 1929, também me falou sobre fazer compras no exterior, mas ela estava na situação oposta de Marcio, já que contou que aproveitava suas viagens para realizar compras:

Eu me lembro quando eu fui aos Estados Unidos, lá eu comprei a minha primeira máquina de lavar roupa, porque aqui não havia. Também comprei um freezer, porque aqui não havia... Comprei um fogão maravilhoso, que tinha tudo! Fazia tudo o fogão, até falava! Eu comprei o primeiro triturador que moía até osso de galinha... mas nada disso foi aqui. Eu trazia de navio dos Estados Unidos, despachava lá e demorava um pouquinho para chegar. Eu comprei nossos móveis nos Estados Unidos também. A minha casa era na [Rua] Tonelero. Era super moderna, todo mundo gostava da minha casa! Meu marido e eu tínhamos um gosto diferente... era cheio de pé-palito!

A informante conta dos eletrodomésticos que comprava em suas viagens ao exterior. Esses produtos, que começaram a surgir no país somente a partir da distribuição urbana de energia elétrica, se popularizaram nas casas dos brasileiros com a industrialização nacional. Antes disso, só eram encontrados no exterior – e apenas as pessoas mais ricas tinham acesso a eles. Esse movimento pode ser observado a partir das histórias contadas, já que primeiramente as pessoas de classes mais altas os importavam, e depois, a partir de sua fabricação nacional, é que puderam ser adquiridos com mais frequência. Alice também menciona que os eletrodomésticos, juntamente aos pés-palitos dos móveis, uma tendência do período, deixavam sua casa com aparência moderna. Pelo seu depoimento, também podemos perceber que a posse desses eletrodomésticos e de móveis considerados modernos não significava apenas uma certa facilidade na organização e na

praticidade das tarefas doméstica, mas também estava relacionada à decoração e ao bom gosto da sua casa.

Eva, nascida em 1934, também me contou sobre seus móveis e artigos de casa, mas relata outra realidade, já que disse que ela mesma comprou pouca coisa para a sua residência. Segundo ela, foi a partir dos presentes de seu casamento que ela e o marido mobiliaram sua casa:

Quando me casei ganhei muitos presentes: enxoval, colcha, louças, talheres, toalhas e jogos de lençóis, isso tudo da minha família. Os “de fora”, cada um trazia uma coisa, porque eu não ia dizer “fulana, você tá convidada pra vir ao meu casamento e vou dizer que quero isso”. Mas da minha família a gente acertava, cada um comprava uma coisa que ia completar o que eu ia precisar na vida de casada.

Segundo ela, montar uma casa era um grande desafio, mas ela contou com a ajuda sua família para isso. “Quem podia dava mais coisa, e assim a gente conseguiu!”, me disse. Ela demonstra em sua fala satisfação por ter conseguido cumprir a incumbência de mobiliar sua casa com aquilo que ela julgava ser necessário para morar lá. Assim como ela, muitos informantes contaram que seus pais davam presentes e os ajudaram no início da vida, mostrando que esse esforço era um pacto compartilhado com a família e os amigos mais próximos. Conforme as palavras de Lídia, nascida em 1936: “Meus móveis eram todos muito bons. Foi um decorador que decorou. Meu pai que comprou tudo, nos deu. Quer dizer, o apartamento foi meu sogro, e os móveis foram meu pai”.

Com relação aos presentes dados pelos pais, outro ponto foi explorado por Ricardo, que nasceu em 1950:

Eu tinha uma facilidade de ganhar as coisas... porque se eu não ganhava dos meus pais, eu ganhava dos meus tios! Minha família era abonada... Então qualquer novidade era motivo de presente. Eu tenho até hoje discos dessa época, que eu sempre ganhava de presente. Ganhei uma máquina fotográfica também! Mas nada disso se comprava em shopping como a gente conhece hoje, era em centro comercial.

Segundo ele, devido a uma boa condição financeira de sua família, tinha a vantagem de ganhar produtos muitas vezes recém lançados, como discos e câmera fotográfica. Deste modo, mesmo que diferentemente das informantes mencionadas anteriormente, que chamam a atenção para artigos de casa e eletrodomésticos, mais

uma vez percebemos que não era só a oferta de produtos que surgia, mas também sua demanda.

Outro ponto que entendo que valha a pena chamar a atenção é que os depoimentos foram variados com relação à dificuldade de acesso a bens de consumo. Alguns, como Ricardo, alegavam que suas famílias eram ricas e podiam comprar diferentes produtos; enquanto outros afirmavam que não era tão fácil realizarem compras consideradas supérfluas. Isso tem a ver com os informantes não poderem serem incluídos em apenas um recorte de capacidade financeira, mas também com esse ser um tema que é abordado de maneiras diferentes pelas pessoas – que entendem a necessidade de ter um ou outro bem de consumo de formas distintas. O que para alguns era essencial, para outros era considerado desnecessário ou até inacessível. Assim, de um lado, alguns idosos que assumiam que cresceram em famílias de elite ou mesmo me contavam histórias que permitiam que isso fosse inferido, ao final falavam de dificuldades ou incapacidade de realizar certas compras. De outro lado, os que falavam de uma infância mais simples não pareciam incomodados ou mesmo queixosos disso. Nesse sentido, é possível observar grande mobilidade nas ideias de demanda e privação, independente do status econômico em que eles próprios se enquadravam.

Lourdes, nascida em 1949, fala um pouco sobre essa ideia, fazendo uma comparação de seus pais com seus tios, que são considerados por ela como mais ricos e, portanto, tinham acesso a mais bens e possibilidades de lazer. Ela elenca em suas lembranças diversos momentos em que isso fica evidenciado, e chega a mencionar que possuía alguns bens que, apesar de serem mais baratos, cumpriam a mesma função, mas mesmo assim essa foi uma questão que marcou sua infância. Em suas palavras:

Eu tinha muita inveja dos pais do meu primo. Não sei se podia chamar de mais ricos, mas tinham mais posses, então eles faziam mais coisas do que eu. Eles faziam coisas diferentes, como ir pra fora, faziam mais passeios, tinham mais brinquedos... Nunca foi uma coisa que me fez falta, os brinquedos, mas eu tinha uma certa invejinha. Ele sempre tinha novidades. Mas ele, principalmente o meu primo, e a irmã dele sempre tentavam muito me adaptar. Quando tinha alguma coisa que eles tinham e eu tinha vontade, quando eu tinha, falava com ele e ele me enfiava. Ir a algum lugar que eu queria ir, quando era uma coisa que não fosse muito longe, ele acabava dando um jeito de me incluir. Por exemplo, um parque de diversões, o Alto da Boa Vista, num canto desses, ele

sempre dava um jeito. Agora, ir pros Estados Unidos.... Ai ficava mais difícil, era mais complicado, mas ele tentava! Bicicleta nós dois sempre tivemos, mas eu tinha uma bicicleta mais simples. E eu nunca tive problema da bicicleta dele ser mais chique que a minha, as duas andavam! Mas, depois, ele passou muito rapidamente a curtir o motor. Então, eu lembro que ele, bem pequeno, dirigia. Com o meu tio perto, mas dirigia. E eles sempre tinham um carro estrangeiro. Não me lembro os nomes porque eu não dava muita bola pra isso, mas sempre foi um carro estrangeiro.

Assim, segundo ela, a vida de seu primo, que contou com mais viagens ao exterior, mais passeios e mais brinquedos do que a dela, também passou por uma ambição relacionada a automóveis. De acordo com sua fala: “eles sempre tinham um carro estrangeiro”, tratando dos automóveis importados como algo distintivo. Essa ideia ficou muito marcada no período, já que não havia produção nacional e os carros disponíveis tinham valores elevados.

Por esse ângulo, o carro também passou a ser um dos símbolos desse quadro, e a mesma lógica de importação que ocorreu com móveis e eletrodomésticos também se deu com ele. Alguns informantes me contaram que, para ter seu automóvel, foram buscá-lo no exterior, como conta Alice, que nasceu em 1929:

Olha, até 1951 não se fabricava carro no Brasil. O carro no Brasil veio muito depois, tanto que, eu e meu marido, nós trouxemos um *Buick* dos Estados Unidos. Era um outro tipo de carro, porque aqui só havia o Ford Bigode, como chamavam aqui. Naturalmente que o Getúlio tinha um *Rolls Royce*, sei lá quem tinha não sei qual outro carro famoso... Mas as pessoas, digamos assim normais, não tinham acesso a esses carros não.

O Buick, que a informante menciona, é um dos modelos de carro da fabricante de mesmo nome que surgiu como independente e depois foi incorporada a General Motors. Como ela conta, eles tinham, então, um carro que não era o mais comum no Brasil, como é o caso do “Ford Bigode” (primeiro carro montado no país, o “Modelo T”, conhecido pela sua simplicidade e preço mais acessível), mas também não era um *Rolls Royce* (carro de alto padrão da marca inglesa BMW, que, além de ter um valor extremamente elevado, é também destinado a ao uso de membros da realeza e chefes de Estado em diversos lugares do mundo, inclusive do Brasil). Em suas palavras, então, ela usa o automóvel para se diferenciar das pessoas “normais”, como menciona, e também hierarquiza os modelos a partir de seu valor e de sua imagem. Ainda em nossa conversa, ela também justificou a opção:

“Compramos esse modelo porque era muito bonito, mas isso era mais coisa do meu marido, eu não sei ao certo como foi. Lembro que ele era elegante... Mas, como falei antes, também não era um *Cadillac* ou um *Rolls Royce*”. Novamente, a informante usou da comparação com outros modelos para hierarquizar suas impressões sobre ele e, com suas palavras, ela evidencia que a justificativa para a escolha do modelo não passa apenas por sua função ou desempenho, mas sim pelas suas características “bonito” e “elegante”.

Assim, apesar de o primeiro carro, de propriedade de Henrique Santos Dumont, ter chegado ao Brasil no ano de 1893 (MELO, 2008), é somente bem depois disso que ele passa a se popularizar, e isso tem a ver com a instalação de uma indústria automobilística brasileira. Até a Segunda Guerra Mundial, o mercado brasileiro de automóveis, apesar de contar com fábricas da Ford e da General Motors inauguradas na década de 1920, funcionava a partir de materiais importados e, com isso, os valores para sua compra eram altos (LOBO, 1977). É a partir do fim da guerra e da adoção de políticas públicas de estímulo a empresas e ao capital estrangeiro que a indústria automobilística se instala no Brasil, e os carros passam a ser fabricados em grande volume. Assim, a partir da fabricação nacional é que mais pessoas puderam ter acesso ao item.

Esse foi o caso de Humberto, nascido em 1949, que contou que seu pai deu um carro nacional de presente para ele:

Lembro bem quando meu pai me deu um carro. Eu tinha 20 anos. Era um Corcel azul, que era antes do meu pai. Não tinha tanta opção, né? Ainda mais de carro nacional. E tinha que ser carro nacional, porque era melhor e mais barato. E não tinha problema de mecânica! E, se tinha, era resolvido rapidamente. Se o carro fosse importado, se tinha problema de mecânica, material... era tudo complicado para ser resolvido. Então ele me deu quando eu passei pra universidade. Eu usava muito pra ir pro trabalho... Porque pra passear eu acabava andando mais a pé. Antes do carro eu andava de ônibus. Peguei ainda o final dos bondes, lembro quando eles já tavam tirando... Mas eu cheguei ir de bonde pro colégio. Eu estudava no colégio militar, que era na Tijuca, e morava em Copacabana. Então parte do trajeto ia em bonde e outra parte do trajeto ia de ônibus elétrico. Depois que tive carro, minha vida melhorou... O carro dá mais liberdade, eu podia ir pra lugares onde as pessoas não iam! E eu gostava de passear também por Copacabana. Lá estava sempre cheio!

Como ele aponta, para ele só foi possível ter um carro sendo nacional, já que “era melhor e mais barato”. Assim, podemos ver que há alguns significados evidenciados à posse do automóvel, que, ao final, lhe geraram uma certa satisfação. Se, por um lado, há uma justificativa para a posse do carro – deixar sua vida mais prática –, por outro, também podemos verificar que ele foi um presente de seu pai, conferindo também uma ideia de recompensa ao bem material. Dessa maneira, ele menciona que, depois que teve carro, “sua vida melhorou”, ele teve mais “liberdade”. E, ainda refletindo sobre sua fala, é possível verificar, além do carro como distintivo – “ir para lugares onde as pessoas não iam”, também como instrumento para exibição social, pois ele afirma que gostava de passear por Copacabana, “onde estava sempre cheio”, e havia mais pessoas para vê-lo passar.

Beth, nascida em 1950, também conta uma história que demonstra que o carro não era acessível para todos: “No sábado, quando a gente ia num baile qualquer, a gente ia em grupo, né? Então a gente conhecia alguém... Aí combinava no outro dia um cinema ou tomar um café ou chá, alguma coisa assim. E eu sempre tinha a sorte de ter conhecido alguém que tinha carro! Aí era melhor!”. Segundo ela, inclusive, suas amigas tinham um combinado: “Olha, se alguém arranjar alguém que tem carro, avisa! Porque aí todo mundo vai junto (risos)!”. De acordo com suas palavras, era “sorte” e “melhor” se relacionar com quem tinha carro, pois isso garantia facilidades para ela e também suas amigas.

Também nesse sentido, de verificar oportunidades possibilitadas pelo automóvel, Lourdes contou que foi era graças a ele que seus pais podiam viajar no fim de semana para lugares próximos:

Meu pai dirigia muito, ele adorava! Ele ia daqui a Poços de Caldas dirigindo. Preferia ir nesses lugares dirigindo, e dirigia muito bem pelo que eu me lembro. Nunca foi de ter desastre, nada disso. Então, ele adorava ir a Minas, ia pro hotel, com mamãe... imagina se ele ia pra qualquer lugar sozinho! Acho que ele não sabia nem fazer a mala sozinho. A presença de minha mãe era imprescindível!

Assim, à medida que o carro passava a ser um item frequente de posse das classes médias, também foi a partir dele que se estabeleceu um hábito comum de realizar viagens curtas nos finais de semana. Nessa perspectiva, diversos informantes me contaram que costumavam passar suas férias e folgas na serra

carioca, e Petrópolis era um de seus destinos preferidos. Mel, nascida em 1931, conta que ela e seu marido gostavam de viajar de carro até lá:

Olha... Eu não me lembro qual era o carro. Na época, sei que era um carro famoso, mas não lembro o nome! Eu também não entendo muito de carro... Mas era um grande, confortável! Em geral nós íamos sempre pra um sítio de um amigo nosso em Petrópolis. Ele nos convidava, e nós íamos entre amigos. E as pessoas do Rio de Janeiro iam muito pra lá também!

Carmen, de 1952, também conta que ia para Petrópolis nos fins de semana. A cidade, que no passado já foi refúgio do imperador brasileiro D. Pedro II, à época era local de encontro de uma certa elite carioca, que encontrava na cidade um espaço de lazer e descanso. Segundo ela, a casa de sua família ficava no primeiro condomínio da cidade:

A família da minha mãe tinha uma casa lá muito grande, até hoje tá em pé. Ela era imensa! Mas a minha mãe queria uma casa pra ela, não a casa da família. Tinha que ter uma equipe pra ela, nos termos dela. Então, tinha que ser uma casa pequena, que ela não tivesse que se incomodar com nada. Mas esse conceito não existia, não tinha no Brasil. E eu não sei como foi que aconteceu, que meu pai soube de um condomínio e foi lá ver. Aí, ele comprou uma casa lá, e a casa foi construída em menos de seis meses. Então nós íamos no final de semana. Foi o primeiro condomínio que teve assim, em Petrópolis. Aí lá tinha clube, piscina, jogo de sinuca, salão de jogos, boate, salão de festas... Tinham apartamentos, igual de praia, uns apartamentozinhos, e depois descendo a ladeira tinham as casas.

Assim, de acordo com ela, foi que sua família passou a viajar regularmente para a serra carioca:

Então eu ia muito a Petrópolis, tinha casa lá. Minha lembrança de lá é ótima, era genial! Mas lá o programa era diferente do que no Rio. A gente ia pra piscina já de manhã. Se tivesse fazendo chuva ou um solzinho qualquer, assim, aí a gente almoçava e ia pra casa de uma ou de outra amiga. Aí a gente fazia touca, ouvia música e ficava dançando... A touca era pra alisar o cabelo. Eu cheguei a passar meu cabelo a ferro (risos)! Hoje seria como aquela chapinha! Mas aí a gente ficava tentando aprender novos passos! A gente via uma e copiava. Era assim, não era... Mas era música americana, Iê-iê-iê... vamos dizer assim. Ouvíamos Santana, Janis Joplin! E de noite a gente se reunia por lá, pegava uma vitrola, levava os discos... Tinha uma boate no clube. Mas na boate não tinha nada, só cadeiras, e a gente punha lá a vitrola com os discos. A gente só dançava mulher com mulher, e aí ficava dançando... Tinha homem também, mas eles ficavam lá jogando futebol, e a gente não tinha nada pra fazer!

Por fim, suas histórias sobre a localidade passam pela adolescência, quando recorda de alguns hábitos dos jovens da época, que se reuniam ao som de músicas norte-americanas e estavam começando a construir amizades e relacionamentos românticos:

Depois, quando ficamos maiores, lá pelos quinze, dezesseis anos, a gente descia, ia pra uma lanchonete que tinha lá, lanchonete não, uma casa de chá, chamado D'Ângelo e aí a gente ficava escolhendo com quem ia sair à noite! Escolhíamos aquele que ficava olhando e que era o mais bonito! Tinha muita paquera! E os meninos do Castelo ficavam chateados porque eles tavam competindo com os de fora. Os de fora já tinham carro, já tinham isso, tinham aquilo, tinham dinheiro pra pagar a boate e eles não. Eram aqueles garotões que, de manhã, ficavam jogando futebol, de tarde também, só jogavam futebol. E aí eu já era mais esperta, porque eu tinha carro, mesmo sem carteira, e aí eu falava assim: a gente se encontra lá, tá bom? Aí a gente não dava bola, porque eu tinha carro e levava as meninas. Se desse alguma coisa errada, tinha carro pra ir e pra voltar. Foi meu pai que deu o carro. Era um Corcel cor de mel, marrom clarinho. Era isso, *Blue times!*

A partir de referências com relação a amigos e namorados, Carmen fala dos anos 1960. O período foi considerado por ela como “*Blue Times*”, uma expressão que designa melancolia – provavelmente relatando um sentimento do tempo presente com relação ao passado. E, mais uma vez, o carro aparece como um presente dado pelo seu pai, no mesmo modelo como o relatado por Humberto anteriormente.

Nessa linha de pensamento, de que os carros significavam uma certa ostentação de liberdade, Gil, nascido em 1937, também lembrou que, quando ele era criança, não existiam muitos carros nas ruas: “Não tinha carro na época. Pra ter carro era caríssimo, tudo importado, depois veio GM, veio a Ford...”. Assim, ele contou que na época de sua juventude ter carro era sinônimo de riqueza, mas disse que sua família tinha uma condição financeira boa, então podia proporcionar esse luxo a ele:

Eu tinha condições, mas não era todo mundo. Porque o cara, pra ter um carro na época, era rico... porque o Brasil não fabricava nada! Mas eu tinha uma vida... Puxa, eu vou dizer uma coisa a você, uma vida maravilhosa. O que eu queria, eu tinha. Em doses pequenas, mas eu tinha... Então eu gostava de andar de carro. Pela idade, esperei os dezoito anos, tirei carteira e a partir daí sempre tive carro... Pra mim era muito comum. Eu tive minha vida muito regular nesse sentido, nunca entrei numa situação de



dificuldade ou de briga.

Então, a partir da menção de que ele tinha um automóvel como referência para sua situação financeira, foi que Gil me contou que era de uma família rica e conhecida do Rio de Janeiro. Segundo ele: “Pelo meu sobrenome, a pessoa já me respeitava. Eu era neto do velho Monteiro<sup>4</sup>... Ele tinha banco, e todo mundo conhecia, todo mundo precisava de dinheiro (risos)!”. Ele comentou que foi sua situação financeira que colaborou para que ele tivesse uma vida “sem sobressaltos”. E comenta:

Eu não posso me queixar do passado. A única coisa que, talvez, eu me arrependo, mas eu não tenho culpa, é que eu não me adaptava a uma vida de dureza, ter que enfrentar problemas... Mas eu acho isso justo. Sempre levei uma vida muito calma. Tudo o que eu precisava eu tinha nas mãos. Tinha família rica, mas eu nunca abusei disso. Então, eu levei uma vida que... Nada me traz memórias ruins. Mas mesmo assim, apesar do meu avô, o meu dinheiro era muito curto. Minha família naturalmente me ajudava, né? Tinha aquela política de mesada. Meu irmão mais velho, por exemplo, ele tinha mania de indústria, então ele tava sempre enrolado, com dificuldade. Mas mesmo que meu avô tinha condições, ele não abria a mão de jeito e forma. Ele falava: “Você que criou esse negócio, se vira”! Eu tinha mais dois irmãos, no total era uma família com três filhos. Então fui levando minha vida com a maior harmonia possível. Naquele tempo era tudo diferente, até o clima! Mas comecei a trabalhar cedo e fiz muita coisa. Trabalhei muito com esse meu irmão mais velho. Ele era um sujeito muito... pois é, como é que vou dizer, não era desonesto, ele sempre fazia negócio com dinheiro emprestado. E eu não gostava, então, eu não participava. Aí eu fui me afastando também....

Dessa forma, o informante relata que teve uma vida considerada por ele abonada, mas enxerga que mesmo assim encontrou dificuldades. Como mencionei anteriormente, isso corrobora a ideia de que as noções de necessidade e abundância são relativas e estão de acordo com a percepção deles próprios – apesar da diferença nas condições financeiras dos informantes, todos têm uma ideia de que podiam ter tido mais posses, mais oportunidades ou mais condições de realizar outros sonhos.

Outro ponto interessante de seu depoimento é que, pelo que Gil conta, mesmo com o apoio financeiro de sua família, seu irmão acabou não conseguindo ter um negócio rentável, e também não quis trabalhar nos negócios do avô já que,

---

<sup>4</sup> Além do nome, o sobrenome do informante também foi alterado para garantir a confidencialidade do relato.

de acordo com ele, era muito temperamental e também autoritário, e isso causou uma certa tristeza e incômodo na família. Isso mostra que o trabalho não estava relacionado apenas a questões de subsistência, mas também a valores como sucesso e êxito. Dessa forma, também há nas histórias contadas o evidenciamento de uma narrativa de sucesso financeiro. Era mais comum que eles me contassem que sua infância foi de muitas dificuldades, mas que ao final da vida elas foram superadas, do que o contrário.

Baseados nos relatos expostos nesse trecho, podemos ver os efeitos do crescimento da indústria nacional a partir de um aumento da circulação de produtos fabricados no país. Nessa lógica, eletrodomésticos e automóveis ilustram muito bem essa nova realidade, já que foram relatados pelos idosos como bens adquiridos nesse período. A partir disso, busquei abordar como eles foram descritos pelos idosos, a fim de identificá-los como marcadores sociais. Assim, as imagens nos revelaram pistas que serviam para qualificar e avaliar não só os próprios bens, mas também a posição social e econômica dos informantes. Em consonância com essas ideias, também de certa forma aparece uma noção de sucesso da própria vida, já que é em torno de suas avaliações com relação a posse de bens, hábitos de lazer e o papel do trabalho e da carreira em suas vidas, que eles localizam seus papéis econômicos e, portanto, sociais.

## **7.2. Espaços e modas nos antigos cotidianos**

Como pudemos ver a partir do aumento da circulação de bens relatado no item anterior, é neste período que o consumo no Brasil se amplia de forma significativa. Porém, os novos gastos da população não estão direcionados apenas aos eletrodomésticos e aos automóveis, grandes novidades que marcaram a época, mas também às modas e ao vestir. Nesse sentido, se observarmos o recorte de tempo estudado em perspectiva, é possível perceber alterações nos rituais de compras, e isso fica mais visível quando abordamos o mercado de vestuário. Assim, nos anos que remontam o início do período estudado, é possível ver muitas histórias relacionadas à confecção de roupas de forma artesanal, ao passo que no período mais recente isso tende a desaparecer de suas memórias. Então, os informantes mais velhos contam que na sua infância frequentavam costureiras para compra de roupas,

alguns até relatam esse ritual ainda em sua fase adulta, mas, aos poucos, vamos percebendo que boutiques, lojas de departamento e até shoppings vão participando da reconstrução do cotidiano promovida por eles. A partir de suas lembranças, vemos mudanças no período de sua infância para a sua fase adulta a partir dos espaços relacionados a moda e as formas de vestir – e o ritual de compra de roupas revela representações privilegiadas para a análise.

Em uma de minhas conversas com Sara, que nasceu em 1934, ela me disse que: “Antigamente não se comprava por propaganda, não. Comprava-se aquilo que estava precisando. E as lojas não eram tão atrativas como são hoje. Shopping também não tinha, as vitrines não eram tão chamativas!”. Pela percepção da idosa, durante sua infância, nas décadas de 1930 e 1940, a atratividade do comércio não era grande. Assim, como também vimos no item anterior, essa era uma ideia comum a muitos informantes, que diziam que antigamente as lojas eram mais simples e que a propaganda não parecia existir.

Alice, por exemplo, me contou que era filha única, e que lembrava muito bem de quando era criança e ia até a casa de costureiras para encomendar vestidos junto com sua mãe. Ela me disse que, se gostassem do serviço, viravam clientes e voltavam sempre para fazer outros, se tornando freguesas. Ela falava de um período que ronda a década de 1930, já que nasceu em 1929, em que era habitual a contratação de costureiras para confecção de suas roupas. Além de contratarem terceiros para a costura, outras idosas me contaram que suas próprias mães costuravam durante sua infância. Conforme me disse Cecília, nascida em 1933:

Minhas roupas eram minha mãe que fazia. Ela costurava muito bem, eu adorava! Eu também tinha uma madrinha, que casou com um diretor importante, e ela morava em Copacabana. Aí me levava pra algumas festas... Aí ou minha mãe costurava as roupas pra eu ir ou tinha que comprar lá em Copacabana mesmo. Mas aí tínhamos que comprar em boutiques, era muito mais caro. Mais tarde eu passei a comprar roupas na Tijuca, onde eu morava. E depois tinha uma loja que eu gostava muito, no shopping. Porque aí o shopping abriu e eu preferia o shopping do que a rua. Era melhor, mais confortável de fazer compras.

Como ela conta, o hábito de fazerem suas próprias roupas foi mudando. Primeiramente a partir das compras realizadas em lojas e, mais tarde, ela já menciona o aparecimento dos shoppings centers. Eva, que nasceu em 1934, também

compartilhou sua lembrança sobre as costureiras, mencionando inclusive que havia tentado aprender a costurar:

Eu tinha uma costureira que morava em Ramos, depois ela foi morar na Ilha do Governador, a Dona Maria Rosa. Ela que fazia minhas roupas. Ela também dava aulas de costura, sabe? Então tentei também... Eu fui aluna dela, assistia algumas aulas dela no sábado. Mas aí eu disse, não gosto disso não! E era no sábado, então se tinha alguma coisa pra fazer em casa, eu ficava toda enrolada com a costura, aí eu larguei. Mas eu sempre comprava tecido no Centro da cidade, na Rua da Alfândega, lá tinham algumas lojas pra isso, e mandava fazer minhas roupas com a Dona Maria Rosa.

A informante conta uma história de alguns anos à frente, já que não fala de sua mãe e sim dela própria. Ela contou que ainda usava o serviço de costureiras, mas que não conseguiu se adaptar ao hábito de costurar, pois faltava tempo para todas as tarefas a que ela se propunha. Durante a semana, ela trabalhava na contabilidade da FAPERJ (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), e, portanto, só podia se dedicar à costura nos finais de semana, o que se tornava inviável. Assim, me disse que, apesar de ter tentado também costurar suas próprias roupas como sua mãe, lhe faltou tempo. Então, segundo ela, aproveitava seu horário de almoço do trabalho, que ficava na Rua da Carioca, para ir até a Rua da Alfândega realizar as compras de tecido.

Amélia, nascida em 1925, me contou que comprava algumas roupas no Centro da cidade, mas que também costurava as roupas de sua filha:

Depois de casada eu fazia compras no Centro. Era assim: eu comprava algumas coisas no Centro, mas eu também sabia fazer as roupas, tinha o curso de costura, então eu fazia minha roupa. Toda festinha que ia, eu tinha que fazer um vestidinho pra minha filha, por exemplo. No passado era assim... Era mais caseiro, mesmo, muito mais caseiro, diferente. Toda mãe fazia uma roupinha pro seu filho ficar bonitinho pra ir na festa. Era uma boa época, sabe, hoje é mais difícil... Eu acho tudo difícil!

Nessa perspectiva, chamou minha atenção a informante mencionar que acha hoje “mais difícil”, então a questioneei sobre isso. Ela me respondeu, então, que essa dinâmica hoje não era mais factível, já que há muitas ofertas diferentes de roupas e ninguém mais faz sua própria. Considero esse ponto interessante, já que as lojas surgiram baseadas também em uma ideia de conforto, evitando o tempo dedicado à costura, conforme citou Alice um pouco antes. Outro aspecto relevante de sua fala

é que ela evidencia a concentração de grande parte dos estabelecimentos comerciais da cidade no Centro, fato que o caracterizou até mais ou menos a década de 1940. Assim, esse era o endereço tanto de lojas de tecido quanto de butikues que eram referência de luxo para os informantes – que mencionaram lembranças principalmente sobre as lojas Sibéria e Canadá, que importavam modelos de vestidos e também de comportamentos femininos diretamente de Paris. Segundo Maluh Ouro Preto (1965), que traduziu “O Livro da Elegância – um guia de consumo e bom-gosto”, da francesa Geneviève Antoine Dariaux, para o português e o atualizou incluindo informações de lojas brasileiras, ambas as lojas eram referências da moda de alta costura no Rio de Janeiro.

Alice conta sobre sua lembrança dessas lojas:

Na minha infância as pessoas mandavam fazer suas roupas, mas também tinham grandes modismos na cidade. Tinha a Sibéria, a Casa Canadá... essas eram as mais chiques. Lá só compravam as madames muito ricas. Havia também algumas madames muito poderosas, que as costureiras iam na casa delas, mas em geral era muito chique você ir até a Sibéria e a Canadá, porque você queria escolher um vestido e vários modelos desfilavam pra você. Elas desfilavam, e você ficava sentada dizendo: “Eu quero aquele ali”. Aí você provava, e se ele ficasse bem você ficava.

Como a informante relata, a Casa Canadá foi uma boutique carioca referência em todo Brasil, tendo inaugurado na década de 1920 e fechado suas portas na década de 1960. A boutique apresentava as suas peças em um lançamento ao vivo às clientes e também contava com funcionárias que se transformavam em manequins para mostrar os vestidos disponíveis às clientes. As modelos eram mulheres consideradas bonitas e jovens, que eram especialmente selecionadas e treinadas para o papel, como conta Margarida, informante que fez parte do quadro de funcionárias da loja:

Eu passava as tardes lá pra mostrar os vestidos para as clientes. Você não pode mostrar no cabide uma roupa de 35 mil, porque parece um trapo pendurado, né? Aí as manequins vestiam, pintadas, de luvas, sapatos altos, chapéus... E ficava uma maravilha! Naquele tempo, 35 mil dólares custava uma roupa comum, e em torno de 100 mil um vestido de noite, daqueles suntuosos, todos bordados. Naquele tempo se usava vestidos imensos, e todas as roupas eram francesas, tudo chegava de Paris. E todas as manequins tinham que ter cintura 58. Eu cheguei a desfilhar uma roupa com cintura 52. Eu tinha 1,71m de altura. A mais alta tinha 1,72m. E as outras tinham 1,70m, 1,69m, por aí.

Era um grupo de manequins maravilhoso, como sempre são as brasileiras, fazem muito sucesso quando desfilam. Desde aquele tempo e agora então com a Bündchen....

Ainda segundo a informante: “Éramos sempre sete que trabalhávamos juntas. Se uma falhava, vinha outra e completava sete”. Em nossas conversas, ela me contou muitas histórias de sua vida baseada nessas experiências que ela teve como manequim da Casa Canadá e também como bailarina do Theatro Municipal. Um dia, se dedicou a me mostrar fotos do período, e apresentou até um livro sobre a loja, em que ela está na foto de capa. Eu perguntei se ela lembrava desse dia, o que ela prontamente me respondeu:

Claro que lembro! Quando nós acabamos de desfilarmos... Nesses grandes desfiles... Aí nos juntamos no canto da sala pra fazer a fotografia. Fizemos várias fotografias, as sete. E tem fotografia das sete juntas aí no meio, aí dentro do livro. E essa é Dona Mena, a diretora administrativa. A Dona Cândida era a irmã dela, a que comprava as roupas em Paris. E aqui era a Vânia Pinto, a primeira manequim. É a primeira manequim que houve na Casa Canadá. Isso quer dizer, manequim vivo, quem lançou foi a Canadá. Então ela foi a primeira. E ela também foi miss, miss Brasil ou uma miss assim, não sei, mas ela foi famosa. Tem muitos livros da Casa Canadá. Na capa desse aqui, essa aqui sou eu... E esse vestido que estava usando era lindo... Era cinza, cinza de fali e bordado em relevo em cores prateado. Não tinha pedraria, mas muitas lantejoulas...

A foto a que Margarida se referia estava em preto-e-branco, mas a partir de seu relato foi possível identificar as cores do vestido e também sua elegância e sofisticação. Dessa forma, a Canadá era uma loja dedicada a clientes ricas, que buscavam vestidos adequados para ocasiões sociais de elegância e ostentação. Quando perguntei quem eram as principais clientes da loja, ela me respondeu:

As clientes eram as milionárias que nós tínhamos na época. As conhecidas da sociedade... Mulheres de políticos, senadores, deputados... Porque aqui era a capital! Então eram as que tinham dinheiro. No Rio de Janeiro eram mais ou menos umas 200 freguesas fixas que a Canadá tinha. E, de vez em quando, eu ia desfilarmos em São Paulo. Mas isso era escondido da Casa Canadá, porque era proibido. Mas às vezes eu ia, porque eu tinha que sustentar minha família! E ganhava muito dinheiro indo lá! A Canadá teve loja em São Paulo durante um tempo, mas foi muito pouco. Então eu fiz um desfile pra Canadá, mas depois ela fechou e eu desfilei numa outra casa, chamava-se Vogue. E aí trabalhei algumas vezes lá. Foi muito bom, maravilhoso! Eles também recebiam os vestidos de Paris, mesma coisa que aqui, mas eles não tinham a mesma direção... nem eram tão boas quanto a

Canadá daqui, que era quem ensinava. Elas ensinavam como se usava chapéu... E Dona Mena era quem cuidava dos chapéus. Ela sabia qual o tipo de chapéu que deveria ser feito. Às vezes modificava um pouco o modelo que vinha de Paris... E era assim!

E o luxo que Margarida conta não se resumia apenas a pedraria e chapéus. Segundo ela, havia uma sala só para guardar os casacos de pele:

Na Canadá tinha uma sala só para guardar casacos de pele. E as freguesas, todas que tinham casacos pesados, bons, de boa qualidade, também guardavam lá. Ninguém aguentava o nosso calor de oitenta graus! Então, depois do desfile, guardavam lá. O lugar pra guardar era uma sala, eu cheguei a entrar muitas vezes lá. Era cheia de casacos, por todos os quatro lados assim. E era no terceiro andar da loja. A Canadá tinha três andares. Tinha o andar da loja embaixo, uma loja que vendia bolsas, luvas, sapatos, lenços, coisas leves assim. Depois tinha o segundo andar, que era o andar dos escritórios. O terceiro andar, que era o andar do nosso chefe, Jacob Peliks. E tinha outras salas também que eu não lembro agora! E o quarto andar, onde eram os desfiles. O salão dos desfiles era em “L”. A loja ficava na esquina da rua Assembleia com a Rio Branco. Aquele prédio que tá lá, ainda exatamente igual como era, só que agora são andares com coisas diferentes. A Canadá usava os quatro, era muito grande.

A fama da Casa Canadá e de seus casacos é muito forte na geração desse grupo de informantes, e muitos deles brincavam sobre a necessidade do uso de casacos de pele no clima tropical carioca. Inicialmente, em 1929, a Canadá abriu em um endereço na Rua Gonçalves Dias como uma loja de peles, que vendia casacos, chapéus e estolas; e mais tarde, em 1934, ela se mudou para a Rua Sete de Setembro, vendendo também roupas e vestidos. O prédio a que a informante se refere é o segundo endereço, e hoje é ocupado por diversas outras lojas menores.

Outra característica da Casa Canadá é que, além de usarem os vestidos para mostrar individualmente às clientes, havia os eventos de lançamento, que eram verdadeiros acontecimentos sociais. Eram nessas ocasiões que estavam reunidas não apenas as mulheres da alta sociedade brasileira, como diversas personalidades e representantes da imprensa emergente. Segundo Margarida:

Lá na casa Canadá faziam aquelas *Avant Premier* pra imprensa... Iam os jornais todos que tinha no Rio. Tinha muitos: Jornal do Brasil, O Globo, que nem era conhecido naquele tempo... Eu nem me lembro de todo os nomes da época. Aí lembro que tinham aqueles jornais todos e também páginas de revistas de moda e coisa assim. As revistas eu também lembro: Rio Magazine, que era da alta sociedade sobre moda. A Canadá tava sempre na Rio

Magazine! Depois tinha a Cruzeiro, a Manchete... todas essas eram populares. Porque a Rio Magazine era da sociedade. Eu tenho capas da Rio Magazine e da Cruzeiro guardadas, lá tem várias. A Vogue era estrangeira, porque que a nacional não existia ainda.

Assim, mesmo com alguns informantes tendo indicado que não havia publicidade naquela época, podemos ver que já havia um ambiente de exibição fomentado também pela comunicação de massa. Nesse sentido, o clima dos desfiles era de ostentação, tanto dos produtos quanto dos clientes. E, com a projeção que os desfiles ganharam e o interesse que despertavam, eles se tornaram concorridos e procurados pela alta sociedade.

A moda do período também vivia um momento de transformação, já algumas informantes trazem uma visão de uma moda mais sóbria, com vestidos ou saias rodadas até o joelho e cintura marcada, enquanto que outras já mencionam que usavam roupas mais informais, como a calças jeans. Isso não exatamente tem a ver só com a idade das informantes, mas também com o estilo de vida que levavam e a imagem de si que almejavam transmitir. Segundo me contou Lourdes, nascida em 1949, sua mãe, por exemplo, tinha o costume de combinar sapatos com bolsa, hábito que não era repetido por ela:

Minha mãe e as amigas compravam roupa, muita roupa! E sapatos... E o sapato, naquela época, tinha que ser da mesma cor da bolsa, exatamente da mesma cor, não podia ser um pouquinho diferente. Eu lembro que eu debochava muito (risos)! “Ah, mamãe, pelo amor de Deus!” E ela vinha: “esse sapato não combina com sua bolsa”. E eu respondia: “Que não combina, o quê... Olha pra mim e vê se eu tenho sua cara (risos)! Eu não sei se era todo mundo que combinava o sapato com a bolsa... Eu lembro que isso era dela e da tia Irma, a que era mais pobre. A tia Lucinda era mais solta, não era tão exigente. Ela tinha seus pares de sapato combinando com a bolsa, mas podia usar, de repente, uma bolsa xadrez com um sapato que combinasse com uma das cores das listras. Minha mãe usaria se a cor que ela tivesse procurando fosse a mesma, exatamente a mesma cor aquela do xadrez, se não ela não usava. E a família inteira implicava com ela por causa disso, tinha que ser tudo da mesma cor! E quando ela não conseguia encontrar no varejo, ela ia atrás do couro, pra fazer o sapato ou a bolsa, porque tinha o lugar que fazia a bolsa e o lugar que fazia o sapato. E os sapatos eram sempre do mesmo modelo. Era aquele sapato fechado na frente com alcinha atrás. Sapato de salto. Não era tão alto, era um saltinho... Isso ela fazia sempre, nas vezes que ela não encontrava no varejo.



Já de acordo com Margarida, que nasceu em 1924, ela passou a usar calças algum tempo “mais tarde”:

Eu só usava vestido naquele tempo. Agora, mais tarde eu usei calça. Jeans não, mas calça comum. Usei quando eu trabalhava no cassino, que nós íamos pro Quitandinha e íamos pra Poços de Caldas também. Usava porque eu gostava e era fácil também. Porque, naquele tempo, você precisava usar meia, não podia usar saia sem meia. Então ninguém andava sem meia! Aí foi naquela época que começou... Porque eu tinha pouco tempo pra sair, tinha o Municipal e mais a Canadá... e depois ainda de madrugada ainda às vezes tinha outro trabalho... Mas lá na Canadá não tinha isso de calça jeans, não!

E Rosângela, nascida em 1932, que trabalhava como professora e também dá um depoimento parecido. Segundo ela, “não podia” usar calças: “Eu usava vestido, né? Ou então uma saia e uma blusa. Eu trabalhava, então não podia usar calças...”. Chama a atenção o fato da informante frisar uma ideia de permitido e proibido, mesmo tendo me contado que isso não estava especificado nas normas de seu trabalho, pelo que recordava. Segundo ela, se tratava de bom senso, já que era a forma que todas suas colegas se vestiam. Mesmo assim, ainda de acordo com ela, não ligava para moda, o que chamou de fanatismo: “Minha vida foi normal, nada de fanatismo. Não tinha isso de gostar demais disso ou daquilo, de uma roupa ou marca... Não tinha isso também de não posso perder esse programa. Não tinha essas coisas, como se diz hoje em dia, obcecada por isso ou aquilo... era o normal”. Novamente vemos a ideia de padrão constituída não por uma regra escrita ou pré-determinada, mas sim por uma ideia presente na sociedade, indicando que o “normal” relatado por ela era a forma que era encarada por ela como correta. Assim sendo, mais uma vez, apesar de negar seu interesse pela moda, ela me contou que naquela época se lembrava de muitas boutiques, às quais ela gostava de frequentar: “É, lógico que eu adorava ir nas lojas e boutiques! A gente gostava de ir no centro da cidade. Todo mundo se arrumava para ir lá e comprar um vestido assim, uma blusa....”.

Sobre o hábito de fazer compras, Dalva, nascida em 1934, também contou que ia ao Centro da cidade:

Olha, naquela época a gente ia muito para o Centro para fazer compras, lá era muito frequentado. Tinha a Colombo, ali na Rua Gonçalves Dias, e era uma rua que tinha muita coisa, muita

moda. Tinha também uma loja superluxuosa, que era Sibéria, que vendia a casaco de pele, bolsas... eu comprei muita bolsa lá! Tinha loja de tudo, tinha muita coisa... Depois também quando passou a ter lojas de departamento também tinha a Sloper e a Barbosa Freitas, em Copacabana. Era uma loja enorme de departamento, com vários andares. Eu comprava várias coisas lá! Era uma loja que tinha de tudo tinha roupa, tinha presentes... Então você ia lá comprar o que você precisasse. Já comprei roupa, bijuteria, presentes de casamento, essas coisas...

Como conta a própria informante, alguns anos mais tarde há um espalhamento dos estabelecimentos comerciais, a partir da própria ocupação dos bairros. Nesse sentido, foi nesse período que as lojas de departamento, e mais tarde os shoppings, aparecem com mais força na cidade. As datas de inauguração desses estabelecimentos, inclusive, nos mostram como elas, de certa maneira, registram a ocupação dos bairros da cidade, principalmente aqueles relacionados às classes médias e altas da sociedade, como contou Sara, de 86 anos:

Agora, por exemplo, o shopping aqui da Barra, foi construído logo depois que eu me mudei pra lá. Antes, tudo era no Centro da cidade, e depois foi pra Copacabana. Mas antes o Centro era tudo! Tinha aquela parte de roupas mais populares, que era a [Rua] Tomé de Souza, a [Rua da] Alfândega. E tinha a parte mais, digamos, de roupinhas bonitas, vitrines melhores, que era a Rua do Ouvidor, a Uruguaiana, a Gonçalves Dias.... essas ruas melhores. E depois das compras em Copacabana ou Ipanema, aí evoluiu para o Barra Shopping.

Assim, se no início do século a população do Rio de Janeiro estava mais concentrada no centro da cidade, ao passo que ao longo dos anos podemos observar um fluxo para a Zona Sul e finalmente para a Barra da Tijuca, esse também é o itinerário que estabelecimentos comerciais dirigidos às classes médias seguiram. A partir dessa perspectiva, percebemos uma ideia de que essa evolução nos espaços de compra era qualitativa, como se os novos espaços que iam surgindo também fossem superiores. E, conforme o tempo passa, o shopping center também aparece no imaginário dos informantes como local mais adequado para a realização de compras. Beth também falou desse assunto, e comentou com uma certa perplexidade que antigamente os shoppings eram inexistentes. Segundo ela, em Porto Alegre, cidade que passou sua adolescência, não havia shopping, e no Rio de Janeiro, havia “só” um:

Imagina... a gente ir a shopping? Não tinha! Quando vim ao Rio de Janeiro também só tinha um shopping, aquele da [Rua] Siqueira Campos. Não o lá de cima, não, aquele ali onde é a Praça Serzedelo Correia, que eles chamam de primeiro shopping do Rio... Mas eu não comprava muita coisa, não. Morando fora de casa tinha que me sustentar, a partir dos 16 anos já tinha que pagar meu aluguel, comprar minhas roupas...

O shopping que Beth cita é o Cidade de Copacabana, que, apesar de se tratar de um centro comercial semelhante a outros já existentes no período, foi chamado por ela de primeiro shopping. Ele foi construído a partir de 1953 em um prédio com “concepção moderna, com rampas elípticas ao estilo do Guggenheim de Nova York” e inaugurado em 1960 com pompa pelo presidente Juscelino Kubitschek, conforme conta o próprio site do empreendimento, que existe até hoje<sup>5</sup>. Conforme explorou William Corbo (2018), os shoppings centers, em meados do século XX nos subúrbios norte-americanos, e as lojas de departamentos, nas principais cidades europeias na segunda metade do século XIX, foram espaços de compras que impulsionaram a expansão do consumo e o acesso ao mundo dos bens para classes médias consumidoras. E no Brasil não foi diferente, já que as imagens, ideias e representações que circulavam nesses espaços foram importantes para consolidar o hábito de compra também no país, como contaram meus informantes.

Assim, antes ainda da abertura do Shopping Cidade de Copacabana, foi a Parc Royal, inaugurada em 1873 e fechada em 1943, que trouxe para o Rio de Janeiro o formato de lojas de departamentos, em que se encontravam artigos diversos em grandes prédios envoltos em uma atmosfera luxuosa. A loja, que tinha dois endereços no Centro do Rio de Janeiro, filiais em Belo Horizonte e Juiz de Fora e um escritório em Paris, comercializava roupas femininas, masculinas e infantis, além de acessórios, presentes e artigos para casa; mas, para além disso, acabou marcando sua posição no imaginário coletivo como sinônimo de elegância e qualidade aliadas a preços competitivos (GORBERG, 2013). Alice, nascida em 1929, contou suas lembranças:

Antigamente havia muito mais lojas na rua... Não tinha tanto em shopping! A primeira loja no Brasil que teve escada rolante se chamava Parc Royal, era aqui no Rio de Janeiro e ficava lá perto do Largo de São Francisco. E a primeira escada rolante era um sucesso! A gente ia para lá só para ver! Lembro que quando a gente ia, lá perto tinha muito daqueles cantores de repente na rua,

<sup>5</sup> Disponível em: <https://cidadecopacabana.com.br/o-shopping/> - consultado em 30/10/2021.

pivetes que ficavam falando versinhos bobos... Na praça Severiano Correia ainda tinha fotógrafo na rua, que cobrava assim, por foto. Mas a loja pegou fogo depois...

Na memória da informante, a Parc Royal ficou marcada como sendo o local que abrigou a primeira escada rolante do Brasil, e isso também tinha a ver com a imagem que as lojas de departamento buscavam passar: além de serem locais em que se vendia uma ampla variedade de produtos separados por seções, também eram espaços em que se criava uma experiência sensorial nos clientes. E foi a partir dessas imagens que elas fizeram parte de uma verdadeira revolução nos códigos de conduta social, imprimindo uma ideia de tempos modernos, requintados e cheios de belas novidades (ROCHA, FRID e CORBO, 2018).

Foi assim também que me contou Helena, nascida em 1937, sobre sua experiência com esse tipo de loja: “As lojas de departamento eram uma sensação naquele período, quando eu era adolescente! Lá se vendia de tudo!”. Nessa lógica, depois da Parc Royal, outras lojas no mesmo formato também marcaram a memória a cidade, como a Sears, inaugurada em 1949 e fechada nos anos 1980, conforme recordou Guida, que nasceu em 1942:

Me lembro que a Imperial era uma loja enorme, chiquíssima, mas era de antes. Depois de um determinado momento, todas as lojas da época eram de departamento! Era esse o sucesso do momento! Não sei se era por ser novidade... Então, a primeira loja de departamento que tinha no Rio de Janeiro foi em Botafogo, era a Sears. E essas lojas de departamento eram mais chiques do que as outras... A Sears era um espetáculo! Fica onde é hoje o Botafogo Praia Shopping.

A informante, apesar de não falar da Parc Royal e mencionar que a primeira loja de departamentos da cidade foi a Sears, mostrou como esse formato de loja a deixava animada. Ela primeiro lembrou-se da Imperial, boutique que ficava no Centro da cidade, na Rua Gonçalves Dias, mas logo disse que essa loja era mais antiga, apesar de também ser considerada chique por ela. Assim, cita adjetivos para a Sears como “sucesso”, “novidade” e “espetáculo”.

Sendo assim, apesar de as memórias dos idosos não serem precisas com relação à cronologia, elas demonstram que o novo comércio trazia certa agitação à cidade, tendo papel fundamental na reestruturação dos espaços urbanos ocorrida em um período em que as suas populações aumentavam consideravelmente. As lojas,

então, aparecem nos depoimentos também como espaços de recreação, em que as classes médias podiam não só comprar como também passear. Lourdes, de 71 anos, também se lembrou de algumas lojas do período e contou que, quando era criança, uma das diversões de sua mãe era sair com as amigas para fazer compras:

Minha mãe e suas amigas se davam muito bem. Elas costumavam sair juntas pra comprar. “Ah, quero comprar um vestido”, dizia minha mãe, aí iam as duas, compravam roupa e falavam mal da terceira (risos)! Falavam, criticavam... Quando eu era criança já faziam bastante isso. E era uma coisa que elas faziam sem maldade, inclusive faziam na minha frente, mas absolutamente sem aquela maldade. E, às vezes, eu ia junto com elas. Lembro que íamos na Sloper! E da Sloper eu me lembro bem! Me lembrei que mamãe comprava coisa pra mim na Sloper e nas Lojas Americanas, mas aí quando era uma coisa mais simples...

Em seu depoimento, a informante mencionou outras duas grandes lojas de departamento do período. Em uma breve comparação, ela cita a Sloper e a Americanas, afirmando que a segunda era um pouco mais simples. Essa ideia faz sentido, já que a Americanas foi uma empresa fundada em 1929, pelos norte-americanos John Lee, Glen Matson, James Marshall e Batson Borger com o slogan “Nada além de dois mil réis”<sup>6</sup>. O objetivo deles era abrir uma loja que vendesse mercadorias por alguns centavos, conceito já existente nos EUA e Europa no início do século. Esse ponto também foi reforçado pelo que os empreendedores encontraram no Rio de Janeiro: muitos funcionários públicos e militares com uma renda modesta, porém estável e a falta de lojas voltadas a esse público. No primeiro ano de funcionamento inauguraram lojas no Rio de Janeiro, São Paulo e Niterói, e em 1940, a Lojas Americanas tornou-se uma sociedade anônima, abrindo seu capital.

Já a Casa Sloper ficou famosa por ser uma loja um pouco mais distinta do que a Americanas, como corroborou Sandra: “Um presente da Casa Sloper era sempre bacana de dar num aniversário. E me lembro que as atendentes também estavam sempre bem arrumadas, elas eram muito bonitas!”. Fundada em 1899 pelo inglês Henry Willmott Sloper como uma pequena loja de trinta metros quadrados na Rua do Ouvidor, no Centro, mais tarde abriu filiais em diversos pontos da cidade, tendo seu apogeu entre os anos de 1930 e 1950 (BRAGA e PRADO, 2011). Como

---

<sup>6</sup> Informações retiradas do site da empresa. Disponível em: <https://ri.lasa.com.br/a-companhia/quem-somos/>. Acessado em 01/12/2021.

as demais lojas de departamento, oferecia uma diversidade de produtos: vestuário feminino, masculino e infantil, acessórios, cosméticos, roupas de cama e mesa, brinquedos e objetos de decoração, mas, de acordo com Alice, nascida em 1929, tratavam-se mais de produtos importados: “Antigamente as casas recebiam muitas coisas estrangeiras. Os brinquedos eram franceses... ainda não havia uma indústria nacional. A Sloper tinha um andar só de brinquedos aqui em Copacabana. E os preços eram bons, não precisava chamariz de propaganda ou de promoção”.

Apesar do depoimento de Alice, pela lembrança de Lourdes, que nasceu em 1949, havia, sim, estratégias de divulgação na Sloper, já que ela conta que um dos gerentes telefonava para sua mãe e as amigas quando chegavam novidades na loja:

Existe uma coisa muito engraçada que agora eu me lembrei. Elas tinham um gerente na Sloper que andava atrás delas. É, dentro das lojas mais chiquezinhas, os gerentes ligavam pra dizer que tinha promoção, tinha liquidação, tinha lançamento. Eles ligavam pra minha mãe, não sei... Acho que por que minha mãe, do grupo dela, era a que tinha a situação melhor... A tia Lucinda tinha uma situação legal também, mas a tia Irma, tadinha, era meio caidinha (risos)! Aí ele telefonava e tal. E ela ia correndo! Ia no dia seguinte, ia com quem estivesse disponível. Às vezes era eu, mas não necessariamente eu gostava dessa coisa. Eu achava um pouco de exagero, mas nunca critiquei ela. Às vezes eu brincava, mas nunca critiquei, sempre achei engraçado. E era muito engraçado!

E ainda corroborando esse momento em que novas lojas apareciam na cidade, há o depoimento de Ricardo, que lembra da Ducal, outra rede de lojas brasileira que fez muito sucesso nas décadas de 1950 e 1960, mas para moda masculina:

Antigamente comprava-se muito tecido para fazer roupas. Na Rua Santa Clara, em Copacabana, tinha muito alfaiate nos prédios. Então, além de eles terem uma quantidade enorme de tecidos para fazer roupas novas, eles faziam modificações dessa calça que atualmente chama-se jeans. Ela vinha quase igual para todo mundo, era um saco! Aí era o alfaiate que adaptava a calça. Depois disso, apareceu a Ducal, que foi a primeira loja de homens que teve no Rio de Janeiro.

Outro ponto que o informante menciona é com relação à estilização dos modelos de roupas que as costureiras faziam. Essa pode ter sido uma readaptação das atividades das costureiras da época, que viam cada vez mais seu trabalho ser substituído pela manufatura, mas também era um sinal da moda se renovando e

criando inovações para serem imitadas. E, sobre isso, também Beth, nascida em 1950, conta sua história:

Eu tinha uma tia que fazia alta costura. Então, lá só iam cômputo, consulesas... assim dessa classe “A” mesmo. Roupa muito chique. Aí, eu e minha irmã, a gente pegava uma revista, olhava e ia nas lojas pra comprar um tecido parecido. Aí levava na tia e a tia fazia. Nem parecia que a gente tinha tão pouco dinheiro! A gente até comenta, a gente era pobre, mas se virava!

Como relatou a informante, ela e sua irmã copiavam modelos de roupa de revistas importadas. A primeira delas, "*Burda Style*" é uma revista de moda alemã fundada em 1949 que existe até hoje e é publicada em 17 idiomas e em mais de 50 países. Em 1952, a editora passou a investir na produção de moldes de roupas com instruções para sua confecção, lançando a cada semestre cerca de 700 novos modelos diferentes disponibilizados em catálogos que reúnem coleções para adultos e crianças. Segundo o site da revista, a sua filosofia é “levar até às mulheres os cortes mais distintos, os modelos mais inspirados e atuais a um preço acessível e sempre com o conceito de personalização”<sup>7</sup>. Já a *Vogue* é uma publicação norte-americana que começou como um jornal semanal em 1892 e acabou se tornando uma revista de moda mensal em 1909, chegando hoje a 25 diferentes edições internacionais. De acordo com o site da revista, ela se propõe até hoje a ser referência para assuntos como moda, beleza, cultura, estilo de vida e passarela<sup>8</sup>.

Nessa perspectiva, além do incremento expressivo vivenciado pela indústria no período, aqui visibilizado principalmente pela indústria têxtil, havia também um movimento novo se desenrolando naquele período: a consolidação de uma comunicação de massa no Brasil. Vamos tratar especificamente desse tema no item 6.5, mas aqui cabe mencionar que, impulsionadas pela nova organização industrial brasileira, as transformações culturais refletiam na formação da mídia da época. Assim, se as primeiras revistas do Brasil ainda datam do final do século XIX, é em meados das décadas de 1930 e 1940 que suas tiragens se ampliam, principalmente a partir de estratégias como a inclusão de fotonovelas em seu conteúdo, as novidades da moda, pequenas notícias, e diversos trechos com humor e ilustrações (BARBOSA, 2007).

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.burdastyle.pt/sobre-nos/>. Acessado em 10/10/2021.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.vogue.pt/vogue-historia-primeiras-vezes>. Acessado em 10/10/2021.

Na esteira dessas transformações, além das revistas de moda lembradas por Beth, havia também outro tipo de imitação que estava sendo promovido a partir das revistas de moda. Entre 1930 e 1960, ficaram famosos os desenhistas Alceu Penna, que tinha uma seção semanal em O Cruzeiro, e J. Luiz, na Fon-Fon. Eles reproduziam croquis de casas de moda francesas e divulgavam nas respectivas revistas. Nesse formato, as lojas passaram a ofertar a compra não apenas de vestidos, mas também de seus moldes, fazendo com que as clientes tivessem a opção de copiar, imitar ou adaptar os modelos da moda parisiense. Alice, que nasceu em 1929, mencionou esses desenhos: “Na época, a gente fazia alguns vestidos através de moldes... Tinha o Alceu Penna, da Cruzeiro. Ele fazia uma página de moda e os desenhos dele eram um sucesso muito grande. As mulheres usavam os modelos e faziam seus próprios vestidos”. Esse formato acabou também distendendo a importação da moda francesa, que devia ser muitas vezes adaptada do frio europeu para o calor tropical brasileiro.

Como indicado, esse processo de cópia era validado pelas casas de moda internacionais, mas Margarida também contou que algumas vezes, ela e outras modelos também copiavam os modelos dos vestidos da Casa Canadá, mesmo sem autorização. Segundo ela, olhava maravilhada e espantada para os vestidos com os quais desfilava para as clientes:

35 mil dólares eles custavam.... (risos). Não dava pra gente, que era modelo, comprar, né? Mas nós fazíamos cópias escondido. E quase não tinha cópia! Quer dizer, cópia mesmo tinha sempre, mas era uma ou duas só. Porque também era muito caro pra você fazer várias cópias. E aí, fazia a cópia e usava pra ir num casamento, pra jantar fora, pra ir no clube, no Country ou até no Theatro Municipal... Sempre! Eu assistia aos espetáculos no Theatro tudo grátis, porque eu também era bailarina... Assim meu marido conseguia ir também! Eu ia sempre, mas agora não vou mais. Não dá porque eu tô de cadeira de rodas, então não quero mais ir. Mas, então, a gente fazia pelo molde, que na verdade era feito pras freguesas. Aí, na Canadá, as duas mestras faziam de conta que não viam. Era proibidíssimo isso! Imagina, fotografar a roupa que você vendeu pra freguesa caríssimo!

Essa história que a informante conta, então, seria uma cópia não autorizada, já que, a partir dos croquis importados, ela e outras manequins pediam para costureiras independentes reproduzirem os modelos franceses. Nesse sentido, também voltamos ao conceito de propaganda que Sara, a primeira informante



mencionada nesse item falou. Apesar de sua lembrança ser de que não havia publicidade, percebemos que diversas estratégias para chamar a atenção do público já eram utilizadas pelas diferentes lojas citadas – incluindo a ideia de reprodução.

Margarida também me contou sobre o fechamento da Casa Canadá, em 1966, e a partir disso fez um balanço sobre as mudanças que ela acompanhou:

Eu trabalhava lá na Canadá quando fechou. Foi triste. Tristíssimo. Porque qualquer coisa quando fecha é ruim. Todo mundo fica sem emprego... E acaba a casa. Nunca mais houve coisa igual como teve naquele tempo! Agora tem as lojas pequenas, tem uns costureiros que se apagaram os nomes... Mas naquele tempo foi tudo ao mesmo tempo, e muito grande. Aí a casa acabou porque não devia dar mais lucro. Certamente não dava mais lucro. E também o dono da casa, Jacob Peliks, morreu... Eu lembro que me casei em 60, e a Casa fechou em 66. Ela não aguentou, pois ninguém mais tinha dinheiro pra comprar aquelas roupas caríssimas! Então aquilo acabou. E aí foi isso, o trabalho de moda em Paris também diminuiu muito, diminuiu os grandes costureiros... Hoje em dia tem só umas poucas americanas que compram. E tem a Ásia, aqueles Emirados Árabes todos que têm dinheiro muito grande e fácil! E aí, a moda mudou. Então, hoje em dia, não tem mais tanta gente pra comprar como tinha antigamente. No Brasil, ninguém vai pra Paris e compra a coleção inteira, como eles faziam antigamente. Compram um ou dois vestidos, coisa assim. E tem pessoas que passam na alfândega escondido, com uma roupa ou outra, mas é muito pouco. E naquela época não era tão simples como hoje... Ah, todo mundo usava chapéu, acessórios! No jôquei, quando tinham os desfiles, aí era espetacular! Nós íamos sempre assistir. E nós, as manequins, íamos assistir vestidas pela Canadá, com aqueles chapéus grandes, enormes! E aí sempre tinham jornalistas que faziam reportagens com a gente.

Segundo ela, depois do encerramento das atividades da loja, a moda não foi mais igual. Apesar de a informante falar isso com tristeza, lembrando de sua época de manequim, ela mesma reflete sobre seu comentário, ponderando que há hoje outros mercados de luxo a partir da riqueza dos Emirados Árabes, por exemplo. Dessa forma, as estratégias da Casa Canadá para divulgação de sua imagem a partir de referências de distinção e luxo, baseadas em desfiles de moda e divulgação em revistas, também acabaram se renovando.

Da mesma maneira, também Carmen, nascida em 1952, me disse que não sentia o efeito da propaganda na sua época. Mas ela menciona que adorava fazer compras e usar roupas de marca, se julgando “patricinha”. Ela conta:

Antigamente o negócio não era muito assim... Eu não usava roupa pela propaganda, mas eu usava roupa de boutique! Só que não precisava propaganda. Eu era patricinha naquela época, patricinha mesmo. Porque só usava roupas de marca. Eu também tinha meu carro, ia ao cabelereiro toda semana... Eu tinha um nível de vida bem mais alto que muita gente. Ainda por ser filha única, eu tinha mais chance. Mas era gostoso ser patricinha! É bom por que você tá sempre com o sapatinho da moda! Até hoje eu sou um pouco patricinha. Por exemplo, só desço pra cá bem arrumadinha! E eu lembro que quando eu ia para Petrópolis era uma época muito boa, porque eu era patricinha e não era julgada por nada. Não que eu fosse muito julgada aqui no Rio também... Minhas amigas eram patricinhas também. Eu só podia ter amiga patricinha. Agora, tudo isso, não era futilidade, tinha um lado meu que era intelectual, político!

Além dessas lembranças, ela também contou que tinha uma lembrança afetiva com a marca Cantão, criada no Rio de Janeiro, em 1967<sup>9</sup>. Segundo ela:

Eu comprava muita roupa da Cantão. Minha roupa de 18 anos foi toda de lá! Comprei porque tinha o costume de passar pela loja para ver as novidades, e era uma marca que eu gostava. Então foi a roupa que eu fui no almoço, e depois na festa. Hoje em dia eu sei que as meninas fazem uma festa, mas antigamente era mais simples... Era dar um almoço no clube lá de Petrópolis, era só assim!

A informante, que fez 18 anos em 1970, menciona então outra fase da indústria têxtil brasileira, mas que mesmo assim renova seus formatos de divulgação. A própria marca que ela cita fez parte de uma transformação que ocorreu nesse segmento no Brasil, a partir da década de 1960. No mesmo embalo da industrialização nacional e da busca por uma identidade brasileira, o mercado da moda também estava buscando um descolamento – pelo menos no discurso de venda – de lançamentos europeus e norte-americanos. Esse movimento é diferente daquele visto nas décadas de 1940 e 1950, por exemplo, que estão no discurso dos informantes a partir de lojas como Sloper, Americanas e Casa Canadá, que vendiam primordialmente produtos importados. Assim, o desenvolvimento da indústria brasileira neste período alimentou novos espaços de compra, que não ofereciam mais apenas produtos importados, mas também passaram a vender produtos nacionais, em um esforço de afirmação da indústria nacional.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.cantao.com.br/institucional/sobre-a-marca>. Acessado em 22/10/20210.

Dessa forma, a partir dos espaços e modas nos antigos cotidianos, podemos verificar algumas transformações do período na economia e indústria brasileira. Se os primeiros depoimentos demonstram uma atividade mais artesanal, principalmente no segmento têxtil em que as costureiras desempenhavam o papel de prover roupas adequadas para a época, mais tarde vamos observar o crescimento de um mercado manufatureiro e do conseqüente desenvolvimento do comércio. Se organizarmos de forma relativamente cronológica, vemos que os hábitos se transformam – de encomendas em costureiras a compras em boutiques e lojas e, por fim, às facilidades dos shoppings centers. Assim sendo, primeiramente as boutiques, com suas estratégias incipientes de propaganda, e logo em seguida a abertura de grandes lojas de departamentos, que se tornavam espaços de lazer e exibição, contribuíram para uma certa pedagogia dessas novas práticas de consumo. Isso fica ainda mais evidenciado na identificação ascendente dos informantes com relação a marcas e propagandas específica. Concomitantemente a essas mudanças, também a percepção dos informantes com relação aos costumes do vestir estava se transformando: podemos verificar esse ponto no relato sobre o uso de saias e calças para mulheres, por exemplo, o que também era incentivado em jornais, revistas, propagandas e programas de moda e comportamento. Dessa forma, é importante pontuar que todas essas questões são perpassadas pelo papel fundamental da comunicação de massa e da publicidade, que espalhavam para um público cada vez maior as mensagens que já circulavam em menor escala na sociedade.

### **7.3. O Rio de Janeiro e seus mapas de distinção social**

Como já definido no capítulo 4, as cidades foram espaços muito afetados pelas transformações do início do século XX. Em uma rota de aumento agudo da população brasileira e também de seu deslocamento para áreas metropolitanas fez com que houvesse um movimento de espalhamento da concentração urbana em diferentes regiões. No Rio de Janeiro, Capital Federal no período, não foi diferente, e o projeto de urbanização carioca promoveu a incorporação de Copacabana, Ipanema e Leblon ao mapa oficial da cidade. A partir desse espalhamento, é possível notar uma mudança no seu mapa social, que passa a abrigar tanto cortiços e favelas como classes médias mais abastadas e famílias de elite. Também com isso, o convívio social é afetado e tem-se o estabelecimento de locais como distintivos.

Em vista disso, os informantes apontam para a Zona Sul do Rio de Janeiro como um lugar notável para viver as diversões da época. Entre os anos 1930 e 1960, puxados pelo ambiente praiano, primeiramente cassinos e depois boates formavam um espaço cosmopolita, que reunia políticos, artistas e intelectuais do país e do exterior. Além disso, a praia, os bares e os clubes eram palco da sociabilização das classes médias da época, visibilizando as principais características de seus rituais.

Assim, a Zona Sul do Rio de Janeiro ficou conhecida primeiramente por seus habitantes ilustres, mas depois sua fama se espalhou e muitos passaram a ver o local como um paraíso praiano, ideia também fomentada pela expansão imobiliária do período. Segundo José, nascido em 1933, sua irmã era da alta sociedade do Rio de Janeiro daquela época e, desse modo, “não poderia morar em outro lugar da cidade que não Copacabana”. Ele conta:

Eu era meio moleque e não ia nos mesmos lugares que minha irmã ia, porque ela era da alta sociedade. Ela ia com o marido, ele era milionário, e minha irmã era a pessoa mais linda do mundo! E eles viviam muito bem. Eles tinham uma rua em Copacabana. O pai do marido da minha irmã tinha comprado toda a rua, da Barata Ribeiro até lá em cima. Era uma casa enorme, com piscina, com tudo que você pode imaginar. Era lindo! Vinha muita gente de fora, então eles tinham que ter uma reposição do que eles viam lá fora. Eles iam visitar os amigos em palacetes... Então, quando as pessoas vinham aqui, eles também tinham que ter uma casa maravilhosa. Eu nunca ia na casa dela, porque era muito chique. E eu gostava da minha turma, das besteiras, do futebol... Eles nem tomavam conhecimento disso, estavam sempre prontos pras boates. Minha irmã saía toda noite, pra ir em algum lugar, alguma boate... Mas meu esquema era outro.

Como ele relata, sua irmã era de uma turma da alta sociedade carioca:

Eles eram um dos casais 20 da época. Aqueles que as mulheres não faziam absolutamente nada a não ser se vestir bem e sair com os maridos. Eles eram riquíssimos e viviam de renda, gastando dinheiro. O Jorginho Guinle é dessa época, acho que é sobrinho do dono do Copacabana Palace. Ele tem uma história muito famosa: ele tinha uma fortuna que ele previu viver com ela até os 80 anos. Isso era contado por ele. Só que ele viveu um pouco mais... Então os amigos da época ajudaram ele. Quem também ajudou foi o Mariozinho de Oliveira, que era da turma dos Cafajestes. Os Cafajestes eram os brigões da época. Eles penetravam em festas, mas não era que nem hoje. Eles faziam besteira na rua, mas não essas agressões de pegar alguém. A coisa mais importante do mundo pra eles era penetrar nas festas. E tem uma história muito engraçada, que minha mãe era uma pessoa

muito decidida, exercia uma certa liderança, e eu era um capeta, fazia várias barbaridades. Então, uma vez a gente foi preso e aí o delegado falou pra mim: “Oh, sai fora, você! Eu não quero a sua mãe brigando aqui!”.

Jorginho Guinle, que José menciona, foi uma figura famosa da época por ser um herdeiro milionário brasileiro, notável por suas conquistas amorosas e falência financeira. Seu tio foi um dos fundadores do Copacabana Palace, mas Jorginho acabou ficando famoso por nunca ter trabalhado e ter gasto a fortuna de sua família com “a boa vida” como ele contou em sua biografia (GUINLE, 2018). Ainda como o informante relata, junto com Jorginho, Mariozinho de Oliveira, outro jovem rico que frequentava as rodas da alta sociedade e as colunas sociais, também fazia parte dos Cafajestes. O grupo era frequentador assíduo de festas e boates na Zona Sul do Rio de Janeiro, na década de 1950, e foi lembrado por diversos idosos, como Maria:

Tem algumas histórias dos Cafajestes que são maravilhosas. Tem uma, por exemplo, de uma igreja aqui em Copacabana que o padre era chatíssimo, a Igreja Nossa Senhora de Copacabana. Esse padre era um ranzinza, que brigava com todo mundo. Só que ele tocava o sino da igreja às 6 horas da manhã, e eles tinham muita raiva nisso. A casa de alguém da turma pesada era no quarteirão ao lado da igreja, e essa hora era a hora que eles tinham acabado de chegar em casa! Aí eles pediram pro padre parar com isso, botar o sino pras 9h ou 10h... Mandaram o padre parar de tocar, e o padre não parou. Então teve uma madrugada que eles estavam fazendo besteira na rua, não sei o que e nem quem, mas eles foram pra igreja às 6h da manhã, pra missa. E então eles ficavam em pé, pelados, perto da igreja, e quando passavam as velhinhas ou o Mourinho eles abriram a calça! Olha só, só para incomodar!

Famosos no imaginário popular, os Cafajestes eram símbolo de uma elite que aproveitava a vida e os luxos a que tinham acesso. Nesse sentido, eram um grupo de jovens ricos, que despertavam certa empatia em meus informantes sobre suas ações. Segundo Virgínia: “Os cafajestes, diante do que tem hoje, são Congregados de Mariana! Na época eles eram malvistas, mas eles eram jovens e eram, em geral, ricos. Então não faziam nada de mal”.

O surgimento dos Cafajestes tem a ver com um clima que estava se instaurando na Zona Sul, que começou a ser um lugar de referência para o lazer da cidade, se transformando também em um espaço de diversão e exibição social. Assim, a região passou a ver não só a multiplicação de sua população, mas também

de sua rede de comércio e entretenimento. Cinemas, clubes, bares e boates passaram a se estabelecer nesses espaços e, assim, a geografia da cidade do Rio de Janeiro também participou dessas mudanças relatadas. Isso começou em Copacabana, principalmente ancorada na liberação dos banhos de bar, que ocorreu em 1917, e na inauguração do Copacabana Palace, em 1923. A pompa do hotel, que foi projetado pelo arquiteto francês Joseph Gire para ser um cassino e inspirado em dois famosos hotéis da Riviera Francesa, o Negresco, em Nice, e o Carlton, em Cannes, já demonstrava sua intenção de luxo e glamour. A partir desse período, o bairro também era celebrado pelos jornais e pela música; e cariocas e brasileiros voltavam seus olhares para lá (VELHO, 1975; FEIX, 2018). Alguns anos depois, esse fenômeno também se espalhou para Ipanema, Leblon e bairros adjacentes – hoje chamados de Zona Sul carioca – e a região passou a ser, além de um balneário cosmopolita, um espaço de referência para encontros, divertimento e lazer.

Nessa perspectiva, a fama desses bairros vem primeiramente de sua proximidade com a praia. Como Corbin (1989) nos ensinou, a praia passou a ser um território do lazer e espaço de convívio social, fazendo com que aos poucos as cidades se voltassem para ela. Então, segundo os informantes, em sua juventude, a praia centralizava parte de suas vidas sociais. Era lá que passavam o tempo livre, encontravam amigos e conheciam namorados. Irema, que nasceu em 1933, me contou que morou toda sua vida na Zona Sul do Rio de Janeiro: “Eu sempre morei aqui na Zona Sul, Copacabana, Ipanema, Urca... Esses lugares bons. Sempre fui apaixonada por praia. Mas eu gostava de ir à praia em grupo. Mais grupo de amigas, não tinha muito amigo. Adorava pegar jacaré!”. A referência da informante sobre os bairros da Zona Sul como “lugares bons” era exatamente a mentalidade que estava sendo construída nessa época. A fama da Zona Sul, que começava pela praia, também se alastrava para as construções de prédios, que aumentavam visivelmente, e seus preços, que também cresciam e convidavam a frequência das classes mais altas.

Entre suas lembranças da praia, a informante também contou sobre a roupa que usava para tal: “Quando eu era mais jovem eu dava minhas saídas, fazia meus passeios... Eu morava em Copacabana e adorava ir à praia! Mas hoje não vou mais. Naquela época eu ia na praia no fim de semana com os amigos, mas não usava duas

peças, não!”. Segundo ela, naquela época não era comum usar biquíni para frequentar a praia, mas sim maiô.

Alice, que nasceu em 1929, também comentou sobre a roupa que usava para ir à praia:

Eu fazia meus maiôs! E depois eu fui das primeiras mulheres que usava maiô de duas peças. Quem me trouxe o primeiro duas peças foi meu irmão, que era casado com uma americana e me trouxe dos Estados Unidos o primeiro duas peças que saiu. Eu até fui fotografada com ele em Copacabana, no Posto 06. Era um fotógrafo de jornal, mas acho que no fim acabou nunca saindo também...

Assim, podemos ver mais uma vez que a ideia de importação de modas e estilos não ocorreu apenas com eletrodomésticos, automóveis e vestidos, como já vimos nesse trabalho. Nesse caso, a informante conta do biquíni de duas peças e de sua satisfação, tanto com seu uso como por ter sido fotografada com ele – mostrando que para além de uma utilidade no artigo, havia também a imagem que ele representava.

Marcio, nascido em 1942, contou que também tinha o costume de ir à praia quando jovem. E quando me falou sobre isso, lembrou-se de uma “confusão” gerada pelo duas peças:

Eu gostava de praia antigamente! Teve uma época que eu quase morri afogado em Copacabana. A correnteza me puxou, não dava mais pé pra eu descer. Se não fosse uma menina que tava perto de mim, nadando... então eu saí gritado, socorro, socorro! Ela olhou e veio numa braçada só, era uma menina conhecida da galera, era perua ela, vieram quatro ou cinco pessoas pra me puxar. Olha, isso não sai da minha cabeça até hoje. Vieram os salva-vidas também, mas ela e esses rapazes vieram mais rápido... Eles estavam mais perto de mim do que os salva-vidas. Se esperasse os salva-vidas, eles iriam vir, mas eu poderia não estar mais perto ali na beirada da praia. Aí me tiraram da água... e eu fiquei traumatizado da praia. Não parei de ir, mas não enfrento mais não. Isso foi um pouco antes daquela época que a Leila Diniz fez aquela confusão pelo biquíni de duas peças!

A confusão que o informante relata diz respeito à atriz Leila Diniz, que, grávida, exibiu sua barriga usando biquíni no início dos anos 1970 na praia de Ipanema (PACCE, 2016). Ela, que primeiramente fez algumas peças de teatro e depois passou a trabalhar na TV Globo fazendo novelas era uma celebridade da época. E ganhou ainda mais fama por esse gesto, já que o costume das gestantes da

época era usar maiô inteiro ou roupas que cobriam a barriga de grávida. Segundo Arlete, de 86 anos:

Imagina, na época do biquíni, a primeira mulher que botou a barriga de grávida pra fora foi a Leila Diniz. Foi uma loucura! Eu mesma achei um absurdo. Então, quando você tem esse vanguardismo, é muito chocante. Eu me lembro quando eu tinha 18 anos que eu coloquei um duas peças e meu pai descobriu. Ele ficou tão revoltado de imaginar filha dele... É era só um duas peças. Imagina depois que eu passei a usar biquíni de lacinho aqui, tranquilamente. Eu já tinha duas filhas, mas era bem magrinha. E depois teve o asa delta! Todo mundo andava de biquíni naquele época, e agora todo mundo anda de bunda de fora! Só um fio! É cada bunda feia para caramba e as mulheres usam biquíni assim mesmo!

A informante fala do comportamento de Leila Diniz como vanguardista, e assume que primeiramente questionou sua atitude, mas que depois acabou a reproduzindo. Ela também justifica que usava biquíni por ser magra, mostrando que, de certa forma, a convenção social – vista nas ruas e praias e representada nos jornais e revistas da época – se renovou.

Outro ponto interessante para ser abordado na esteira desse pensamento é que o próprio hábito de ir à praia também era replicado nos subúrbios da cidade, como me contaram alguns idosos. Eva, que nasceu em 1934 e morava na Penha quando jovem, disse que sua diversão era ir à praia em Ramos:

É, na minha juventude eu adorava passear. No cinema eu ia dia de sábado, quando a gente podia. Porque domingo era pra limpar a casa. Naquela época eu não tinha empregada! E, depois que a gente acabava de limpar, a gente tomava banho, e aí ia dar um passeio pela rua. A gente dava uma volta, pegava a condução... Às vezes íamos pra Copacabana, mas mais em Ramos, porque morávamos na Penha, aí era mais perto. Uma vez ou outra a gente ia em Copacabana, mas mais certo mesmo era em Ramos. Você conhece a praia de Ramos? É uma praia muito boa também, e a frequência... O pessoal que frequenta lá, é um ambiente muito saudável, muito bom.

A informante fala do balneário de Ramos, que começou a ser mais frequentado pelo público também na década de 1950. Segundo ela, era um ambiente “saudável” e “com uma boa frequência” e, nesse sentido, me indicava também conhecê-lo.



Rosângela, que nasceu em 1932, também contou que, na sua juventude, mesmo morando em um bairro mais afastado da Zona Sul, tinha o costume de ir à praia e que esse foi um dos motivos que ela e seu marido resolveram se mudar para Copacabana depois de casados: “Além de algumas festinhas em Copacabana, eu adorava ir à praia. Depois de casar eu ia mais ainda, porque era pertinho da minha casa”, me contou. Ela morava em Olaria e se mudou para Copacabana quando casou, aos 27 anos. Esse movimento de mudança de bairros do subúrbio para a Zona Sul foi muito comum naquele período para as classes médias, e a justificativa para isso normalmente versava sobre a proximidade com a praia ou com seus espaços de trabalho e diversão. Segundo ela, seu marido comprou o apartamento, que ficava ao lado do Copacabana Palace, antes de casarem: “Aquela região era maravilhosa! Ele escolheu ali porque era perto da praia e também porque era mais fácil se locomover. Ele era médico”.

A praia, então, era o local em que encontravam amigos, conheciam namorados e interagiam. Cecília, que nasceu em 1933, me contou que a praia de Copacabana foi onde conheceu um namorado:

Eu tive um flerte muito forte pelo Klécio. Ele fazia música de carnaval. Sabe aquela: “Tá, tá na hora...” (cantarola rindo)? Essas músicas eram fáceis, então eu ouvia muito. Naquela época ele era famoso... e era ele que dava em cima de mim! E engraçado é que ele era bem mais velho do que eu. Eu conheci o Klécio rodeado de gente. Naquela época eu frequentava muito um salãozinho de vôlei, ia muito à praia também e frequentava um clube... Mas foi na praia que conheci o Klécio. Não me lembro por que nos conhecemos, mas foi um namoro. Ele era bem mais velho do que eu. E tinha mais uma coisa, ele queria namorar firme... mas não dava, meu pai era muito rigoroso. E ele não deixou porque era bem mais velho do que eu. Eu era broto, né? E ele tava sempre nas festas... imagina, envolvido com Carnaval!

O cantor famoso a que ela se referia era Klécio Caldas, compositor que, além de músicas de MPB e samba-canção, também compunha marchas de carnaval, entre elas a que ela menciona “Marcha do Gago”, de 1949. Como a informante comenta, o carnaval era sinônimo de festa e boemia, e outros informantes também corroboraram com esse pensamento a partir de diferentes experiências. Dessa forma, mesmo sendo uma celebração tradicional a se perder de vista nos anos passados, a forma como ela se configura nos relatos também ilustra comportamentos do período. Segundo Lídia, nascida em 1936:

No carnaval, a gente amava muito ir à cidade para assistir o desfile. A gente ia para os edifícios altos e ficava olhando... A gente via aqueles corsos, aqueles carros com as pessoas dentro com a serpentina e a gente jogava contra eles. Como é que chama mesmo? Confete, lança-perfume... Hoje em dia é proibido, mas naquela época a gente usava! Era gostoso sentir aquele friozinho no braço! Quando alguém jogava você sentia aquele geladinho... Mas era só até aí que a gente ia. Ninguém esperava, assim, outra coisa. Bom, tinha uns outros que faziam mais coisa sim.... Mas a gente não.

O curso, que a informante menciona, era um desfile que acontecia tradicionalmente nas primeiras décadas dos anos 1900. Eram carros enfeitados, repletos de foliões fantasiados, que percorriam o eixo da Avenida Beira-Mar, e, ao se cruzarem, lançavam uns nos outros confetes, serpentinas e lança-perfume. Por volta de década de 1930 esse formato ganhou nova roupagem. Segundo Moraes (1987 [1958]), até o início do século XX, o carnaval era organizado através dos ranchos carnavalescos – agremiações carnavalescas que como precursor costumava-se chamar o pernambucano Hilário Jovino Ferreira e seu “Rei de Ouros”, mas em 1932 se transforma em um desfile competitivo de escolas de samba, idealizado pelo jornalista Mário Filho. É também na década de 1930 que o prefeito Pedro Ernesto oficializou o Carnaval carioca, passando a organizar a cidade especialmente para o evento (FERREIRA, 2005).

De forma similar, Helena, nascida em 1937, contou sobre suas vivências relacionadas a esse tema:

Nós somos a geração pioneira de ver escola de samba! A gente se divertia para caramba! Era coisa de morro, barra-pesada, então a gente não ia de jeito nenhum! Mas aí, como a gente gostava da Mangueira, Aprendizes de Lucas, Salgueiro... Então a gente ia pros ensaios em bando, pra ficar junto. Eu lembro que eu tinha uns amigos que ficavam na porta pra ver o show, porque eles não tinham 18 anos e não podiam entrar. Então, eles ficavam na porta, assistindo de lá. E eu ia também no desfile, na Avenida Rio Branco e na Getúlio Vargas. Isso ainda era antes do Sambódromo! Também me lembro que eu tive algumas empregadas que saíram na Império Serrano. Então, as fantasias eram muito simples. Era uma fazenda meio rendada, e elas pregavam lantejoulas verdes porque era a cor da escola. E eu e minha irmã, a gente ajudava, mas também ficava brigando ao redor. Mas eram umas fantasias breguíssimas. Completamente diferentes. E tinha a ala das pastoras, além das baianas, em que elas dançavam um negócio meio ritmado, cadenciado. Uma vez a gente foi na Mangueira, e, de repente, vimos um grupo lá de pessoas abraçadas. E eu olhei e pensei, o que que essas pessoas

estão abaixadas... Elas estavam fumando maconha! Mas era um negócio... discretíssimo. Eles ficavam separados... Mas você sentia o cheiro. Então tinha a geração da seca e da molhada. A nossa geração é molhada, de muita bebida. E a geração depois era a da droga. A gente ia pras festas, e eles iam para o bar.

Como podemos observar pelo seu depoimento, a informante conta que vivenciou os primeiros anos dos desfiles das escolas de samba. Segundo ela, ir aos ensaios, que se realizavam em comunidades do Rio de Janeiro, era “coisa de morro”, anunciando que seria uma atitude perigosa. Em sua perspectiva, ela também classifica as fantasias de suas empregadas como “muito simples” e até “breguíssimas”, fazendo uma diferenciação entre a sua experiência de carnaval com a delas. Por fim, a informante também comenta com relação às drogas, que pareciam ser frequentes, mesmo com a proibição legal de seu uso. Assim como a ideia dos Cafajestes mencionada mais acima, parece haver uma certa aceitação com relação a comportamentos mais excessivos do carnaval desde que eles fossem relacionados às classes mais altas. Ela também fala de suas lembranças sobre os bailes de carnaval do Theatro Municipal:

Eu fui em alguns bailes de carnaval no Municipal. Aí era baile de fantasia, com concurso de fantasia. Era uma época boa, porque não era tão perigoso. Não tinha tanto sobressalto como hoje. Hoje você vive tenso! Eu não me incomodo mais não, mas fico pensando nessas coisas... Eu vejo que a internet, e a comunicação muito rápida... Todas essas coisas mudam muito a cabeça das pessoas. Mas aí vai faltando sentimento! Vejo como as pessoas ficaram mais apavoradas, e assim também é com carnaval. É sinal de um progresso que não é progresso.

E Ana Maria, também nascida em 1937, falou de espaços que promoviam a festa:

Lembro bem das fantasias de carnaval! Tinha um baile de carnaval do Municipal, muito famoso, que tinha uma passarela na Cinelândia. Os convidados entravam por ela, e a gente ficava assistindo eles entrarem! Era um programa que a gente fazia. E os concursos de fantasia... Tinha prêmio de luxo, de originalidade. Em Petrópolis tinha o Hotel Quitandinha, que também tinha um baile famosíssimo! Mas aqui no Rio a gente ia no baile do Copacabana Palace. As pessoas atiravam lança-perfume à vontade! As pessoas chamavam de brisa. Aí botavam na boca, e a gente sabia que o cara estava tomando. E isso era barra pesada, não podia. Eles jogavam lança-perfume na gente e gelava! Mas era perigoso, porque se tivesse alguém com fósforo... E, ah, era uma época que as pessoas fumavam muito! Os professores do colégio fumavam na sala de aula!

Como o depoimento ilustra, clubes e espaços para festas fechadas eram locais que os informantes frequentavam, principalmente com uma ideia de se sentirem mais seguros. Mas, para além disso, esse também era um espaço de interação entre as classes mais altas, que se encontrava nesses locais em diferentes tipos de festas, não apenas no carnaval. Segundo Dalva, que nasceu em 1934:

Eu me lembro bem das festas juninas que tinham em clube. A gente arrumava roupa de caipira pra poder ir. Tinha muitas festas nos clubes famosas! Mas a gente não ia muito... Eu ia mais no clube pra nadar, mas não em festas. Eu nadava no Copacabana Palace e depois fui nadar na AABB, mas aí já foi bem depois! Clube era pra quem tinha grana! O Country Club era chiquérrimo! Era onde umas meninas que namoravam os caras que tinham grana iam e passavam muito bem! A gente que não tinha essa grana! Aquele Marcondes Ferraz era 'pão de ló' dessas festas. A gente chamava ele assim porque ele tava sempre lá.

Dessa forma, de acordo com a informante, os clubes também tinham certa classificação de acordo com quem os frequentava. Ela conta que, mesmo indo às vezes em alguns desses locais, não “tinha grana” para ir ao Country Club, por exemplo. Além disso, ela menciona o nome de um empresário carioca como sendo frequente nas festas promovidas.

Gil, que nasceu em 1937, mencionou que gostava de ir a festas em clubes no final de semana. Segundo ele: “Em vários clubes, qualquer festa no clube eu tava presente!”. Ele também mencionou que tinha uma preferência especial pelo Clube Caiçara: “Ele era ali na Lagoa, uma ilhazinha, muito bacana”. E Arlete, nascida em 1934, também remonta sua experiência no Clube Fluminense. Segundo ela, era um local em que conheceu pessoas e mantinha rotinas sociais:

Gostava de ir à piscina do Fluminense, sou sócia. Eu morava lá perto, na [Rua] Pinheiro Machado. Lá tinha festas maravilhosas, mais ou menos uma vez por mês. Conheci muita gente no Fluminense. Era um lugar alinhado, de pessoas educadas, eu gostava muito de lá. Íamos pra piscina, fazer ginástica, curtir a vida, fui muito feliz, hoje vivo de saudades, lembranças gostosas, só tenho coisas boas pra lembrar.

E ainda falando do hábito de frequentar piscinas dos clubes, Alice, que nasceu em 1929, contou que ia na piscina do Copacabana Palace: “Eu frequentei muito, porque a piscina antes era aberta ao público, e você conseguia ir lá tomar um banho de piscina. Era gostoso, mas depois começaram a fechar não deixar qualquer

um entrar”. A partir de seu depoimento, podemos ver que passa a haver uma restrição para entrada das pessoas nesse local, o que buscava garantir uma certa segurança e adequação das pessoas que frequentam o espaço.

Nesse movimento de classificação de espaços, então, Helena, de 83 anos, também contou que não era fundamentalmente a praia que fazia a fama da Zona Sul, mas sim as pessoas que lá viviam:

Aqui, na Zona Sul, todo mundo conhecia todo mundo. É só ir no armazém pra você ver. Quando eu era jovem, a gente saía da praia, almoçava e ia pro cinema. E depois tinham uns lanchinhos na rua, na sorveteria e depois no Bob's. Tinha, em Ipanema, a Sorveteria das Crianças, que depois virou Sorveteria do Moraes, era o melhor sorvete de frutas!

Segundo ela, havia uma rotina para quem frequentava esses espaços, que incluía frequentar, além da praia, cinemas, lanchonetes e sorveterias. A informante faz referência a rede de lanchonetes Bob's, que hoje tem filiais em todo Brasil, mas foi fundada exatamente na década de 1950 em Copacabana pelo norte-americano Robert Falkenburg<sup>10</sup>. Já a Sorveteria das Crianças também data desse período, tendo aberto em Ipanema, na década de 1930, como uma mercearia, do português Antonio Moraes, e mais tarde, nos anos 1960 passou a vender apenas sorvetes de fruta, produzidos pela sua esposa, Dona Maria. Ela prossegue seu depoimento mencionando que morou na Zona Sul e que “os artistas todos moravam aqui”. Segundo ela:

Aqui que eu falo é entre Copacabana e Ipanema, ali perto da Gomes Carneiro. Tinha a Dolores Duran, o Tom Jobim... Eu lembro da Betânia, quando ela estreou, mas aí era e aí já era lá por 68. Antes disso era o Dick Farney, o Lúcio Alves... Foi uma fase de músicas clássicas! Então, a nossa geração é diferente... A minha geração foi muito privilegiada. Embora a gente não participasse ali, a Nara Leão estava no mesmo colégio que eu, só que eu era mais nova. Roberto Menescal era da mesma turma, a gente ia para o colégio a pé junto. Era uma coisa de província pequena que você conhecia todo mundo. E ontem a gente tava comentando, como a gente foi privilegiada de presenciar tudo isso, de estar aqui no Rio, de ter vivido tudo isso, toda essa mudança. Foi muito legal!

---

<sup>10</sup> Segundo o site oficial da empresa. Disponível em <https://bobs.com.br/sobre-o-bobs>. Acessado em 09/10/2021.

Os artistas que a informante menciona faziam sucesso no período e também contribuíam para a fama desses bairros, já que muitas vezes eles eram cenários das suas próprias canções. Em uma linha do tempo, ela faz uma síntese de alguns músicos que fizeram sucesso no período, sendo que todos eles frequentavam essa região. Citados por ela, Dolores Duran, Tom Jobim, Nara Leão e Roberto Menescal foram cantores muito famosos no período referido pela sua participação nos movimentos artísticos que estavam despontando na época: o samba-canção e a bossa nova (CASTRO, 1990, 2015). Sem buscar entrar no mérito artístico desses ritmos musicais, aqui nos interessa abordá-los por seu aspecto social, já que eles foram responsáveis por parte da fama de boemia dos bairros. Nessa perspectiva, a primeira delas, Dolores Duran, nascida em 1930, cantava em diversas boates da Zona Sul e da Lapa. Tom Jobim, nascido na Tijuca em 1927, foi morar em Ipanema ainda criança, e jovem nas décadas de 1940 e 1950 tocava em bares famosos da região, como o Beco das Garrafas. Nas décadas seguintes, fez muito sucesso inclusive internacionalmente, tendo sido um dos destaques do Festival de Bossa Nova do *Carnegie Hall*, em Nova Iorque, em 1962. Uma de suas músicas mais famosas versava sobre a região, “Garota de Ipanema”, lançada em 1962 e ganhadora do prêmio *Grammy* de Música do Ano (tendo competido com norte-americanos famosos como Beatles, Rolling Stones e Elvis Presley). Já Nara Leão, nascida em 1942, também foi uma das expoentes da Bossa Nova, sendo a anfitriã dos famosos encontros dos músicos que se reuniam em um apartamento no edifício *Champs-Elysées*, em frente ao posto 4, da Avenida Atlântica, em Copacabana – morada de seus pais. Ainda desse grupo de cantores de bossa nova, ela mencionou Roberto Menescal, nascido em 1937, e, segundo ela, estudante do mesmo colégio que a já citada Nara Leão, e também ela própria. Por fim, os outros dois nomes que Helena cita são de Dick Farney, cantor, pianista e compositor nascido em 1921, e Lucio Alves cantor e compositor mineiro radicado no Rio de Janeiro nascido em 1927. Como ela mesma menciona, esses cantores são de um período ainda anterior, mas também foram muito famosos, tendo presença garantida nas rádios, bares e boates da época. Dessa maneira, assim como ocorreu com a Bossa Nova, eles também cantavam músicas em homenagem a bairros e locais da Zona Sul, como “Teresa da praia” (que referenciava o Leblon) e “Sábado em Copacabana”.

Como a informante conta, ela se sentia privilegiada por viver um momento que ela considera de abundância cultural. Segundo ela, essa foi uma mudança localizada em sua geração. Nesse sentido, depois de mencionar nomes da música, Helena ainda prosseguiu enumerando personalidades do cinema nacional, incluindo alguns espaços de exibição de filmes que ficaram famosos no período:

E aqui também tinham muitos musicais no Metro! O Art Palácio era especializado em cinema italiano, tinha comédia, tinham filmes italianos maravilhosos! E a turma do cinema... Eram todos daqui. Aí eram os baianos, o Glauber, por exemplo, que vieram pro Rio de Janeiro atrás de uma liberdade. Tudo acontecia aqui, era a Capital. A Câmara também ficava aqui. Então, esses movimentos artísticos todos aconteceram aqui, e as pessoas de outros estados vinham para cá, porque aqui tinha mais liberdade, acontecia mais coisa... Eles podiam criar! O Oscarito morava em frente lá de casa. O Grande Otelo, a gente encontrava com ele na rua. Uma vez eu saí do colégio e vi um carro andando sozinho, eu pensei: “Meu Deus!”. Mas era o Grande Otelo! Porque ele era muito pequeno então não dava para enxergar (risos)!

A atmosfera do período, como relatada pela informante, era de descoberta e celebração, e ela referencia isso a partir dos movimentos artísticos do período. Assim, aliado a essa representação, também estava a fama boêmia, quando artistas e a vida noturna se encontravam.

Alguns informantes contam que saíam à noite para boates, bares e clubes; e outros diziam que faziam festas em casa. Isso dependia muito da condição financeira e também da liberdade que tinham em casa suas famílias. Isso porque muitas mulheres disseram que não tinham liberdade para sair sozinhas – algumas alegando o controle dos pais, outras, do marido. Assim sendo, apesar de estarmos falando de um recorte de idade de pouco menos de 30 anos, trata-se de um período de mudanças comportamentais, portanto as histórias são diferentes de acordo com os costumes das famílias e também da época que ocorreram. Dessa forma, percebemos que os entrevistados mais idosos, que tiveram sua juventude nos anos 1930, já tenham sido significativamente diferente daqueles que a viveram nos anos 1960.

Segundo Cecília, nascida em 1933:

Ah isso eu tenho que contar! Eu morava no Jatene, então dava muita festa na minha casa. O meu pai não deixava muito ir naqueles clubes, então as festas eram na minha casa. E aí o que

acontecia? Eu conhecia gente que também convidava. Já tinha duas amigas minhas que moravam lá e elas davam festas também. Aí ouvíamos Frank Sinatra, bolero... Nessa época não tinha ainda rock. Adorava dançar aquelas músicas! E era nessas festinhas que a gente namorava...

A informante conta que, mesmo seu pai sendo rigoroso, ela e suas amigas davam festas em casa. E eram nessas ocasiões que elas podiam aproveitar e conhecer amigos e namorados. Essa ideia também está presente no relato de Sara, que nasceu em 1934, que me disse que teve uma vida comum às meninas de sua idade:

Era uma vida comum a todas as garotas na época que estudavam, casaram cedo, porque antigamente se casava muito cedo e de estudos, sempre. Eu só me lembro de mim ou estudando ou trabalhando, eu não me lembro de passar dia nenhum desocupada, sem ter o que fazer. Nem no fim de semana que não tivesse feito nada o dia inteiro de produtivo, não. Não é que dia de semana não pudesse sair de casa, podia. Mas na juventude eu não saía tanto, os pais eram muito rigorosos naquela época e não davam muita liberdade pra gente para passear. Não se passeava como hoje, como minhas netas passeiam e vivem saindo, festinhas, sair com amigas, essas coisas. Era muito mais restrito. Os pais deixavam menos. É claro que é um conjunto das duas coisas, tinha menos onde ir e os pais eram mais rígidos, mas a maioria saía com amigas ou criavam onde ir.

Assim sendo, a maior parte das mulheres com que conversei contava que havia tido uma infância mais controlada por seus pais. Nessa linha de pensamento, o casamento tinha papel fundamental nas suas memórias, já que muitas delas o associavam a um significado de liberdade. Segundo Arlete, de 86 anos, sua vida familiar era rotineira, e só deixou de ser assim quando casou:

A vida era uma rotina, só deixou de ser rotina quando me casei. Porque ele gostava de sair, viajar, passear, dançar, era alegria. Antes eu ficava mais em casa, com minha mãe, meus pais, meus irmãos.... Foi um maridão que eu tive, eu tenho muita saudade dele! Meu marido era apaixonado por mim, ele fazia todas as minhas vontades, era educado, compreensivo, inteligente, ele era diretor da Divisão Fiscal do Ministério Público...muito inteligente, muito educado. Gostava muito da minha mãe, ele adorava minha mãe, levava mamãe ao cabeleireiro... Antigamente ele também fazia o cabelo. Ele era muito vaidoso, gostava de se vestir bem, comprava boas roupas em boas lojas. Em boutiques, ele só comprava em boutiques. Ele adorava me dar presentes, coisas pra casa e roupa ... me enchia de roupas... Sapato, perfume, vestido... Ele gostava muito de perfume. Ele era muito alinhado! (...) Ele me dava muita coisa. Gostava de me ver arrumada sempre!



Rosaângela, nascida em 1932, também me falou algo parecido. Contou que adorava festas porque foi “nascida e criada com música”, explicando que sua mãe era professora no Instituto Nacional de Piano e que foi com ela que aprendeu a tocar piano. Assim, afirmou que na sua juventude gostava de sair para dançar, mas frisou que “naquela época era muito diferente de hoje em dia”. Segundo ela: “Eu saía, ia em festas, mas na época era diferente, geralmente eram mais em casa, não havia o costume de ir a boates e clubes. A gente colocava música na vitrola, o papai tinha uma grande na sala. Naquele tempo a gente dizia que era vitrola, e hoje é toca discos!”. Assim, muitas idosas alegavam que não saíam à noite ou não frequentavam festas, mas outras falavam do tema com mais naturalidade.

Cecília, nascida em 1933, não transpareceu ter problemas em sair sozinha, como conta. Ela fala que não saía muito porque não tinha dinheiro, mas frequentava bares em Copacabana:

Eu tinha um primo com uma idade parecida com a minha, aí a gente passeava em bar, em Copacabana. Festa não tinha muita, ele não era de muita festa. Mas ele namorou uma menina que morava na avenida. Essa menina, o pai dela era “Campos”, então ele era dono de uma empresa famosa. Mas o pai dela não queria muito esse namoro. Dinheiro, né... No fim ele não casou com ela, ela casou antes dele até, porque o pai não queria o casamento. Meu primo era um excelente rapaz! Mas então quando eu saía com ele... a gente não tinha dinheiro pra ir nessas festas. Íamos mais pra bares mesmo... Mas era tudo em Copacabana!

Já Carmen, nascida em 1952, me contou que gostava de ir em boates. Ela foi a informante mais jovem com que conversei, e, talvez por isso, falou com bastante naturalidade das atividades boêmias que frequentava. Nessa lógica, é também nessa época que a vida noturna da Zona Sul desponta, fazendo dela uma referência para a boemia.

Antes de casar eu ia muito em barzinho, boate... Noite que não tivesse boate não era noite! Gostava de ir na Jirau, na Flag... Ia com amigos, a gente andava em bandos! Eu adorava dançar. Até hoje adoro! Todo tipo de música... Rock, Bossa nova, americana... E barzinhos também! Mas esse conceito de barzinho é um pouco moderno, porque em Copacabana a gente não ia em nenhum, não era legal, ia só depois, em Ipanema! E em Ipanema só tinham dois: o Barril Mil e Oitocentos e o Castelinho, mas aí é mais tarde... O Castelinho era uma graça, era lindo!

E conta que foi nesse bar, chamado Castelinho, que conheceu seu marido:

Eu conheci meu marido na rua, foi uma paquera de rua. Eu tava num barzinho, chamava Castelinho. Era um domingo à noite, eu tava com uma amiga que era de Fortaleza, tava fazendo uma apresentação aqui e... a gente saiu. Viemos de Petrópolis, eu tinha casa em Petrópolis, e fomos lá. Era domingo à noite, não tinha quase ninguém. Aí ficamos lá... “Ah, tá muito chato aqui, não tem ninguém!” Mas aí chegaram dois rapazes e ficaram encostados no carro. E aí ela e eu ficamos curtindo... Ela dizendo que eram americanos, porque meu marido era louro, louro... Mas eu falava que eram argentinos: “Olha os sapatos deles, eram sapatos argentinos, era um mocassim clássico!”. Depois eu descobri que eram gaúchos! Eu sei que a gente resolveu ir embora, e eles seguiram a gente de carro. A gente tava no meu carro. Eles fizeram sinal pra gente parar, aí parei. Na hora que parei, meu ex-marido tinha umas costelas muito grandes, era muito alto, veio direto pra mim. Eu tava de olho no outro, mas ele que veio. No dia seguinte a gente saiu e aí foi assim, acontecendo assim, até que ele voltou pra Porto Alegre. Ele fazia engenharia, aí fez a pós-graduação e a gente casou em seguida. Ele morava em Porto Alegre, mas depois ficou morando aqui. E a gente casou um ano ou dois depois que o conheci.

Pelo seu depoimento, podemos ver que ela tinha liberdade para sair e também tinha uma postura independente, o que, de certa forma, a diferencia das outras informantes.

Ana Maria, nascida em 1937, também falou de boates da Zona Sul, mas frisou que quem as frequentava era mais velho e tinha mais dinheiro que ela. Além disso, ela também salientou uma certa variedade de estilos encontrada por lá:

Para você ter uma ideia, na Zona Sul, quando eu era criança, tinham aqueles teatros que se faziam com as mãos, ali na praça Serzedelo Correia. No coreto da praça também tinham, às vezes, audições de música. Mas também tinham umas boates barra pesadas, que era Balalaika. Todas eram lá no Leme. Mas a gente já não ia, era programa pra gente com mais grana, mais velha. A mais famosa era a Vogue. A gente era mais garota, e tinha que ter dinheiro. E também a gente casava muito moça. Eu casei em 59, então a gente não tinha dinheiro, tava começando a vida. A gente ia no Alpino, que era um bar do Leme e que depois foi para o Jardim de Alah, pra tomar chopp. O que era a grande liberdade era tomar um chopp!

Mel, nascida em 1931, também contou que saía para dançar, mas apenas com seu marido, já que antes de casar também menciona que não a deixavam sair. Segundo ela: “Sempre gostei de dançar, meu marido também! Ele dançava muito

bem, mas não era fácil, não! Antes de me conhecer ele ia até pra Lapa dançar! Naquela época, a Lapa era bacana, porque era mais pra quem tinha dinheiro. E ele ia lá gastar todo o dinheiro dele lá! E naquela época eu nem podia sair!”. Dessa forma, podemos ver que havia uma preocupação das famílias com relação a isso. Assim, várias informantes contaram que depois de casar é que passaram a sair à noite, mas aí com seus maridos. Segundo Carmen, que nasceu em 1952: “Logo que eu casei, nós saíamos todo final de semana. Ele gostava muito de dançar junto. Ele gostava de músicas mais clássicas, dos anos quarenta, cinquenta, trinta... Aí a gente ia dançar, geralmente onde tocava a música que ele gostava. Era ele que escolhia, mas eu gostava também”.

Arlete, nascida em 1934, também contou que saía à noite com seu marido. Segundo ela: “Meu marido chegava na danceteria e falava assim: ‘Ponha o Michel Jackson!’”. Eu gostava também de bolero, música romântica... Elvis Presley eu adorava! Mas ele sempre pedir o Michel”. A informante também é mais nova, e conta de um período um pouco posterior, quando músicas internacionais e boates passaram a ter espaço cativo nas noites cariocas. Humberto, nascido em 1949, por exemplo, contou que gostava de iê-iê-iê. O ritmo musical é usado como denominação do rock'n'roll brasileiro, principalmente da década de 1960, e tinha como diferenciação os acompanhamentos das canções, com guitarras elétricas substituindo o violão (CASTRO, 2015).

Essa ideia de que a vida mudava depois do casamento também é corroborada por outras informantes, mas algumas o identificavam pelo contrário, como momento de perda de liberdade. Eva, que nasceu em 1934, conta que frequentava o Clube de Brás de Pina antes de seu casamento. Segundo ela, costumava dançar quando era solteira, mas que depois que casou não pode mais realizar o ritual que fazia com sua mãe todo sábado:

Quando eu era solteira eu dançava, mas meu marido não gostava, então quando me casei, acabou. Eu dançava qualquer música, gostava muito de dançar bolero! (...) Então eu ia com minha mãe ao Centro Recreativo de Brás de Pina, era um clube. Não sei se ainda existe, nunca mais fui pra lá. Eu ia com minha mãe, ela ficava sentadinha lá. E a gente vinha de madrugada, três horas, três e meia da manhã. Nós vínhamos pela rua, porque não tinha transporte essa hora. E pegar um táxi de lá... a gente não conhecia o motorista. Então saíamos de madrugada, vínhamos a pé da estação de Brasilina até a Rua Delfina Enes. Quer dizer, o negócio era dançar, mas minha mãe ia comigo, sozinha eu não ia.

Quase todo sábado, era só no sábado, tinha baile lá no clube. O que eu mais gostava era bolero, mas não tinha só bolero... Tinha samba também. Era música brasileira. Nessa época não tinha rock. E a gente levava um lanche e aí, no meio do caminho, a gente tomava um lanche, pronto! Mas era de noite, de tarde não tinha nada. Agora não sei se ainda tem isso. Depois que eu casei acabou tudo, né? E depois a gente engravida e tem filhos não pode mais sair quase!

Virginia também conta que na sua juventude costumava ir a festas em clubes, pois o pai não deixava frequentar boates:

A gente tinha uma vida muito diferente. Por exemplo, moça solteira não ia à boate. Eu fui uma única vez, com um tio meu, no aniversário dele. Ele convidou todo mundo, meu pai e minha mãe. Então, a gente não ia a boate, a gente ia em festa de clube. Íamos no Caiçara, no Flamengo... Tinha festa no Botafogo, matinê. Aí a gente não perdia! Também era chique assistir jogo de futebol do estádio. A vida era boa, era mais tranquila. Nunca vi assalto, nunca vi ladrão. Nunca vi nada. Outro dia, eu tava falando com a minha neta... Meu Deus do céu, eu saía pequena da casa da minha mãe pra casa da minha avó. Eu tinha seis anos, andava dois quarteirões sozinha e não acontecia nada! Hoje em dia você não pode deixar uma criança na rua que a gente fica morta de medo.

A informante fala em festas, mas logo em seguida menciona medo e violência, o que demonstra uma preocupação com relação ao tema. Em seu depoimento, ela também contou que “era chique” assistir jogos de futebol no estádio. Nesse sentido, esse era outro hábito social que estava se estabelecendo entre as classes médias. Muitos informantes contaram que gostavam de acompanhar os campeonatos e até ir ao estádio torcer por seus times. Segundo Mel, que nasceu em 1931: “Meu time é o Vasco! Eu até às vezes ia no estádio assistir aos jogos... Lembro que eu fui na inauguração do Maracanã! Era a seleção do Rio de Janeiro contra o São Paulo. E a Copa do Mundo, quando o Brasil perdeu. Eu também fui, mas eu saí chorando de lá. Porque quem perde saiu chorando, né?”.

Helena, nascida em 1937, também me contou que gostava de ir aos jogos, mas tinha de tomar cuidado com a roupa que usava:

Agora, pra você ter uma ideia, eu adoro futebol! Então, eu fui no Maracanã de calça e todo mundo me olhava! E aí, todo mundo dizia: “Não vai com essa roupa não, porque marca muito”. Mas, imagina... Eu não ia de saia! Ia ser muito pior ir de saia para o Maracanã! Meu pais e amigos iam muito no Maracanã pra ver jogo do Flamengo. E aí, um cara, no jogo, dizia assim: “Torcedor, amigo, ao seu lado pode estar uma senhora ou senhorita. Evite

proferir palavras de baixo calão”. E hoje em dia as meninas gritam “puta que o pariu”! Imagina se eu ia fazer essa ofensa! Eu ia com os amigos do meu pai.

Pelo seu relato, o estádio ainda era um ambiente com muitos homens, apesar de ela mesma estar frequentando o espaço. Ela comentou sobre a escolha da roupa para ocasião, pontuando que haveria problemas se vestisse calça ou mesmo saia, indicando que a questão era ela mesma estar nesse espaço. Ainda assim, ela menciona que havia um esforço da organização do jogo para orientar com relação ao melhor comportamento diante da presença feminina. Ao final, ela faz uma comparação do comportamento feminino na época com os dias de hoje, assinalando o fato de que hoje as mulheres falem palavrões – coisa que ela não cogitava fazer, pois poderia significar desrespeito.

Como iniciei esse item mencionando, o Rio de Janeiro foi onde a maioria dos informantes viveu sua infância e juventude, portanto muitas de suas histórias remeteram a seus espaços, criando um mapa social com indicações de lugares melhores e piores, mais ou menos chiques, com muitas ou poucas opções de lazer. Então, foi a partir de suas percepções sobre essa localidade que busquei fazer um quadro de referências sobre comportamentos e valores da época. No Rio de Janeiro, é desse período, por exemplo, que vem a classificação da Zona Sul como local distinto da cidade, em que a praia, a boemia e a circulação de músicos e artistas o identificavam como privilegiado. Nessa perspectiva, a cena artística e cultural, bem como o ambiente praiano e as opções de lazer, todos eles celebrados pela mídia, colaboraram para a construção dessa fama. Em um movimento concomitante, também a expansão imobiliária foi responsável pelo aquecimento do mercado de imóveis no local. Nas histórias do cotidiano, essas questões aparecem a partir do grupo Os Cafajestes, das menções a Leila Diniz e seu duas peças e também na indicação de espaços que as mulheres podiam ou não frequentar. Penso que, sob essa orientação, à época capital do país, a cidade foi particularmente afetada pelas transformações do período, podendo ser encarada como um pequeno traço do que ocorria também em outros lugares do Brasil.

#### 7.4. O novo hábito de ir aos cinemas e o brilho das celebridades

O cinema também era uma diversão muito comentada pelos meus informantes, que vivenciaram seu momento de ascensão como ritual social. Dessa forma, apesar de ele ter surgido como tecnologia no final do século XIX, é a partir de meados do século seguinte que ele passa a ser uma atração de entretenimento popular. Se, antes, o público frequentava apresentações teatrais, circenses, musicais ou burlescas, foi com o surgimento dos primeiros filmes que o hábito social de ir ao cinema também foi incorporado à cultura carioca e brasileira. Foi a partir da chegada da distribuição elétrica que as salas de cinema cresceram consideravelmente no Rio de Janeiro, e a segunda década do século XX foi quando elas passaram a tomar a Cinelândia, se consolidando como espaços confortáveis, amplos e arejados para seu público crescente (COSTA, 1998). Assim sendo, nesses anos, junto com uma certa estabilização da indústria do cinema, tem-se também a criação de um espaço padronizado para seu consumo que garantiria o bem estar de seu público – a partir de características como a diminuição da escuridão absoluta das salas de projeção, a presença de um lanterninha, e eventual presença de um comentador em alguns casos, a manutenção de ambientes limpos e arejados, entre outros. Nesse período, as salas ainda lidavam com problemas de segurança, como o risco iminente de incêndios devido ao material inflamável e a falta de refrigeração e de planos de evacuação. Mas também ainda havia o empecilho da falta de filmes para ocupar a totalidade de sua grade de programação, assim os espaços compartilhavam suas atrações cinematográficas com outras, como boliches, cassinos, teatros e cafés-concertos.

No Rio de Janeiro, as primeiras salas de cinema estavam localizadas nas áreas próximas à Rua do Ouvidor, no Largo do Rossio (atual Praça Tiradentes) e ao Passeio Público. À época, era essa também a região mais populosa da cidade. Margarida, uma de minhas informantes mais velhas, pois nascida em 1924, me contou que frequentava os cinemas da Praça Tiradentes:

Eu via filmes, ia muito no cinema. Eu morava na Rua Pedro I, no número 53. E a Praça Tiradentes começa na Pedro I e acaba no Teatro Recreio. Então, era bem na rua que eu andava, tinha um cinema que se chamava Cinema Moderno. Às quintas-feiras, nós tínhamos folga da escola, e o dono do cinema falava pra todo mundo da rua, que morava por ali, pra ir assistir os filmes! Se a gente ficasse quieto e não fizesse bagunça a gente podia ficar...

Senão ele botava todo mundo pra fora! E o porteiro ficava no andar de cima, que era o balcão, cuidando se fazíamos bagunça. Então nós íamos, todas as quintas-feiras, no cinema. Lá eu vi King Kong, Béla Lugosi, Frankstein... Vi coisas horríveis também, mas vi coisas ótimas que ninguém sabia. Lembro que não existia aquele negócio de 18 anos ainda, então qualquer filme que estivesse passando a gente podia entrar. Nós entrávamos e ficávamos quietos, sem fazer bagunça, senão saía a turma toda! E a turma toda enchia o balcão. Era divertidíssimo!

Ela se lembrou de filmes como “King Kong”, “Drácula” (a partir de seu protagonista Béla Lugosi) e “Frankstein”, todos da década de 1930. A partir de sua perspectiva podemos observar que foi também esse o período que o cinema passa a ser um entretenimento de massa, principalmente a partir desenvolvimento dos estúdios cinematográficos de Hollywood. A indústria fílmica dos Estados Unidos aparece com um papel essencial no projeto de fortalecimento econômico desse país, e ele passa a ser um grande polo de produção cinematográfica mas também de difusão da cultura norte-americana. Assim, esses filmes também chegam ao Brasil, e suas imagens e mensagens reverberam por aqui.

Amélia, nascida em 1925, também conta que quando criança ganhava as entradas para o cinema: “Tinha lá, não me lembro bem, era uma pessoa que trabalhava no cinema e que até nos dava as entradas, sabe? Até os quinze anos eles davam, e a gente ia até de tarde no cinema. Eu chegava a ir duas vezes seguidas! Porque o cinema chegou muito antes da TV como divertimento”. Podemos ver, então, que a distribuição de entradas passou a ser uma estratégia para construção de um público cativo. E Mel, nascida em 1931, também mencionou que, na época, ia mais ao cinema pois não havia televisão:

Ah, pra ver filme de amor eu ia muito no cinema! De música, se bem me lembro, eu também gostava muito. Antigamente tinha muito cinema, era a diversão! Ainda não tinha a televisão... Agora nem sei se ainda tem cinema de rua, só tem no shopping! Lembro que tinha muito cinema na Cinelândia! Lá tinha muito cinema e cigano! Mas sei que cigano tem até hoje, cinema não!

A Cinelândia, praça construída no mesmo período das obras da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, fez parte das grandes reformas urbanas da cidade ocorridas no início do século XX com a expectativa de inseri-la nas matrizes da modernidade. Cercada por prédios importantes, como o da Biblioteca Nacional, da Câmara Municipal, do antigo Supremo Tribunal Federal, do Palácio Monroe e

do Theatro Municipal, foi resultado de uma intervenção realizada pelo empresário espanhol Francisco Serrador e seus parceiros, que, teve a motivação de transformá-la em uma versão brasileira da Broadway (MÁXIMO, 1997). Olhando por esse viés, a Praça Cinelândia representou uma transformação não só no cenário urbano da cidade, mas também em seu mercado de exibição cinematográfica, o que repercutiu em todo país. O período entre a concepção do projeto, em 1918, e sua materialização, em meados dos anos 1920, coincidiu com a concentração cada vez maior da produção americana nos filmes mais longos, e também com a força cada vez mais evidente das companhias americanas em mercados internacionais (BUTCHER, 2019). Assim, a partir dos anos 1920, ela passou a reunir diversas salas de cinema, como Cine Odeon, Cineac-Trianon, Cinema Parisiense, o Império, o Pathé, o Capitólio, o Rex, o Rivoli, o Vitória, o Palácio, o Metro Passeio, o Plaza e o Colonial.

Segundo conta Alice, que nasceu em 1929:

A Cinelândia era o Centro dessas atrações! Tinha um monte de cinemas. Aí você ia para lá no fim de semana. Tinha uma confeitaria chamada Americana, todo mundo ia para lá! E tinha outra também, chamada Brasileiras. A Brasileiras era para as pessoas mais velhas, e a Americana, para as pessoas mais novas. E na Cinelândia não faltavam teatros e cinemas... Era um atrás do outro! Tinham sessões de manhã e de tarde, mas não havia sessões noturnas. A não ser quando abriram o Odeon, que aí tinha a sessão da meia-noite. E tinha também no Cineac, que não era bem na Cinelândia, mas era na Avenida Rio Branco, ali perto.

De acordo com a informante, a Cinelândia e suas imediações eram um local que reunia cinemas e confeitarias, em que ela costumava ir ao fim de semana. Ela menciona primeiramente as confeitarias Americana e Brasileiras. Em seguida, comenta sobre o Odeon e suas estratégias de realizar sessões à meia noite, e também sobre o Cineac-Trianon, que primeiramente era um teatro e depois se tornou cinema.

Em linha com o espalhamento da própria cidade, é na década de 1940 que percebemos que os cinemas também acompanham esse movimento e passam a estar em outros bairros, conforme contou Ana Maria, que nasceu em 1937, sobre Copacabana:



Tinha muito cinema! Ali onde é o Mundial hoje foi um cinema, Flórida. Era enorme! E, onde tinha a Galeria Ritz, tinha também o cinema Ritz. Tinha o Metro, o Art Palácio, o Riam, o Caruso, o Alvorada, o Americano... Tinha uma boate gay, Ricamar. Mas o cinema era o grande programa que tinha. A gente combinava, e todos iam! Era a época de grandes musicais. Então, a sociedade era muito pequena, e todo mundo se conhecia. Você chegava no cinema, encontrava as mesmas pessoas. E tinha uma coisa, assim, o cinema Metro foi o primeiro que teve área refrigerada. Lá não era calor, então quando todo mundo passava na frente era aquele fresquinho.

Assim, em movimento de popularização massivo, os cinemas se espalharam pela cidade e se transformaram em grande atração para meus informantes. Na fala da informante, podemos ver que ela menciona o local como sendo de encontro com seus amigos, e também conta que o cinema Metro chamava atenção devido a sua climatização. Nessa perspectiva, mesmo nos diferentes locais que moravam, o cinema fazia parte da rotina dos informantes. Eva conta que frequentava o Cine Penha:

Eu ia no Cine Penha... mas não ia muito, não, porque quando eu comecei a namorar a gente começou a juntar dinheiro pra comprar os móveis e as coisas pra gente casar. Ai a gente quase não ia pro cinema. Mas uma vez ou outra a gente ia. Uma vez por mês ou duas vezes... mais que isso a gente não ia. A gente via o que tivesse passando no cinema, porque lá o cinema era grande! Tinha outro cinema em Brás de Pina também, mas era menor. Ai, quando a gente cismava de ir no cinema, a gente ia sem saber o filme que ia ver. Quando a gente chegava é que ia ver, ia saber se era comédia, se era romance, o que era... Antigamente no cinema só passava um filme por dia. Era muito divertido! O cinema era a diversão que a gente tinha!

Ela identifica outra característica dos cinemas da época, que era a de ter apenas uma sala, o que fazia com que apenas um filme fosse exibido por vez. Dessa forma, as salas de cinema eram amplas, chegando a quase dois mil lugares por sessão, e surgiam como um programa de lazer muito citado. Desse modo, a tecnologia cinematográfica animava e provocava meus informantes, como podemos ver pelo depoimento de Humberto, nascido em 1949, que contou de um filme que assistiu no cinema Metro:

No caso não ter uma coisa programada no fim de semana, eu via filmes. Lembro de um filme que assisti no Metro, em Copacabana, que levou duas ou três vezes pra poder ver. Tinha que assistir separado, porque era muito grande o filme! Então tinha que ser intercalado, duas ou três vezes. E não era no mesmo

dia, porque eram várias sessões. Aí voltava para assistir o restante. Me lembro que tinha ar-condicionado, era fresquinho! Também lembro de uma vez, isso foi no Roxy, é engraçado eu ter guardado isso... Mas era um tipo de filme que eles chamavam de “*surround*”. Então, você tava sentado e você já ouviu um barulho aqui e de repente ouviu barulho lá, então esse tipo de som estéreo funcionava de maneira que dava a maior sensação de realidade. Na época que eu morei em Copacabana tinham várias opções pra gente escolher, porque lá tinham vários cinemas!

Humberto se refere ao sistema de som *surround*, que, segundo ele, era “uma coisa que impressionava pela sensação de realidade que provocava”. Pelas suas palavras, podemos ver que as novidades tecnológicas despertavam fascínio e encanto. Ele, que morou durante sua juventude em Copacabana, bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro, contou que, além do Metro e do Roxy, lá havia diversas opções de cinema na época.

Assim, como podemos observar nos depoimentos, o hábito de ir ao cinema era bastante comum para meus informantes. Lourdes, nascida em 1949, contou, por exemplo, que ia no cinema com sua babá quando criança:

Cinema eu ia bastante quando era criança, mas aí eu ia com a Iaiá, de vez em quando com uma irmã... Tudo que é filme! Ainda mais os que eram muito badalados, aí sim que eu ia! Era mais filme estrangeiro, não só americano, mas filme brasileiro acho que não ia muito não. Quer dizer, tenho a impressão, pelo menos não ficou nenhum marcado assim. Eu me lembro desses filmes todos de criança... Branca de Neve, todos esses filmes da Disney eu vi, todos eles. Não sei se tava começando a Disney ou acabando, não prestava muito atenção nisso, mas eu ia e gostava!

Nesse sentido, também era nas salas de cinema que se davam situações cotidianas. Falando dessas memórias, Lourdes também acabou lembrando de uma história, que ela menciona como engraçada:

Eu me lembro de umas coisas engraçadas nessa história de cinema, da minha babá enfiar alfinete de fralda na mão de um desgraçado que queria passar a mão na minha perna. E ela não tinha dúvida, fincava o alfinete na mão do homem e o homem dava um berro... No escuro do cinema! Eu devia ter meia dúzia, sete anos no máximo... E ele queria passar a mão. Essa coisa era muito mais presente na minha época que na época da minha filha, que é da sua idade, mais ou menos. Acho até que minha filha é mais velha que você... Mas na minha época isso era muito mais presente. Os tarados eram muito mais tarados na minha época do que depois. Acho que depois se tem mais informações, enfim. Eu não me lembro nunca de ter acontecido algo nem parecido com

a minha filha. E, comigo, eu me lembro de umas duas ou três vezes! Lembro do cara tentando, e a babá ó... plaft, plaft... (risos), enfiava o alfinete de fraldas!

Assim, a sala escura do cinema também fazia comportamentos divergentes aparecerem, e o público ainda não sabia ao certo como lidar com isso. No caso de Lourdes, como ela mesma contou, a sua babá reagia às agressões sofridas por ela usando alfinetes. Dessa forma, todos os idosos tinham suas memórias sobre o cinema. Eles tiveram sua infância e adolescência marcada por esse novo ritual, que incluía também novas experiências.

Carmen, por exemplo, quando perguntei sobre os filmes que a marcaram quando jovem, me contou que: “Eu me lembro que vi um filme no cinema e gostei muito, que era com a Jane Fonda... Como era o nome em português mesmo... Ah, O passado condena... ela estava linda no filme”. O filme “Klute – O passado condena”, apesar de já ser do início da década de 1970, foi lembrado pela informante principalmente pelo nome de sua atriz principal, que depois ainda ganhou o Oscar de Melhor Atriz por essa atuação. Outra lembrança que ela compartilhou foi com relação ao filme “Mulheres Apaixonadas”, que, segundo ela, “Tinha uma cena muito forte que era dois homens nus lutando à beira de uma lareira. Eles tavam brigando por causa das mulheres deles. Um era apaixonado, outro não era... E essa cena me marcou”. Esse filme, citado como marcante por Carmen, também foi um filme popular por ter sido um dos primeiros a retratar homens nus, em uma cena de luta livre. Ainda por último, ela menciona o filme “Dois Homens e um Destino”, que ela lembrava de ter assistido no Cinema Veneza, na Urca. Segundo ela: “Ah eu amei também aquele do Butch Cassidy... Aquele... La la lalalala...(cantarola)”. Ela mencionou o filme, dirigido por George Roy Hill e estrelado por Paul Newman e Robert Redford, a partir de sua trilha sonora, mostrando mais uma vez que diversos sentidos eram provocados pela tecnologia do cinema. No final nossa conversa, perguntei a ela, então, qual cinema da cidade ela preferia, e ela me confessou que, apesar de adorar ir em todos os cinemas da cidade, preferia os de Copacabana, porque esses eram mais famosos.

Outra informante, Amélia, que nasceu em 1925, também lembrou de cinemas de rua famosos naquela época:

Eu trabalhei muito, mas também tive divertimento. Eu trabalhava durante o dia, mas à noite eu gostava de ir ao cinema, desde garota. Ia muito ao cinema, gostava demais! Tinha o Palácio, o Odeon... Eu lembro que ia muito na Cinelândia. Trabalhava a semana toda, aí no fim de semana ia no cinema. Quando era solteira, ia com minhas amigas do bairro, assim, depois que casei ia com meu marido, porque ele também gostava. Eu gostava mais de romance ou comédia. Gostava de Oscarito! Era uma época que tinha muita gente boa, tinha o Grande Otelo também! E como eu gostava muito, eu ia todo fim de semana. Depende do que tivesse que fazer, às vezes era mais à tarde, mas era muito bom. Vi Cleópatra, foi marcante. A história era marcante, né? Lembro que era romântico. Foi um tempo muito romântico (risos).

O filme que ela cita, “Cleópatra”, é um filme norte-americano de 1963 que narra a história da jovem rainha do Egito, para resistir às ambições imperiais de Roma. Estrelado por Elizabeth Taylor, grande musa do período, o filme foi considerado uma superprodução à época, graças ao seu alto orçamento.

Assim como Amélia, muitas informantes comentaram sobre os filmes românticos, dizendo que era esse seu tipo de filme preferido. Segundo Arlete, de 86 anos: “O que eu mais gostava era de ir com meu marido ver filmes românticos”. E Lourdes, de 71, que disse que, apesar de não se considerar romântica, gostava desse tipo de filme:

Apesar de fazer muito sucesso, eu não gostava daqueles musicais. Eu gostava mesmo era desses romances bem compridos! Porque no fim era o maior barato ver. E eu nunca fui de fazer minha vida um romance bem comprido não, casei com dezoito anos, foi legal, mas nunca fui de ficar... Era legal porque o marido era legal, mas depois nunca mais casei. Cheguei a namorar muito depois, como namorei muito antes... Durante não namorei não, mas nunca gostei muito de musical, sempre gostei mais de romance!

Margarida também contou que foi nas seções de cinema que assistia que viu as primeiras bailarinas e que teve vontade de também se transformar em uma:

Eu não sei como começou, eu sei que eu era alucinada pra fazer balé, eu queria dançar! Era no fim de 30, não tinha televisão, não tinha nada! Eu não sei nem como eu sabia, não me lembro como, só sei que queria ser bailarina... Mas como a gente via filmes, com certeza, foi em filmes que eu vi as bailarinas, né? Então eu queria ser bailarina, e mamãe soube que estavam abrindo inscrições no Teatro Municipal. Aí fomos até lá, eu e ela, chegamos lá, já tinha fechado aquele ano. Eu tinha 11 anos, mas aí voltamos no ano seguinte, eu tinha 12, aí comecei. E aí com 13 anos eu já era do corpo de baile.

Como ela mesma contou, foram os filmes que a influenciaram a seguir uma carreira de bailarina. Outro ponto importante a ser mencionado com relação a esse novo hábito é que, no mesmo movimento do fascínio que ele exercia, surgia também uma nova mitologia a partir dele. Edgar Morin (1989) percebeu a influência das estrelas do cinema no imaginário popular, que misturavam vida e sonho, criando verdadeiros mitos modernos. À vista disso, os informantes relatavam, para além das histórias marcantes que viam no cinema, atores e atrizes que despertavam fantasia e imaginação.

As mudanças na produção, a partir dos sistemas de estúdio, e os novos formatos de administração, distribuição e estratégias de mercado fortaleceram a indústria cinematográfica, que passou a ter seu epicentro, na década de 1950, nos Estados Unidos. Segundo Amélia conta, havia alguns filmes brasileiros sendo exibidos nos cinemas nacionais, mas a maioria eram norte-americanos:

Naquela época a gente ia muito no cinema: víamos Elizabeth Taylor, Judy Garland, Mágico de Oz, sabe? Eu ia muito ao cinema eu gostava muito. A gente gostava, e depois imitava.... Não era como hoje, que o pessoal imita todo mundo da televisão! Mas era, já tinha gente que fazia isso! As atrizes tinham roupas muito bonitas... E não eram muito caras, não! Porque todo mundo podia fazer, tinham costureiras...

A informante, então, frisa alguns nomes de mulheres consideradas musas no período – as quais, de acordo com ela, imitavam. Assim, o cinema e seu sistema de celebridades foram fundamentais para o surgimento de uma cultura de exibição cinematográfica, que fomentava comportamentos e atitudes no público. Nessa perspectiva, Cecília também lembra de outras musas do período, e cita o filme “Todas as Mulheres do Mundo”, lançado em 1966, e que tinha como estrela a brasileira Leila Diniz, já mencionada anteriormente nessa tese por ter sido a primeira mulher a usar um biquíni duas peças grávida e também por ser a “Garota de Ipanema”. Segundo ela:

Quando eu era jovem, eu saía muito, assim, era nas férias mesmo. Gostava de ir no cinema, cinema de rua. Gostava de ver os filmes da época! Era mais filme americano.... Gostava de ver a Marilyn Monroe. Ela era... muito feminina, eu gostava dela e da Brigitte Bardot. Normalmente eu também achava os atores interessantes... Aquele filme “Todas as Mulheres Mundo”, eu vi no Cine Carioca, que eu morava perto. Me lembro que fui com meu marido. Eu fui casada muito tempo... E depois do cinema a

gente ia lanchar, ali mesmo na praça, eu morava perto. Era mais isso que a gente fazia. Ia a cinema e às vezes, depois, íamos jantar fora.

Conforme a informante menciona, Marilyn Monroe e Brigitte Bardot eram duas musas no período, símbolo de beleza e, de acordo com elas, feminilidade. Elas faziam parte desse sistema de celebridades, que também fomentava a própria adoração pelo cinema, sendo mais uma ferramenta para o encantamento do público. A adoração pelas atrizes, como contou Marcio, de 79 anos, que ficava em frente ao Copacabana Palace para ver estrelas no período: “O Copacabana Palace tinha fama já. Sempre teve! Os artistas internacionais que vinham pro Rio de Janeiro conhecer, as norte-americanas também, as divas. Ah, eu via todas elas por lá, na porta do Copacabana Palace. Tinha a Lollobrigida... tinha milhões de artistas que vinham pra cá!”. Segundo ele, as atrizes vinham para o Copacabana Palace e ficavam na piscina, e os fãs e a imprensa esperavam para fotografá-las:

Como eu era fã, na verdade até hoje eu ainda gosto de cinema, mas eu ia pra porta do Copacabana, e esperava elas saírem. Era maravilhoso! Porque eu gostava delas também, né? E elas paravam pra falar, abanavam para quem estivesse na porta.... Eu fiz aulas de inglês na Cultura Inglesa, então sabia um pouquinho, não muito, aí, me ajudava muito, né. A minha juventude foi uma juventude maravilhosa porque era calcada nisso, nessas coisas de artistas, nesse mundo artístico. Mas eu gostava mais das atrizes do cinema do que das novelas. Porque de novela eu nunca tive acesso... Só umas ou outras atrizes... Mas as internacionais, elas vinham pra cá pra fazer o lançamento dos filmes, nos cinemas. Aí ficávamos na frente do cinema pra ver. A gente ia no cinema ver a pré-estreia dos filmes e a pessoa, então já conhecíamos os dois, o filme e as atrizes ou os galãs! Eu até peguei alguns autógrafos, mas era difícil! Elas são muito estrelas, né? E a gente não tinha acesso pra chegar tão perto. Pra mim, eu procurava mais assistir as mulheres, homem até tinham alguns galãs.... Mas pra mim, aí não, né (risos)!

Além de Marcio, entre as musas, quase todos os informantes mencionaram a fama de Marilyn Monroe e Brigitte Bardot. De acordo com eles, eram os ícones de beleza feminina daquele tempo. Alguns também se lembraram das italianas Gina Lollobrigida e Cinara Pavanini, como vimos pelo seu depoimento. Já os atores, os mais lembrados foram Robert Taylor e James Dean. Nesse sentido, esse sistema de estrelas adotado por Hollywood colaborava para a divulgação do cinema como ritual lazer e consumo, mas, além disso, também povoava o imaginário de meus

informantes com relação a sua própria vontade de se transformar em uma. Ainda de acordo com Marcio:

Eu fiz curso de ator, mas não cheguei a ser... trabalhar profissionalmente. Porque eu trabalhava na Caixa, era funcionário contratado, tudo direitinho. Então, deixar uma coisa mais certa por uma coisa que podia não dar certo... Eu estudei teatro, entre as coisas que eu fiz foi teatro. Foi muito bom! Meu irmão era ator, ele fez carreira. Mas olha a dificuldade... Ele é dez anos mais moço que eu, e demorou tanto tempo pra fazer sucesso. Então, depois que eu vi a dificuldade dele, aí eu percebi que eu não queria, não.

Assim, apesar de o cinema enquanto tecnologia datar de uma época ainda anterior a desse estudo, vemos através dos relatos dos informantes que ele se popularizou no período, se estabelecendo como um ritual de socialização que visibiliza crenças e valores comuns. Pelas histórias contadas, é possível perceber que havia incentivos para as crianças frequentarem os espaços de projeção, a partir da gratuidade e da incipiente propaganda nas portas dos cinemas, o que mais tarde contribuiu também para transformar o programa em uma prática regular. As lembranças das histórias dos filmes passam por ideias românticas, em que relações amorosas idealizadas contribuíam para um encantamento do público com o formato. E, por fim, foi também nesse período que se estabeleceram comentários sobre os filmes na comunicação de massa, o que podemos dizer que colaborou para sua ampla divulgação, fortalecendo o hábito e incluindo-o nas rotinas de lazer de seu público – e esse ponto vamos abordar mais especificamente no próximo item.

## **7.5. A comunicação de massa lembrada pelos idosos**

No período estudado, a partir da intensificação dos movimentos de urbanização e modernização brasileiros, os meios de comunicação de massa também estavam se consolidando. Apesar de a imprensa escrita existir há mais tempo, é a partir da virada do século que ela se populariza e passa a assumir um papel fundamental na transmissão e na circulação de mensagens de progresso e desenvolvimento na sociedade brasileira. E o mesmo podemos dizer do rádio, que teve sua primeira transmissão na década de 1920, e da televisão, na década de 1950. Na esteira desse pensamento, a consolidação da comunicação de massa brasileira nesse período não tem só a ver com as mudanças políticas e econômicas do país,

mas também com a forma com que suas narrativas conseguiram afetar seu público. Assim, a identificação com personagens e as aproximações com a vida cotidiana e os temas populares, em conjunto com a imaginação criadora de leitores e espectadores, formavam um mundo de sonho, cujo arrebatamento é lembrado pelos informantes dessa. Ao observar as mensagens e a própria configuração da comunicação de massa brasileira a partir de nossos informantes, vemos muito da sociedade do período, e elas se tornam, então, um espelho do corpo social – em que notícias provocam e resultam a agenda comum do dia seguinte; novelas percebem e reverberam comportamentos que circulam na sociedade; e programas de auditório anunciam polêmicas e convenções transformando-as em debate público.

Partindo dessa orientação, é o entrelaçamento da comunicação de massa com seu público que visibiliza símbolos, imagens e marcas de nosso mundo. Em minhas conversas com os informantes, pude notar que há um consenso dos entrevistados que o acesso à informação, obtido através de por jornais, revistas, rádio ou televisão, é considerado muito importante. Como podemos ver no depoimento de Marcio, que nasceu em 1942:

Eu gosto de ler, de me informar... Porque na vida da gente é muito importante estar bem informado. Porque ficar parado não é bom. Aqui, por exemplo, as pessoas ficam paradas, não saem do mesmo espaço. E aí não têm conhecimento de muita coisa, né? E é informação que ajuda a gente a ir pra frente. Então, por isso, eu lia muito! O Cruzeiro, Radiolândia... Eu comprava sempre na banca, gostava dos semanais. Eu ia na banca toda semana, e ficava olhando, folheando as revistas... Lembro que eu via dicas de filmes, porque eu ia muito ao cinema também. Mas eu gostava muito de saber das coisas. Lia também os jornais... Lia o que tinha de bom!

Através de suas palavras, podemos ver que ele tem uma ideia de que estar informado, ler jornais e revistas e frequentar o cinema eram atividades que estimulavam o seu conhecimento. Gil, nascido em 1937, corrobora esse ponto de vista:

Eu participava da política do país, na época de Getúlio Vargas, porque eu gostava muito de ler jornal. Então eu lia todos os dias, via como as coisas estavam, batia papo com minha família. Aquilo me interessava, mas lógico que também lia jornal pra saber coisas pro trabalho... Saber como tá a política, pra mim, era importantíssimo, porque eu lidava com a situação do país! No rádio eu não chegava muito não, não tinha paciência. Eu já tinha



o jornal que eu lia, e aí já sabia mais ou menos o que tava passando.

Segundo ele, a forma com que participava da política do país era lendo os jornais do período, o que demonstra como a comunicação de massa aparece como uma ferramenta de envolvimento com os temas comuns, integrando assim a própria sociedade. Eva também contou que ler as revistas da semana era costume dos diretores da empresa em que trabalhava: “Eu não comprava revistas. Mas, às vezes, lá no trabalho, os diretores tinham todas essas mais famosas nas suas salas. E depois eles deixavam na mesa em que eu trabalhava, pra gente dar ou pra ficar pra gente também”. Assim, ela conta como havia um esquema de compartilhamento das revistas – e assim também das mensagens veiculadas por elas.

Do mesmo modo, Amélia, que nasceu em 1925, deu um depoimento relatando algo semelhante:

Ah, eu adorava ler as revistas. A Cruzeiro era uma que eu gostava. E era uma revista muito lida, o dono era o Assis Chateaubriand! Mas a gente lia mais revista do que que jornal. Jornal eu comecei a ler mesmo depois que eu casei, porque meu marido trazia sempre. Eu não tinha muito tempo, porque trabalhava e fazia outras coisas, mas foi um hábito que eu criei: ler jornal. Porque se aprende muito com essas coisas de ler, né? Jornal, revista.... muitas coisas a gente aprende. Mas hoje eu não leio mais jornal nem revista também... A vista falhou, então com uma eu não vejo nada! E a outra tá muito fraca... então não consigo ler nada. Não dá pra ler, mas ainda dá pra enxergar!

Segundo ela, ler jornais e revistas era aprender, mais uma vez mostrando uma faceta educadora dos meios de comunicação. Eva e Amélia contam, então, sobre movimentos de transferência de jornais e revistas entre níveis hierárquicos semelhantes ou diferentes, o que também acaba por representar o compartilhamento de conhecimentos comuns em camadas diversas da população. De acordo com as informantes, os jornais eram comprados pelo seu chefe ou marido e repassados para que elas também pudessem se informar, em um movimento que também sustentava a formação de um público cativo. Entretanto, não foi somente o interesse pela informação que contribuiu para que a comunicação se tornasse tão presente nas histórias relatadas. Muitos informantes contam que o hábito de ler vinha de seus pais, que os incentivavam desde crianças. Rosângela, que nasceu em 1932, contou que começou lendo revistas ainda criança: “Eu lia revistas. Cruzeiro, Manchete,

Cigarra. Gostava de ler os artigos mesmo. Quando menor, só via as figuras, e mais tarde gostava de ler. De jornal era o Jornal do Brasil que eu lia, não era O Globo, não”.

E Sara, que nasceu em 1934, também deu seu depoimento, mostrando orgulho por ter cultivado o hábito de ler desde criança: “Se é branco e tem letra era comigo mesmo”. Assim, me contou que quando jovem ler era um vício, pois ficava até de madrugada em frente aos livros: “Gostava de ler tudo, qualquer assunto, jornais ou livros de autores brasileiros, estrangeiros, traduções... Sou fã dos brasileiros, franceses, ingleses... Eu era um rato de livraria. Quando tinha um tempo... adorava uma livraria! E lia jornal todos os dias, sempre!”. Então perguntei se ela tinha o costume de ler revistas, mas a expressão dela mudou rapidamente:

Revistas, não. Imagina! Você diz aquelas de novelas? Essas não, nunca! Porque não tinha expressão nenhuma pra mim. Às vezes até lia a Cruzeiro ou a Manchete, que tinham muita notícia da cidade, do mundo, acontecimentos... Mas assim, essas revistas que tinha e o pessoal lia, Revista do Rádio e revistinha tipo telenovela não, nunca. Não, porque aquilo pra mim era uma perda de tempo enorme!

De acordo com ela, então, o importante era ler livros e “coisas com conteúdo”, como me contou. Para ela, ao lado dos livros, jornais e algumas revistas se encaixavam nesse molde, mas outras não. Assim, apesar da informante se mostrar avessa às revistas que incluíam em suas pautas comentários sobre as programações de rádio e TV e suas celebridades, esse foi um mecanismo adotado para a formação de público dos impressos no período. Nesse movimento, imagens coloridas, jogos e colunas sociais passaram também a ser usadas como estratégia para a criação e consolidação de um público leitor frequente. E acompanhando o desenvolvimento técnico do período, é do final da década de 1920 que data o lançamento da revista mais citada pelos informantes: a Cruzeiro. A publicação foi uma revista semanal ilustrada brasileira, lançada no Rio de Janeiro, em 1928 e editada pelos Diários Associados, o maior conglomerado de mídia da América Latina da época e que era de propriedade de Assis Chateaubriand – um magnata das comunicações no Brasil entre o final dos anos 1930 e início dos anos 1960 (MOREIRA, 2000.). Digna de referência devido ao seu amplo alcance com meus informantes, a revista figura no imaginário de meus informantes como sua principal fonte de informação no período, o que garante um certo protagonismo as suas

mensagens. Dessa forma, ao estabelecer uma linguagem que chamava a atenção do público, investindo em inovações gráficas, na publicação de grandes reportagens e em uma ênfase ao fotojornalismo, ela também acabava por pautar as conversas a própria agenda pública do país.

Ainda tratando de seus hábitos de leitura, Francisca, que nasceu em 1930, contou que seu pai tinha muitos livros em casa, mas que passou a ter o costume de ler jornais a partir dos folhetins, como conta: “Meu pai tinha uma biblioteca completa, e eu só escolhia o livro que ia ler. Eu também lia jornal, mas aí era mais folhetim. Lembro que eram coisas de amor, só de amor! Eu gostava de tudo quanto história de amor!”. Como relata, as histórias românticas que circulavam nos jornais por meio dos folhetins também foram outro estímulo para a consolidação de um público leitor de jornais e revistas no país. Com uma narrativa literária ágil, que contava com ganchos voltados para prender a atenção, a continuidade dessas histórias em diversas edições também fazia com que o público se interessasse pelos produtos comunicacionais e houvesse uma recorrência em seu consumo.

Beth, que nasceu em 1950, também falou de seu hábito de ler jornais, mas chamou a atenção para outro ponto: o fato de que a sua leitura hoje já está ultrapassada. Segundo ela:

A gente tinha sempre O Globo em casa... Mas hoje em dia acho que ele nem tem mais importância, né? Porque, olha, o povo foi pressionando de tal maneira que hoje em dia todo mundo quer informação de forma rápida pra botar no rádio e na televisão. Então, a comunicação escrita praticamente acabou. E agora mudou de novo.... é só internet! Até eu uso muito internet. Eu sempre usei computador porque era advogada, então sou acostumada. Acho muito melhor do que ficar lendo jornal! E, nossa, se eu não tivesse tido isso nessa pandemia!

Pelas suas palavras, é possível perceber que há uma ideia de que a leitura de jornais e revistas foi substituída pelo rádio e pela televisão. Apesar de isso não ser categórico, já que hoje todos esses veículos de comunicação coexistem, nos depoimentos dos informantes há esse imaginário de que as novidades tecnológicas substituiriam as antigas. Nesse sentido, também combinando notícias e entretenimento, enquanto os anos 1930 e 1940 marcam a ascensão e o auge do rádio nacional, os anos 1950 e 1960 se caracterizam por trazer a televisão para os lares brasileiros (SEVCENKO, 1998). Assim, ancorada em um público urbano em rápido

crescimento, que transformava as grandes cidades no palco de expansão dos meios de comunicação, a cultura de massa era alimentada pelos meios de comunicação.

Poucos idosos tinham lembranças específicas sobre os jornais do período, mas mostraram bastante familiaridade com o rádio e a televisão. Para muitos deles, as lembranças desses dois meios de comunicação aparecem um pouco misturadas e imagino que isso tenha a ver exatamente por ser um período em que jornalistas, apresentadores e atores tinham atuação nas duas mídias. A primeira transmissão oficial de rádio no país se deu em 1922, com o discurso do presidente Epitácio Pessoa como parte das comemorações do Centenário da Independência do país. Dez anos mais tarde, em 1932, a inserção de publicidade na programação é autorizada e o rádio brasileiro inaugura a sua fase comercial (CALABRE, 2004). Mas, se em sua primeira década de funcionamento ele teve um ciclo pioneiro tido como mais elitista, caracterizando-se pela contribuição mensal de seus sócios-ouvintes e pela transmissão de palestras, audições de músicas, leituras de romance e notícias, a partir dos anos 1930 ele passa a ser um meio de comunicação popular, com grande audiência do público e o aumento considerável na quantidade de emissoras. Isso resulta na experimentação de diferentes programações e na aposta em artistas emergentes a partir de contratos de exclusividade. Assim, é também comum pelo relato dos idosos a identificação de atores, apresentadores e locutores como celebridades do período.

Amélia, nascida em 1925, era a que tinha as lembranças mais consistentes sobre o rádio, e me falou de quando, ainda criança, acompanhava os programas de auditório e conhecia artistas. Ela conta:

Ah eu gosto muito de rádio! Eu frequentei até a Rádio Tupi e a Rádio Nacional. Lá eu conheci muitos artistas! Eles deixavam a gente entrar pra assistir os programas. Tinha um auditório, assim... Aí a gente ia e ficava lá na plateia! Quando eu ia nesses programas sempre tinha companhia, ia com as meninas do bairro.... Então, eles faziam esses programas de auditório, assim como eles fazem hoje na televisão, e as pessoas iam lá pra assistir. Eram menos pessoas, hoje em dia que cresceu muito. Mas era em São Cristóvão. Eu ia de bondinho, era bom, fresquinho! Sempre lembro disso quando vejo o bondinho na novela.... Os homens ficavam, assim, de costas, e eles saltavam antes se quisessem. Era meio perigoso...

A Radio Tupi e a Radio Nacional que a informante menciona eram duas das grandes emissoras do período. Para ela, frequentar os estúdios era uma forma de diversão – e também acabou fazendo com que ela se familiarizasse com o ambiente dos programas e das celebridades. Segundo Moreira (2000), a Tupi, inaugurada em 1935, foi a primeira emissora de rádio dos Diários Associados, mencionado anteriormente nessa tese como o maior conglomerado de mídia da América Latina da época. Já a Nacional foi inaugurada em 1936 e pertencia a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, grupo que também era responsável pela S.A. Rio Editora e as revistas A Noite Ilustrada, Carioca e Vamos Ler. Situada na Praça Mauá, no 22º andar do prédio do jornal A Noite, primeiro arranha-céu carioca, na década de 1940 passou para o âmbito do Estado, quando o então presidente da República Getúlio Vargas criou as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, sob alegação de dívidas contraídas pela companhia responsável. Ambas emissoras fizeram parte do apogeu do rádio como veículo de comunicação de massa, refletindo as mudanças pelas quais o país passava.

Dessa forma, a Era do Rádio e a Era de Ouro dos Cassinos também estão associados a alguns artistas famosos que tiveram suas carreiras impulsionadas pela divulgação no rádio, tendo como referência os grandes shows realizados nos famosos cassinos da primeira metade do século XX (CALABRE, 2004). Nessa linha, Amélia também citou os afamados da época que conheceu quando participava das gravações de programas de rádio: “A Daisy Lúcidu eu sempre via por lá, ela era professora de música. Ela também era dessa época, muito famosa. Ela era apresentadora do rádio e era atriz de televisão”. Assim, corrobora o que foi mencionado acima, de que os artistas, técnicos e profissionais trabalhavam tanto no rádio quanto na televisão, o que gerava quase uma simbiose entre os dois. Ela prossegue contando sobre suas experiências nos programas de auditório de rádio:

Foi lá que eu conheci a Lucília Guimarães Villa Lobos, que era a mulher do Villa Lobos, o maestro. Era a primeira mulher dele. Depois eles se separaram e ele casou de novo com outra moça que era da música também, eram todos do meio da música. Mas aí a Lucília fez um coral. E as meninas que iam lá, ela chamava, então eu também participei do coral. E a gente fazia apresentações de vez em quando. Então a gente tinha muito o que fazer, sabe? Assim eu não namorava muito (risos), pensava mais em diversão!

Após esse relato, pedi a ela para me contar como era quando ia aos programas:

Tudo era diversão! Mas depois acabou sendo um lugar de aprendizado, por causa da música. A Dona Lucília sempre ensaiava, era coisa séria! Os ensaios eram na Escola Nacional de Música, e eu já me apresentei até no Teatro Municipal. O pessoal que frequentava era dali de onde eu morava mesmo, então eu tinha amigas que a gente ia junto. Era muito divertido, era muito bom! A gente não pensava tanta besteira que hoje pensam. O pessoal, eu não sei, não conheço ninguém para falar mal do pessoal de hoje, mas o pessoal de hoje gosta de sair. Nós, era em casa, quando alguém queria fazer uma festinha chamava os amigos, ligava a vitrola e cachorro-quente e aí a gente se divertia e era mais feliz. Hoje a gente só vê coisa ruim! Nossa mãe, é gente má uma com a outra, uma frieza tremenda!

De acordo com Amélia, quando criança, cantava em um coral chamado O Coro dos Apiacás, em que a maestrina era Lucília Guimarães Villa Lobos, pianista, precursora do ensino de música e canto em escolas públicas do Brasil e importante intérprete da obra de Heitor Villa-Lobos. Segundo ela, cantavam muitas músicas regionais e chegaram a ser acompanhados com arranjo e acompanhamento de Francisco Alves, Silvio Caldas e Orlando Silva, “esses grandes cantores da época” em suas palavras. Os intérpretes citados por ela foram muito populares na primeira metade do século XX no Brasil e, inclusive, Francisco Alves chegou a ser eleito o “Rei da Voz” pelo radialista César Ladeira nos anos 1930. Ladeira foi um radialista que fez fama nessa década do Brasil a partir de sua oposição ao então presidente Getúlio Vargas e se tornou um dos ícones do que foi considerada a Era de Ouro do rádio no Brasil (MOREIRA, 2000). Além de Francisco Alves, ele também concedeu títulos para outros famosos da época, como “A Pequena Notável”, para Carmen Miranda, “O Cantor que Dispensa Adjetivos”, para Carlos Galhardo, “O Caboclinho Querido”, para Sílvio Caldas, e “A Garota Grau Dez”, para Emilinha Borba.

Assim como Amélia também contou, os programas de auditório foram muito populares nos primeiros anos do rádio, sendo constituídos de diversos quadros que contavam com shows musicais, teatros de variedades, concursos, sorteios de prêmios e, muitas vezes, uma parte dedicada aos calouros. A informante ainda identifica que outro sucesso de público do rádio eram as radionovelas: “Eu ouvia radionovela, mas eu enchia bem meu tempo, sabe? Então eu ouvia, mas

também fazia muitas outras coisas, tinha o coral.... Mas eu lembro muito bem de uma, que durou muitos anos: O Direito de Nascer. Na verdade ela teve no rádio e na TV, eu lembro mais até da TV!”.

A novela Direito de Nascer foi lembrada por vários informantes como sendo muito marcante. Sua primeira versão, como mencionou a informante, foi no rádio, exibida pela Rádio Nacional em 1951 (SAROLDI e MOREIRA, 2005). Depois do grande sucesso, a novela foi filmada e exibida também pela TV Tupi, em 1964. A comoção popular com a história foi tamanha que, ao final, em agosto de 1965, a emissora programou duas apresentações especiais ao vivo de seu desfecho, em locais de grande porte: o Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo, e o Maracanãzinho, no Rio de Janeiro, local em que a novela era exibida pela TV Rio.

Sob essa perspectiva, as novelas foram fundamentais para que a história do rádio brasileiro se configurasse e projetaram a fama para uma série de atores que, posteriormente, também migraram para a televisão. Foi na década de 1940 que a Rádio Nacional levou ao ar a primeira radionovela brasileira: “Em busca da felicidade”. Os capítulos eram apresentados três vezes por semana, às segundas, quartas e sextas-feiras pela manhã, às 10:30h, sob o patrocínio do creme dental Colgate. A novela ficou em cartaz até 1943 e foi substituída por “O Romance de Glória Marivel”, que também foi seguida por outras (FERRARETO, 2007). Inicialmente as novelas eram dramatizações de tramas literárias, os chamados “teatros em casa” ou “radiatros”. Na própria Rádio Nacional, desde o fim da década de 1930, era apresentado todos os sábados o programa Teatro em Casa, que consistia na radiofonização, em uma única apresentação, de uma peça teatral.

Outra informante, Cecília, também se lembrou das novelas e, assim como Amélia, mencionou “O Direito de Nascer”. Ela refletiu sobre o hábito de assistir novelas, primeiramente no rádio e depois na televisão:

Eu ouvia muito rádio quando mais nova. Eu gostava de ouvir novela. Mas eu também assistia tudo que era novela. Lembro bem de O Direito de Nascer. Então, se você pensar, foi uma coisa que começou lá e depois seguiu, porque até hoje eu vejo novela! Agora do rádio, eu lembro também do Néelson Gonçalves, naquele programa da uma hora da tarde. Tinha o repórter da manhã, e aí ele entrava com um programa que ele cantava, bem curtinho. A gente ouvia lá em casa depois do almoço. Gostava muito, a voz dele era muito boa, ele cantava muito bem! E eram músicas boas, eu gostava do estilo... Cantava só ele, tipo o

Roberto Carlos.

Cecília fala de Néelson Gonçalves, cantor muito famoso nas décadas de 1940 e 1950 que, além de programas de rádio, também se apresentava em bares, boates e cassinos. Considerado um cantor popular, ele chegou a fazer sucesso também no exterior em países como Argentina e Estados Unidos. Como a informante conta, é a imagem do cantor que ficou marcada em sua memória, demonstrando como essa associação entre os meios de comunicação e personagens de prestígio e acabavam sendo uma colaboração mútua, que fortalecia a fama de ambos. Outra faceta dos meios de comunicação que a informante relata é a respeito de seu papel na organização de suas rotinas. Segundo ela, depois do almoço era o momento em que a família reunida ouvia o programa.

Uma menção adicional da informante é sobre o Repórter Esso, que estreou em 1941. Noticiário muito popular e bem conceituado junto aos ouvintes que possuía três transmissões diárias regulares e edições extraordinárias, caso fossem necessárias. Inicialmente sem locutor fixo, o Repórter Esso da Nacional se consagrou na voz de Heron Domingues, que a partir de 1944 se tornou o locutor exclusivo deste noticiário radiofônico, ficando conhecido como “a voz do Repórter Esso” (CALABRE, 2004). Heron permaneceu no cargo de locutor durante 18 anos e, com o slogan de “testemunha ocular da história”, o Repórter Esso se manteve 27 anos no ar. Esse noticiário foi referenciado por diversos informantes e também era encarado como uma fonte não só de informação mas também de agendas comuns entre as pessoas. Assim, como contam, muitos gostavam de ouvi-lo para estarem “por dentro” dos assuntos mais comentados socialmente.

Já na década de 1950, é a televisão que começa a ganhar espaço nos lares brasileiros e passa a se popularizar. Ela chegou ao país pela primeira vez em 1939, quando 11 televisores foram a principal atração da Feira de Amostras do Rio de Janeiro (BARBOSA, 2013). O aparelho e seus acessórios foram trazidos da Alemanha, país em que já havia transmissões experimentais desde 1929, em um evento que teve o patrocínio do Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural. Além desse país, Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra e França já tinham operações regulares – e toda essa programação internacional pode ser vista na feira. Assim, apesar de na década de 1930 alguns brasileiros já terem tido contato com a nova tecnologia – a feira teve bastante divulgação, recebia muitos estudantes



e o próprio governo distribuiu ingressos –, demoraram alguns anos para que ela chegasse definitivamente aos lares brasileiros. (BUSETTO, 2007).

Podemos dizer, então, que mesmo tendo chegado ao país anos antes, a televisão se popularizou nos anos 1950, quando Assis Chateaubriand importou os equipamentos necessários para que ele fosse o primeiro a inaugurar a primeira emissora da América Latina. Segundo Alice, que nasceu em 1929: “A televisão veio para São Paulo em 1951, e nesse ano ela ainda não tava no Rio. Foi em 1951 a primeira transmissão em São Paulo, na Tupi, porque uma amiga me convidou e eu fui lá assistir. Eu me lembro que foi um programa de auditório, eu vi ao vivo achei tudo muito bonito”. Apesar de a informante relatar a data da inauguração com segurança, o primeiro programa da televisão brasileira foi ao ar um ano antes, 1950, em São Paulo, em uma cerimônia simples (AMORIM, 2008). Mesmo assim, seu depoimento evidencia que o programa em questão foi um show de variedades, semelhante àqueles que já existiam no rádio, com declamação de poesias, danças, música e comentários de futebol. Assim, podemos ter uma ideia de como esses dois meios já estavam interligados desde o início de suas histórias.

Nesse sentido, quando do surgimento da televisão havia um certo estranhamento do público com relação a ela. Justamente com o intuito de formar um público espectador, foram instalados vários aparelhos pela cidade para que o povo conhecesse a televisão, pois muitos ainda nem sabiam do que se tratava (BARBOSA, 2013). Assim, se tecnicamente e artisticamente colocar no ar o primeiro programa televisivo foi um desafio, para meus informantes ela significou encantamento e novas formas de sociabilidade. A televisão surgia, então, a partir de um certo fascínio com a possibilidade de se enxergar ao vivo lugares distantes, como conta Amélia, que nasceu em 1929:

Acho que fui a primeira a ter uma TV, ou pelo menos uma das primeiras... Ah, era uma coisa que ninguém podia acreditar... que pudesse ver do outro lado! Foi muito bom e ajudou muito as pessoas que não tinham muita distração, né? As pessoas mais velhas não tinham distração, porque a distração dos mais novos era fazer filho, né (risos)? Eu era criança e gostei demais! A minha TV tinha o tamanho normal, mas o normal na época era um caixote assim, com um fundo bem grande!

Assim, a informante conta que a televisão surgiu como opção de entretenimento que as pessoas podiam ter em suas próprias casas. Só que, se, por

um lado, ela provocava um arrebatamento enquanto novidade tecnológica, por outro, ela também era motivo de emulação por ser pouco acessível financeiramente. Dessa forma, no início da década de 1950, a televisão ainda era um bem de consumo destinado a classes mais abastadas. Muitos informantes me contaram que só passaram a ter uma TV em casa mais tarde. Segundo Beth, que nasceu em 1950:

Quando eu era pequena não tinha televisão em casa. Meu pai não tinha condições, tinha que sustentar os filhos... Aí o vizinho era meu tio, irmão do meu pai, e ele conseguiu comprar a televisão antes do pai, bem antes, aí a gente ia na janela e ficava assim, olhando... Me lembro que a gente via o Moacir Franco, naquela época, né? Ele fazia todo mundo rir. Tenho a impressão de que tinham programas mais saudáveis do que hoje. Eu acho.

O depoimento da informante revela que as pessoas passavam a ter curiosidade com o novo eletrodoméstico – segundo ela, espiavam pela janela – mas que ainda assim ele não era acessível para sua família. Já segundo Gil, que nasceu em 1937: “A televisão começou a surgir, não sei precisar bem o ano, mas foi naquele movimento de os americanos mandarem tudo pra cá. Eles trouxeram fábricas da América pra cá, pra fabricar mais coisas aqui”. Segundo ele, os anos 1950 foram um período que surgiu “muita coisa nova”, e a televisão tinha sido uma das principais. Assim, o informante se refere ao período de industrialização do país, que foi lembrado pelos meus informantes principalmente a partir da possibilidade de adquirir novos bens de consumo – entre os mais destacados os eletrodomésticos e os automóveis como tratamos no primeiro item desse capítulo, “Os bens de consumo como marcadores sociais”.

Assim como naquele ponto da tese, mais uma vez chama a atenção o fato de que os informantes primeiramente falam da importação desses bens, indicando que seu uso estava então designado a pessoas com mais condições financeiras. Humberto, de 71 anos, por exemplo, conta que só teve acesso à televisão, pois seu pai a comprou nos Estados Unidos:

Em 50 eu era muito criança, então não lembro tão bem das coisas... Meu pai era militar, então eu morei em vários lugares. Morei em Recife, morei poucos meses em Salvador, morei no Rio Grande do Sul, em Canoas... Mas eu lembro que assistia aos programas de televisão porque tive sorte: por ser militar meu pai foi pros Estados Unidos e trouxe de lá uma televisão. Era uma televisão grande, e os programas que tinham eram programas de música, programas de auditório pelo que me lembro.

Já Sara, nascida em 1934, conta que seus pais não quiseram, em um primeiro momento, comprar uma televisão. Apesar de não especificar se essa decisão tinha a ver com a falta de dinheiro para comprá-la, ela argumenta que eles entendiam que seria algo sem tanta utilidade, apenas uma “moda”, mas depois acabaram mudando de opinião:

A televisão ficou mais fortezinha quase nos anos 60. Em 56 ela já começou a ficar bem forte. Apareceu antes, mas que ela tomasse força, o povo comprasse TV para casa, acho que foi 55 ou 56. No início meus pais não quiseram não, acharam que as filhas já eram casadas e que eles não iam querer essa moda em casa... Mas claro que depois também compraram. Agora, eu me lembro de ter comprado, mais ou menos em 56, a primeira televisão pra minha casa. Eu já era casada, com marido e com o filhinho pequeno.

Segundo ela, com o passar do tempo ficou evidente que a televisão era importante, tanto que ambos acabaram comprando um aparelho para suas casas. Cecília, que nasceu em 1933, também conta que “naquela época, a televisão não era uma coisa tão popular”. De acordo com ela:

Eu tinha televisão desde o início, tinha porque meu pai gostava. Gostava de ver os programas assim... de auditório. Meu pai via muito o Chacrinha! Mas ele também gostava de ver reportagens, coisas assim. Como era o nome.... Repórter Esso! Minha família se reunia pra ver toda noite lá em casa.

Como a informante conta, podemos perceber que, em seus primórdios, a televisão também, assim como os jornais, as revistas e o rádio, buscou estratégias para conquistar um público cativo. Baseado em uma programação composta principalmente por notícias, programas de auditório e novelas, ela passou a cada vez mais ser incorporada à rotina das casas dos brasileiros, se transformando em um programa conjunto de toda família. Assim, esses programas tiveram um papel importante na popularização da televisão e foram os principais mencionados pelos informantes, normalmente retratados como fontes de conhecimento e de lazer.

Amélia, nascida em 1929, me contou que “antes da televisão, a gente não tinha nada pra fazer!”. Logo em seguida, se lembrou do nome de alguns apresentadores que a marcaram:

Chacrinha eu me lembro bem. Ele era uma festa! E tinham outros apresentadores bons, como o Cesar de Alencar, que era primeiro

do rádio e depois da televisão, e o Flavio Cavalcanti... Ele fazia provocação, o povo ficava arisco e tudo, mas ele fazia igual! Ele levantava o braço assim e falava: “Nossos comerciais, por favor”. E aí o programa ia para o intervalo.

Apesar de a informante mencionar os três apresentadores lado a lado, eles têm histórias um pouco distintas, que também acabam por mostrar como a televisão cresceu e se popularizou nos anos seguintes. Cesar de Alencar, que começou sua carreira no rádio, na década de 1930, fazendo narrações, comerciais e pequenos papéis em radionovelas, passou a ter um programa que levava seu nome e era feito em um auditório para 600 lugares na década de 1940, e só depois é que foi trabalhar em emissoras de televisão como Record e TV Rio (FERRARETO, 2007). Já Flávio Cavalcanti fez sucesso principalmente nas décadas de 1960 e 1970 em programas de televisão como o “Programa Flávio Cavalcanti”, “Um instante, maestro!” e “A Grande Chance”. Como o informante mencionou, além do bordão para a chamada de intervalos, ele fazia críticas contundentes aos lançamentos musicais que levava em seu programa e considerava de baixa qualidade. E, por fim, a informante também falou de Chacrinha, que também começou sua carreira no rádio, mas acabou na televisão. Como podemos ver, há na lembrança de Amélia um tom festivo nos programas de auditório, que eram tratados como programas de entretenimento e lazer pelo seu público. E foi a partir desse tipo de abordagem que também a propaganda passou a se embrenhar na programação.

Assim, os programas ao vivo com atrações musicais eram muito populares, como conta Irema, que nasceu em 1933:

Olha, não me lembro de nenhuma propaganda especial daquela época, mas eu me lembro que na televisão eu gostava de ver aqueles programas de música, festivais... Gosto muito de música! Músicas românticas, alegres... E gostava de ouvir aquelas me deixavam alegre! E eu gostava também de ver o programa do Chacrinha. Ele é divertido, né? E também tinham muitos bons cantores que iam no programa dele. Lembro que tinha uns que iam e eram especiais. Por exemplo, a Ângela Maria. Ela tinha uma voz bonita, muito bonita.

Com esse formato de programa, o Chacrinha foi a principal referência dos informantes. Entre os anos de 1950 e 1980 ele apresentou diversos programas televisivos no formato de calouros, em que lançava sucessos músicas popular brasileira (RICCO e VANNUCCI, 2017). E também ficou famoso por seus bordões,

como: "Na televisão, nada se cria, tudo se copia", e talvez por isso meus informantes muitas vezes quando falavam dele também mencionavam que a televisão é um tanto repetitiva.

Marcio, de 79 anos, também contou de suas lembranças do Chacrinha, trazendo a questão de que seu programa era semelhante aos que existem hoje: "Eu via o Chacrinha e gostava muito. Os programas de auditório eram muito interessantes também, eram muito bons. Eles ficavam num auditório dançando. Então, os cantores cantavam e as mulheres dançavam. É muito parecido com o que tem hoje no Faustão, não muda tanto assim, não!". Ainda sobre esse tema da repetição, Rosângela também comentou:

A minha relação com a televisão antigamente era bem melhor do é hoje. Hoje acabou, é tudo repetição. Esses dias nós aqui estávamos conversando... agora só tem programa repetido, nada é novo! A televisão acabou. Aí eu citei, por exemplo, A Grande Família, que é um programa que tem um tempão... daqui a uns vinte anos ainda dá pra dar gargalhadas. Você acha que não tem mais graça, mas 20 anos é pouco! Só que o tempo passa e é tudo repetido. Então aqui ninguém liga pra televisão mais. Eu, por exemplo, nem dou mais bola! Quando eu era mais nova era outro tempo! Então, era a mesma coisa que hoje, só que repetido. Eu não era fanática, mas gostava. Gostava de ver programas de auditório e o Chacrinha. Ele foi cliente do meu pai, que era dentista. Como era o nome dele mesmo, o nome próprio... Abelardo! Ele frequentava o consultório do meu pai!

Segundo a informante, seu pai era dentista e tinha um consultório na Uruguaiana, em cima da casa em que moravam. Dessa forma, ela tinha também uma relação cordial com o "Senhor Abelardo", e chegou a ser convidada, junto com a família, para ir ao seu programa: "Eu via ele quando ele ia lá em casa, né? Nos convidou para ir em um show certa vez por uma delicadeza. Eu fui, gostei, mas o programa era como são hoje esses programas de auditório. Mesma coisa! Era no passado, e é até hoje".

Ainda nessa linha de associação de marcas com programas de auditório, os informantes lembraram dos Espetáculos Tonelux. De acordo com Marcio: "Eu me lembro do Espetáculos Tonelux, Tonelux [cantarola]! E o pessoal lá de casa vibrava com isso!". Segundo me explicou, Tonelux era uma loja de eletrodomésticos localizada no Centro da cidade e que patrocinava o programa musical, levando seu nome. O programa era transmitido do Teatro João Caetano na Praça Tiradentes,

com show de vedetes e comediantes do teatro (CASTRO, 2015). E Lourdes, nascida em 1949, também se lembrou de Tonelux e me repetiu cantando o jingle famoso: “Ah, sim! Conhece a Tonelux? Tonelux era boa, agora só tô com a Tonelux....[cantarola] Tonelux (risos)”. Nesse sentido, ambos os informantes se referem a um momento em que a publicidade estava se disseminando, e era comum o nome de produtos, lojas e serviços se transformarem no nome do próprio programa que patrocinavam.

Nos anos 1950, então, a televisão ainda tinha uma programação incipiente, muitas vezes realizada ao vivo. Como conta Helena, de 83 anos:

Eu lembro que teve o incêndio da Vogue, por exemplo, que eu me lembro demais da confusão, da gritaria. E eu vi os bombeiros chegando, mas naquela época não tinha transmissão de TV, então a gente não podia acompanhar. A gente é de uma outra época, de uma geração que não tinha TV. A TV começou em 50. Então, a gente ia para casa de quem tinha grana para ver! E chamava de tela! Lembro que a gente chegava no vizinho e começava com o Chateaubriand, que era o dono, falando assim: “O cacique está chamando os curumins da Tupi”. Aí tinha o prefixo tararira [cantarolando]. Lembro também da Fernanda Montenegro fazer um programa de teatro todas as semanas, era ao vivo. Era o que havia de melhor! Mas como dava trabalho. Porque eles tinham que estudar a peça de uma semana para outra! E todo esse material se perdeu, porque não tinha vídeo...

Conforme tratou a informante, peças de teatro inicialmente interpretadas no rádio também foram transportadas para a tela. Ela também comenta que, como os programas não eram gravados, não há cópia salva desse material antigo. Sara, de 86 anos, também compartilhou suas memórias:

Bom, eu sou fã de Tônia Carrero, mas é mais teatro. Mas os teatros todos começaram a ir pra televisão, porque, no teatro, como eles diziam, morre-se pobre. Quem paga bem é a TV. Agora, a Tônia não sai do pensamento! Também adoro a Fernanda Montenegro... Eu ia muito no teatro, quando aparecia uma peça que preste, que a maioria não deixa nada. Porque eu gosto de sair do teatro – gostava né? – com uma lembrança boa, alguma coisa pra pensar. E não tinha... não tinha não, não tem atualmente. As peças estão muito pobres ou eu que tô muito exigente. Mas naquela época tinha um programa chamado Grande Teatro Tupi, com a Fernanda Montenegro, que eu achava de muita qualidade. Então, quando os estudos permitiam, porque eu sempre estudei muito e trabalhei muito – e se foi mais do que devia, eu não sei, eu sei que assim eu me sentia feliz – eu assistia. Agora, o Grande Teatro Tupi era impressionante, a qualidade dos artistas era maravilhosa. Não era igual ir ao teatro, naquela época,

também com boas peças, era outra coisa. Mas tinha-se pelo menos o que ver na televisão! Raramente decepcionava.

A informante traz em seu depoimento certo tom de crítica à programação de época. Mesmo assim, ela enaltece o “Grande Teatro Tupi”, que foi ao ar na TV Tupi entre 1954 e 1965, comentando sobre sua alta qualidade e também de seus atores. Sara também faz um paralelo da televisão com o rádio, em um movimento de comparação entre ambos. Segundo ela:

Eu ficar sentada, assistindo, eu achava uma perda de tempo. E todos assistiam aos programas no final de semana menos eu. Histórias de Silvio Santos, Chacrinha e outros, nunca foi comigo, não era minha praia. Gostava mais de notícias de rádio, como hoje a gente vê comentários, programas de comentários do mundo, daqui... Mas o rádio, ainda pra mim, era melhor. A riqueza da TV para o povo eram os programas que eu não via, Chacrinha e outros... E televisão, novela... nunca fui muito de perder tempo com isso!

Como conta, “todos assistiam aos programas do final de semana”, o que reitera a ideia de que a televisão era muito popular e passava a integrar o cotidiano dos brasileiros. Ela também fala que, mesmo não tendo o costume de assistir os programas de auditório e as novelas, eles faziam muito sucesso na época, chamando a atenção para a popularidade que o formato ganhava nestes anos e de certa forma mantém até hoje:

Depois de um tempo, as novelas eram muito fortes. Minha mãe não perdia uma novela! E, engraçado, minha filha, quando mocinha, também. Então, as crianças eram criadas assim, mas hoje em dia não é mais. Por exemplo, a minha mãe, quando ligava o rádio pra netinha de dois anos, a filha de minha irmã, ela dizia: “aqui não se vê nada vovó!”. Então, ela queria que passasse qualquer coisa, mas queria ver. As crianças adoravam a televisão! Tinha um efeito com elas! Aí elas viam desenhos... muito interessante. Então a minha filha cresceu na era da televisão, e o que ela amava, quando foi crescendo, era ver novela.

Mais uma vez, percebemos o compartilhamento de um hábito relacionado aos meios de comunicação – dessa vez eles falam de assistir novelas – fazendo dele um costume comum entre diferentes gerações e classes sociais. Beth também falou sobre as novelas:

Por exemplo, numa época, depois de casada, eu passei a ver uma novela por dia. Aí eu escolhia uma, normalmente a das oito. Então, quando eu já tinha feito tudo, os filhos tinham feito o

dever de casa... Daí eu olhava novela. Hoje em dia, você liga na TV Globo e as novelas são muitas! E você só vê assassinos, armas e não sei o quê. Porque também é isso que passa nos noticiários!

Nesse depoimento, a informante evidencia o hábito diário que tinha de sentar em frente à televisão, à noite, para assistir uma novela. Como se fosse esse ritual que encerrasse seu dia. À vista disso, as novelas tiveram papel fundamental na popularização da programação televisiva, de forma a inclui-la no cotidiano das famílias. Amélia corrobora esse fato, falando que sempre gostou de assistir a esse tipo de programa. Ela também disse que esse era um hábito muito comum, principalmente às mulheres. Segundo ela, quem comprou a televisão de sua casa foi o seu marido:

Meu marido gostava dessas coisas, ele comprou e nós ficamos muito felizes! A gente gostava de ver comédias! E já tinha umas novelas... Já tinha o Direito de Nascer. Foi muito tempo atrás! À noite todas as mulheres iam pra casa assistir a novela! Então, quando eu tinha TV em casa, eu já tava casada. Mas eu tinha muito o que fazer, não podia ficar vendo o tempo todo... A gente trabalhava e à noite a gente via televisão. Tinham muitos programas, muitos programas cômicos, e a gente se distraía bastante. Era mais programa cômico e novela!

Como ela conta, o hábito de ver televisão foi se estabelecendo nas famílias brasileiras, de forma que ela se tornava um equipamento de simbiose com a cultura brasileira. E a novela dá amplitude a isso. Lourdes, de 71 anos, conta que na sua infância percebe uma centralidade da televisão em suas memórias:

Quando eu era criança a gente tinha televisão em casa. A televisão era uma coisa muito presente. Nunca teve muito esse negócio de proibição de programa. Eu acho que, menos que saber quais eram os programas proibidos, era saber que eles existiam. Então nunca teve limitação, uma censura da televisão na minha casa, na casa da minha mãe... E tínhamos só uma TV, só na sala. Mas também não tinha tanta programação.

Através de suas palavras, vemos que eles assistiam à televisão juntos, na sala de sua casa, e que não havia um controle sobre a programação. Todos estavam reunidos, era um programa familiar e não individual.

Ela também relata que, quando criança, gostava de ver o “Teatrinho Troll”, um programa em que eram encenadas peças de teatro adaptadas para a televisão e



que ficou no ar de 1956 a 1966 (CASTRO, 2015). Ainda de acordo com a informante, todos os domingos ela parava o que fosse para acompanhar o programa:

O Teatrinho Troll era uma maravilha, eu adorava! Era todo domingo, às duas horas da tarde. E esses artistas mais antigos trabalhavam todos no Teatrinho Troll. Eram peças diárias, mas não era novela não. E eu também peguei novelas, mas o Teatrinho Troll eram peças, pecinhas e não demorava tanto assim. Eu acho que a Zilka Salaberry trabalhou. Eram pessoas que depois trabalharam em novelas, pessoas mais velhas do que eu. E era muito divertido! Como domingo a gente ia muito pra casa da minha avó, na Campos Sales, aí lá, na hora do teatrinho, a gente via. Quando não tava em casa, ligava a televisão assistia por lá também.

Então, se estabelecendo como um programa familiar, era comum a presença de programas especialmente feitos para o público infantil. Guida, que nasceu em 1942, contou que quando criança adorava ver o Sítio do Pica Pau Amarelo, uma série realizada a partir da obra homônima de Monteiro Lobato. Ela foi uma das mais adaptadas na história da televisão brasileira, tendo sido exibida em diferentes períodos e por diversas emissoras (RICCO e VANNUCCI, 2017). A informante contou que assistiu sua primeira versão, que foi veiculada pela TV Tupi entre os anos de 1952 e 1962, mas que depois acompanhou seus netos também assistirem a atração nos anos 2000, veiculada pela TV Globo.

Entretanto, se alguns idosos relatavam que viam televisão quando pequenos, outros falavam que seus pais demoraram mais tempo a aceitá-la dentro de casa. Marcio e Carmen, nascidos respectivamente em 1942 e 1952, contaram histórias muito parecidas, de que seus pais não tinham televisão em casa, pois achavam que ela não acrescentava na formação das pessoas, como contam. Segundo ele: “Meu pai comprou uma televisão enorme, era um caixote. Isso foi lá, quase nos anos 70, mas antes disso não tínhamos TV. Ele falava que deixava as pessoas mais burras! Então quando eu ficava em casa, acabava lendo muito”. E de acordo com ela:

Papai não tinha TV em casa, porque ele falava que isso emburrecia. Então, eu ficava lá em casa lendo. Eu concordo em parte com ele... Mas é que assim eu realmente acabei lendo muito! Lia Monteiro Lobato, Madame de Staël, eu lia em francês também. Eu lia um livro por vez. Depois eu li toda a Coleção das Moças. Eram romancinhos água com açúcar. Depois também comecei a ler Jorge Amado.. eu tinha 13 ou 14 anos quando comecei com Jorge Amado.

Assim, a informante conta que seu pai comprou uma televisão quando ela fez 16 anos – isso significa que foi apenas no final dos anos 1960. Mesmo assim, anos mais tarde ela conta que ambos acabaram tendo televisão em casa e que ela passou a ser um artigo básico nas classes das classes médias do país. Desta forma, a televisão passa pela lembrança de diversos momentos dos idosos. Grande parte deles lembrou de assistir à Copa do Mundo e também à transmissão da chegada do homem a Lua, ocorrida em 1969. Pelas palavras de Carmen, nascida em 1952:

Eu lembro desse dia como hoje! Eu vim de um negócio chamado TLC, Treinamento de Liderança Cristã. Era um encontro de jovens. E, no dia que a gente foi embora, porque a gente dormia fora, foi que aconteceu. Era fim de semana. Aí, quando foi no domingo, a gente voltou e foi direto pra casa dos avós do meu noivo. Aí, tava minha mãe, meu pai, ele, evidentemente, os avós dele, o pai, a madrasta, tava todo mundo lá! E a gente assistiu juntos. A gente achou um feito! Que o mundo ia ter progresso, que ia acontecer muita coisa em benefício do que aconteceu ali, né?

Segundo ela, esse momento mobilizou grande parte da família, que se reuniu para assisti-lo. Esse hábito, inclusive, de ver televisão de forma conjunta, aparece em diversos depoimentos, e remonta ao período de que os aparelhos não eram ainda tão frequentemente encontrados nos domicílios brasileiros. Ainda de acordo com Carmen, esse momento veiculado pela televisão representou uma ideia de progresso muito forte: “Ah, eu acho que naquele época ficou uma imagem de progresso. Até hoje é isso que representa, né? Mas acho que naquela época isso foi ainda mais forte!”.

Outros informantes também recordaram dessa transmissão com esse sentimento, como conta Beth, nascida em 1950: “Assisti o homem chegar à lua em casa, com a família... Eu lembro direitinho! Dele pisando na lua... foi uma atração única! Todo mundo ficando ali, assistindo, todo mundo junto esperançoso... Eu era criança, não sabia muito bem discernir, mas era uma esperança que a gente sentia....”. A partir de seus depoimento, é possível ver, então, que os depoimentos dos informantes indicam sensações, sentimentos e uma certa fascinação relacionados às memórias dos meios de comunicação. Nesse sentido, eles aparecem também como organizadores do dia a dia dos informantes. Sua programação acaba sendo uma grande marcadora das atividades familiares e, assim, eles também se transformam em doutrinadores das atividades cotidianas, sendo incluídos no

planejamento das ações familiares e inseridos na ordenação da rotina das pessoas. Como já discutido nessa tese, para além de suas representações como ferramentas de acesso à informação e ao lazer, percebemos uma dimensão afetiva estabelecida por eles com a sociedade. É assim que a eles estão atreladas imagens não só de progresso, mas também de esperança; não só de participação, mas também de união; não só de uma prática rotineira, mas também de um hábito familiar. Dessa forma, promovendo novos regimes de apreensão e baseados em um discurso comum de desenvolvimento, os meios de comunicação de massa passaram a fazer parte do cotidiano dos brasileiros definitivamente nesse período, marcando momentos indicados pelos idosos, e, posteriormente, as suas memórias.

## **7.6. Os papéis sociais femininos e suas transformações**

Ao longo de todo esse trabalho, foram abordadas as transformações sociais que ocorreram no período entre os anos 1930 e 1970 no Brasil. Assim, conforme foi tratado nos diferentes itens desse capítulo, a industrialização, a urbanização, e o estabelecimento de uma comunicação de massa estão entre as características que se destacam de forma proeminente nos depoimentos do grupo de informantes e foram abordados um a um a partir de macro temas que tiveram a função de unir diferentes tópicos das conversas. Mas para além desses temas, ainda há um assunto que se mostra especialmente transversal a todos os outros: o período estudado também foi de grandes transformações sociais com relação às mulheres. Nessa perspectiva, essas quatro décadas foram um momento em que a expectativa sobre os comportamentos femininos estava mudando – e essas mudanças andavam particularmente paralelas à consolidação da comunicação e de um consumo de massa no país. Isso pois o comércio, a propaganda e o entretenimento passaram a ser espaços em que a atuação profissional feminina era frequente e, portanto, foram como frestas que, aos poucos, foram ocupadas por mulheres, o que acabou também dando maior visibilidade ao tema.

Mesmo com certas diferenças, e ainda mais porque a maior parte de meus informantes eram mulheres, os temas relacionadas a obrigações e deveres femininos foram muito presentes em todos os depoimentos. Olhando para os relatos de uma forma geral, podemos perceber que há uma diferença nas expectativas sociais sobre

o comportamentos de ambos – enquanto que a obrigação deles estava mais relacionada a responsabilidades financeiras, os deveres delas estavam mais ligados aos papéis da casa e da criação dos filhos. E se essas diferenças aparecem no discurso dos informantes, nas próprias ações relatadas elas também ficam evidentes. A maioria das mulheres parou de trabalhar quando casou, fato que não ocorreu com nenhum homem que conversei. Também sua percepção com relação aos seus pais e mães é diferente, já que eles referenciam um papel de cuidado às suas mães enquanto que aos pais é delegada uma ideia de fiscal ou, até mesmo, de censor. Dessa forma, é possível ver uma transformação na forma que eles falam de sua infância, através de lembranças de suas mães, depois de sua juventude, a partir das suas próprias vivências, e mais tarde em como comparam o passado com os dias de hoje, atualizando impressões para suas filhos e netos.

À vista desse panorama, podemos ver no relato dos idosos uma diferença quando falam da geração de seus pais para a sua própria, ou até mesmo daqueles mais velhos para os mais novos. Marcio, nascido em 1942, por exemplo, me contou que suas lembranças eram de sua mãe como dona de casa, mostrando uma memória afetiva com um dos pratos que ela cozinhava. Quando me contou sobre sua infância, falou da organização familiar que cresceu. De acordo com ele, “ela era doméstica, cuidava dos filhos e gostava de fazer comida”. Nas suas lembranças, menciona que “ela fazia muito o que a gente gostava: macarrão com aquele molho suculento, frango ao molho pardo... Eu amo frango ao molho pardo! Que saudade!”. Segundo ele, na sua infância: “Não era uma vida de rico, não. Era pobre. Pobre assim, de trabalhador. Meu pai trabalhava, e as coisas não aconteciam facilmente, não”. Nessa perspectiva, o informante conta que, apesar de considerar sua família como “pobre”, apenas seu pai trabalhava fora de casa, o que pareceu comum à maioria dos informantes.

Lídia, nascida em 1936, também me contou que a mãe trabalhava em casa e disse que igualmente essa foi a sua realidade: “Antigamente era assim, você vivia em casa. Se você era mulher, você não trabalhava. Era totalmente diferente! A gente não podia trabalhar, nem pensar! Eu nunca trabalhei”. Segundo ela, as mulheres “viviam em casa” o que corrobora esse entendimento de que às mulheres era delegada uma predileção ao espaço doméstico. Um pouco diferente da percepção de Marcio, já que ela me disse que sua família não era pobre, pelo contrário, o

impedimento para que ela trabalhasse estava ligado à forma com que as pessoas veriam esse fato. De acordo com Lídia, de 84 anos, o comportamento esperado para sua família, em sua posição social, era que apenas seu marido trabalhasse enquanto ela deveria se dedicar aos cuidados domésticos.

Também corroborando esse pensamento, Lourdes, nascida em 1949, me contou que sua mãe trabalhou fora, mas que isso não era comum:

Minha mãe trabalhou fora, era advogada, mas sempre trabalhou com educação no SENAI. E, numa época, eu não me lembro bem, ela era professora. Pelo que eu me lembro ela era muito boa no português! Naquela época não era tão comum, mas ela sempre trabalhou fora e também cuidou muito do meu pai. Sempre foi ela que mandou na casa, era sempre a pessoa mais... Meu pai não saía sem ela. Então, as amigas da minha mãe eram do trabalho. Começaram como amigas do trabalho, mas depois passaram a ser grandes amigas, talvez duas, principalmente, ficaram muito próximas e todas duas ela conheceu no SENAI. Ela ainda teve algumas amigas depois, mas não tão próximas como essas duas, que ela conheceu no Clube de Bridge...

Assim, segundo ela, foi o ambiente profissional que deixou sua mãe ter uma rotina mais independente do marido. Nesse sentido, seu depoimento se destaca, já que quase todos os demais informantes contaram que suas mães, ou seja a geração anterior a eles, não trabalhava fora de casa. Ainda em minha conversa com Lourdes, ela falou que cresceu com a ideia de que o casamento era muito importante. Para ela, seus pais eram o casal perfeito: “Eles tinham uma troca muito boa entre os dois. Não brigavam. E minha mãe procurava fazer as coisas que meu pai gostava.”. Assim, também conta de sua rotina quando criança, que ia almoçar no domingo na casa de seus avós, ocasião em que se reunia com seus primos:

Meu pai ficava em casa, minha mãe ia, me deixava lá e voltava para ficar com meu pai. Nem minhas irmãs iam, porque elas eram mais velhas que a turminha toda! E também não tinham tantos netos assim, mas eram muito mais da minha idade do que da idade das minhas irmãs. Tinham mais meninas, mas meu primo mesmo que sempre foi muito camarada comigo. A gente brincava de sermos pai e mãe... e ele tinha que ser o pai, então, sempre tava em vantagem quem tinha o marido! Porque as outras não iam ter marido, né? E naquela época era esquisito não ter marido. Aí, na maioria das vezes, o marido era meu (risos). Porque ele era mais novo do que eu, mas muito pouco mais novo que eu. Então, eu pegava ele pra marido rapidinho, porque não dava pra ficar sem, né? E hoje em dia eu sei de casos de primos que acabam se envolvendo e tal, mas eu nunca tive nenhum envolvimento com ele. Sempre foi uma coisa muito lúdica,

sempre, sempre... E a gente brincava, inventava de fazer comida, inventava de fazer lanche, inventava de levar na escola, inventava... enfim, fazia aquela brincadeira assim, em que as meninas eram as esposas e cuidavam da casa, dos filhos e do marido.

Lourdes menciona ser “esquisito” não ter marido, e também pelo seu relato podemos observar que, nas suas brincadeiras, o papel das meninas era “ser esposa, cuidar da casa, dos filhos e do marido”. Nessa linha, ela também contou sobre o casamento de seus pais, dizendo que ele era bastante dependente de sua mãe: “Ele não sabia nem fazer a mala sem ela!”, contou. E, ainda segundo ela, sua mãe comprava todas as roupas de seu pai e, apesar de ela achar isso engraçado quando criança, ela conta que acabou repetindo esse comportamento quando adulta com seu marido. Mesmo assim, quando perguntei a ela se ela achava que havia alguma diferença na educação dos homens para as mulheres, ela me disse que não concordava com isso:

Dependia delas, nunca via essa diferença que falam. Acho isso porque minha mãe a vida inteira fez o que quis, minha tia fez a vida inteira o que quis, minha vó fez a vida inteira o que quis! Minha avó mandava no meu avô com a maior facilidade e meu avô era alucinado por ela. Meu pai era alucinado pela minha mãe, minha tia que... na verdade essa daí passou por algumas coisas... Essa não conta! Mas olha, ela também era fogo, não era fácil aguentar ela, não!

Dessa forma, podemos ver que, mesmo a informante contando histórias que mostram um direcionamento maior das mulheres com papéis domésticos e de cuidado, ela não considera que havia diferença na educação entre os gêneros. Outro ponto importante a ser mencionado, e que também já apareceu nessa tese no item 7.3, as informantes contam que a vida mudava bastante depois do casamento, principalmente com relação aos deveres de suas novas casas. Assim, o casamento era um tema comum de minhas conversas com os idosos por ser um balizador temporal em suas vidas, em que eram revelados valores relacionados principalmente aos gêneros dos informantes. Os idosos residentes da Casa em sua maioria foram casados e hoje são viúvos, e muitos deles, quando perguntados sobre sua juventude, prontamente me contavam do seu casamento. Em geral, com o casamento, automaticamente as mulheres passavam a carregar uma certa obrigação de cuidar do novo lar do casal, como conta Eva, nascida em 1934:

Aí a vida mudou muito depois do casamento. Ah, mudou... Porque eu não cozinhava quando tava em casa, era minha mãe que fazia a comida. Limpar a casa também não, eu só ajudava... E eu trabalhava fora. Mas aí, quando me casei, a coisa ficou diferente. Não tínhamos empregada, tínhamos comprado apartamento e estávamos pagando as prestações... Então aí acabou tudo, acabou jogo de bola!

A informante contou que casou com 19 anos e teve filho muito rápido, segundo ela, porque não tinha proteção. Então, perguntei para ela o que significava “acabar o jogo” que ela menciona em sua fala, e ela me respondeu:

Eu trabalhava no centro da cidade, na Rua da Carioca, uma rua tão conhecida, tem condução na porta, tem tudo! Trabalhava na contabilidade da FAPERJ, Fundação de Amparo a Pesquisa do estado do Rio de Janeiro. Gostava, gostava muito mesmo, era muito bom, o ambiente era muito bom. Trabalhei lá por seis anos e pouco. Não chegou a sete. Mas aí eu me casei e parei de trabalhar. E aí, logo depois que eu casei, eu engravidei. No primeiro mês. E, com nove, quase dez meses de casada minha filha já nasceu.

Como ela mesma relata, para meus informantes era comum o fato de, após o casamento, as mulheres pararem de trabalhar em outras função que não o cuidado com a casa. Francisca, nascida em 1930 e que veio de Portugal para o Brasil para se reencontrar com o marido, deu um depoimento semelhante:

Olha, eu vim pro Brasil porque meu marido veio. Ele veio primeiro para arrumar trabalho aqui. Ele morava com a mãe dele e a irmã. Mas depois ele quis casar comigo e mandou eu vir. Iludida, sabe o que é uma pessoa iludida? Cheguei aqui e minha sogra já tava... Minha sogra era muito boa, mas já tava me esperando pra eu lavar a roupa. E eu não tava acostumada a fazer nada disso na casa dos meus pais. Então, aqui no Brasil, eu trabalhei, trabalhei muito. Era vida dura, nada mole. Eu fazia tudo, dona de casa, eu arrumava a casa, fazia comida, eu ia às vendas, meu marido às vezes ajudava, mas nem sempre.

Assim, ela conta que, quando jovem, não estava habituada a cuidar das tarefas domésticas, mas assim que casou essa passou a ser sua obrigação na dinâmica do casal. A partir desse viés, o casamento, em geral, mais uma vez aparece nessa tese como momento divisor de suas vidas – e assim também era a viuvez ou a separação, que provocavam mudanças abruptas como me contou Beth, nascida em 1950:

Eu fui, graças a Deus, muito bem casada, bem casada por ter encontrado um homem que era um bom filho, era um bom marido, era um bom genro. Era amigo de todos, era uma pessoa amada por todo mundo. Filho único e era bom na profissão, enfim, tudo de bom que você pode descrever de uma pessoa ele tinha. Só que ele morreu estupidamente, teve um ataque do coração, quando eu tava acabando o segundo ano da faculdade. A partir dali eu tive que lutar muito. A partir dali minha luta foi ferrenha, ferrenha... Foi difícil.

Segundo ela, o marido trabalhava e sustentava a casa, e depois de sua morte ela teve que se responsabilizar por todas as despesas sozinha. Assim sendo, o casamento aparece como apoio financeiro para as mulheres, já que seu fim também representou para ela a necessidade de buscar uma renda financeira.

Outro ponto presente nas descrições com relação ao casamento era de que ele significava quase como um fluxo incontestável da vida. Amélia, por exemplo, me contou que logo depois do seu casamento sua mãe faleceu e que, portanto, o casamento para ela foi como “continuou sua vida”: “Quando eu casei... Aí eu fui cuidar da minha casa e também tive minha filha, que me deu um neto e que me deu dois bisnetos!”. Nessa perspectiva, além de o matrimônio ter um sentido de continuidade de sua vida, ela logo o associou com o cuidado de sua casa e de sua filha. Ainda tratando desse tema de sucessão, a informante também me disse que, depois, sua filha também teve um filho, e que ele agora teve dois filhos, seus dois bisnetos: “Eu dizia assim, meu Deus, por quê? Eu só tive uma filha, e minha filha também só teve um filho. Aí vem dois bisnetos! E um duma mãe e outro da outra! Porque isso agora é moda, né? Mas é bom, eles se dão. A gente procurou conservar a família, né? Isso é o importante na vida, um precisa do outro”. Dessa maneira, a sua fala mostra como também há uma readequação de valores entre a sua geração e a geração de seu neto, que teve dois filhos com duas mulheres diferentes. Mesmo assim, apesar de reticente, ela conclui que a nova dinâmica familiar, apesar de estranha a ela, funciona, pois “o importante é conservar a família”, independente de sua configuração.

Essa ideia também se mostra presente no relato de Eva, de 86 anos, que faz uma comparação do tempo de sua juventude com a atualidade:

Eu casei cedo, mas minha neta não... Eu casei com 19 anos. Hoje em dia, eles casam mais tarde. Mas antigamente a pessoa namorava e casava. Agora não: namora hoje, desmancha, apanha



outro. Hoje, principalmente o homem não quer saber de casamento, ele quer viver a vida dele, usar as mulheres, mas não casar. Quer usar, mas não quer casar, tá muito difícil!

Em seu depoimento, a informante relata seu estranhamento com a diferença de comportamento do passado e o presente. Segundo ela, o curso comum da vida em sua juventude era primeiro namorar para em seguida casar – e ela contesta que hoje o namoro não se transforma diretamente em casamento. Assim, de acordo com ela, os homens acabam “usando” as mulheres, já que estas, na verdade, também gostariam de casar, assim como era na sua geração.

Também falando sobre a forma que viveu sua vida a partir das expectativas que havia com relação a ela, Rosângela, que nasceu em 1932, conta que teve “uma vida normal”, e completou falando que havia vivido “para a família”. Ela também menciona algumas diferenças que percebe daqueles dias para a atualidade:

Esse normal era diferente do normal de hoje! Eu ia a festas, normalmente em casa, às vezes de parentes ou amigos... Não é que nem hoje em dia não. Hoje você vai a festas, mas não sabe nem casa de quem é... Quer dizer, a garotada né. Eu e minhas amigas tínhamos essa vida que te falei, de ser mais em casa. Hoje em dia a vida tem mais farrinhas do que tinha... Mais saídas, passeios!

Ratificando esse discurso, Sara, nascida em 1934, também falou sobre as mudanças que ela percebe com relação ao comportamento das mulheres de antigamente com relação a hoje:

Acho que hoje é inteiramente diferente do que era naquela época. Não tem nada a ver com o mundo de hoje. Tudo era diferente, tudo! O modo dos pais educarem os filhos, as exigências com as crianças, completamente diferente... Os jovens hoje são muito livres, passeiam no meio das madrugadas na rua. Os pais naquela época, meus tios, meus pais não deixavam não! Se os jovens quisessem, eles não saíam. Principalmente moças, né? Moças eles tomavam mais cuidado ainda. Corria o risco de logo logo ficarem mal faladas.

A informante frisa a diferença que percebe entre os anos dessa pesquisa e o atuais, mencionando que a educação e as exigências que se tinha com as crianças era maior. Segundo ela, hoje há mais liberdade, principalmente para as mulheres, já que, durante sua juventude, se elas saíssem livremente poderiam ser apontadas de forma negativa pela comunidade.

Nesse sentido, Mel, que nasceu em 1931, também contextualiza o período, e demonstra que as mudanças com relação aos papéis ocupados pelas mulheres estavam em transformação em diferentes esferas:

Agora acho que todo mundo quer tudo! E pode tudo! As mulheres não têm mais medo de engravidar, porque tomam pílula, então acho que tá tudo mais liberado, né? Hoje a mulher que não quer não pega filho. Porque, se você olhar, Deus fez tudo bom pro homem, né? Mas acho que agora tá melhor pras mulheres. Na minha época era mais duro. Eu trabalhava, sempre trabalhei fora, fiz concurso, passei... Eu era independente porque perdi pai e mãe cedo, né? Mas é que eu trabalhei no INSS, era funcionária pública.

Segundo ela avalia, hoje há mais possibilidades de escolha para as mulheres, tanto com relação às profissões quanto com relação à escolha de ter filhos. Dessa forma, em seu depoimento, a informante cita a chegada da pílula e também a possibilidade de trabalhar como grandes pilares para a independência das mulheres. Nessa linha de pensamento, é possível inferir que não só uma mudança comportamental ocorreu na comparação do passado com o tempo presente, mas também uma mudança com relação às obrigações e às proibições convencionadas às mulheres.

Assim, podemos perceber que naquela época o papel das mulheres estava mais direcionado às atividades de casa, enquanto dos homens ao trabalho fora dela. É possível perceber que a maioria dos informantes dessa pesquisa cresceu sob essa expectativa social, de que o casamento era uma união essencial e que sua configuração se dava com a mulher sendo responsável pelos cuidados com a casa e o homem sendo responsável pelo seu aporte financeiro. Aqui, é importante pontuar que não se trata necessariamente de uma obrigação imputada a eles – os informantes não indicavam que eram orientados verbalmente a isso, por exemplo, mas sim tratavam dessa questão com naturalidade, encarando como algo óbvio e inerente a sua escolha.

Essa questão, de que as mulheres tinham seu trabalho mais voltado às atividades domésticas, fica mais evidente quando abordamos o formato de suas atividades profissionais. Arlete, nascida em 1934, também me contou que sua mãe trabalhava, mas acabou parando, pois teve 12 filhos: “Meu pai era tabelião e minha mãe hoteleira, dona de hotel, mas isso no interior de Minas. E quando vieram pra

cá ela não trabalhou mais. Ela teve doze filhos”. O relato da informante também indica outro comportamento que foi evidenciado nas histórias ouvidas: algumas vezes, mesmo quando a mulher desempenhava um trabalho externo, ela acabava parando logo depois que casava e tinha filhos, para poder se dedicar às tarefas domésticas. Nesse sentido, o período a que se dedica essa pesquisa foi de mudanças com relação a essa organização. Se a maioria de minhas informantes cresceu sem ver sua mãe desempenhando uma profissão fora do lar, elas próprias acabaram vivenciando isso, mesmo que tenha sido por um período curto, como antes de seu casamento.

Assim sendo, de acordo com Arlete, a história de sua mãe é diferente da dela, que trabalhou muitos anos no Ministério Público “com diferentes procuradores”, como me contou. Hoje viúva, ela foi casada e me disse que foi no trabalho que conheceu seu marido: “Nos conhecemos lá dentro do MP. Ele, quando me viu, disse que ficou apaixonado e começou a me seguir. Ele quis conhecer minha mãe, conheceu e disse para ela que tava querendo me namorar. E aí ela deixou! Ele gostava de toda a minha família e minha família também gostava muito dele. Foi um casamento que deu certo”. E complementa: “Eu trabalhava e tinha uma empregada muito boa, que fazia todo o serviço de casa. Eu dirigia a casa e ia trabalhar, todo dia”. Dessa forma, podemos perceber que as informantes já começam a apresentar diferenças de comportamento para a geração de suas mães, por exemplo, trabalhando fora, mas mesmo assim ainda são consideradas as responsáveis pela organização da casa.

Sara também me contou que, em seu casamento, ela trabalhava e era dona de casa, o que lhe conferia uma rotina dupla, que ela considerava um padrão entre as mulheres. Hoje, ela é aposentada, mas me disse que durante toda sua vida foi farmacêutica:

Na minha época, eu acho que as mulheres eram mais donas de casa, mas eu era também dona de casa. Trabalhei muito, na rua, em vários lugares, laboratórios. Depois que casei, mesmo na minha casa com dois filhos, trabalhei muito mesmo. E também era dona de casa. Então, se era boa eu não sei, mas eu procurava ser. Graças a Deus meu marido era médico e compreendeu bem que eu queria aproveitar minha profissão, que eu não queria empacotar tudo não, mas nem por isso eu deixei de ser uma dona de casa, boa ou ruim não sei.

Segundo ela conta, mesmo trabalhando em laboratórios, buscava ser uma “boa dona de casa”, mencionando também o marido, como sendo importante ele ter compreendido que ela queria seguir sua própria profissão. A partir desse viés, é interessante a problematização do próprio termo dona de casa, que remete àquela que é a responsável pela rotina da casa, título exclusivo das mulheres. Outro ponto que também chama a atenção é a forma com que a informante encara a sua rotina dupla, com obrigações no trabalho e em casa, como uma oportunidade. Em seu depoimento, ela conta com orgulho que, apesar de trabalhar como farmacêutica, também cuidava com êxito das tarefas do lar – como se essa fosse sua função elementar.

Na esteira desse pensamento, Mel, que nasceu em 1931, também me falou que seu marido tinha uma “cabeça mais moderna”, o que no contexto de nossa conversa significava que ela não precisava se preocupar com as tarefas domésticas. De acordo com ela: “Eu não fazia muita comida e nem me preocupava muito com a casa. A gente comia muito na rua, mais do que em casa. Meu marido falava: ‘Não faz comida não, vamos comer na rua’. Ele era um homem que não gostava de me ver na cozinha, cozinhando.... Ele dizia: ‘Cozinhar pra quê? Vamos pra rua, pra gente se distrair!’”. Nessa perspectiva, era considerado por ela moderno – o que demonstra que, no período, esse pensamento não era comum.

A informante também contou que trabalhou fora, mas que, além disso, gostaria de ter feito faculdade:

Não é que eu não quis fazer... Naquela época não tinha muito emprego pra mulher. Faculdade, emprego... era mais pra homem. Aí eu fiz um concurso pro INSS e passei. Meus colegas eram homens e mulheres, tudo misturado... Porque em concurso público não importa né, é quem passa na prova... Aí eu trabalhei sempre no INSS. No início era no Centro, depois foi pra Copacabana, acho que era na [Rua] Hilário Gouveia. Eu era datilógrafa. Naquela época não tinha computador, nada... Se tiver a máquina eu consigo bater até hoje! Fiz curso, mas aprendi também sozinha. Eu era muito curiosa, mexia em tudo quanto era máquina, mas na máquina eu batia muito bem!

Segundo relata, empregos para as mulheres não eram tão comuns. Assim, disse que, quando quis procurar trabalho, logo recorreu a uma função pública, pois acredita que era onde havia oportunidades para as mulheres – principalmente como secretárias ou datilógrafas. E foi assim que acabou trabalhando no INSS, que,

segundo ela, era um local com mais chances de ser admitida já que a seleção era através de concurso público.

Gradualmente, então, podemos perceber uma consolidação da presença feminina no mercado trabalho. Pelo que pude perceber no grupo de informantes, essa realidade primeiramente era a de algumas mulheres cujas famílias não tinham boas condições econômicas, como contou Amélia. Nascida em 1925 e filha de imigrantes, afirmou que gostaria de ter estudado mais, mas que a necessidade de procurar um emprego foi imposta pela dificuldade financeira de sua família:

Estudar, eu fiz até a quinta série e depois eu fiz uns cursinhos, sabe? Meio didática. Não fiz o ginásio nem científico, não dava, sabe? Você tinha que trabalhar. Porque naquela época era difícil, eu era filha de imigrante. Meus pais vieram da Itália. Então, tinha que dar duro mesmo. E era bom, muito bom, quando a gente consegue as coisas trabalhando. Foi essa a minha vida, mas também tive divertimento, ia muito ao cinema! Quando eu era jovem e não tava trabalhando, gostava demais de cinema!

Nesse sentido, segundo ela, trabalhar era necessário para ajudar no sustento da família. Mas, como ela salienta, apesar de certas dificuldades de seus pais, ela também incluía programas de lazer em sua rotina. Outro ponto interessante é que ela descreve a satisfação de “conseguir as coisas trabalhando”. Há nessa fala uma ideia exultante em poder adquirir bens e, assim, talvez ascender socialmente. Além disso, ela também contou que trabalhou no comércio, espaço que, como vimos nos capítulos anteriores estava se expandindo, e portanto também passou a apresentar oportunidades para o trabalho feminino:

Eu trabalhava no comércio... Vendia móveis, roupas. O francês, dono da loja, gostava muito de mim. Trabalhei bastante tempo lá, depois saí... Antigamente a gente não ficava muito, saía quando casava. Ia pra casa porque começava uma nova vida, né? Pois é, comigo aconteceu isso também. Fui pra casa, depois de um ano já tinha uma filha (risos). Casei com 25 anos. Mas antes disso trabalhei no comércio. Trabalhei uns 15 anos. Era numa loja, a Luvaria Gomes. Mas não vendia só luvas. Vendia chapéu, bolsa... Tinha tudo! A clientela era muito chique, muito boa... Era o pessoal antigo, tinha até o pessoal da política, né? Tinha muitas famílias bem situadas e era muito bom! Eu gostava muito de trabalhar lá, a gente ganhava comissão... Aí ganhava quem agradasse mais! Nossos clientes eram mulheres e homens, era misturado... Os homens compravam pra eles mas também compravam presentes pras mulheres... É que lá tinha tudo, era no centro, uma loja que tinha duas entradas e duas saídas! Enorme!

Como ela mesma conta, trabalhou em uma loja que ficava no centro da cidade, em que havia um grande fluxo de pessoas, muitas vezes até influentes – o que também garantia a ela gratificações. Ela também fala que havia outras mulheres que trabalhavam na Luvaria Gomes com ela, a maioria solteiras. Nessa direção, a informante também conta que parou de trabalhar quando casou, corroborando a ideia de que as mulheres tinham novas obrigações no lar que formavam ao lado de seus maridos. Outro ponto interessante é quando ela fundamenta a decisão a partir do nascimento de sua família, mencionando que esse caminho traçado por ela era algo natural – parar de trabalhar, casar e ter filhos.

Carmen, nascida em 1952, também contou que trabalhou em uma loja quando terminou o colégio. Segundo ela, fazia faculdade à noite e de dia trabalhava na Butique Rastro.

Quando eu terminei o colégio, eu trabalhei como gerente de uma butique, a Boutique Rastro, em Copacabana. Vendíamos roupas, perfumes, sabonetes, coisas de porcelana... A loja era de um homem que criava sabonetes. Até hoje ainda existe a loja. Ela ficava na Avenida Atlântica, ao lado do Hotel Atlas. Foi o seguinte: tinha a gerente geral da loja, era uma atriz, e ela estava fazendo novela. Então ela precisava de uma pessoa que falasse idiomas, e eu já falava inglês, francês, espanhol, português, aí ela me chamou. Então, era pra ser vendedora, mas também pra gerenciar a loja... Aí eu tinha dois salários mínimos, mais dois por cento do que eu vendia, muito bom! Não que eu precisasse o dinheiro, mas pra mim era ótimo. Eu trabalhava e fazia minhas coisas... Estudava de noite e de dia trabalhava. Trabalhava no sábado também, mas aí eu fazia revezamento com uma outra vendedora: um sábado era pra uma e outro pra outra. E eu atendia uma carta de clientes... Tinha umas clientes que eram clientes porque atrás tinha um ateliê de uma costureira que fazia roupas por encomenda. Tinha muita roupa importada, a gente tirava a etiqueta porque aí não precisava pagar imposto e revendia. E eu comprei muita roupa lá porque era preço de custo, então tinha aquelas roupas lindas! Eu atendia só gente que saía no jornal e turistas! Lembro que tinha a Maria Eudoxia, Tereza Souza Campos, Lavínia Lima... E a loja também fazia propagandas, nos jornais e revistas. As pessoas não iam lá só por causa da propaganda, mas, quando viam o nome da loja, perguntavam se era a loja do Aparício, que era o dono. E o Aparício era famoso, ele ganhou um prêmio lá em Nova Iorque fazendo uma escultura!

A informante relata que trabalhava em uma loja que tinha prestígio na sociedade, o que era motivo de orgulho para ela. Ela ainda menciona que ocupou o lugar de uma vendedora que passou a trabalhar em uma novela – o que remonta a ideia de que as mulheres passavam a ter mais espaços de trabalho não só no

comércio, mas também a partir da consolidação de uma comunicação de massa no país. Inclusive, seguindo nesse tema, a informante conta que chegou a pensar em ser atriz quando adolescente, afirmando que estudou teatro, mas que, ao fim, seu marido não quis que ela seguisse essa carreira. Ela casou com 21 anos, e então acabou trabalhando como técnica de enfermagem durante 10 anos. Depois pediu demissão para acompanhar seu marido em uma oportunidade de trabalho no exterior.

Assim, se as primeiras informantes que apresentei trabalhavam como funcionárias públicas ou professoras, também percebemos que as mulheres passam a trabalhar no comércio e em funções relacionadas à comunicação e entretenimento, significando esse período como de tomada de diferentes espaços profissionais pelas mulheres. Dessa forma, é claro que antes dessa data as mulheres das camadas mais pobres da população, em que o trabalho masculino não era capaz de sustentar famílias inteiras, já realizavam atividades profissionais, mas a novidade do período foi distender essa característica para as classes médias (BERALDO, 2019).

Lourdes, nascida em 1949, também contou que na década de 1970 trabalhava com publicidade, apesar de ter se formado advogada: “Sempre trabalhei com os contatos, fazendo o contato de clientes, eu atendia as empresas”. Perguntei se ela se lembrava de algum trabalho ou campanha específica:

Ah, lembro de várias! Eu atendi a Coca-Cola! Não a Coca-Cola inteira, atendi um pedacinho da Coca-Cola na época, uma parte mais... confederativa. Eu trabalhei na MBM, na Walter MM e em outras mais! Foi mais ou menos por acaso, na época que eu tava fazendo faculdade de direito. Cheguei por acaso e fui ficando, ficando, acho que nunca trabalhei em outra coisa. Passei a gostar muito depois que eu comecei. Gostava porque era uma maneira de você apresentar a sua atividade, apresentar sua inteligência, apresentar sua capacidade e ao mesmo tempo se divertir. Era um ambiente divertido, mas teve uma época que começou a ter muita fofoca, aí eu resolvi parar; resolvi parar e fiquei mais ligada a coisas ligadas ao direito. A JMM era na cidade, a MBM era na Rua Mariana, que é onde eu moro. Eu trabalhei também na SB que era na Glória, ali na pracinha da Glória.

Apesar de Lourdes mencionar que foi trabalhar com publicidade por acaso, foi exatamente nessa época que o mercado publicitário do Brasil estava despontando (AUCAR, 2016). E, nesse sentido, também passou a ser um segmento ocupado pelas mulheres. Outra informante, Margarida, ilustra muito bem esse

quadro, já que trabalhava como manequim, dançarina e também fazia fotos publicitárias como modelo. Ela contou, inclusive, que foi em uma propaganda para cigarros que conheceu seu marido, fotógrafo:

Eu tinha feito uma operação no pé, tinha dado uma topada e rachei o dedo, o osso do dedo. Tava imobilizada, deitada na cama com a perna pra cima, numa porção de travesseiros, e eu tava na casa da minha irmã esse tempo e não tinha telefone. Aí ela disse: “Eu vou na farmácia chamar o farmacêutico pra vim te dar uma injeção por causa do pé”, que tava com uma dor monstro. Eu fiz uma operação de osso. Aí ela disse, quando ele chegar aqui, que ele já veio várias vezes, quando ele bater na porta você diz pra ele entrar, que eu tenho que fazer umas compras pro almoço. E aí meu marido, que era fotógrafo, naquele tempo tinha estúdio de fotografia, ele tava procurando quatro manequins da Casa Canadá pra fotografar uma propaganda pra cigarro, cigarro Hollywood. Aí ele soube na Canadá que eu estava doente de cama, que tava com a perna engessada. Aí deram o endereço pra ele e ele foi lá, bateu na porta e eu disse: “entra”. Foi assim que o conheci! Na cama! Conheci ele na cama (risos)! Aí ele entrou e logo depois chegou o farmacêutico. De novo e eu disse “entra”, entrou mais um (risos)! Aí ele foi chegando e ficou conversando muito tempo, mais de uma hora, conversou, conversou... Aí a minha fotografia ficou por último, pra dar tempo do meu pé ficar melhor pra botar sapato. Todas as quatro eram da Canadá, e a minha foto foi em um cavalo no jóquei. A outra era num iate e as outras duas não me lembro mais, mas eram esportes também, eram coisas esportivas. E aí foi... nós conversamos, conversamos, namoramos durante quatro anos, depois casamos. E fomos casados durante quase 58 anos!

Como é possível observar por suas palavras, ela fala com bastante nostalgia sobre o seu primeiro encontro com o marido. Com bastante bom-humor, relatou uma situação inusitada de quando dois homens entraram em seu quarto enquanto ela estava na cama. Mas algo que chama a atenção em seu depoimento é também a dinâmica relatada por ela de que, assim como ela, as manequins da Casa Canadá eram procuradas para trabalhar com fotos publicitárias, demonstrando um mercado que também estava crescendo com a expansão do consumo e dos meios de comunicação. Segundo ela, além do cigarro, fez propagandas de batom, maquiagem, apartamentos e até casas.

Ela também disse que, conforme o tempo ia passando, seu papel nas fotos mudava: “Hoje em dia eu posso dizer a minha idade! Antigamente eu não dizia, porque ninguém podia saber. Porque no teatro, quem não fosse primeira bailarina, já se via que ia ser, aos quinze anos já ficava todo mundo assim né, então nós



mentíamos, desde crianças nós mentíamos a idade!”. Em suas palavras, a informante fala de uma certa competitividade que as meninas enfrentavam como bailarinas, já que havia uma idade limite para a definição de quem seria a primeira bailarina do corpo de dança. Pelo seu depoimento, podemos ver que ela novamente se refere a juventude como valor – mesmo que buscando uma justificativa que ela considera plausível para isso.

Além de manequim e modelo, Margarida também era bailarina do Theatro Municipal. Segundo ela, gostava muito de ballet, e esse foi o seu primeiro trabalho, mas depois acabou tendo que trabalhar em outras tarefas para complementar a renda da família. De acordo com a informante, ela ouviu falar de Maria Olenewa, que foi a responsável por criar o balé clássico do Theatro Municipal de Rio de Janeiro, e decidiu tentar uma vaga no corpo de dança. Quando ela tinha 13 anos foi aprovada e, então, foi bailarina do teatro até se aposentar:

Fiz a seleção, que tinha que ser com a Maria Olenewa, que foi a grande criatura do ballet clássico no Brasil. Ela escolhia as meninas que tinham o jeito e o corpo, você mais ou menos vê, com dez, onze, doze anos você vê se a criança vai ter jeito ou não, né. Então escolhiam alguns, não eram muitos porque ninguém podia ser bailarina naquele tempo porque não ficava bem... Mas meus pais não se importavam, pelo contrário, achavam maravilhoso, porque na Estônia, na terra deles, tinha a Escola Estônia, na capital, que tinha balé. Já naquele tempo tinha.... E o europeu não tinha a mesma visão do brasileiro e do latino-americano, então era uma maravilha eu ter conseguido! Aí eu me matriculei, e com 13 anos passei pro corpo de baile. Ela falava que eu tinha muito jeito, e aí continuei. Sempre com pouco dinheiro, precisando ajudar em casa, o que eu ganhava eu ajudava.... e aí fui indo...

Como conta em seu depoimento, o ofício de bailarina não era totalmente aceito como adequado pela sociedade, mas ela argumenta que seus pais terem nascido na Estônia, país onde o balé clássico tinha uma tradição muito forte, contribuiu para que eles a apoiassem na decisão. Margarida, então, relata que foi como bailarina que pode começar a trabalhar, mas que, anos mais tarde, teve que ir em busca de outro emprego, já que precisou ajudar a sustentar sua família. De acordo com ela, sua mãe era dona de casa, seu pai teve um problema no coração e teve que parar de trabalhar, um de seus irmãos foi morar nos Estados Unidos e o outro teve um acidente, então ela que teve que assumir os custos da casa:

Eu, sozinha, tive que tomar conta da família, prover os custos... Papai ficou doente do coração, não podia trabalhar mais. O médico falou que, se ele trabalhar, vai morrer. E se vocês quiserem tê-lo, vocês têm que ajudar. E aí eu tinha que trabalhar em tudo que era canto. A mamãe trabalhava em casa, lavava roupa, comida, fazia tudo. Um filho paralítico e o meu pai doente do coração. Então, foi uma fase bárbara, porque a gente não tinha nenhum tostão. Meu irmão ajudava e deixou de ajudar, o outro não pode mais voltar para o Brasil e, com a guerra, ninguém mais fez nada. Aí foi uma fase negra, né?

Segundo ela, foi aí que também passou a ser dançarina no Cassino da Urca e do Palácio Quitandinha. Assim, o trabalho com arte e entretenimento foi uma saída financeira encontrada para ela. Entre 1941 e 1946, então, ela passou a acumular as duas funções, buscando garantir o sustento de sua família. Ela contou que foi um período de muitas dificuldades:

A gente não tinha dinheiro pra comer porque tinha que pagar as contas da casa da mamãe, éramos quatro pessoas. E eu que tinha que prover tudo, medicamentos e essa coisa toda. Então, eu trabalhava dia e noite, de madrugada, deitava às cinco horas da manhã e levantava às sete. Dormia durante duas horas, e nem sempre dormia, porque o cansaço é tão grande que você não dorme. Aí eu ia ficando na rua... A gente morava primeiro no subúrbio, São Francisco Xavier, aí eu ia jantar em casa. E depois de jantar ia pro Cassino. Lá tinham dois shows, um às 10 horas e outro de madrugada. Aí, o Carlos Machado, que era o Rei da Noite, fazia o espetáculo esticar bastante pra ter as pessoas bebendo, consumindo durante todo o show. Então eu começava a trabalhar às seis horas e acabava lá pelas cinco. Era o tempo de eu chegar em casa e já ter que sair de novo.

Durante o tempo que trabalhou fazendo shows, Margarida contou que vestia diferentes roupas e maquiagens, e que ela teve que aprender a se vestir e se maquiar com ajuda das outras meninas que trabalhavam com ela. Segundo ela, havia um clima de bastante harmonia entre as colegas. A informante, que, então, acumulava funções como dançarina do Cassino da Urca e do Palácio Quitandinha também disse que chegou a ser a primeira bailarina do corpo de baile, já que fechava os shows: “Lá no Cassino eu passei a subir, subir... e passei a ser a primeira bailarina. Eu selava o show. E, no fim, escreveram uma história pra mim. Era Paganini e a princesa, e eu era a princesa e um rapaz do teatro que era o primeiro bailarino fazia o Paganini”. Nesse sentido, pelo que ela conta, podemos ver que mesmo afirmando que trabalhava muito devido as necessidades financeiras, ela tinha um grande orgulho de sua profissão. Nessa perspectiva, ela também fala de um certo

deslumbramento vivenciado por ela ao ter a oportunidade de trabalhar nesses locais e conhecer artistas e famosos:

Foi nessa época que eu também estreei no Quitandinha. O Quitandinha namorou comigo! Comigo e com todo mundo, né? Mas tô falando comigo porque sou eu que tô contando a minha história. Aí, quando namoramos, aquilo foi um sucesso! Vinham artistas famosos, de Hollywood, pra passar uns dias, fazer show... Mas isso foi em 43, 44. Porque em 46 fechou o jogo e aí fechou tudo, acabou. Aí eu tinha só o Municipal e a casa Canadá.

Como Margarida conta, no ano de 1946, os cassinos e casas de jogos do país fecharam devido a um decreto do então presidente Eurico Gaspar Dutra, que passou a proibir essas atividades. Isso também acabou mudando a rotina daqueles que lá trabalhavam. De acordo com ela: “Em 46 proibiram o jogo, e aí fechou tudo. O cassino fechou no dia 30 de abril de 1946, e eu fiquei só com o Teatro Municipal, onde eu não ganhava quase nada, era funcionária pública. Aí, então, foi uma época negra, que eu tinha que trabalhar e não tinha dinheiro”. Foi então que ela passou a trabalhar como modelo na Casa Canadá, como descreveu:

Uma colega do Teatro me levou um pedaço de jornal, tinha um anúncio: “Precisa-se de moças de um metro e setenta de altura, manequim 40, pesando 50 quilos”. Eu tinha essa altura que tinha que ter... Aí ela disse assim: “Vai lá que vão gostar de você!”. Eu não queria ir, e eu tava com medo de dizer eu tenho um metro e setenta, mas mesmo assim eu fui. Eu tava encabulada, porque chegar e ser manequim era uma coisa assim pouco comum, né? Aí eu fui à Canadá procurar o Jacob Peliks que era o dono da casa, aí ele ficou encantado, que eu era a altura que precisava, o manequim que ele precisava. Aí ele gostou de cara e me contratou. E eu comecei a trabalhar lá. Então, eu corria mais, mas ganhava mais dinheiro. E aí foi andando né. Eu trabalhei lá por vinte anos, só parei pra ter as crianças!

Como Margarida contou, o trabalho de modelo também dava bastante orgulho a ela e isso é visível em seus depoimentos. Em uma de nossas conversas, me confidenciou que havia pessoas que diziam que ela era pessoa mais bonita que já tinham visto. Nesse sentido, ela também sempre elogiava suas colegas da Casa Canadá:

No meu time lá na Canadá, tinha uma miss Brasil, a Adalgisa Colombo... lindíssima! Ela trabalhava lá também. Eu acompanhava os concursos de miss, mas nunca entrei! Eu era loura, não tinha chance nenhuma aqui no Brasil! Digo, assim, pra modelo brasileira, brasileira de verdade, nunca teve uma loura

feito eu, que nem brasileira sou! Então nunca me passou pela cabeça, porque eu já trabalhava na Canadá e no Teatro Municipal, então não tinha tempo pra essas coisas. Uma vez até quiseram que eu fosse, mas eu tinha 30 anos, e miss Brasil tem que ter 18, por aí! Ainda me disseram que eu não parecia ter 18, mas disse que não... Porque eu parecia muito mais nova... Mas tinha uma famosa, famosíssima, que trabalhava na Casa Canadá. Era linda, linda, linda, mas a mais bonita de todas! Era a Geórgia Quental, a mais bonita de todas que trabalhavam lá! Ela tinha cabelo castanho, castanho mais pra claro e um corpo.... linda, linda, linda! Cada uma tinha o corpinho que fazia o sucesso, né?

Conforme relata, as manequins da Casa Canadá eram escolhidas por sua beleza, e os concursos serviam também para validar essa fama. Pelo seu depoimento podemos ver como os concursos de miss reforçavam um ideal feminino de beleza, baseado em um estereótipo mulher brasileira, com cabelos escuros, e também na imagem de um corpo jovem. Geórgia Quental, que a informante cita, chegou a participar do concurso de Miss Brasil, mas acabou não ganhando. Mesmo assim, ela acabou depois fazendo peças de teatro e até estrando na televisão, participando de programas de auditório, na TV Continental, e mais tarde até como apresentadora na TV Tupi. Já Adalgisa Colombo ganhou o concurso de Miss Brasil em 1958, e também foi lembrada por outros informantes.

Segundo Marcio, de 79 anos: “Adalgisa Colombo foi uma miss maravilhosa, linda demais! Eu acho, pelo menos. E ficou muito famosa! Porque antigamente o concurso era em Petrópolis, no Quitandinha, mas também passava na televisão!”. Como o informante conta, os concursos de miss eram famosos no período desse estudo, principalmente por serem transmitidos pela televisão e terem uma grande audiência. Como ele demonstrou pelo exemplo de Adalgisa Colombo, diversas mulheres ficaram famosas no período, depois de participar do concurso. Além das citadas até aqui, outras mulheres citadas pelos informantes foram lembradas como belas, como Teresinha Morango, Ieda Maria Vargas e Marta Rocha. Segundo Dalva, de 86 anos:

Naquela época, concurso de miss era um negócio muito importante. Eu fui há pouco tempo a Gramado, e lá eu conheci uma Miss Brasil gaúcha, a Ieda Maria Vargas. Ela é famosa até hoje! Mas miss Brasil aqui era muito interessante, lançou uma porção de gente! Adalgisa Colombo, Terezinha Morango, Marta Rocha... todas elas desfilaram nesses concursos! E a gente acompanhava pela TV, era um programa! A gente gostava de assistir, mas agora, nem pensar. Eu já cansei de assistir, porque

agora eu já vi muito, e aí fica tudo igual! Aquele desfile, uma por uma...

Dessa forma, elas figuravam no imaginário dos informantes como modelos de encanto e prestígio. E as suas imagens como ideais de beleza feminina também eram reforçados pela mídia, já que a televisão transmitia as edições do concurso, como também conta Amália: “Miss Brasil eu via na televisão sempre. Era muito bom! Antigamente isso era uma coisa que todo mundo via! Todo mundo parava pra ver. No tempo da Marta Rocha... que ela perdeu só por dois centímetros (risos)!”. Como a informante conta, Marta Rocha ficou conhecida como primeira Miss Brasil oficial, depois de ganhar o título em 1954, mas depois acabou perdendo o concurso para Miss Universo. Sua história marcou o imaginário popular, já que o jornalista João Martins, na revista “O Cruzeiro”, indicou que a derrota havia decorrido de seu quadril medir duas polegadas a mais (ACCIOLY NETTO, 1998).

Assim, para além da transmissão televisiva, jornais e revistas também replicavam conteúdos sobre os concursos, fazendo circular e reforçando ainda mais essas imagens. E a publicidade também usava as imagens para divulgação de seus produtos, como conta Ana Maria, de 83 anos:

A fábrica Bangu, que fazia os tecidos Bangu, tinha um desfile “Miss Elegante Bangu”. Porque, em geral, modelo era considerada assim meio prostituta, então as meninas desfilavam com os tecidos Bangu. E eles começaram a dar um toque diferente nos vestidos. Eles tinham um estampado que eu me lembro demais! E o dono foi inteligentíssimo, porque ele resolveu lançar tecidos populares com sofisticação. Então eles eram pintados xadrezinho... A Brigitte Bardot veio aqui e ficou enlouquecida com as roupas e até ela comprou! E esse Concurso de miss quem promovia era a própria fábrica. Desfile era lá no clube Caiçaras, onde tem um edifício chamado Serrador.

A informante contou sobre como a fábrica de roupas usava o formato de concurso de miss para promover a própria marca. Outro ponto importante é que ela menciona que mulheres que tinham a profissão de modelo eram mal vistas pela sociedade, e, a partir de um concurso popular, a empresa podia vincular sua imagem a meninas que não tinham o desfile como trabalho. Nesse sentido, havia a réplica dos concursos em diferentes formatos. Em minhas conversas com Cecília, de 87 anos, ela também contou com orgulho que foi miss:

Eu fui miss lá no meu curso de inglês. Eu fazia inglês ali na

cidade, meu pai botou eu e meu lá pra gente aprender. Tinham muitas meninas concorrendo, e aí a gente desfilou. Foi lá no Clube Militar, foi muito bonito! Foi durante a tarde, era meio cedo pelo que eu me lembro. Naquela época as coisas não eram tão volumosas como são hoje, né? Hoje em dia qualquer coisa é mais grandiosa... Aí eu fui, e me botaram como miss! A própria turma escolheu.

Quando perguntei, então, se ela se preparou para o concurso ou se costumava assistir aos desfiles de miss, ela respondeu que na verdade passou a assistir depois que havia sido escolhida pela turma:

Não que eu gostasse, não, mas como eu fui miss eu via... Gostava de ver as participações, as coisas que eles falavam... Então foi inspirados nesses concursos que eles fizeram o meu. Mas eu mesma não perseguia muito esses concursos. Digamos que eu era perseguida, acho que por isso eu não dava muita barganha... Então, no fim, até hoje eu ainda vejo esses concursos, quando têm e eu posso.

Assim, ainda corroborando a ideia de que os meios de comunicação multiplicavam o alcance dessas mensagens, ela contou sobre a entrevista que deu ao Jornal Última Hora, segundo ela ao próprio Nelson Rodrigues. E esse fato figura em seu imaginário como de reconhecimento:

Ele chegou lá Instituto de Educação, onde eu estudava, perguntando qual era a garota mais conhecida da roda, sabe? Aí ele me viu, e eu realmente tava mais... Eu era bem conhecida... E também fui miss. Mas meu pai, não é que ele não gostasse, mas ele tinha muita precaução comigo. Mas eu não me meti nesse troço não, eu era metida! Era muito bom! Eu era conhecida no ambiente, na escola, tudo! Era muito conhecida. E isso vai automaticamente valorizando você. Então, me chamaram na sala de aula, lá no Instituto de Educação, na escola normal. E aí eu dei entrevista no Última Hora. Até apareci no jornal. A reportagem foi muito bem feita! Minha mãe guardou o jornal e tudo. E ela fazia propaganda pra todo mundo. Era o Última Hora, jornal importante do Rio... e era aquela parte mais do meio, toda ela. Tinha foto comigo no bar do Instituto, outra eu na sala de aula... E falava da minha vida em relação ao Instituto. Foi lindo, uma coisa que eu não esperava, né! E me chamaram lá... Eu tinha mais ou menos 15 anos, eu era mocinha, bem jovem. Fiquei orgulhosa, gostei muito!

Como a informante mesmo contou, ela associa o fato de ter sido a escolhida para dar uma entrevista ao jornal ao fato de ter sido miss, contando também que isso serviu para que ela ficasse mais autoconfiante. Por fim, ela encerra a história falando que o fato, apesar de bonito, foi encarado por ela com pouca seriedade:

Então foi bonito mesmo, porque depois disso eu também comecei a trabalhar, e aí isso muda totalmente. Digo, aí é vida real, trabalho sério, como professora. Eu falei pra você que lá eu fiz curso de inglês, porque meu pai me botou pra aprender inglês desde cedo. E isso me ajudou muito, né? Nessa época minha de solteira não entrava muito no básico...

Segundo ela, apesar de ter vencido o concurso promovido pela escola de inglês que estudava, isso foi encarado como uma brincadeira, pois a “vida real” era o trabalho que ela passou a ter em seguida como professora. Assim, pelo seu depoimento, podemos inferir que, mesmo que as mulheres começassem a ter mais liberdade para desempenhar profissões como de modelo, atriz ou bailarina, elas ainda eram encaradas com bastante preconceito por alguns.

Em linha com esse assunto, em minhas conversas com as informantes, também costumava perguntar sobre como os maridos encaravam suas profissões. Muitas delas me responderam que eles “não se importavam” ou até mesmo “deixavam” elas trabalharem, o que salienta o fato de que esse assunto era uma questão que participava da vida do casal. Quando perguntei sobre isso para Margarida, que nasceu em 1924, ela falou o seguinte: “Ah, eu não tinha marido ainda nessa época! Com marido não ia precisar mais fazer isso tudo, trabalhar tanto! (risos)”. Pelas suas palavras, podemos perceber como ela entendia que era o seu marido que tinha a responsabilidade de sustentar a casa e provê-la financeiramente. Mesmo assim, segundo ela, mais tarde acabou casando com um fotógrafo sete anos mais novo que ela e não parou de trabalhar. Ela completou 20 anos como modelo e 33 anos como bailarina clássica:

Eu tive a chance de ser o que eu gostaria de ser, então foi muito bom pra mim. Eu consegui escapar daqueles problemas que tiveram as mulheres por começarem a trabalhar, porque esse era um emprego só para mulheres. Manequim era só pra mulher, bailarina clássica também, quase não tinha rapaz porque a família não permitia, os rapazes eram mal vistos... E aí eu consegui ser a manequim número um do Brasil durante vinte anos! Só tenho lembranças maravilhosas desses lugares!

Nesse lógica, ela contou que para ela foi mais fácil trabalhar do que para outras mulheres, por ser como manequim na Casa Canadá e como bailarina do Theatro Municipal, profissões que, segundo ela, eram “para mulheres”. Outro ponto interessante é que ela também menciona que, além de haver profissões adequadas para mulheres, também havia para os homens – já que eles não eram bem vistos

caso decidissem ser modelos. Ela ainda complementa, evidenciando ainda mais essas imagens:

Naquela época era mais difícil pras mulheres trabalhar fora. Elas trabalhavam menos do que hoje. Mas eu, por acaso, não senti isso nunca, porque eu escolhi profissões de mulher: bailarina, manequim... Só tinha mulher, não tinha homem ainda. Então, nós que trabalhávamos em shows, não tinha problema; no Municipal também não tinha problema mesmo que depois você fizesse fotografias e tal. E também não tinha problema de mulher ser mais que homem, ganhar mais. Nós não tínhamos esses problemas, nós escolhemos uma profissão que só tinha pra mulheres.

Assim, segundo ela considera, trabalhar fora poderia ser um problema para as mulheres – e apenas não foi em seu caso pois tratava-se de “profissões de mulher”. Dessa forma, podemos perceber certas distinções entre os informantes, e isso fica mais acentuado quando comparamos os depoimentos dos homens e das mulheres. Olhando para os relatos de forma geral, as mulheres tinham uma criação mais rígida do que os homens na esfera doméstica, balizada pela preocupação com relação a como os outros encaravam seu comportamento. À vista disso, quando as mulheres falavam sobre sua vida, muitas vezes justificavam ações e decisões pela vontade de seus pais e maridos, enquanto que o mesmo não se verifica nos depoimentos masculinos. Nesse sentido, o casamento também era um tema comum de minhas conversas com os idosos por ser um balizador temporal em suas vidas – e seu significado também tratava desse ponto, já que a partir dele as mulheres tendem a relatar a obrigação de cuidar da casa. Assim sendo, mesmo isso não sendo uma regra, as informantes mais velhas relatavam realidades diferentes das mais novas. Enquanto as primeiras tinham um discurso mais conservador com relação a obrigações, as mais novas já demonstram uma maior liberdade para fazer suas próprias escolhas, como trabalhar fora.



## 8. Considerações Finais

Ao finalizar uma tese de doutorado, entendo que é importante voltamos às perguntas que a nortearam para melhor avaliar a forma que se deu o seu percurso. Nesse caso, como uma indagação mais abrangente, fui movida pela ideia de pensar as representações sociais envolvidas no discurso de progresso e desenvolvimento que atravessou o século XX. Em um plano ideal, gostaria de entender melhor quais as imagens e as ideias que são ativadas de forma tão avassaladora e intensa pela comunicação de massa que fazem as pessoas delegar um papel tão essencial ao dinheiro, aos bens de consumo, e às posições sociais que nos localizam. Esse tema é, claro, muito complexo e envolve diversos aspectos de nossa organização social, portanto o que busquei realizar foi um recorte de algumas narrativas e idealizações que pudessem nos dar pistas sobre como isso ocorre.

Assim, essa tese parte do entendimento de que uma das principais marcas do desenvolvimento do capitalismo no século XX foi a consolidação da comunicação e do consumo de massa, e me propus a analisar esses processos a partir do olhar de testemunhas. Logo, entendi que a etnografia poderia ser uma grande aliada, já que permite uma aproximação profunda com o grupo social de interesse baseada em um trabalho de campo. Seguindo nessa direção, optei por buscar as respostas em gerações anteriores à minha – já que foram elas que educaram e formaram o mundo como conhecemos hoje. E também apontando nesse sentido, escolhi a Casa dos Idosos como um recorte, entendendo seu espaço como uma moldura dos acontecimentos que nos debruçamos a pesquisar – e foi a partir desse quadro que desdobrei essa análise.

Comecei, então, nos primeiros capítulos dessa pesquisa, fazendo uma breve revisão bibliográfica dos temas do consumo e da comunicação. Primeiramente, no capítulo 2, “Modernidade e consumo” localizo o consumo como um fenômeno moderno que se torna central na cultura contemporânea. Como tal, ele se torna um mediador simbólico, e, nesse sentido, estudar suas lógicas e significados contribui para a compreensão dos valores e ideologias que orientam nossa vida social. Em seguida, no capítulo 3, “Algumas teorias e abordagens da comunicação”, passei a situar a comunicação como uma força reveladora de dinâmicas culturais e também busquei visibilizá-la como campo de pesquisa. Meu intuito com esses dois capítulos teóricos não foi realizar uma retomada bibliográfica definitiva, mas sim posicionar

teoricamente a pesquisa empírica, descrita na sequência. É a partir dessa contextualização, então, que busquei apresentar o consumo e a comunicação como eventos da vida social, capazes de revelar aspectos da própria cultura que estamos inseridos.

Após essa breve incursão teórica, no quarto capítulo, “O Brasil da vida dos informantes”, apresentei o período da análise tal como é retratado por historiadores e sociólogos. Dessa forma, procuro mostrar como as transformações iniciadas ainda no final do século XIX tiveram, na metade dos anos 1900, o seu apogeu, com aspectos centrais como o incremento da população, da urbanização e da industrialização, e a afirmação de uma burguesia industrial e de segmentos médios urbanos. A ideia foi primeiramente apresentar o recorte temporal como ele está classificado por diferentes pensadores, a fim de podermos posteriormente relacioná-lo com a percepção dos informantes. Assim, busquei elencar os movimentos que fizeram parte do período, marcado por uma percepção otimista com relação ao futuro após crises econômicas vivenciadas durante o *Crash* da Bolsa de 1929 e também da Segunda Guerra. No Brasil, essas mudanças se refletem especialmente no crescimento da população de grandes cidades, nas transformações políticas e sociais promovidas pelo avanço da industrialização e do incentivo a recursos financeiros à população e na consolidação dos meios de comunicação de massa e das novas formas de lazer cada vez mais atrelados a eles. Nessa perspectiva, apesar de serem mudanças robustas na organização social, meu intuito foi evidenciar principalmente como a inclusão de novos bens de consumo e de novos espaços de lazer fizeram parte da vida que meus informantes viveram.

Com tal característica, se por um lado verificamos números que indicam o aumento da industrialização no período, por outro também verificamos um aumento de lojas e bens disponíveis para compra. O que também ocorre com os meios de comunicação, já que ao mesmo tempo em que há uma diversificação técnica, há também um crescimento na demanda por informações e entretenimento. De uma forma geral, os brasileiros que nasceram na primeira metade do século XX foram marcados por hábitos como a consolidação da rua como espaço público em que bailes, *footing*, visitas ao teatro, ao cinema e torneios esportivos eram marcos sociais, e jornais, revistas ilustradas cada vez ganhavam mais força na dinâmica comunicacional. Assim, o “terreno cultural” que os informantes pisaram, educados

ainda pela geração anterior, foi de mudanças estruturais que tiveram impacto nas formas de viver a vida dos informantes, mas também nos valores e na organização social a partir daí.

Depois dessa contextualização histórica, passei a explorar o método utilizado para a pesquisa, que tinha como principal premissa vislumbrar essas transformações pelo ponto de vista de testemunhas. No quinto capítulo, “Etnografia das memórias e perspectivas de método”, apresentei as bases teóricas da metodologia utilizada, e, assim, justifiquei meu intuito de recuperar imagens e símbolos que caracterizam o período no imaginário coletivo levando em conta também sensibilidades e ideações. A partir de conversas e de observação participante da Casa dos Idosos, realizei uma etnografia das memórias desse grupo, que me permitiu encarar a memória como um repositório de representações coletivas do passado. Com isso, a partir dos relatos individuais, percebi uma estrutura presente no conjunto das memórias, marcado pela participação cada vez mais evidente dos meios de comunicação e rituais de consumo em sua sociabilidade, mas também pela melancolia e saudade da juventude. É nesse ponto também que procuro demonstrar como o método etnográfico foi escolhido, sendo entendido como o mais adequado para essa investigação, já que ele nos dá acesso aos processos simbólicos que alicerçam as representações coletivas presentes nos depoimentos. Nesse sentido, busquei expressar que a memória coletiva também existe enquanto prática, e, assim, é que aparece não só em discursos, mas igualmente nas interações que atualizam essas lembranças.

Assim sendo, o que procurei deixar claro ao longo de todo o capítulo foi que a ideia dessa tese, então, não era realizar uma recuperação histórica, mas sim trazer à tona histórias cotidianas a respeito desses movimentos do passado. Dessa maneira, trouxe uma ideia de memória como mediadora de conhecimentos entre gerações, capaz de criar um repositório de imagens e conceitos que acabam permanecendo no tecido social e posteriormente são encaradas como a própria história. Nessa linha de pensamento, estamos falando também de visibilizar os depoimentos de um grupo de pessoas que, podemos considerar, faz parte de uma alta classe social do país, o que nos permite identificar e interpretar essas falas a partir dessa posição. Dessa forma, entendo que realizar uma análise a partir de testemunhas do período nos permite outro olhar para os acontecimentos, no sentido de refinar alguns dados já

compilados por outros teóricos. Essa aliás, é uma das grandes virtudes que o método etnográfico pode trazer para as pesquisas científicas, já que tem uma capacidade de estranhamento de verdades a partir da escuta atenta e de tradução dos termos envolvidos.

Já no sexto capítulo, “Idosos, instituições totais e interações”, passei a apresentar o grupo, o local da pesquisa e a forma com que ela se desenvolveu. Comecei falando dos idosos como um conjunto extenso e heterogêneo de pessoas e busquei, então, apresentar como eles são incluídos em hierarquias e expectativas a partir dessa classificação social. Nesse sentido, se primeiramente eles se caracterizam por questões biológicas com relação a sua idade, é enquanto classe social que surgem obrigações e proibições que marcam o grupo, e busquei entendê-las revisitando estudos das ciências sociais que tratam do tema. Em seguida, passei a uma descrição mais extensa sobre o espaço em que se desenvolveu a pesquisa, a Casa dos Idosos. Nessa lógica, a construção das narrativas analisadas se deu a partir de discursos elaborados em um universo próprio, cercado de outros idosos, poucos familiares e muitos cuidadores e profissionais de saúde. Assim, esforcei-me a apresentar com mais detalhes essa realidade por entender que ela enquadra as imagens e representações mais tarde analisadas.

Partindo da premissa de que não importa apenas o que foi dito sobre o tema estudado, mas também como, me dediquei, então, a contextualizar as vivências na Casa, perseguindo entender os rituais de interação presentes nesse ambiente. Essa proposta tem a ver com a ideia de que as representações só adquirem significado quando incorporadas no cotidiano, e é assim que elas são se transformam em memória coletiva e atualizam o laço social. Dessa forma, também ficou evidente a riqueza do material recolhido durante o trabalho de campo, que estaria sujeito a diferentes e múltiplas interpretações. Um dos exemplos disso é a ênfase dada ao grupo de análise – os idosos. Olhando essa tese em perspectiva, é possível identificar que também há a possibilidade de trabalhar com as ideias de infância e juventude desses idosos, outro campo de estudos complexo e abundante em teorias e representações. Falar de passado é também falar das expectativas e frustrações que circulam no plano da idealização. Dessa forma, trabalhando com o imaginário, estamos falando de muitos tempos dentro do tempo presente – o que evidentemente abre a possibilidade de outras interpretações.

Ainda no final desse capítulo, passei a nomear e identificar individualmente, ainda que a partir de nomes fictícios, o grupo de informantes com quem convivi, a fim de apresentá-lo a partir de suas semelhanças e diferenças. Assim, entre os aspectos comuns do conjunto de informantes, temos as pessoas que balizaram essa análise como: idosos, a maioria mulheres, brasileiros, de classes médias altas, e que vivenciaram o período de interesse dessa tese durante sua infância e adolescência. Seguindo nessas pistas, então, percebi que esse grupo de idosos vive atualmente diante de realidades muito diferentes daquele período – hoje vivemos em um país mais interligado entre si, mais informatizado e com ainda mais opções de consumo e lazer. Mas, além disso, se antes eles eram crianças e jovens com expectativas diversas com relação à sua vida, hoje se tornaram idosos que fazem um balanço do vivido. A partir desse quadro, acabou ficando muito evidenciado o valor consagrado à juventude frente a velhice – e esse é um ponto que buscou ser considerado pela análise.

Já o capítulo 7, “Anos dourados e capitalismo na Casa dos Idosos”, trata da investigação propriamente dita das memórias desse grupo de idosos sobre a comunicação e o consumo no Brasil. Nesse sentido, dividi a análise em seis itens, que incluíram relatos sobre os bens como marcadores sociais, os espaços de consumo e distinção surgidos na época, os meios de comunicação como construtores de representações e comportamentos, o nascimento de novos rituais de lazer e distração e, ainda, as transformações dos papéis sociais femininos. Mas, apesar de ao final estarem divididos nesses grandes temas, posso afirmar que essa também se transformou em uma das principais dificuldades do estudo, já que os depoimentos eram diversos e versavam sobre pontos de vista particulares – os informantes tinham idades diferentes, frequentaram espaços diferentes e tinham condições financeiras não tão homogêneas. Então, mapear tópicos comuns e buscar estruturá-los nesta tese provavelmente foi o que demandou mais trabalho.

Nesse ponto, aproveito para mencionar que outro desafio foi que esses temas se inter cruzam em diversos momentos. Por exemplo, considero impossível falar sobre as novas configurações das cidades brasileiras sem falar das novidades do comércio para chamar a atenção dos transeuntes; assim como é inviável falar das transformações nas opções de lazer e entretenimento sem considerar a comunicação de massa como seu duplo, aquele que garante a sua significação. Também é

inverossímil não relacionar as transformações dos papéis sociais femininos com o aumento da capacidade de consumo da população; e, ainda, não articular essas transformações com a imagem feminina que aparecia no cinema e na televisão. Dessa forma, durante a organização do texto dessa pesquisa, muitas vezes me vi reexaminando temas a fim de ordená-los de uma forma mais adequada. Ao final, percebi que esses assuntos se atravessam de forma constante e essa era uma de suas principais características. Nessa perspectiva, durante muitas vezes em minha análise, inverti assuntos de posição e incluí temas em capítulos diferentes. Entendo que, como Lévi-Strauss (1978) ensinou, eu estava diante de histórias que se inter-relacionavam e podiam ser lidas como uma partitura musical, em que frases se inter-relacionavam construindo significados mais gerais. Assim, as alterações nas cidades, a criação de novos espaços de compra, as mudanças nos papéis sociais femininos e a consolidação da comunicação de massa foram contadas pelos informantes também misturadas às suas histórias de vida, o que fortalece a ideia de que esse foi um movimento gradual e incorporado a diferentes realidades.

Apesar de os depoimentos serem heterogêneos, não é possível ignorar alguns discursos coletivos, que acabam por se consolidar como cultura e conhecimento. Olhando esse panorama então, pude identificar que há um movimento conjunto entre o estabelecimento da comunicação de massa e de uma sociedade de consumo no país. Isso se deu a partir de imagens de desenvolvimento, modernização e distinção social, que contribuíram para a consolidação de uma vida idealizada pelo capitalismo. As narrativas dos idosos, ancoradas nos discursos da comunicação de massa, demonstram aspectos do imaginário que circulam na vida social, em que bens de consumo se tornam itens de distinção, reverberados pelos meios de comunicação. Modas, revistas, cinema, novelas, televisão, entre outros, elaboram um diversificado repertório de representações e práticas sociais, que são reproduzidos pelo grupo investigado e demonstram a grande capacidade que têm de distribuição dessas mensagens. Nesse sentido, os meios de comunicação passam a ser grandes instâncias que oferecem uma leitura do social e instituem uma gramática de comportamentos e modos de vida. Foi justamente no período estudado que cresceu a percepção da vida pelas lentes da mídia, e, assim, é ela que toma um lugar de protagonismo para a interpretação da cultura.

Diante de todo material coletado, é possível perceber que foi no cotidiano relembrado por esses idosos que as novas dinâmicas sociais foram se estabelecendo. À vista disso, optei por incluir muitos depoimentos de forma textual, nas palavras dos próprios informantes. Interessou-me visibilizar esses discursos para que o conhecimento dessas realidades pudesse ser observado também pelo viés da linguagem. Foi assim, por exemplo, que percebemos que certos produtos tinham a imagem de praticidade, modernidade e elegância; que a posse de certos bens poderia garantir às pessoas reconhecimento e prestígio; que o status de famílias e grupos de amigos organizava hierarquias sociais, sendo estas do conhecimento e do apreço coletivo; que histórias presentes nos jornais, nas rádios, na televisão e no cinema fascinavam crianças e jovens e acabavam por se entrelaçar com suas expectativas de futuro; e também que esse período foi de uma alteração substancial nas estruturas familiares principalmente pela entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Assim, é a partir das representações sociais reveladas no depoimento daqueles que viveram o período que podemos encontrar estruturas e mecanismos que moveram os discursos pautados no progresso e no desenvolvimento. Os anos entre 1930 e 1970 foram expressos pelos livros de história como de modernização e prosperidade, e contados pelos idosos como de deslumbramento e idealização. Então, busco tratar dessa relação não a partir de uma ideia moralista sobre os discursos, mas sim a partir da força inventiva que há neles. É na esteira desse pensamento que o rádio, os jornais, as revistas, a televisão e o cinema, impulsionados pela publicidade, contribuíram para a difusão de discursos de desejo de um estilo de vida com abundância de bens e conforto. Desse modo, não nos parece que a comunicação de massa deva ser tratada como uma força criadora de demandas fantasiosas do capitalismo, mas sim como um espelho de como essas transformações foram encaradas pelas próprias pessoas. E é assim que busquei tratá-la nessa tese.

É também a partir dessas ideias que podemos pensar o imaginário de uma classe média brasileira naquele contexto de modernização econômica, social e urbana, em que a comunicação de massa teve papel essencial. Percebemos, então, as narrativas do capitalismo tomando forma, em que discursos de progresso e idealização da juventude se misturam ao da felicidade e do bem estar social. E,

nessa orientação, também é importante ainda ressaltar um grande antagonismo que rondou a pesquisa: a velhice vivida e a juventude idealizada. Há uma celebração do passado, que aparece como cheio de oportunidades e expectativas, e um lamento pelo presente, já esgotado de possibilidades e carregado de uma certa frustração. Assim, dentre as histórias de vida ouvidas, não foi raro encontrar aquelas que mencionam ilusões sobre o dinheiro, ideias de que as famílias podiam ter ficado ricas caso tivessem aproveitado alguma chance – mas que essa escapuliu pelas mãos. Finalmente, percebemos, então, o consumo como uma medida do sucesso de suas vidas e da prosperidade de suas famílias.

Ainda, entendo que valha a pena mencionar que realizar uma etnografia não é tarefa fácil, e há um desgaste natural provocado exatamente pelas diferenças que há entre o pesquisador e o grupo pesquisado. Esse choque causado pela divergência de opiniões, costumes e até valores é um motor intelectual para a pesquisa, mas também acaba sendo um desafio emocional para o pesquisador. Falo isso, pois a Antropologia nos apresenta a possibilidade de questionar as ideias instauradas como senso comum, mas há aí um esgotamento inevitável. Além de vivermos realidades muito distintas, ao final do dia eu voltava para minha casa e eles seguiam no ambiente no qual eu apenas frequentava, minha diferença de idade com os informantes é de aproximadamente 50 anos – e isso também nos fez experimentar mundos diferentes. Enquanto eu cresci em uma sociedade mais tecnológica, eles viveram um mundo em que a internet não era uma realidade; enquanto eu fui criada em um planeta com uma população mundial aproximada de cinco bilhões de habitantes, durante sua juventude esse número era mais ou menos metade disso; enquanto eu vivenciei uma experiência feminina aberta ao mercado de trabalho e um pouco mais liberal, eles conviveram com tabus e controles mais óbvios sobre suas vidas e seu corpo, por exemplo. As diferenças podem ser pequenas ou grandes dependendo da lente que colocamos para analisá-las, mas no dia a dia isso se reflete na convivência, que algumas vezes se tornava desgastante. Ao final, eu também estava atravessada por percepções e sentimentos, que fazem parte do trajeto de pesquisa etnográfico, claro, mas que de certa maneira também estão expostas aqui. Durante o trabalho de campo, vivi uma combinação constante entre agradecimento pelos momentos compartilhados, lamento pela solidão encontrada no dia a dia dos



idosos e também uma certa aversão com opiniões tão divergentes e por vezes consideradas por mim tão ultrapassadas.

Para terminar, gostaria de deixar alguns desdobramentos possíveis a partir dessa tese como perspectivas de estudos futuros. Como ponto principal, destaco as interpretações múltiplas que ainda essa pesquisa de campo pode repercutir, já que o uso da etnografia como método científico é capaz de abrir ainda outras interpretações a respeito da vida social e econômica do período. Nessa perspectiva, vejo, por exemplo, que as representações relacionadas à juventude podem ser tomadas como ponto de partida para outras análises, e também que números ou índices econômicos podem ser depurados e comparados com as percepções dos informantes e as ideias recorrentes sobre progresso e desenvolvimento. Além disso, penso que estudar celebridades, histórias de sucesso e lendas urbanas do período pode ilustrar de forma original como são construídas noções atuais de sucesso, a alegria e até esperança. E também dentro do universo da Comunicação Social, acredito que, cada vez mais, a recepção das mensagens dos meios pode ser estudada a partir das bases etnográficas, a fim de que possamos incluir questões que contextualizam e moldam o depoimento do público sobre as mensagens enunciadas. Assim, mais do que estudar como as pessoas recebem as mensagens elaboradas pelos meios de comunicação, é importante também contextualizar as condições e contextos dessa audiência, só assim podemos ter um quadro mais consistente em nossas análises. E, para o final, ainda deixo meu entendimento, também a partir do desenvolvimento dessas linhas aqui escritas, sobre a importância de se estudar com mais persistência e particularidade as questões relativas às transformações dos papéis sociais femininos na contemporaneidade. Entendo que a entrada das mulheres no mercado de trabalho, principalmente a partir de uma consolidação do consumo de massa, significou uma reformulação nas ideias e representações do feminino – e aí ainda há muitas descobertas sobre esse tema e seus desdobramentos sociais a serem feitas.

## 9. Referências bibliográficas

ACCIOLY NETTO, Antonio. *O Império do Papel - Os Bastidores de O Cruzeiro*, Porto Alegre: Sulina, 1998.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985 [1947].

AGOSTINHO. *As confissões*. São Paulo: Abril, 1975 [c. 397–400].

\_\_\_\_\_. *A cidade de Deus*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2017 [c. 413–427].

AMORIM, Edgard de. *História da Televisão Brasileira*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2008.

AQUINO, Maria Aparecida de. Mortos sem sepultura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / Fapesp, 2002.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

\_\_\_\_\_. *O homem diante da morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

\_\_\_\_\_. *História da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

AUCAR, Bruna Santana. *A publicidade no Brasil: agências, poderes e modos de trabalho (1914 – 2014)*. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2016.

BARBOSA, Lívia. *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARLETTA, Fabiana Rodrigues. *O Direito à saúde da Pessoa Idosa*. Rio de Janeiro: PUC; Tese de Doutorado/Departamento de Direito, 2008.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001 [1957].

\_\_\_\_\_. A retórica da imagem. In.: *O óbvio e o obtuso: ensaios sobre fotografia, cinema, teatro e música*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990 [1964].

BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

\_\_\_\_\_. *O Sistema dos Objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKER, Howard. A escola de Chicago. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, outubro, 1996.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami, CAMARANO, Ana Amélia, KANSO, Solange. *Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX*. Texto para discussão n° 1034. Rio de Janeiro: IPEA – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Governo Federal, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERALDO, Beatriz. *Mulheres em movimento: emancipação feminina, bicicletas e outros bens de consumo (1875-1930)*. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade

Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2019.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1989 [1939].

\_\_\_\_\_. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [1924].

\_\_\_\_\_. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [1949].

BOAS, F. *The mind of primitive man*. New York, The Free Press. 1965 [1911].

\_\_\_\_\_. Os objetivos da pesquisa antropológica. In: *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004 [1932].

\_\_\_\_\_. As limitações do método comparativo da antropologia. In: *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004 [1930].

\_\_\_\_\_. Os métodos da etnologia. In: *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004 [1930].

BOSI, Cléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, J., PRADO, L. *A História da Moda no Brasil: das influências às autorreferências*. São Paulo: Pyxis Editorial, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. *Política nacional do idoso*. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência e Assistência Social Lei n. 8.842. *Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV - XVIII*. São Paulo. Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_\_. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

\_\_\_\_\_. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1984 [1949].

\_\_\_\_\_. *História e ciências sociais. A Longa Duração*. Revista de História, v. XXX, n. 62, p. 261-294, 1965.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Brasil, sociedade nacional-dependente. Novos estudos CEBRAP [online], n. 93, pp. 101-121, 2012.

BRINKLEY, Alan. *The Publisher: Henry Luce and his American Century*. New York, Vintage Books, 2011.

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. Uma história social da mídia: de Gutemberg à internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BUSETTO, Áureo. Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

BUTCHER, Pedro. *Hollywood e o mercado cinematográfico brasileiro: Princípio(s) de uma hegemonia*. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

CALABRE, Lia. *A Era do Rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia. Características sociodemográficas da população idosa. In \_\_\_\_\_ (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

\_\_\_\_\_. *Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

\_\_\_\_\_. *Envelhecimento da população brasileira: novas oportunidades de consumo*. REVISTA DA ESPM, v. 25, p. 94-101, 2019.

CAMARANO, Ana Amélia, PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda de políticas públicas. In \_\_\_\_\_ (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional. Sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadão; conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTRO, Ruy. *Chega de Saudade: a história e as histórias da bossa-nova*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *A noite do meu bem: a história e as histórias do samba-canção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CASTRO, Thell de. *Dicionário da Televisão Brasileira*. Rio de Janeiro: In House, 2015.

COMTE, Auguste. *Discurso sobre o espírito positivo – ordem e progresso*. São Paulo: Edipro, 2016 [1848].

CORBIN, Alain. *O território do vazio. A praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CORBO, William de Almeida. *Histórias de consumo e ilusões sociais: grandes magazines, shopping centers e classes médias*. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica d Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2018.

COSTA, Renato da Gama-Rosa. *Os cinematógrafos do Rio de Janeiro (1896-1925). História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online], v. 5, n. 1, 1998.

COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

DA MATTA, Roberto. *O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues*. Boletim do Museu Nacional, n. 27, maio, 1978.

\_\_\_\_\_. *Antropologia da saudade*. In: \_\_\_\_\_. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

\_\_\_\_\_. *Apresentação*. In: GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 2011.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. São Paulo: Martin Claret, 2014 [1859].

DEBERT, Guita Grin. *A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Fapesp, 1999.

DESJEUX, Dominique. *O consumo: abordagens em ciências sociais*. Maceió: EDUFAL, 2011.

DOSSE, François. *A história em migalhas – dos Annales à Nova História*. Campinas, SP: 1994.

\_\_\_\_\_. *História do Estruturalismo*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_. *O império do sentido: a humanização das ciências humanas*. São Paulo: Unesp, 2018.

DOUGLAS, M. e ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1893].

\_\_\_\_\_. Representações individuais e representações coletivas. In: *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970 [1906].

\_\_\_\_\_. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1912].

DURKHEIM, Émile, MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: RODRIGUES, José Albertino (org.). *Durkheim*. São Paulo: Ática, 2000 [1903].

ELIAS, Norbert. *A Solidão dos Moribundos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

ECO, Umberto. *A Estrutura Ausente*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

EINSTEIN, Albert. et al. *Textos Fundamentais da Física Moderna*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1958 [1915].

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Social anthropology: past and present. The Marett Lecture*. Man, 50: 118-124, 1950.

\_\_\_\_\_. *Anthropology and history*. Manchester: Manchester University Press, 1961.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. *História geral da civilização brasileira*, t. 3; v. 11. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FEBVRE, L. *O problema da incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009 [1937].

\_\_\_\_\_. Viver a história: Palavras de iniciação. In: *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989 [1941].

FEIX, Isabel C. *Memória, lazer e consumo: a Copacabana imaginada dos anos dourados*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

FERRARETTO, Luiz Arthur. *Rádio - Veículo, História e a Técnica*. Porto Alegre: Doravante, 2007.

FERREIRA, Felipe. *Inventando carnavais: o surgimento do carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. O Nascimento da Clínica. In: *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FORTES, M. Age, Generation, and Social Structure. In: KETZER, D. & KEITH, J. (org.). *Age and Anthropological Theory*. Cornell University Press, Ithaca, 1984.

FOURASTIÉ, Jean. *Les Trente Glorieuses: Ou la révolution invisible de 1946 à 1975*. Paris: Fayard, 1979.

FREUD, Sigmund. *Escritos sobre a guerra e a morte*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009 [1915].

GENNEP, Arnold Van. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis: Vozes, 2011 [1909].

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. RJ: Zahar, 2019.

GILBERT, Martin. *A História do Século XX*. São Paulo: Planeta, 2016.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

\_\_\_\_\_. *Gender Advertisements*. Nova York: Harper Torchbooks, 1987.

\_\_\_\_\_. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOLDENBERG, Mirian. *O corpo como capital*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2007.

GOLDMAN, Marcio. Lévi-Strauss e os sentidos da História. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 42, n. 1-2, p. 223-238, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

\_\_\_\_\_. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GORBERG, Marissa. *Parc Royal: um magazine na modernidade carioca*. Dissertação (mestrado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2013.

GROISMAN, Daniel. *A Infância do Asilo: a institucionalização da velhice no Rio de Janeiro da Virada do século*. Dissertação de mestrado em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.

GUERRA, Alexandre. et al. (Org.). *Atlas da nova estratificação social no Brasil*. Volume 1: Classe média: desenvolvimento e crise. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

GUINLE, Jorge. *Um século de boa vida*. Rio de Janeiro: Globo, 2018.

HADDAD, C. L. S. *Crescimento do Produto Real no Brasil, 1900-1947*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

HALBWACHS, Maurice. *Les Cadres sociaux de La memoire*. Paris: F. Alcan, 1994 [1925].

\_\_\_\_\_. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990 [1950].

HAWKING, Stephen. *Uma Breve História do Tempo*. Lisboa: Gradiva, 1994.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789 -1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBERT, Henri. *Estudo sumário da representação do tempo na religião e na magia*. São Paulo: Edusp, 2016 [1905].

JOSEPH, Isaac. A respeito do bom uso da Escola de Chicago. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). *A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

KATZ, Stephen. *Disciplining old age: the formation of gerontological knowledge*. University Press of Virginia, 1996.

KATZ, E.; LAZARSELD, P. F. *Personal Influence*. Nova York: The Free Press, 1955 [1951].

KLEIN, Étienne. *O Tempo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.



LA BLACHE, Paul Vidal de. A Geografia Humana: suas relações com a Geografia da Vida. In: HAESBAERT, Rogério et alii. (org.). *Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 99-123, 2012 [1903].

LAZARSELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. *The People's Choice*. Nova York: Columbia University Press, 1967 [1944].

LASLETT, P. *What is old age? Variation over time and between cultures*. International studies in demography: health and mortality among the elderly, issues for assessment. New York: Oxford University Press, 1996.

LASSWELL, Harold D. *Propaganda Techniques in the World War*. Nova York: Knopf, 1927.

\_\_\_\_\_. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Editora Nacional, 1978 [1948].

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEAL, O. F. *A leitura social da novela das oito*. Petrópolis: Vozes, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. História e Etnologia. In: *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2012 [1949].

\_\_\_\_\_. *O pensamento selvagem*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

\_\_\_\_\_. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Ubu, 2017.

\_\_\_\_\_. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70, 1978.

LÉVI-STRAUSS, Claude; ERIBON, Didier. *De perto e de longe*. São Paulo, Cosac Naify, 2005.

LEWOTIN, Richard. *Orgânico/Inorgânico. Evolução*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda: 1985.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. *Autoridade e Afeto: Avós, Filhos e Netos na Família Brasileira*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.

\_\_\_\_\_. Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 52, pp. 109-132, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Felicidade Paradoxal: Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LUNA, Francisco Vidal, KLEIN, Herbert S. *História Social do Brasil Moderno*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2020.

MALINOVSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Ubu, 2018 [1922].

MATTELART, Armand, MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MAUSS, Marcel. Resenha de Marcel Mauss. In.: HUBERT, Henri. *Estudo Sumário da representação do tempo na religião e na magia*. São Paulo: EDUSP, 2016 [1907].

\_\_\_\_\_. Relações reais e práticas entre a psicologia e a sociologia. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Ubu, 2017 [1924].

MARCONDES, Danilo. *Tempo e História: A Dialética do Tempo segundo Santo Agostinho*. Cad. psicanal., Rio de Janeiro, v. 41, n. 40, p. 11-19, jun. 2019.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [1867].

MÁXIMO, João. *Cinelândia: breve história de um sonho*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.

MCCRACKEN, Grant. *Cultura e consumo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MCKENDRICK, Neil, BREWER, John, PLUMB, J. H. *The Birth of a Consumer Society: The commercialization of Eighteenth-Century England*. London: Europa Publications Limited, 1982.

MCLUHAN, Marshall. *The mechanical bride*. Berkeley: Gingko Press, 2001 [1951].

\_\_\_\_\_. *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Nacional, 1977.

\_\_\_\_\_. *Os Meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 2007.

MELLO, João Manuel Cardoso de, NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In. NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral da coleção), SCHWARCZ, Lilia Moritz (organização do volume). *História da Vida Privada no Brasil 4*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MILLER, Daniel. Consumption as the vanguard of the history: A Polemic by Way of an Introduction. In: MILLER, Daniel. *Acknowledging Consumption* (Material Cultures). A review of New Studies. London: Routledge, 1995.

\_\_\_\_\_. *Material culture and mass consumption*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

MORAES, Eneida de. *História do carnaval carioca*. Rio de Janeiro: Editora, 1987.

MOREIRA, Sônia Virgínia. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2000.

MORGAN, L.H. *A sociedade primitiva*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980 [1877].

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

\_\_\_\_\_. *As estrelas: mito e sedução no cinema*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

NAÇÕES UNIDAS. *Plan de Acción Internacional sobre el Envejecimiento*. Resolución 57/167. Madrid, Espanha, 2002.

NISBET, Robert A. *História da Ideia de Progresso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

\_\_\_\_\_. A República. In.: *Les-Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OURO PRETO, Maluh. *Compras no Brasil*. In: DARIAUX, Geneviève, Antoine. *O livro da elegância*. São Paulo: Record, 1965.

PACCE, Lilian. *Biquíni Made in Brazil*. Rio de Janeiro: Arte Ensaio, 2016.

PARK, Robert. *The City: suggestions for the investigation of human behavior in the city environment*. American Journal of Sociology, v. 20, n. 5, p. 577-612, 1915.

\_\_\_\_\_. *Human migration and the marginal man*. American Journal of Sociology, v. 37, n. 6, p. 881-893, 1928.

PEIRANO, Mariza. Prefácio a esta edição. In.: MALINOVSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Ubu, 2018.

PEREIRA, Claudia. Juventude como conceito estratégico para a publicidade. In: *Comunicação, Mídia e Consumo*. v. 35, n. 1, ed. abril-jul/2016, ano 2016.

PEREIRA, Claudia; ROCHA, Everardo. Retratos do outro: representação e memória na análise do desvio na publicidade. In: *Contracampo*, v. 7, n. 18, ano 2010.

POCHMANN, Marcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Tese de doutorado em Comunicação. UFRJ/ECO, 2000.

RICCO, Flávio e VANNUCCI, José Armando. *Biografia da Televisão Brasileira*. São Paulo: Matrix, 2017.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. *A sociedade do sonho: comunicação, cultura e consumo*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

\_\_\_\_\_. *Magia e Capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

ROCHA, Everardo P.; FRID, Marina; CORBO, William. *O paraíso do consumo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

RODRIGUES, José Carlos. *O Corpo na História*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

\_\_\_\_\_. Imagens do tempo, *ALCEU*, 2 (4), 2002.

RÜDIGER, Francisco. A Escola de Frankfurt. In.: HOHLFELDT, Antonio, MARTINO, Luiz C., FRANÇA, Vera Veiga (org.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2015.

SAHLINS, Marshall. *História e Cultura: apologias a Túcides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

\_\_\_\_\_. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SALATA, André Ricardo. *A Classe Média Brasileira: posição social e identidade de classe*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2016.

SAROLDI, Luiz Carlos e MOREIRA, Sonia Virgínia. *Rádio Nacional – o Brasil em sintonia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2016 [1916].

SEEGER, Anthony. *Os Índios e Nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral da coleção), SEVCENKO, Nicolau (organizador do volume). *História da Vida Privada no Brasil 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia, STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

\_\_\_\_\_. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In.: In. NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral da coleção), SCHWARCZ, Lilia Moritz (organização do volume). *História da Vida Privada no Brasil 4*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. *The Mathematical Theory of Communication*. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

SIMIAND, François. *Método histórico e ciência social*. Bauru: Ed. EDUSC, 2003 [1903].

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973 [1903].

\_\_\_\_\_. *Filosofia da moda e outros escritos*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2008 [1904].

SKIDMORE, Thomas. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SLATER, Don. *Cultura do Consumo & Modernidade*. São Paulo: Nobel, 2002.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SODRÉ, Muniz. Paiva, Raquel. *Cidade dos Artistas: Cartografia da televisão e da fama no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda., 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOMBART, Werner. *Luxury and capitalism*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1967 [1912].

STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificação social e estrutura de classe. In:

VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S. & BERTELLI, A. R. (org.). *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

STOCKING JR., George W. Antropologia em Chicago: a fundação de um departamento independente – 1923 – 1929. In Peixoto, F.A.; Pontes, H. & Schwarcz, L.M. (orgs.). *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, p. 15 – 59, 2004.

TRAVANCAS, Isabel. *O Mundo dos jornalistas*. SP: Summus, 1993.

\_\_\_\_\_. *A coluna de Ibrahim Sued: um gênero jornalístico*. Revista Intercom. Vol. XXIV, n 1, janeiro/junho de 2001.

TRENTMANN, Frank. *Empire of Things: How We Became a World of Consumers, from the Fifteenth Century to the Twenty-First*. New York: Harper Perennial, 2017.

TURNER, Victor. *O processo ritual: Estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.

TYLOR, Edward Burnett. *Primitive Culture*. London: John Murray, 1871.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Pioneira, 1965 [1899].

VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

\_\_\_\_\_. Observando o familiar. In.: E. Nunes (org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a Escola de Chicago. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). *A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. Memória, identidade e projeto. In.: VIANNA, Hermano, KUSCHNIR, Karina e CASTRO, Celso. *Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2013.

VELLOSO, Monica P. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar, 1982.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. Cosac Naify, 2010.

WEAVER, W. A teoria matemática da comunicação. In: COHN, Gabriel. *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Editora Nacional, 1977 [1949].

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2013 [1920].

WHITROW, G. J. *O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1993.

WILLIAMS, Raymond. *Publicidade: o sistema mágico*. In.: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Unesp, 2011.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WRIGHT MILLS, C. *A nova classe média (White Collar)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.